



DA VIDA PARA A HISTÓRIA

Reflexões sobre a Era Vargas

Organizadores:

Gunter Axt / Omar L. de Barros Filho
Ricardo Vaz Seelig / Sylvia Bojunga

MEMORIAL



Coleção
Sujeito & Perspectiva
Vol.2

Público

Em agosto de 2004, por ocasião do cinquentenário da morte de Getúlio Vargas, 20 renomados historiadores e pesquisadores reuniram-se em Porto Alegre para decifrar os enigmas, muitos deles até hoje sem solução, propostos aos estudiosos pelo grande mito da política brasileira.

Parte do passado e do presente, Getúlio Vargas foi o líder que mais tempo governou o país. Advogado, promotor, parlamentar, governador, ministro da Fazenda, conspirador, revolucionário, conciliador, ditador e democrata, retornou ao poder como presidente eleito pela vontade popular.

DA VIDA PARA A HISTÓRIA

Reflexões sobre a
Era Vargas



**Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça**

**Procurador-Geral de Justiça
Roberto Bandeira Pereira**

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Antônio Carlos de Avelar Bastos**

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Cláudio Barros Silva**

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Mauro Henrique Renner**

**Corregedor-Geral do Ministério Público
Mário Cavalheiro Lisbôa**

**Subcorregedor-Geral do Ministério Público
Sérgio Guilhon Risso**

**Coordenador do Memorial do Ministério Público
Ricardo Vaz Seelig**

DA VIDA PARA A HISTÓRIA

Reflexões sobre a Era Vargas

Organizadores:

Gunter Axt / Omar L. de Barros Filho
Ricardo Vaz Seelig / Sylvia Bojunga

Coleção
Sujeito & Perspectiva
Vol. 2

Organização: Gunter Axt, Omar L. de Barros Filho, Ricardo Vaz Seelig e Sylvia Bojunga

Revisão: Ademar Vargas de Freitas e Sonia Beatriz da Silva Pinto

Produção Cultural: Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga
(Laser Press Comunicação)

Apoio Executivo: Camila Piccoli e Fiorella Agrifoglio

Editoração Eletrônica: L3 Design

Impressão: Organizações Nova Prova

Projeto Gráfico: Cláudio Santana

Capa: Adriano de Castro Silveira, Gustavo Nunes Billo e Juliana Beatriz Anschau

Reservados todos os direitos de publicação ao Memorial do Ministério Público

Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas / organizado [por] Gunter Axt [et al.]. - Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.
244 p. (Sujeito & perspectiva, 2)

ISBN 85-89344-67.3

I. História - Brasil. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público.
II. Gunter Axt. III. Série.

CDU 981

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça



Ministério Público
Estado do Rio Grande do Sul



Ministério
da Cultura



Sumário

Apresentação	7
Palavra da Coordenação	9
Introdução	13
Painel 1 - Getúlio Vargas e suas origens no Rio Grande do Sul	
Getúlio Vargas, promotor público <i>Miguel Frederico do Espírito Santo</i>	17
O legado de Getúlio Vargas - trajetória parlamentar <i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	23
A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronista e o seu governo no Estado <i>Gunter Axt</i>	41
Painel 2 - Getúlio Vargas, a revolução e a institucionalização do Estado Novo	
Getúlio Vargas e o tenentismo <i>Vavy Pacheco Borges</i>	57
Sistema federativo, interventorias e o Estado Novo <i>Luciano Aronne de Abreu</i>	69
Conferência 1	
Getúlio Vargas: os limites do pragmatismo <i>Thomas E. Skidmore</i>	83
Painel 3 - Estado Novo, cultura e sociedade	
Estado Novo: tradição e modernidade <i>Lucia Lippi Oliveira</i>	97
Os Desafinados: sambas e bambas no Estado Novo <i>Adalberto Paranhos</i>	105

Painel 4 - Getúlio Vargas, economia e política externa

Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945
Eli Diniz 119

A vida e a história: reflexões sobre o Brasil e a Segunda Guerra Mundial
Ricardo Seitenfus 127

A política externa de Vargas nos anos 30: continuidades e rupturas vistas na questão do Chaco
Helder Gordim da Silveira 135

Conferência 2

Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização
Maria Celina D'Araujo 147

Painel 5 - Getúlio Vargas, protagonista e personagem

O personagem Getúlio Vargas
Juremir Machado da Silva 167

Getúlio Vargas e o desenvolvimento da aviação brasileira
Claudia Musa Fay 181

Painel 6 - Violência e carisma, autoritarismo e democracia

Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo?
René E. Gertz 195

Violência e carisma, autoritarismo e democracia Caixas no Porão: revelando o carisma
Núncia Santoro de Constantino 211

Conferência 3

Getúlio Vargas e as comemorações
Marieta de Moraes Ferreira 221

Apresentação

A edição do livro *Da vida para a história - reflexões sobre a Era Vargas* é resultado concreto do seminário internacional *Da vida para a história - o legado de Getúlio Vargas*, que o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul promoveu em agosto de 2004, tendo se constituído em mais uma contribuição à valorização de nossa história.

Para nós, é não só importante mas muito esclarecedor o fato de Getúlio Vargas ter iniciado sua vida pública como promotor de justiça no Ministério Público gaúcho – uma face, aliás, pouco conhecida do grande estadista brasileiro.

Através do cuidadoso trabalho de pesquisa de nosso Memorial, chegam-me às mãos documentos da lavra do estadista Getúlio Vargas, datados das décadas de 40 e 50, que revelam seu interesse pela questão da Amazônia, pelo uso pacífico da energia atômica, e, inclusive, pelo desenvolvimento com responsabilidade social. Esses documentos, confrontados com aqueles que registram sua atuação como promotor de justiça, bem demonstram a congruência de suas concepções, cujas bases já figuravam em seus arrazoados forenses e, mais tarde, inspiraram sua ação política, propiciando ao país um projeto de nação e conceitos de soberania e desenvolvimento assim como hoje os entendemos.

Conhecer o passado é absolutamente imprescindível para a construção de um futuro seguro e comprometido com a sociedade brasileira. Este é o trabalho a que o Memorial tem se dedicado. As conferências e palestras aqui transcritas somam-se a outras iniciativas em que o Ministério Público busca afirmar sua missão de preservar o patrimônio histórico e cultural, condição para que caminhe com firmeza no sentido da vivência de um futuro voltado aos anseios sociais.

No Brasil, o Ministério Público, sem sombra de dúvida, é a instituição que mais evoluiu no processo de formação de uma nova concepção de Estado. Montesquieu pensava o Estado dividido em poderes. Não podia imaginar, em seus dias, o que hoje é imperioso, que o Estado-jurisdicção, necessariamente inerte, precisava de um braço ativo, com as mesmas prerrogativas de representação dos demais poderes, de uma instituição que se fizesse indispensável para a defesa da sociedade.

A compreensão histórica sobre a construção do perfil de nossa instituição está diretamente ligada ao conhecimento de nossa trajetória, em que grandes líderes, como Getúlio Vargas, foram burilados nas árduas lutas pela promoção da justiça. É preciso que as novas gerações vinculem-se com nossa herança histórica para que tenham condições de caminhar sabendo o quanto custou ao Ministério Público chegar até aqui com tal grandeza e vocação social.

Ao aprofundarmos estudos sobre a personalidade de maior projeção na história política, social e econômica do Brasil, é com muito orgulho que afirmamos que somos seus colegas e herdeiros, face a seus feitos como integrante do Ministério Público nos albores do século 20.

Roberto Bandeira Pereira
Procurador-Geral de Justiça

Palavra da Coordenação

Desde sua criação, o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul integrou-se às múltiplas atividades desempenhadas pelo conjunto da instituição no cumprimento do mandamento constitucional que a encarrega de zelar pelo nosso patrimônio histórico e cultural.

Neste campo específico de atuação, entendemos que este cumprimento se dá quando promovemos os meios para que a comunidade, ao conhecer o seu passado e a sua posição na história, possa prover, respeitar, entender e também funcionar como protagonista da consecução deste fundamento da cidadania, que a Constituição nada mais faz do que espelhar.

Rui Barbosa já dizia: *“Um país sem memória não é apenas um país sem passado. É um país sem futuro”*. Assim, é tarefa a que nos propusemos, demonstrar que a preservação do patrimônio histórico não representa um custo social, como alguns poderiam imaginar, mas, sim, um investimento social de altíssima relevância, não apenas econômica, mas política, na medida em que nossa soberania e nosso senso de nação esteiam-se em torno de nossa identidade política e cultural.

Com este entendimento, o Memorial do Ministério Público tem se dedicado a estabelecer um espaço para a memória política e jurídica de nosso Estado. Dentre suas diversas atividades no campo editorial, além das séries *Histórias de Vida*, *História Política e Jurídica do Rio Grande do Sul*, criou-se a série *Sujeito & Perspectiva*, cujo primeiro volume, *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*, publicamos no ano de 2004 – coletânea das conferências proferidas no seminário internacional *Raízes centenárias - o legado de Júlio de Castilhos*, promovido em 2003.

A obra que ora lançamos é o segundo volume desta série e é também fruto do seminário internacional *Da vida para a história - o legado de Getúlio Vargas*, que promovemos no ano de 2004, assinalando o cinquentenário do falecimento de Getúlio Vargas.

Aqui, cumpre assinalar um fato importante: este empreendimento somente foi possível em face da parceria estabelecida pelo Ministério Público com a Caixa RS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que somaram esforços para a preservação e o estudo de nossa memória, consubstanciados na edição desta obra.

Com aquele seminário, o Memorial pretendeu estabelecer um espaço diferenciado de reflexão sobre um dos mais ilustres personagens da história política brasileira. Com o apoio do GT de História Política da Associação Nacional de História e a parceria estabelecida com a iniciativa pública e privada, logramos reunir pensadores e historiadores de renome internacional para discutir a figura do maior estadista brasileiro e sua influência e importância não só no panorama nacional, mas no concerto das nações.

Esta publicação, não só pelo cuidado que já manifestamos quando da organização do seminário, mas também pela qualidade dos conferencistas e da temática abordada, refoge de um viés laudatório, tão fácil quando no país inteiro se homenageava Getúlio Vargas no cinquentenário de seu falecimento.

A compilação das conferências neste livro traduz-se na busca de uma reflexão séria e aprofundada sobre o papel de Getúlio Vargas na implantação de um projeto de desenvolvimento que foi garantidor de um conceito de soberania nacional, tal como hoje o entendemos.

Na história política, social e econômica de nosso país, ninguém, como Getúlio Vargas, foi objeto de tantas pesquisas e ensaios: Getúlio, o herdeiro ideológico de Júlio de Castilhos; o revolucionário de 30, o ditador no Estado Novo, o comandante no exílio, em Itu, o líder que retorna nos braços do povo até que, dramaticamente, sai da vida para entrar na história.

Aliás, neste particular, nossa instituição deteve-se sobre uma faceta desconhecida do grande público - o Getúlio Vargas promotor, que iniciou sua trajetória pública no Ministério Público do Rio Grande do Sul, de 1908 a 1909.

Àqueles que se detêm sobre a figura de Getúlio Vargas e refletem sobre sua herança histórica, fica evidente que o regime militar de 64, bem como os governos subseqüentes, jogaram a Era Vargas na vala comum do populismo, desprezando o fato de que ali se assentou a pedra angular de um novo projeto de nação. Há, sem sombra de dúvida, um Brasil antes e um Brasil depois de Getúlio Vargas.

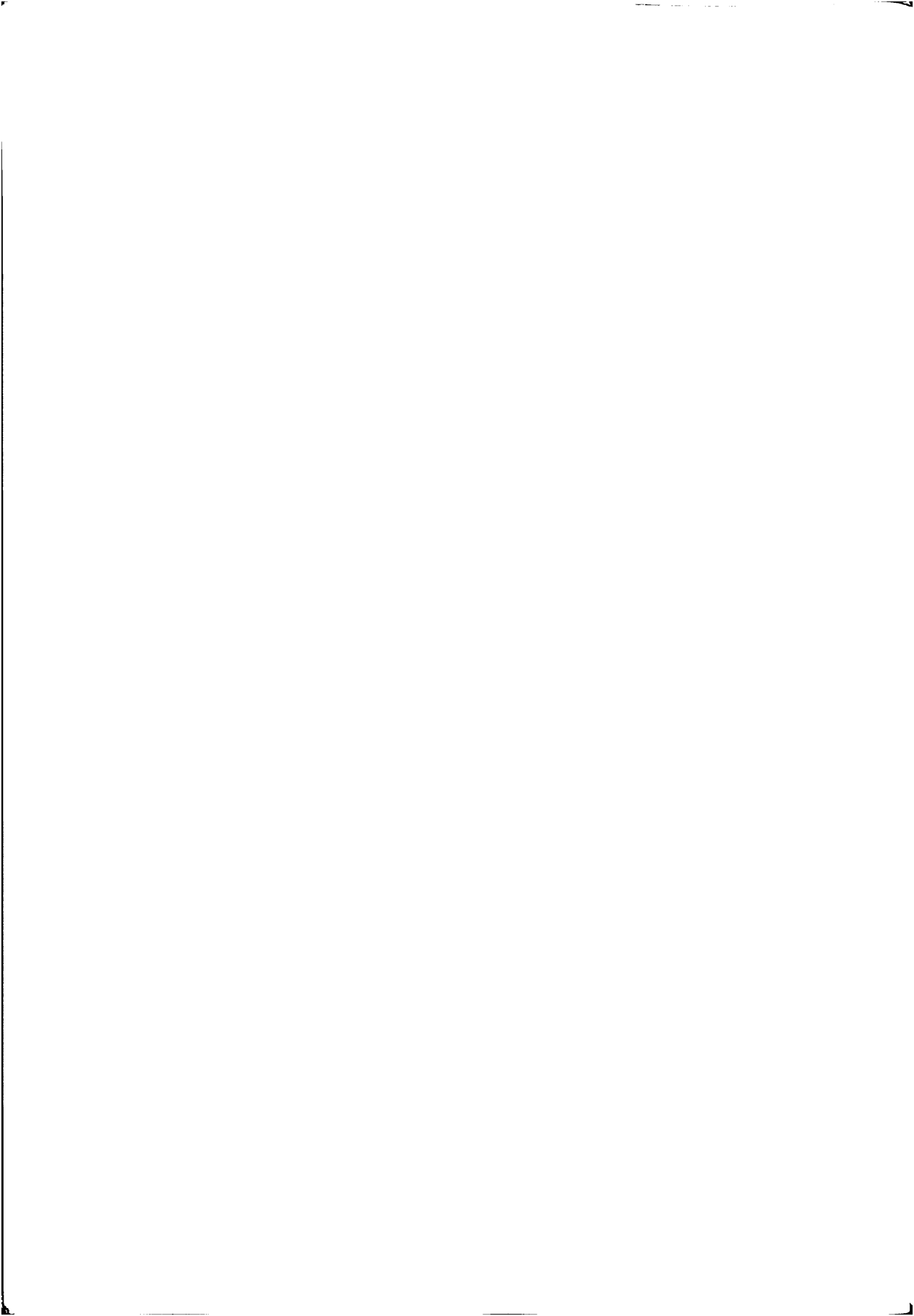
O estudo da Era Vargas, sob outros aspectos, também se justifica, principalmente quando há pouco tempo assistimos à tentativa de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, destinado a "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". A missão desse conselho seria estabelecer um código disciplinar cujas infrações importariam

punir com suspensões ou até cassação do registro aqueles jornalistas que as infringissem.

Se voltássemos no tempo, não veríamos nesse projeto como que uma tentativa de reprisar a criação do famoso Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo? Sabe-se, afinal, que cabia ao DIP coordenar, orientar e centralizar a propaganda externa e interna, criando uma estrutura que permitisse ao governo exercer o absoluto domínio da informação, monopolizando o noticiário e promovendo o intenso controle de toda a matéria que não fosse subvencionada pelo Estado.

Esse tema, que esteve na ordem do dia – assim como o da “Lei da Mordaza” e o questionamento acerca do poder assegurado ao Ministério Público de conduzir investigações criminais – todas essas matérias, observadas pela evolução da história política de nosso país, dão a dimensão e a importância deste trabalho, cuja atualidade parece persistir em nossos dias.

Ricardo Vaz Seelig
Procurador de Justiça
Coordenador do Memorial do Ministério Público



Introdução

Omar L. de Barros Filho
Sylvia Bojunga

Laser Press Comunicação

Em recente entrevista a Boyd Tonkin, jornalista do *Independent*, de Londres, o historiador britânico Simon Schama – *best seller* na Europa e nos Estados Unidos – revelou sua intenção de fugir do conformismo e da credulidade ao tratar de temas e personagens históricos:

*“Tirar os panos quentes e atizar o fogo.
É para isso que estamos aqui”.*

A mesma inquietação caracterizou os 20 historiadores e pesquisadores que participaram do seminário internacional *Da vida para a história: o legado de Getúlio Vargas*, em agosto de 2004, em Porto Alegre. Na ocasião, a tarefa era enfrentar o grande mito da política brasileira, Getúlio Dornelles Vargas, o gaúcho que mudou o destino do Rio Grande do Sul e do Brasil, e que, usando as armas da diplomacia, influenciou inclusive as relações internacionais, a tal ponto que o país se envolveu na Segunda Guerra Mundial ao lado das maiores potências da época.

A biografia e a herança política de Getúlio Vargas ainda hoje geram controvérsias nos meios políticos e intelectuais. Adepto do republicanismo, ele foi secretário de redação, advogado, promotor, parlamentar, governador, ministro da Fazenda, conspirador, revolucionário, conciliador, democrata, ditador e presidente eleito. Projetou o Brasil no cenário mundial e lançou as bases para a modernização da economia do país. Conquistou lugar de destaque na história do século XX por seu pensamento e trajetória de homem público que mais tempo governou os brasileiros. Seu nome faz parte do inconsciente coletivo e do imaginário latino-americano.

Tal dimensão do personagem desde logo determinou a preocupação dos organizadores em contemplar, nos limites de uma jornada de estudos e debates, as múltiplas faces desse homem extraordinário. Foi senso comum, entre os conferencistas e palestrantes, a idéia de que – tal como preconiza Eric Hobsbawn, em *Era dos extremos - o breve século XX* – o historiador,

cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, deve ser mais do que um simples cronista, memorialista e compilador.

Sob essa perspectiva, o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o GT de História Política da Associação Nacional de História (Anpuh) e a Laser Press Comunicação reeditaram acordo de parceria para a realização do encontro internacional alusivo ao cinqüentenário da morte de Getúlio Vargas. O conteúdo desse seminário forneceu a provocante matéria-prima da presente publicação, patrocinada pela Caixa RS. Cabe destacar que o evento deu continuidade à iniciativa desenvolvida em 2003, quando foi promovido o seminário internacional *Raízes centenárias: o legado de Julio de Castilhos*, também em Porto Alegre.

A jornada de conferências e palestras sobre a Era Vargas permitiu ainda romper os limites dos auditórios tradicionais. De forma até então inédita, a organização e seus apoiadores, públicos e privados, utilizaram a tecnologia de transmissão pela Internet em tempo real. Isso facilitou o acesso dos interessados e levou a programação a outros centros de excelência em pesquisa, no país, nos Estados Unidos e na Comunidade Européia.

Além da dedicação dos participantes e da qualidade dos estudos apresentados, o êxito do seminário se deveu à articulação entre os realizadores e as empresas públicas e privadas patrocinadoras, tais como Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Sulgás, Caixa RS, Copelmi Mineração, Planalto Transportes e Souza Cruz. Participaram ainda o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), a Brasil Telecom, por intermédio do portal BrTurbo, a Fundação Escola Superior do Ministério Público e o Instituto Humanitas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Decisivo também foi o reconhecimento do valor cultural do projeto pelo Ministério da Cultura, que autorizou a utilização dos incentivos fiscais previstos na lei federal nº 8.313/91 (Lei Rouanet): estendidos à edição deste livro.

A publicação

Sobre a presente edição, é importante ressaltar que está basicamente estruturada de acordo com os seis eixos temáticos, propostos pela curadoria representada pelo historiador Gunter Axt, consultor do Memorial do Ministério Público, que nortearam as exposições e debates do seminário, sendo os textos organizados na ordem em que foram apresentados no evento, com exceção de três comunicações que constaram da programação original e que não puderam ser aqui reproduzidas.

Inicia-se com o painel *Getúlio Vargas e suas origens no Rio Grande do Sul*, por Miguel Frederico do Espírito Santo, Ricardo Vélez Rodríguez e Gunter Axt. *A Revolução e a Institucionalização do Estado Novo* é o tema abordado por Vavy Pacheco Borges e Luciano Abreu. Já o brasilianista Thomas Skidmore apresenta uma análise sobre o pragmatismo que identifica como traço marcante de Getúlio Vargas.

As relações entre *Estado Novo, cultura e sociedade* são enfocadas por Lúcia Lippi e Adalberto Paranhos, enquanto *Economia e política externa* é o tema dos estudos de Eli Diniz, Ricardo Seitenfus e Helder da Silveira. A pesquisadora Maria Celina D'Araujo, por sua vez, traça um panorama sobre origens e heranças do controle social na Era Vargas e o processo de modernização do Estado.

Getúlio Vargas - protagonista e personagem é analisado por Juremir Machado da Silva e Claudia Fay. Por outro lado, *Violência e carisma: autoritarismo e democracia* abrange as apresentações de René Gertz e Núncia Santoro de Constantino. Por fim, Marieta de Moraes Ferreira avalia a importância dos usos políticos do passado e dos mecanismos de construção e funcionamento da memória brasileira.

À diversidade das idéias aqui expostas e à profundidade das discussões que se estabeleceram em Porto Alegre, somaram-se incontáveis manifestações de apreço ou desprezo envolvendo a figura de Getúlio Vargas por ocasião do cinquentenário de sua morte. Porém, ao final dos trabalhos que culminam com a publicação desta obra, é necessário compreender que, mesmo o maior dos esforços será sempre insuficiente para decifrar todos os enigmas propostos por Getúlio Vargas ao longo de sua vida.



Getúlio Vargas, promotor público

Miguel Frederico do Espírito Santo
Procurador de Justiça MP-RS e membro do IHGRS

Getúlio Vargas surgiu na cena política aos 20 anos de idade, no dia 31 de outubro de 1903, fazendo sua profissão de fé castilhista como orador em uma sessão em homenagem à memória do patriarca, falecido uma semana antes:

“Resta-me uma satisfação: é que ele não semeou em terra sáfara e os belos ensinamentos que nos deixou serão continuados por aqueles que o seguiram e o compreenderam”.¹

Sua opção pelo castilhismo foi uma decorrência natural de sua formação. Filho de um conservador que aderiu aos republicanos, o general Manoel do Nascimento Vargas, e ligado por laços de parentesco, reforçados por um afeto recíproco, a Aparício Mariense, Getúlio Vargas nasceu num ambiente antigasparista e antidinástico.

Foi castilhista. Acreditava no castilhismo, que era uma prática política de cariz autoritário e de inspiração positivista, que buscava a organização da sociedade e a modernização da economia do Rio Grande do Sul, através da moralidade, da educação racional dos espíritos e da instauração de um modo de produção capitalista, subordinado ao controle do Estado, com vistas à racionalidade social e ao bem público.

Getúlio Vargas não se limitou à pura adesão. Engajou-se, como militante, no Partido Republicano Rio-grandense e teve suas qualidades, seus méritos e seus esforços reconhecidos. Sua trajetória de estudante republicano apontava a destinação para a vida pública. Vinte anos depois, assumia a presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Na exposição de motivos em que justificava sua indicação para a presidência, e a de Neves da Fontoura para a vice-presidência, Borges de Medeiros alinhou:

“1ª o perfeito conhecimento teórico e prático do regime constitucional, cuja conservação de ser artigo de fé

¹ Apud FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Globo, 1967, p. 203.

inviolável (...); 2ª a completa subordinação ao Partido Republicano, cuja organização está identificada com o próprio Estado (...); 3ª a comprovada competência jurídica (...); 4ª a capacidade administrativa, revelada no exercício de funções públicas federais, estaduais e municipais; 5ª as qualidades práticas de atividade, firmeza, prudência e energia (...); 6ª a incorruptível moralidade privada e pública, assim como o prestígio individual (...)"².

À época, o exercício de cargo público e, para os bacharéis em Direito, o de promotor público, de modo especial, era um reconhecimento do partido por serviços prestados. E, ao mesmo tempo, constituía-se na primeira etapa do *curs honorum* a que aspiravam os jovens militantes. Era a prova que precisava ser satisfeita para o lançamento político.

Getúlio Vargas foi nomeado em 1908 para a Segunda Promotoria Pública de Porto Alegre e, imediatamente, entrou no exercício do cargo. Com ele, foram nomeados promotores João Antônio Alves Nogueira, para Bento Gonçalves, Inocêncio Borges da Rosa, para Passo Fundo, e Álvaro Sérgio Massera, para Lagoa Vermelha, todos bacharéis da turma de 1907 e integrantes do Bloco Acadêmico Castilhistas. Foi a atuação nesse bloco que credenciou aqueles jovens bacharéis a serem nomeados promotores públicos.

O Bloco Acadêmico Castilhistas foi formado às vésperas do pleito de 1907, como linha auxiliar do Partido Republicano Rio-grandense, na campanha pela candidatura de Carlos Barbosa à presidência do Estado. Era integrado por alunos dos institutos de ensino superior sediados em Porto Alegre, inclusive da Escola de Guerra. Constituiu-se numa das vertentes renovadoras do PRR. Militaram no bloco, entre outros, os acadêmicos Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Paim Filho, Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e tantos outros vultos que transitaram com desenvoltura na cena política nacional, além de Getúlio Vargas. E que, como Vargas, foram formados naquele período de profunda afirmação de idéias e vigorosa execução de um programa partidário – o do partido no poder.

No período considerado, de 1907 a 1909, é claro o esforço do castilhismo para implementar seu projeto de desenvolvimento multilateral do Estado e de organização política, baseados em uma ideologia de inspira-

² Apud RODRIGUEZ, Ricardo Vélaz. Castilhismo uma filosofia da República. Porto Alegre: EST, 1980, p. 89.

ção positivista e sustentados pelo Partido Republicano Rio-grandense, um partido disciplinado e dogmático.

Ao mesmo tempo, ocorria no interior do PRR uma luta pelo poder, entre as facções que se opunham na disputa pelo espólio de Júlio de Castilhos, e que resultou na criação do Partido Republicano Democrático (PRD), aglutinado em torno de Fernando Abbott.

A disputa entre o PRR e o PRD revitalizou o panorama político do Rio Grande do Sul e possibilitou a ascensão de novos quadros no partido governista, que após a morte de Castilhos, embora tivesse mantido o comando do Estado, vira-se desfalcado da colaboração de destacados republicanos.

A participação dos acadêmicos de 1907 naquela pugna eleitoral comprometeu-os definitivamente com a máquina governista. Dessa forma, ao natural, ocuparam os espaços havidos nas fileiras republicanas. Os novos garantiam, assim, a continuidade dos ideais castilhistas, proclamando *um culto quase fetichista* a Júlio de Castilhos³, bem como a manutenção do Estado autoritário de inspiração positivista e a realização de seu projeto de modernização do Rio Grande do Sul.

Getúlio Vargas foi um dos líderes dessa geração e uma das figuras mais ilustrativas do Bloco Acadêmico Castilhista. Foi redator de *O Debate*⁴, ativo participante da campanha de 1907 e orador de sua turma na Faculdade de Direito. Colou grau como bacharel de Direito em 25 de dezembro de 1907. Estava, portanto, com seus pares, apto para iniciar-se na vida pública. Não esperou muito. Foi nomeado para o cargo de 2^o promotor público da comarca de Porto Alegre, em ato assinado por Borges de Medeiros, em 17 de janeiro de 1908. Era chefe do Ministério Público gaúcho, ocupando o cargo de procurador geral do Estado, o desembargador Manoel André da Rocha.

Paul Frischauer, comentando a repercussão pública do ato de nomeação, revela uma caricatura, alusiva ao evento, estampada no *Petit Journal*, órgão de imprensa de oposição ao governo, que então circulava em Porto Alegre: no desenho via-se Borges de Medeiros cercado por várias crianças, cujos rostos eram os dos redatores do *O Debate*. "Bom meninos" - perguntava Borges de Medeiros - "que querem agora? Uma caixinha de chocolate para cada um?" "Não" - saía da boca de Getúlio - "quero ser promotor pú-

³ VARGAS, Getúlio et alii. Manifesto Político dos Acadêmicos Castilhistas ao Rio Grande do Sul. A Federação, 27 abril 1907.

⁴ O Debate era o órgão de imprensa do Bloco Acadêmico Castilhista, comprometido com o PRR e com a campanha de Carlos Barbosa para a presidência do Estado.

blico". Poucos dias após a nomeação, a 20 de janeiro, assumiu o exercício do cargo de promotor. Aurélio Veríssimo de Bittencourt, secretário do presidente do Estado, fez disso a competente participação ao diretor-geral do Tesouro em 22 de janeiro.

No regime castilhisto, segundo Axt⁵, "*por mais de uma vez os promotores converteram-se em instrumento político para a preservação de limites básicos de moralidade e proibidade administrativa (...)*". Com Getúlio Vargas não foi diferente. A moralidade e a educação racional dos espíritos, com vistas ao bem público e à racionalidade social, eram a base para a organização da sociedade rio-grandense, na óptica do PRR. Sua primeira denúncia, conforme notícia de *A Federação* de 28 de janeiro de 1908, foi contra o réu Henrique Antônio Cândido dos Santos, por ter, a 19 daquele mês, praticado ferimentos a faca em José Raymundo e Pedro Bernardes.

No Arquivo Público do Estado encontram-se autos de diversos feitos em que interveio. A denúncia mais antiga, em processo arquivado naquele tomo, foi a que ofereceu contra Cassiano Lacerda, datada de 21 de fevereiro de 1908. Versava sobre o delito de estupro. Ao final, foi extinta a punibilidade do réu por seu casamento com a ofendida, após composição patrocinada pelo próprio Vargas. A notícia do primeiro júri realizado por Vargas na condição de promotor público foi dada por *A Federação* de 11 de fevereiro de 1908. O réu era Ovídio Pereira Pinto, e o defensor era o advogado Albino Pereira Pinto. O réu foi condenado à pena de seis anos de prisão.

Sua atuação no Ministério Público foi, no quadro da época, marcada por seu espírito independente e voltado aos interesses maiores da sociedade. Não foi acusador sistemático nem reduziu suas funções às exigências do formalismo vazio. O perfil de Vargas como promotor público pode ser avaliado pelo noticiário, publicado pelo *Correio do Povo*, de 8 de abril de 1908, sobre o júri de Antônio Paixão, acusado de crime de ferimentos graves:

"O dr. Getúlio Vargas, 2º promotor público, cumpriu ontem o compromisso que havia contraído quando estreou nesse cargo. Disse, então, o órgão da Justiça Pública que, naquela cadeira, seria o representante dos interesses da sociedade e que não acusaria simplesmente pelo prazer

⁵ AXT, Gunter. O Ministério Público no Rio Grande do Sul Evolução Histórica. Porto Alegre: o Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001, p.75.

de acusar, não pediria as penas da lei desde que não fosse um criminoso que comparecesse à barra do tribunal. Lido o processo de ontem, o dr. Getúlio levantou-se e declarou que o réu havia cometido o crime em legítima defesa, como fica demonstrado nos autos, não sendo, por isso, passível de pena. A defesa, que fora confiada ao sr. Augusto Salgado, nada teve que fazer senão declarar que aguardaria a absolvição de seu constituinte. O conselho unanimemente absolveu Antônio Paixão, que foi posto em liberdade”.

Getúlio Vargas atuou, também, nos termos de Viamão e de Gravataí, pertencentes à comarca da Capital. Em 17 de março de 1908, em companhia do dr. Ribeiro Dantas, magistrado, viajou para Viamão para instalar a sessão do júri daquele termo e, em 24 de março de 1908, acusou perante o Tribunal do Júri de Gravataí o réu Bibiano Cândido Marques, que foi defendido pelo advogado Josino de Azevedo. O réu foi absolvido.

Sua atividade funcional não excluiu a atividade partidária, tanto que foi designado pela Comissão Central do PRR distribuidor de chapas do Partido para a eleição municipal de 28 de setembro de 1908, na 11ª mesa da 1ª secção. O pleito foi disputado entre José Montauray e Antão de Farias. Montauray venceu com 5.192 votos contra 393 dados a Farias.

Lançando-se mão da periodização proposta por Axt⁶ para o período castilhista, considerando que esse período não pode ser tratado como um bloco homogêneo, Vargas surge e se afirma no cenário político no trânsito do período da *crise de hegemonia (1903-1907)* para o período da *construção da hegemonia borgeana (1908 a 1913)*.

O promotor público tinha larga visibilidade social por força de sua atuação no Tribunal do Júri. Os jornais davam grande publicidade aos júris e a população acorria a eles com extremo interesse. Neles, o papel do promotor público subia de importância. Na linha da ideologia castilhista, devia afirmar-se como paradigma de correção e probidade e desenvolver, na exposição das idéias e nos debates que se seguiam, conteúdos que promovessem

⁶ AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder. In AXT, Gunter et alii. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005, p. 115.

a educação racional dos espíritos e afirmassem a moralidade. O júri suscitava amplos comentários ao longo dos dias que o antecediam. Assim como, após sua realização, era assunto obrigatório, especialmente, a observação sobre o desempenho da defesa e da acusação, as teses propostas e o impacto que cada um, advogado ou promotor, da tribuna, causava nos assistentes.

Getúlio Vargas causava muito boa figura nos júris, por correção pessoal, sua probidade, seu carisma, sua fluência, seus dotes de eloquência, seu domínio da palavra, sua formação cultural e seu raciocínio rápido. Foi seu desempenho no cargo de promotor público que justificou que seu nome fosse proclamado como candidato à Assembléia dos Representantes pela Comissão Central do Partido Republicano Rio-grandense, conforme publicado em *A Federação* de 13 de março de 1909.

Em 23 de março de 1909, *A Federação* noticiou que o presidente do Estado havia despachado favoravelmente o pedido de Getúlio Vargas de exoneração do cargo de 2ª promotor público de Porto Alegre, observando que:

O dr. GETÚLIO VARGAS durante o tempo em que exerceu aquela espinhosa função, manteve sempre na mais brilhante evidência o seu talento e os seus dotes apreciáveis de apóstolo da Justiça e conhecedor do regime. Tendo resolvido transferir a sua residência para São Borja e ali exercer a advocacia, nosso ilustre amigo exonerou-se da investidura com que o distinguira o governo do Estado, e em cujo exercício teve aplauso público.

A portaria de Carlos Barbosa, presidente do Estado, que concedeu a exoneração solicitada foi datada de 20 de março daquele ano. Getúlio Vargas afastou-se do Ministério Público e mudou-se para São Borja para concorrer a deputado à Assembléia dos Representantes nas eleições marcadas para o dia 29 de março. E em 29 de março de 1909, Getúlio Vargas foi eleito deputado estadual pelo 5º Distrito Eleitoral, para a sexta legislatura (1909 a 1912), com 10.152 votos.

O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar

Ricardo Vélez Rodríguez

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro,
professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

É comum identificar Getúlio Vargas como presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1928, chefe do Governo Provisório em 1930, presidente da República em 1934, ditador em 1937 ou presidente eleito em 1951. Mas a figura de Getúlio parlamentar é desconhecida. No entanto, a passagem de Getúlio Vargas pelo Legislativo foi decisiva na sua formação como estadista. Porque foi justamente no Congresso que ele descobriu a dimensão nacional, superando as preocupações puramente regionais que até o começo dos anos 20 lhe roubavam a atenção.

Getúlio foi eleito para a Câmara dos Deputados em meados de 1922 pelo 3^o Distrito Eleitoral do Rio Grande. Pertenciam à bancada gaúcha, pelo mesmo distrito, Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas, Gumercindo Tabora Ribas, Joaquim Luiz Osório e José Barbosa Gonçalves, tendo Getúlio tomando assento pela primeira vez na Câmara na sessão de 26 de maio de 1923. Os outros deputados gaúchos, eleitos pelos 1^o e 2^o distritos eleitorais eram: Álvaro Baptista, Antônio Carlos Penafiel, Alcides Maia, João Simplicio Alves de Carvalho, Octavio Francisco da Rocha, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Francisco Antunes Maciel Júnior, José Thomaz Nabuco de Gouveia, Sérgio Ulrich de Oliveira e Ildefonso Simões Lopes.¹

Timidez e regionalismo

Dois traços iniciais encontramos no jovem parlamentar que se iniciava nas lides da palavra e da negociação política: timidez e regionalismo. Eis um testemunho claro de timidez apresentado pelo orador, em julho de 1923, alegando que se sentia acuado pelo brilhantismo retórico dos seus colegas: “Neste recinto, onde se reúne a elite intelectual do país, consagrado pelo verbo de tantos oradores ilustres, acostumado à ressonância do argumento sutil, da palavra elegante e da frase escorreita, eu desejaria ficar silencioso, observando e aprendendo. Dado o retraimento natural do meu espírito, a

¹ Cf. Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. I, p. 7.

minha timidez e o reconhecimento da própria incapacidade (...) eram outras tantas forças inibitórias a qualquer manifestação pública. É, pois, quase me escusando de uma ousadia, que compareço neste plenário”².

Podemos lembrar este outro testemunho, datado de agosto de 1923, em que aparece, além da timidez natural, a saudade regionalista de quem se sente desgarrado do organismo rio-grandense, retratada com imagens tiradas da *fi-siologia social* saint-simoniana: “Poderei alegar em meu favor, ao menos, a escusa de ser desconhecedor das praxes desta Casa, mal adaptado talvez ao meio para mim estranho. (...) Quanto mais longe me acho do meu Estado natal, mais próximo estou dele pelo coração, pelos meus sentimentos de admiração por seu passado de glórias, por seu presente de realizações, por seu futuro de esperanças (...). Nascido e criado na região fronteiriça do Rio Grande, na região da savana verde, sou como um pedaço arrancado do seu organismo sangrando ainda da separação recente, e sentindo em cada célula um estremecimento vibrante de amor e de saudade”³. Em 1924, quando escolhido como líder da bancada gaúcha na Câmara, o ainda tímido orador dizia: “Senhor Presidente, coube à minha desautorizadíssima palavra, (...) avesso que sou às manifestações da tribuna, a tarefa desvanecedora de, em nome da maioria da representação sul-rio-grandense, trazer as expressões dos nossos aplausos, da nossa solidariedade, à moção do ilustrado líder da maioria”.

Além da timidez, o Getúlio parlamentar caracterizou-se, como foi destacado acima, pelo seu sentido regionalista, que se traduzia em admiração pelas qualidades morais do homem gaúcho. Em agosto de 1923 pronunciava, a respeito, as seguintes palavras: “O gaúcho, essa figura indômita do centauro que, guiado pelos heróis epônimos de sua raça, demarcou a fronteira da Pátria com a ponta de sua lança e constituiu o baluarte inexpugnável para a defesa da mesma, já não existe. Modificado pela ação transformadora da civilização, caldeado nas diferenciações étnicas, o que resta do gaúcho é a lembrança do passado esbatida na poeira luminosa das lendas. Mas as qualidades desses ancestrais, o valor, o ímpeto, a sobriedade, a resistência, estas qualidades persistem nos seus descendentes de hoje, mas modificadas pelas novas condições da vida em benefício da paz e da ordem. Essas qualidades se transformaram”⁴.

² Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. I, p. 722.

³ Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. VI, p. 435.

⁴ Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. VI, p. 450.

A defesa do regime castilhista

A primeira grande empreitada de Getúlio na Câmara consistiu na defesa do governo gaúcho e da constituição castilhista, acusados de serem contrários à Carta Federal, em decorrência fundamentalmente de dois fatos: a hipertrofia do Poder Executivo inserida por Castilhos no regime sul-rio-grandense; e a instituição antidemocrática do sufrágio a descoberto. À defesa incondicional do castilhismo, Getúlio dedicou a sua tarefa tribunicia ao longo dos anos 1923, 1924 e 1925. Vargas lembra, em primeiro lugar, que ele não é o único homem público a sair em defesa do regime castilhista. Outras importantes figuras sul-rio-grandenses já empreenderam, antes dele, essa tarefa. Em discurso pronunciado na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de dezembro de 1925, frisava Getúlio: "O meu discurso tem apenas o valor de um protesto, por isso que a defesa das instituições constitucionais do Rio Grande do Sul tem sido feita em épocas diferentes, de maneira brilhante e exaustiva pelos próprios membros da representação rio-grandense, dentre os quais cito os nomes dos senhores Germano Hasslocher, James Darcy, Simões Lopes, Vespúcio de Abreu, Carlos Penafiel, Gumercindo Ribas, Joaquim Osório, Lindolfo Collor, além de outros, quer da tribuna das duas Casas do Congresso, quer das colunas da imprensa"⁵. Na sua argumentação, Getúlio reconhecia a filiação positivista da carta sul-rio-grandense (e, paradoxalmente também, num evidente exagero doutrinário, da Constituição Federal de 24 de fevereiro). O deputado gaúcho invocava a opinião de Júlio de Castilhos, para quem o regime sul-rio-grandense era legítimo, porquanto inspirado na verdadeira ciência social - o comtismo - e democrático, porque fundamentado no voto proporcional, aberto a todas as opiniões.

Em discurso pronunciado em dezembro de 1925, Getúlio dizia a respeito: "Sofreu a Carta de 14 de julho de 1891, em verdade, a influência da doutrina positivista, como padeceu dessa influência a Constituição Federal, embora menos acentuadamente. Mas daí não é possível julgá-la uma obra comtista. Júlio de Castilhos, o autor do projeto de Constituição rio-grandense, discípulo do genial filósofo de Montpellier, procurava as soluções políticas na escola científica de Augusto Comte. Teve, porém, de amoldar o estatuto estadual ao federal. Em memorável documento de 22 de agosto de 1898, escreveu o Patriarca manter a Constituição estadual inteira fidelidade aos

⁵ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 6520.

princípios cardeais da Constituição Federal (...). É, portanto, o código político sul-rio-grandense uma obra democrática, por força mesmo dos preceitos que lhe impôs o pacto fundamental da República, e não pode ser havida como obra sociocrática a Carta de 14 de julho de 1891, que autoriza a adoção para o Estado de uma lei eleitoral, como a que atualmente vigora no Rio Grande do Sul, a mais democrática das leis eleitorais, por isso que repousa no voto proporcional, garantindo a representação política de todas as opiniões"⁶.

Na sua defesa do governo castilhista, Getúlio não deixava de reconhecer que se tratava de um regime de força. Assim como Floriano manteve-se no poder "pela violência contra a violência", de forma semelhante, a Borges de Medeiros assistia o direito de utilizar meios extraordinários para permanecer no cargo. Nessa defesa da força, Getúlio, em discurso pronunciado em 10 de julho de 1923, marcava a distância que separava os castilhistas dos positivistas ortodoxos, citando trechos de recente artigo escrito pelo general Gomes de Castro⁷.

Getúlio tentava mostrar que, embora o regime sul-rio-grandense fosse centralizador, rigorosamente alicerçado num Executivo forte (que garantia a continuidade administrativa), no entanto, era expressão da ciência social e estava acorde com a Constituição Federal. De outro lado, o regime gaúcho propiciava o equilíbrio entre autoridade e liberdade, e era expressão, outrossim, de autêntico bipartidarismo. Isso revelava, no sentir do deputado, que a opinião pública gaúcha aceitava o regime implantado por Castilhos.

Estas idéias encontram-se no discurso que Getúlio pronunciou em 20

⁶ Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 6.523.

⁷ Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. III, p. 551-555. Eis a parte central do artigo do general Gomes de Castro: "Foi lícito (...) a Floriano, o benemérito defensor da República, por exemplo, o manter-se pela violência contra a violência no cargo de governo que ocupava. Foi não só lícito como ainda imperativo, pois que se tratava da defesa sagrada de supremos interesses nacionais. Estiveram ao lado desses supremos interesses os que, como nós, estiveram na linha de fogo sob o seu comando. Estão, outrossim, os que, como nós ontem, mantêm o culto cívico da sua impercível memória. É lícito, pois, ao senhor Borges de Medeiros, o Presidente legal do Estado do Rio Grande do Sul, o manter-se pela violência contra a violência, no cargo de governo que ocupa. Não só é lícito, como ainda imperativo, pois que se trata da defesa sagrada de supremos interesses nacionais. Estão ao lado desses supremos interesses nacionais os que, como nós, estão ao lado do seu governo. Eis aí, de modo geral, as razões do nosso profundo desacordo com o senhor Teixeira Mendes. Por meio delas, por mais sumárias que sejam, os nossos concidadãos ficarão vendo que Augusto Comte tomou o homem, o mundo pequeno dos antigos, por aquilo que realmente é, quer dizer, como um animal, o primeiro dos animais, como um ser egoísta e altruísta, e não como um anjo. Achamos que o nosso eminente confrade está tendendo para um vago misticismo, incompatível com a positividade da nossa incomparável Fé, o que julgamos do nosso dever tornar público, ainda uma vez (...)". A seguir, Getúlio frisava: "Fazendo parte do meu discurso, esse artigo serve como contribuição para interpretar a doutrina positivista, e como sedativo para acalmar a certos pruridos revolucionários ou, talvez, em alguns casos, como antídoto a certas secreções venenosas".

de outubro de 1925. Eis o trecho central desse discurso: “Na grande hora histórica que estamos vivendo, é natural e é lógico que cada um traga o seu depoimento, vazado nos moldes das idéias que o agitaram, dos sentimentos que o impeliram, refletindo a atuação superior a que houve de obedecer condicionado pelos princípios políticos do partido a que pertence, e expressando o que foi mister ceder, vencido pelas contingências em ocasião. O Rio Grande do Sul é o caso único na Federação, onde a opinião pública se biparte em organizações políticas, erguendo-se em torno ao pendão dos seus programas, com idéias perfeitamente nítidas e precisas. E, talvez por isso, quando a exacerbação das paixões, naquele povo em que os sentimentos cívicos têm uma imensa vibração, leva-o à contenda pelas armas; mal cessada esta, ainda sob o fumo esvoaçante dos combates, os lutadores podem trocar um aperto de mão como cavalheiros. É que se bateram pela vitória das suas insígnias e entre eles permaneceram intatos os sentimentos de honra pessoal e o respeito pela dignidade alheia. O Partido Republicano fundado por Júlio de Castilhos, desde os primeiros tempos da República, para apoiar as instituições políticas sul-rio-grandenses, temperado nas lutas cívicas e no fragor dos combates, é uma força impressionante de coesão e de disciplina. O Estado do extremo sul, guiado pelo seu grande organizador, um político (norteador) pelo rígido critério de um filósofo, com intuições de sociólogo, ergueu, dentro do sistema da Constituição Federal, um regime institucional em que admiravelmente se consorciavam a autoridade com a liberdade. Melhor compreendendo a natureza do regime presidencial, instituiu um poder executivo forte, facultando-lhe, sem receio, consagrar e manter as mais amplas franquias liberais, ampliando senão na letra pelo menos na sua exata interpretação, as que foram prometidas pela Constituição da República. A par disso, a continuidade administrativa, um critério firme e seguro, normas, processos, praxes de publicidade ampla, de probidade, de simplicidade e de clareza formaram costume, criaram hábitos sulcando aspectos característicos na sua vida pública”⁸.

O parlamentar gaúcho incorria em contradição ao afirmar, como acabamos de frisar, que a constituição castilhista não entrava em atrito com a Carta Federal e ao reconhecer, ao mesmo tempo, alicerçado em Duguit, que a feição centralizadora do regime castilhista consagrava uma eficiente figura

⁸ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.922.

do Executivo que legislava diretamente, de forma plebiscitária, considerando, de outro lado, a tri-partição de poderes como mais uma abstração teológica da metafísica liberal. Em discurso pronunciado em 21 de outubro de 1925, frisava Getúlio: "Lá (no Rio Grande do Sul) o Presidente do Estado propõe a lei que toma a forma plebiscitária, com a publicidade ampla, a colaboração direta do povo na apresentação de emendas e *referendum* dos Conselhos Municipais. São os imperativos categóricos da ordem social, impondo-se como necessidades iniludíveis, e vencendo as frágeis barreiras erguidas por preconceitos teóricos em equilíbrio instável, no trapézio mirífico da divisão de poderes, como muito bem afirma Duguit: *Esta concepção de um poder soberano, em três poderes, é uma concepção metafísica, análoga ao mistério cristão da trindade, que tem seduzido os espíritos às vezes químicos da Assembléia de 1789, mas que é inadmissível numa concepção verdadeiramente positiva do direito público*"⁹.

Getúlio argumentava, de outro lado, no sentido de desmoralizar os que faziam oposição ao regime sul-rio-grandense, os *assististas*, lembrando que eles herdaram dos maragatos o gosto pelo confronto e pela revolução. A argumentação do deputado terminava entrando em choque com a sua defesa do bipartidarismo gaúcho a que fizemos alusão anteriormente. Tanto era verdade que o bipartidarismo inexistia no Rio Grande, que a oposição via-se empurrada à revolta armada por falta de garantias para o exercício pacífico da representação. Não há, diz Getúlio, opinião pública favorável à revolução no Rio Grande do Sul. O regime sul-rio-grandense é apoiado pelas classes conservadoras, industriais e trabalhadores, às quais o deputado gaúcho somava o Exército. O arrazoado getuliano deixa transparecer claramente a sua inspiração castilhistista, bem como a sua heterodoxia comteana, pois o filósofo de Montpellier jamais pensou em admitir as Forças Armadas como integrantes das classes conservadoras.

Em discurso pronunciado em 19 de novembro de 1924, dizia Getúlio a respeito: "Como aferir da existência dessa maioria da opinião favorável à revolução? No Exército? Não! Não representam o Exército esses pequenos grupos que, traíndo seus compromissos de honra, levantam as armas contra os poderes constituídos da República. E tanto não representam que não têm a seu lado nem um nome representativo do Exército, nenhuma brilhante

⁹ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.713.

tradição do Exército Nacional, nenhuma alta patente na efetividade do seu cargo (...). Estará com o povo, com a opinião pública? Não. Não pode também representar a opinião pública, porque a opinião pública não é a opinião dos desocupados, não é a opinião dos gritadores de esquina, dos vulgarizadores de boatos, dos eternos descontentes que fazem dos seus desastres pessoais, motivos de calamidades públicas. A opinião pública tem que ser representada pelas camadas profundas da sociedade, pela expressão das nossas altas relações comerciais, pelas classes conservadoras, pelos que laboram nas indústrias, pelos que aram a terra, pelos que apascentam os rebanhos, por todos os que trabalham e produzem e que precisam de paz e de ordem como garantia precíua e remuneradora dos seus esforços"¹⁰.

De maneira bastante curiosa, o parlamentar Getúlio Vargas defendia o princípio federativo, como forma de impedir a intervenção da União no Rio Grande. Contrasta essa atitude com o que Getúlio adotará, uma vez no poder, no sentido de centralizar politicamente o país mediante a nomeação de interventores. A defesa do princípio federativo soa, assim, como posição tática, mais do que como convicção.

Em importante discurso pronunciado em 21 de outubro de 1925 (que constitui, aliás, uma das peças oratórias de maior significado na trajetória parlamentar getuliana), assim defendia o deputado gaúcho o princípio federativo: "A maioria dos propugnadores de medidas centralizadoras que cerceiam a autonomia dos Estados, partem de um falso pressuposto: que os serviços públicos da União são melhor organizados que os dos Estados. A verdade, porém, é que os serviços públicos federais, em matéria de administração, deixam muito a desejar. Não podem servir de modelo aos Estados. A União tem um funcionalismo público expressivo, aumentado mais no intuito de atender às solicitações do protecionismo oficial que aos interesses do serviço e mal remunerado porque é excessivo (...). Sobrecarregar ainda a União com serviços que devem ser custeados pelos Estados, é entrar a máquina administrativa e, talvez, deixar àquela que não tem recursos para esse serviço, o ônus de ministrar a instrução pública aos Estados que descurarem dessa obrigação. (...) Diz Raoul de la Grasserie que no mundo social, como no mundo físico, sob a ação do movimento, a matéria pode associar-se, dissociar-se, condensar-se ou refazer-se, apresentando o aspecto

¹⁰ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XIV, p. 270-271.

dos Estados federativos ou unitários. Acolhendo, embora com as necessárias precauções, a fácil generalização desses princípios, é justo confessar a aplicabilidade da observação do ângulo sociológico, a nosso respeito. Após a dissociação e relativa independência entre si, dos diversos núcleos sociais no regime colonial, sobreveio a condensação no unitarismo absorvente do período imperial, refazendo-se, depois, no sistema federativo da organização republicana. A Federação implantou-se, entre nós, com caráter definitivo, por ser a única organização compatível com a vida orgânica do Brasil. Só a Federação satisfaz a diversidade das nossas bases geográficas, das nossas tradições históricas, da nossa estrutura social"¹¹.

Getúlio lembra que a feição federativa enraizou-se nas tradições do Rio Grande do Sul desde o século XIX, a partir da República de Piratini, como muito bem fica patenteado no manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838, que rezava assim: "Perdidas as esperanças de concluírem com o Governo de S. M. I. uma conciliação fundada nos princípios da justiça universal, os rio-grandenses, reunidos às suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos, todavia, a federarem-se, quando isso se acorde, às Províncias irmãs, que venham a adotar o mesmo sistema"¹².

O princípio federativo para Getúlio, em resumo, garante a liberdade, o correto funcionamento das finanças públicas, o patriotismo e a segurança do sistema republicano. No seu discurso de 21 de outubro de 1925, o deputado gaúcho deixou claras essas idéias: "Só ela (a Federação), pela sua maior afinidade com a forma republicana, por tornar o patriotismo mais concreto, por ser mais liberal, mais aberta às iniciativas, mais ágil, pode suplantar a monstruosa hidrocefalia do unitarismo. Só ela permite uma melhor organização econômica e mais perfeita tributação, conforme as fontes produtoras de cada unidade federada. Por isso devemos resistir a qualquer diminuição na autonomia dos Estados, como tendências centralizadoras e unitárias que golpeiam a Federação. O dinamismo revolucionário do período imperial erguia-se mais contra as instituições e tornava-se separatista pela força das circunstâncias, isto é, pelo isolamento, ante a impossibilidade de modificar

¹¹ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.722.

¹² Citado por Getúlio Vargas no seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 1925. In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.722.

o regime então vigente. No período republicano, ao contrário, os movimentos subversivos são dirigidos contra os governos e alguns até sob o pretexto de exigir mais exata aplicação da lei. Nada podem dizer contra a forma de governo que é o ideal dos povos livres, nem contra as leis que são liberais. Se a juízo dos opositores os governos são maus, a limitação de sua vida no tempo (tem) prazo fixo (e isso) resolve o problema. O erro dos rebeldes consiste, sendo eles uma pequena minoria, em sair de sua função simplesmente fiscalizadora, pretendendo impor pelas armas, num regime de opinião, o que só as urnas podem decidir. Com o sistema federativo, um golpe de força, por acaso triunfante na capital da República, já não decide da sorte de um governo. É que as unidades federadas adquiriram vida própria, elementos próprios de resistência, reservatórios inesgotáveis de energia e de força renovadora. E se as organizações destinadas à manutenção da lei no interior viessem, no todo ou em parte, a falhar no desempenho dessa missão, a estabilidade legal seria mantida por força do vínculo federativo que une os Estados (...). Só a República Federativa é o regime mais próprio para a formação desses pequenos centros vivazes, verdadeiras escolas de civismo e de experiência, onde se ensaiam os futuros homens de Estado, que aspiraram ao exercício das altas funções da vida pública, para servir à grande Pátria que é o Brasil (...)"¹³.

Ecoa aqui, sem dúvida, a idéia comteana das "pequenas pátrias", tão cara ao próprio Júlio de Castilhos. Que essa concepção não formava parte das convicções profundas de Getúlio, prova-o amplo processo centralizador efetivado pelo estadista gaúcho, quando da sua chegada ao poder em 1930. As juras federalistas são, assim, como já frisamos, mais um argumento tático de quem no Parlamento defendia os interesses do Rio Grande do Sul. Uma vez dono do poder, Getúlio agiria de forma diferente, inclusive entrando em

¹³ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.722. No mesmo discurso, Getúlio frisava em relação ao élan federativo causado pelo centralismo imperial: "O sistema de unidade e centralização instituído pelo Império, absorvendo as autonomias locais e ameaçando-lhes as iniciativas, foi um regime transitório e artificial. E as formidáveis junturas dessa máquina política partiam-se, amiúde, sobre a expansão dos foros regionais, reivindicando direitos, às vezes com as armas na mão. Na Constituinte de 1823, verificaram-se as primeiras manifestações federativas. Em 1824, a Confederação do Equador deixava patentes as aspirações do norte brasileiro. Em 1835, irrompeu no Rio Grande do Sul a epopéia farroupilha denominada República de Piratini, que lutou 10 anos de combates fulgurantes contra todo o Império, inclusive grande parte da população da própria província rebelada, que permaneceu fiel ao Governo imperial. Foi este o mais tenaz e denodado ensaio de organização republicana, até então levado a efeito. A Revolução não pretendia quebrar a unidade nacional. Não tinha intuítos separatistas. A antiga Província rompeu transitoriamente apenas, os vínculos que a prendiam ao resto do Brasil, porque não encontrou neste solidariedade para a realização do ideal republicano". Ob. cit., pg. 4722.

atrito com a caudilhagem sul-rio-grandense, como dão testemunho os numerosos conflitos havidos entre ele e Borges de Medeiros, Flores da Cunha etc.¹⁴. Confirma-se assim, a validade da apreciação de Simon Schwartzman¹⁵, de que os gaúchos eram, tradicionalmente, liberais quando na oposição e autoritários quando no poder.

O deputado coroava a sua defesa do regime sul-rio-grandense com um argumento de autoridade: o seu fundador, Júlio de Castilhos, e o seu atual representante, Borges de Medeiros, são pessoas de ilibadas virtudes republicanas. Em relação a Castilhos, dizia Getúlio em discurso pronunciado em 18 de novembro de 1924: "Por último, o senhor Lafayette Cruz fez a sua estréia tribunícia, pronunciando um discurso que é uma revelação de sociólogo. Evidentemente, S. Ex^a descobriu o nexos da causalidade entre a evolução democrática da atualidade e o regime normal previsto pela sociologia comtista, e para o qual marchamos, segundo a sua afirmação. S. Ex^a, com a frente enramada pela coroa de louros deste dom divinatório, cortou na trama viva da sociedade sul-rio-grandense com a agudeza crítica de um filósofo. Declarou o Sr. Deputado Lafayette Cruz que *Júlio de Castilhos era a mais completa e perfeita organização de estadista republicano de quantos têm atuado na consolidação e aperfeiçoamento do regime e que a Constituição do Estado era modelar, consagrada de todas as liberdades*"¹⁶.

Em relação às virtudes republicanas de Borges de Medeiros, dizia Getúlio, em discurso pronunciado em 23 de agosto de 1923: "Um homem que governou durante 20 anos, que desenvolveu e incentivou o progresso de seu Estado, está paupérrimo, porque dedica toda a atividade ao interesse público, não lhe sobrando nem mesmo tempo para atender o escasso patrimônio que recebeu de seus antepassados"¹⁷.

Discussão e equacionamento dos problemas nacionais

Embora ferrenhamente comprometido com a defesa do regime sul-rio-grandense, Getúlio Vargas acorda cedo, na sua função parlamentar, para a discussão dos principais problemas nacionais, em face dos quais preocupa-

¹⁴ Cf. a este respeito, o Diário de Getúlio Vargas, (volume I: 1930-1936; volume II: 1937-1942). Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; São Paulo: Siciliano, 1995.

¹⁵ Schwartzman, Simon. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, Difel, 1975, pg. 116.

¹⁶ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XIV, p. 233-234.

¹⁷ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. VI, p. 451.

se com a busca de soluções viáveis. Já em 19 de novembro de 1924, o deputado gaúcho faz, em memorável discurso, uma clara enumeração dos principais problemas enfrentados pelo país: desequilíbrio orçamentário, questão social, isolamento regional. A solução deverá ser equacionada por meio de reformas, não de revoluções. Encontramos aí formulada, em germe, a ulterior política getuliana de equacionamento técnico dos problemas.

Eis o trecho mais significativo do mencionado discurso: “Feita a República, que foi o grande ideal nacional, garantidas as mais amplas conquistas liberais, com a Constituição de 24 de fevereiro, resta-nos apenas a realização dos grandes problemas nacionais para que o Brasil possa descrever a curva harmônica do seu progresso. Esses problemas têm constituído a preocupação patriótica do Governo da República e têm sido largamente discutidos nesta Câmara, ainda este ano, nos notáveis pareceres apresentados pelos relatores das diferentes Comissões e nos discursos de todos os brilhantes espíritos que aqui se têm ocupado do assunto. Estes problemas nacionais são, em primeiro lugar, o equilíbrio orçamentário, porque, tanto os países quanto os indivíduos que gastam mais do que ganham, desordenadamente, terão de chegar fatalmente à ruína. Restabelecido o equilíbrio orçamentário, teremos a solidez das finanças, a fortaleza do crédito público, a alta do câmbio, o barateamento da vida, a abundância material. Ao lado deste, teremos os problemas correlatos, a valorização do fator humano pela profilaxia, pela educação primária, pelo ensino profissional; o aumento da produção e da circulação da riqueza, pelo desenvolvimento dos meios de transportes. Mas, para que o Brasil realize esses problemas, não precisa de revoluções, porque todos esses problemas podem e devem ser resolvidos dentro do nosso regime. Essas revoluções, absolutamente, não representam um ideal, porque não têm por si a maioria da opinião nacional”¹⁸.

Foi a leitura da obra de Oliveira Vianna que levou Getúlio a descobrir a dimensão nacional e lhe permitiu superar o ranço de regionalismo sul-riograndense. Getúlio cita nos seus discursos, a partir de 1925, trechos inteiros de *Populações meridionais do Brasil*, cuja primeira edição data de 1920. É através da leitura de Oliveira Vianna que o deputado supera os estreitos limites do comtismo e se abre a uma perspectiva sociológica mais larga, na qual, sem esquecer os princípios do organicismo saint-simoniano e do

¹⁸ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XIV, p. 207.

darwinismo social¹⁹, incorpora a perspectiva monográfica da sociologia de Le Play, que já tinha, aliás, inspirado ao próprio Sílvio Romero.

No seu memorável discurso de 25 de outubro de 1925, frisa Getúlio: "Ninguém melhor que Oliveira Vianna, cujas idéias compendiamos em algumas destas sugestões, com a esclarecida visão do sociólogo, apreendeu a evolução do povo brasileiro. Fracassaram as generalizações apressadas da sociologia, pretendendo aplicar as leis gerais da evolução, como um paradigma que todos os povos tivessem de seguir, na sua marcha. Esqueceram-se que a ação modeladora do meio cósmico, da composição étnica e dos fatores externos tinham que variar o processo do seu desenvolvimento, que sofre avanços e recuos, desvios e contramarchas, conforme a atuação preponderante desses agentes. Foi preciso que sobreviesse a plêiade brilhantíssima dos discípulos da Escola de Le Play, para, no estudo pormenorizado dos pequenos núcleos sociais, apanhar toda a infinita variedade da vida. Edmund Demolins, um dos mais argutos seguidores dessa escola, discípulo de Henri de Tourville, diz no seu notável ensaio - *Comment la route crée le type social: A causa primeira e decisiva da diversidade de povos e da diversidade de raças é o caminho que os povos têm seguido... Os caminhos do globo têm sido, de alguma forma, potentes alambiques que têm transfor-*

¹⁹ Antes da influência de Oliveira Vianna, recebida em 1925, Getúlio tinha-se formado no conhecimento do positivismo (Cf. a respeito, Ivan Lins, História do positivismo no Brasil, 2ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 208-212), da fisiologia social saint-simoniana e do darwinismo social. A filha de Getúlio, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (Getúlio Vargas, meu pai. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 6 e 8), destaca, na biblioteca paterna, a presença de obras de autores clássicos, encadernados. Encontrei a Revista Pantum onde escrevera um fundamentado artigo sobre Emilio Zola. Tinha como sub-título: Renouveler ou périr (Renovar-se ou perecer)". No seu Diário (ob. cit., vol. I, p. 486-487), Getúlio dá o seguinte testemunho da sua inspiração no darwinismo social: "À noite, de conversava com meu filho Lutero sobre a preocupação filosófica nos últimos anos de minha vida de estudante, a ânsia de encontrar na ciência ou na filosofia uma fórmula explicativa da vida e do mundo. Falou-me dos vestígios que ele encontrava dessa preocupação nos livros da minha biblioteca que ele estava percorrendo e nas anotações encontradas. No conceito que eu lhe repetia, e que ele encontrara nessas anotações ou referências, estava, como aplicação da teoria darwiniana, que vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos - vencer é adaptar-se. Como tivesse dúvidas sobre a significação da fórmula, expliquei-lhe: adaptar-se não é conformismo, o servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar". À luz dessa influência podem ser interpretadas as imagens orgânicas e fisiológicas fartamente utilizadas por Getúlio nos seus discursos parlamentares. Eis alguns exemplos: "As fúrias que se assanham contra as instituições sul-rio-grandenses assemelham-se à avidez dos estômagos gastos pela deglutição de todas as papas-fritas da culinária costumeira, ante o aparecimento de acepipes novos e raros. No descontentamento dos tempos que correm, há a surda fermentação social de um novo mundo (...)" (Discurso pronunciado na sessão de 9 de dezembro de 1925. In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 6.532). Outro exemplo: "Quaisquer que sejam os princípios e ideais adotados por nós, a identidade dos fatores cósmicos, morais e sociais, atuando sobre os mesmos indivíduos, deve apresentar as mesmas resultantes biológicas..." (Discurso pronunciado na sessão de 20 de outubro de 1924, in: Brasil, Congresso Nacional, Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XII, p. 483-484).

mado, de uma forma ou de outra, os povos que por ali têm passado"²⁰.

Seguindo a análise de Oliveira Vianna em Populações meridionais do Brasil²¹, Getúlio lembra a forma em que se processou a unificação do país, sob o Império, após séculos de dispersão colonial, motivada pelos fatores físicos. A propósito, frisa o deputado: "Ante a ação inevitável das leis naturais, sob a pressão de fatores geográficos, os políticos lusitanos são obrigados a ensaiar um regime novo. Começam pela criação de capitânicas hereditárias, ensaiam depois um governo geral e por fim optam pela fragmentação do poder, instituem governos entre si, quase independentes e sujeitos inteiramente à metrópole. Esta, as mais das vezes, no interesse fiscal, ainda subdividia a autoridade pomposa dos vice-reis ou governadores entre vários agentes subalternos, cujas funções variavam conforme a natureza da vida local. Esses núcleos regionais, diferenciados pela ação dos fatores cósmicos e étnicos, insulados no vastíssimo território e sujeitos somente ao Governo nem sempre paternal, mas de atuação demorada da Metrópole, formaram o esboço de uma Federação que mais de três séculos de vida colonial afeiçoaram aos hábitos da autonomia regional. E assim tinha de ser, porque, como bem observa Oliveira Vianna: *Não é possível nenhuma organização central forte em um país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar*. Proclamada a Independência, os estadistas imperiais tinham que resolver o problema da criação de um país, estruturando-o sobre as bases da unidade política. E saíram-se engenhosamente, criando uma poderosa máquina de constrição, que tinha como peça mestra, rematando todas as outras, o Poder Moderador. Através desta se fazia o reajustamento ou a mudança de todas as outras peças. Segundo a crítica da época, pela instituição do Poder Moderador, o rei reina, governa e administra, quebrando assim o postulado constitucional atestador da miopia do imperante, nos países de regime parlamentar"²².

Duas observações convêm fazer em relação a esta leitura de Oliveira Vianna por parte de Getúlio Vargas. Em primeiro lugar, o deputado gaúcho não sintetizava, no seu discurso, todos os elementos que o sociólogo

²⁰ In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.931.

²¹ Cf. Oliveira Vianna. Populações meridionais do Brasil. Vol. 1: Populações rurais do centro-sul. 7ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. O arrazoado getuliano alicerça-se, fundamentalmente, na terceira parte da mencionada obra, que trata da formação política brasileira (p. 159 a 250).

²² Getúlio Vargas, discurso pronunciado em 21 de outubro de 1925. In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, pg. 4.722.

fluminense desenvolveu, em *Populações Meridionais do Brasil*, em relação à evolução da administração colonial portuguesa. Se bem é certo que houve o processo de ocupação ganglionar do território, bem como a presença de múltiplas administrações independentes (que muitas vezes produziram o fenômeno da "anarquia branca"), Getúlio não leva em consideração que o modelo atomístico colonial começou a ser superado no século XVIII, a partir da descoberta das minas de ouro e diamantes, com a criação, em Minas Gerais, do Distrito Diamantino²³. A administração das minas recém descobertas exigia uma série de controles que não tinham razão de ser antes; pelo contrário, uma relativa liberdade, como a que ensejou os movimentos expansivos dos paulistas, era útil aos interesses da Coroa portuguesa, porquanto ajudou na descoberta das minas.

Uma segunda observação que podemos fazer é que Getúlio descobriu, (à luz da obra de Oliveira Vianna), no processo centralizador e unificador empreendido pelo Império, o modelo que ele próprio poria em execução anos mais tarde, quando à frente do poder nacional empreendeu, na década de 30, amplas reformas modernizadoras, no contexto do centripetismo que caracterizou a Segunda Geração Castilhistas.

Oliveira Vianna identificou dois momentos-chave no processo de centralização brasileiro, em *Instituições políticas brasileiras* (1949)²⁴: o Segundo Reinado e o Estado getuliano²⁵. Dom Pedro II e Getúlio Vargas enfeixaram nas suas mãos o maior acúmulo de poder que governante algum já conseguiu ter ao longo da história brasileira. A genialidade política de ambos decorria do fato de terem encarnado uma autoridade de cunho patriarcal, mas pondo-a a serviço de um processo modernizador, que tinha como finalidade a definitiva consolidação do Estado nacional, sobranceiro aos clãs. O Estado getuliano, considera Oliveira Vianna, sobrepôs-se à privatização do poder político decorrente da queda do Império e da adoção da instituição republicana calcada na Carta norte-americana, com o conseqüente sacrifício do poder central no altar do vácuo federalista. Getúlio conseguiu reerguer um centro de poder nacional. Ao seu redor, em autêntico *élan* modernizador, o estadista gaúcho deflagrou amplo processo de reformas econômicas, sociais,

²³ Cf. Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. I. Ob. cit., p. 185 seg.

²⁴ Cf. Oliveira Vianna. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 vol.

²⁵ Cf. o nosso artigo "Vargas e Oliveira Vianna: o estatismo e seus dois intérpretes". In: *Suplemento Cultura - O Estado de S. Paulo*, ano III, no. 182, 4 de dezembro de 1983, p. 10.

trabalhistas e educacionais, que permitissem ao Estado intervir nos principais setores da vida nacional, a fim de sobrepôr a unidade política e o sentimento nacional à colcha de retalhos de interesses clânicos em que tinha afundado a República Velha. Verdadeiro esforço pedagógico que visava ao surgimento de uma nova consciência social, como a pretendida pelo processo centralizador do Império. O direito social, presente na legislação trabalhista getuliana, seria elemento fundamental do processo²⁶.

Getúlio, como era de se esperar, em decorrência da sua formação castilhistas, endossava a tese de Oliveira Vianna de que a representação, ao longo do Império, constituiu mais uma pura formalidade a serviço da centralização dominante. A respeito, frisava o deputado gaúcho: "É que no Brasil, verdadeiramente, nunca houve regime parlamentar, como reflexo da vitória dos partidos. O Poder Moderador abatia ou elevava Ministérios, e estes é que, paradoxalmente, elevavam ou derrubavam as situações políticas. (...) O verdadeiro parlamentarismo (...) nunca foi exercido. Proibia-lo a Constituição imperial. Impediram-no a falta de eleições livres, o dissídio intestino dos partidos e, por fim, o poder efetivo da Coroa"²⁷.

Conclusão

Getúlio Vargas descobriu muito mais cedo do que se imaginava a perspectiva nacional dos problemas brasileiros. Como foi mostrado atrás, foi na sua passagem pelo Parlamento que o líder são-borjense superou a natural timidez, bem como a perspectiva assaz regionalista da sua apreensão do mundo²⁸. A vida parlamentar permitiu-lhe, outrossim, conhecer outras perspectivas teóricas diferentes do estreito cientificismo dos pampas. Foi assim como, na Capital da República, entrou em contato com a obra de Oliveira Vianna, tendo desenvolvido, a partir dessa salutar influência, uma base teórica suficiente para superar a estreita perspectiva regionalista dos castilhistas da primeira geração. As reformas que Getúlio empreendeu a partir de 30 foram, dessa forma, preparadas já na década anterior, mediante a elaboração de um alicerce conceitual mais amplo do que o comitismo.

²⁶ Cf. nossa obra Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro. Londrina: Editora da UEL, 1997.

²⁷ Getúlio Vargas, discurso pronunciado na sessão de 21 de outubro de 1925. In: Brasil, Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.722.

²⁸ Alzira Vargas do Amaral Peixoto relata, na sua obra, já citada, Getúlio Vargas, meu pai, que foi Herculano de Freitas, "homem de grande inteligência" e líder da bancada paulista, quem iniciou Getúlio "nos segredos e malícias do Congresso e da política nacional" (p. 19).

Nessa nova base conceitual Getúlio projetou o positivismo, o darwinismo social e o saint-simonismo da sua primeira formação, sobre o pano de fundo do método monográfico de Le Play, que constituía o norte das pesquisas de Oliveira Vianna (e que era contrário a qualquer tipo de dogmatismo sociológico). Essa talvez seja a razão fundamental do extraordinário jogo de cintura do estadista gaúcho, que se caracterizou por não lutar contra os fatos e por buscar a efetivação das reformas, contando com as exigências da realidade. Lembremos o princípio de darwinismo social do estadista gaúcho, explicitado por ele no seu *Diário*: "Vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos - vencer é adaptar-se (...); adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar"²⁹.

²⁹ Getúlio Vargas. *Diário*. ob. cit., vol. 1, pg. 486-487.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. I.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. III.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, vol. VI.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XIV.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros, *História do positivismo no Brasil*, 2ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Diário (volume I: 1930-1936; volume II: 1937-1942)*. (Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; São Paulo: Siciliano, 1995.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Castilhismo, uma filosofia da República*. 2ª Edição acrescida. (Apresentação de Antônio Paim). Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção "Brasil 500 anos").
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*. (Apresentação de Antônio Paim). Londrina: Editora da UEL, 1997.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "Vargas e Oliveira Vianna: o estatismo e seus dois intérpretes". In: *Suplemento Cultura - O Estado de São Paulo*, ano III, no. 182, 4 de dezembro de 1983, pg. 10.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987, 2 vol.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil. Vol. I: Populações rurais do centro-sul*. 7ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado

Gunter Axt

Mestre em História pela UFRGS, doutor em História Social pela USP, consultor do Memorial do Judiciário do RS e do Memorial do MP-RS

Como Getúlio Vargas apareceu no cenário político do Rio Grande do Sul e qual foi, para o Estado, o sentido político de seu governo, entre 1928 e 1930? Pretendemos, aqui, resumidamente, oferecer alguns elementos à reflexão dos colegas, contribuindo para a resposta a estas perguntas situadas na raiz do fenômeno histórico "Getúlio Vargas".

O personagem Getúlio precisa ser compreendido no contexto das relações de poder patrimonialistas, do Império brasileiro, e coronelistas, da Primeira República. Getúlio era filho do coronel da Guarda Nacional Manuel do Nascimento Vargas, estancieiro em São Borja, cidade na remota fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, cuja economia assentava-se essencialmente na criação extensiva de gado. Manuel Vargas lutara na Guerra do Paraguai, passando de cabo a tenente-coronel do Exército Nacional, do qual se desligou para se estabelecer em São Borja após o término do conflito.

No final do Império, Manuel aderiu ao Partido Republicano. Enfrentou os maragatos na Revolução de 1893-95, quando os republicanos castilhistas foram os grandes vencedores. Entre 1907 e 1911, foi intendente municipal, sendo substituído no posto pelo filho mais velho, Viriato.

A ascensão política dos Vargas está relacionada à crise de hegemonia que sacudiu o Partido Republicano Riograndense (PRR) após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903. Em 1897, pretendendo alçar-se em candidato à sucessão presidencial do País, Castilhos ungira o desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros à Presidência do Estado, mantendo, contudo, o controle da chefia do PRR. No governo do Estado, Borges comportara-se como um secretário de Júlio de Castilhos. Esta disciplinada fidelidade lhe valera indicação para a reeleição, em 1902.

Após a morte prematura do líder, entretanto, Borges pretendeu enfeixar a administração do Governo e o comando do partido. A pretensão foi repelida por outras lideranças. Do impasse brotou o clima de cisão que

culminou com a tensa campanha eleitoral para a presidência estadual em 1907, quando Borges precisou declinar de sua candidatura própria, indicando em seu lugar Carlos Barbosa Gonçalves para a missão de enfrentar o dissidente Fernando Abbott.

Republicano histórico e médico de São Gabriel, Abbott contou com o apoio de uma parcela do PRR, bem como de membros da oposição federalista, que continuava sendo alijada da política e permanecia recolhida desde a derrota na Revolução de 1893. Em muitos municípios do Estado, portanto, Borges de Medeiros precisou enfrentar o seu próprio partido em aliança com estratos da aguerrida oposição. Para impor a vitória de Carlos Barbosa sobre Abbott e para consolidar o seu domínio no partido, pavimentando o seu regresso ao comando da administração pública em 1913, Borges de Medeiros se valeu da estrutura jurídica autoritária, consubstanciada na Constituição de 1891, para intervir em muitos municípios. Entre 1903 e 1908, inúmeros comandos locais foram substituídos por facções do PRR leais à rede de compromissos borgiana. Estas substituições não se deram sem conflitos.

A partir daí, Borges de Medeiros registrou uma convivência tensa com os poderes locais, que oscilava da cooperação e da cooptação ao confronto desabrido. Dispunha de instrumentos poderosos para intervir na política municipal, entre os quais uma polícia militar bem estruturada, um razoável controle sobre as decisões do Judiciário e sobre a atuação do Ministério Público, o aparelhamento da Assembléia dos Representantes (que autorizava, por exemplo, pedidos de empréstimos das administrações municipais), um significativo controle sobre o partido dominante e a chance de decretar a anulação de eleições municipais. Ainda assim, enfrentou graves dissidências e a insubordinação de lideranças locais ou de distritos municipais. De fato, em que pese a estrutura jurídica e institucional autoritária a serviço do governo, o Estado não dispunha de uma burocracia sólida e eficaz capaz de fiscalizar a sociedade civil. As eleições, por exemplo, dependiam sistematicamente do concurso do poder privado para se realizarem. Além disso, Borges não podia eternizar a figura dos interventores nos municípios, pois a excessiva desmobilização das bases locais poderia enfraquecer a arregimentação do Partido para o enfrentamento dos pleitos federais e, inclusive, abrir espaço para um certo avanço da oposição. Ainda que a fraude e a degola, praticada nas comissões de apuração nos parlamentos, pudessem *ajustar* resultados indesejáveis, a corrosão da imagem de consenso e de

disciplina partidária podia contribuir para diluir a eficácia simbólica do poder e potencializar cisões intestinas no coração do partido hegemônico.

Os Vargas, portanto, muito embora tenham aderido ao PRR desde os seus primórdios, têm sua ascensão política ligada à recomposição de forças articulada por Borges de Medeiros para enfrentar a cisão de 1906-7. A distinção é importante, porque sinaliza para uma ruptura entre os Vargas e os comandos originalmente leais a Castilhos em São Borja.

Enquanto o coronel Manuel Vargas substituíu os Marienses na intendência de São Borja e na direção municipal do PRR, Getúlio, formando da Faculdade de Direito de Porto Alegre, na capital do Estado do Rio Grande do Sul, peregrinava pela zona de colonização italo-germânica, em companhia do colega João Neves da Fontoura, reforçando a propaganda governamental. Os jovens Getúlio e João Neves perseguiram a trilha de Fernando Abbott e seus correligionários, tentando evitar que alguma liderança local se desgarrasse e apoiasse a dissidência. Em Porto Alegre, João Neves liderou a formação do Bloco Acadêmico, que entrou na campanha em favor do governo. Os estudantes passaram a editar um jornal com o mesmo fim. A campanha, portanto, ofereceu a Getúlio uma oportunidade de afirmar a lealdade a Borges de Medeiros e de iniciar a sua carreira política.

Getúlio foi premiado com uma nomeação para promotor público da Capital. Desligou-se alguns meses depois da função para dedicar-se à campanha para uma vaga na Assembléia dos Representantes do Estado, pois recebera indicação do presidente do PRR, Borges de Medeiros, para integrar a chapa oficial. Pacificado o Partido, Getúlio foi tranqüilamente eleito, em março de 1909. A Assembléia, conforme a Constituição de 1891, não passava de um conselho honorífico cuja atribuição prática era a homologação da peça orçamentária e a legitimação do governo, uma vez que fora completamente esvaziada de suas atribuições legislativas. Nessa época, sequer havia representação da oposição.

Em 1913, Getúlio foi reeleito com a mesma tranqüilidade, mas renunciou logo em seguida ao mandato, em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros na política da cidade de Cachoeira do Sul. Com efeito, disputas em torno de interesses privados e em torno do andamento de processos judiciais haviam enfraquecido naquele município o coronel Isidoro Neves da Fontoura, pai de João Neves. Assim como Manuel Vargas, o coronel Isidoro ascendera ao comando local durante a crise de hegemonia, de 1903 a 1907, graças ao apoio recebido de Borges de Medeiros. Abriu, contudo,

dissidência com o chefe do Partido por conta da indicação oficial para a composição da chapa republicana para a Assembléia de um desafeto dos Fontoura. Insurgindo-se contra a decisão de Borges, o coronel Isidoro recorreu à fraude, furando a chapa oficial ao distribuir cédulas eleitorais que suprimiam o nome de seu adversário. Como medida disciplinar, Borges de Medeiros obrigou Isidoro Neves, candidato eleito, a renunciar, empossando seu adversário. Em solidariedade ao amigo João Neves, Getúlio decidiu também renunciar.

Como retaliação à insubordinação de Getúlio Vargas, Borges de Medeiros passou a estimular a disputa pelo poder local em São Borja, entre os Vargas e um grupo liderado por Benjamim Torres e Rafael Escobar. Borges de Medeiros valia-se agora contra os Vargas da mesma estratégia que usara anteriormente para fortalecê-los. A administração do intendente Viriato Vargas, chegou a estar, em 1913, ameaçada por um inquérito, formado a partir de denúncias da dissidência local, conduzido sob o comando do procurador-geral de Justiça, cujo cargo era de livre indicação do presidente do Estado. A tensão política atingiu o ápice com o assassinato do médico Benjamim Torres, em março de 1915. As suspeitas recaíram sobre Viriato Vargas, a quem um dos capangas capturados pela polícia acusou de ser o mandante do crime. Denunciado pelo Ministério Público, Viriato homiziou-se na Argentina.

Diante da fragilização do poder local dos Vargas, a composição foi novamente conveniente a Borges de Medeiros, a quem a família passou a dever a sua sobrevivência política e, inclusive, econômica. Na dinâmica coronelista do Rio Grande do Sul, em que o Estado podia controlar meios importantes, tais como a distribuição de cargos públicos, a liberação de créditos pelos bancos privados ou o resultado dos processos judiciais, o custo de ser oposição podia ser muito elevado. Jamais podemos esquecer, além disso, que o sucesso econômico dos empreendedores na fronteira estava estreitamente ligado ao monopólio do controle sobre o contrabando, especialmente de gado em pé, derivados e de charque, com os países do Prata. A política de combate ao contrabando passava pelo controle de meios estatais e, nessa época, os Vargas era aliados dos Flores da Cunha, de Santana do Livramento, numa disputa com o coronel João Francisco Pereira de Souza, conhecido como a Hiena do Cati, pelo controle político da fronteira.

Enquanto o processo judicial contra Viriato tramitava, pesando como a espada-de-dâmocles sobre a cabeça dos Vargas, Borges de Medeiros permiti-

tiu que o coronel Manuel permanecesse na chefia local do Partido. Interferindo diretamente nas decisões do Judiciário, Borges acordou ainda com os Vargas o desaforamento do processo contra Viriato. O desaforamento de processos era prática comum na jurisprudência brasileira da época. Todavia, quando a situação política local voltou a ser favorável aos Vargas, o Judiciário permitiu o *reaforamento* do processo em São Borja, o que se constituiu em jurisprudência peculiar. Viriato terminou sendo inocentado pelo Tribunal do Júri.

Entrementes, Getúlio cuidou de se reaproximar de Borges de Medeiros. A situação favorável se apresentou durante nova crise de hegemonia que sacudiu o PRR, entre 1915 e 1916, por conta da indicação, pelo senador Pinheiro Machado, da candidatura de Hermes da Fonseca à vaga senatorial em lugar de Ramiro Barcellos. Preterido, Ramiro Barcellos arrastou para a dissidência diversos correligionários em algumas cidades. Em julho de 1915, uma manifestação de estudantes em Porto Alegre contra a candidatura Hermes e contra a política de Pinheiro Machado foi violentamente reprimida pela Polícia Militar, com saldo de nove mortos, desgastando sobremaneira o governo. Enfraquecido, Borges de Medeiros, que desde 1913 agia com considerável margem de autonomia em relação aos poderes locais, recorreu novamente ao apoio de seus aliados. A situação política de Borges de Medeiros melhorou depois do desaparecimento do senador Pinheiro Machado, assassinado em setembro de 1915. As seqüelas da cisão, porém, repercutiram nas eleições municipais e estaduais de 1916, exigindo atenção redobrada do chefe do PRR.

Os Vargas, pressionados pelo processo judicial em curso, mantiveram-se fiéis ao governo. Em retribuição, Getúlio foi incluído na lista de candidatos à Assembléia dos Representantes, assumindo o mandato em 1917. Prestigiado por Borges de Medeiros, Vargas se valeu de sua extraordinária capacidade intelectual e oratória para se converter em liderança informal do governo numa Assembléia que agora contava com uma renhida minoria, representada em três cadeiras. Ainda que o PRR contasse com esmagadora maioria nesse parlamento destituído de atribuições legislativas, havia a guerra simbólica a ser ganha, e o governo precisava reafirmar constantemente sua legitimidade conceitual. A oposição não perdia oportunidades de denunciar a violação das formas republicanas e o curso de uma ditadura no Rio Grande do Sul, argumentos que sempre podiam sensibilizar o Congresso Nacional ou a Presidência da República, motivando-os a exigir

uma reforma de artigos considerados inconstitucionais da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891.

Na Assembléia, Vargas foi especialmente eficaz na justificativa ao recurso do governo estadual ao crédito, especialmente a partir de 1920, já que até então qualquer forma de endividamento público era criticada pelo discurso castilhistas original. Da mesma forma, o intervencionismo do Estado na economia – repellido até havia pouco pelo liberalismo positivista que informava a doutrina castilhistas – foi defendido por Vargas em plenário.

Em face desse desempenho, a reeleição de Vargas à Assembléia foi assegurada com facilidade em 1921. Fiel à orientação partidária, Vargas acompanhou Borges de Medeiros na aventura da chamada *Reação Republicana*, entre fins de 1921 e inícios de 1922, quando as máquinas partidárias do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco tentaram derrotar a candidatura de Arthur Bernardes, articulada por Minas Gerais e São Paulo, à Presidência da República. A vitória de Bernardes nas eleições de março de 1922 isolou o borgismo. À situação política desfavorável em nível nacional, somou-se uma dramática crise financeira e econômica em nível regional, que fora em grande parte consequência direta da política intervencionista do governo estadual, dando início à terceira grave crise de hegemonia do borgismo.

Procurando, ao mesmo tempo, escapar do recurso ao endividamento externo, que poderia contribuir para tornar o Estado mais dependente dos favores da União, e aproveitar o saldo acumulado nas instituições financeiras regionais em decorrência da retração de importações imposta pela conjuntura criada pela Guerra Mundial, Borges de Medeiros lançou mão de empréstimos aos bancos locais para financiar as encampações da ferrovia e do porto de Rio Grande em 1919 e em 1920. Esta operação trouxe por consequência um drástico enxugamento do meio circulante regional, o qual se agravou ainda com a retomada da demanda de importações em 1920, com a inflação do período e com o aumento da especulação com moedas estrangeiras. A falta de numerário passou a inviabilizar até mesmo o financiamento das exportações estaduais e detonou a cobrança pelos bancos de hipotecas de estancieiros. Esse quadro desanimador foi agravado pelo aumento vertiginoso das tarifas públicas do setor de transportes, agora administrado pelo governo, contrariando o discurso oficial justificador das encampações. De fato, para constranger as empresas arrendatárias dos serviços, Borges de Medeiros pressionara por uma política de achatamento das tarifas. Porém, ao

assumir a administração direta das estradas de ferro, precisou enfrentar o enorme déficit operacional, aumentando as tarifas. Tornaram-se, então, evidentes as contradições do discurso governista, que defendia as encampações como forma de incentivar o crescimento econômico.

A crise econômica regional, que atingiu duramente a elite criadora de gado, e o desgaste de Borges de Medeiros no plano nacional, criaram o caldo necessário para o surgimento da candidatura de oposição, encabeçada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, nas eleições para o governo estadual de 1922. Assis Brasil, republicano histórico que dissentira de Júlio de Castilhos já em fins de 1890, recebeu também o apoio de parte expressiva do movimento estudantil e do movimento operário, o qual fora duramente reprimido por Borges de Medeiros em 1919.

Desferido o pleito estadual em 25 de novembro de 1922, em meio a rumores de um levante armado contra Borges de Medeiros e denúncias de fraudes de ambos os lados, Getúlio Vargas, que devia solidariedade a Borges de Medeiros em função do processo judicial contra o irmão Viriato e se destacara na condição de líder informal do governo no parlamento, foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembléia dos Representantes. Não havendo ainda Justiça Eleitoral no Brasil, a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos eram realizados, como se sabe, por comissões parlamentares como esta.

A Comissão foi constituída ainda pelos deputados governistas Ariosto Pinto e José Vasconcellos, ambos da confiança direta de Borges de Medeiros. Segundo o testemunho de José Antônio Flores da Cunha, constatando a impossibilidade da reeleição do presidente do Estado, já que não se teria atingido a exigência constitucional de maioria de $\frac{3}{4}$ dos votos, a Comissão foi instada por Borges de Medeiros a proceder à alquimia eleitoral, forjando resultados. A tese parece razoável, se verificarmos nos Anais da Assembléia o conjunto de urnas cujos votos foram anulados ou validados pelo trabalho da Comissão. Destarte, em 17 de janeiro de 1923, a Comissão formalizou a vitória de Borges de Medeiros por 106.360 votos a 32.216, obtidos por Assis Brasil.

Ainda em janeiro, o inconformismo da oposição assisista e federalista produziu uma cadeia insurrecional que desaguou na Revolução de 1923. Em face dessa violenta crise de hegemonia, Borges de Medeiros precisou do apoio de todos os seus antigos aliados, o que o obrigou a comportar novamente com as lideranças e famílias do interior que haviam dissentido dele entre 1913 e 1920. Além dos Vargas, Borges reconciliou-se prudente-

temente, entre outros, com os Aranha, os Neves da Fontoura, os Flores da Cunha e com Vazulmiro Dutra. Como resultado, o Partido Republicano afirmou-se novamente em face da chefia unipessoal de Borges de Medeiros.

Em outubro de 1923, o Partido organizou uma convenção, evento que não se realizava desde os tempos da propaganda republicana ainda sob o regime imperial. Na oportunidade, reafirmou o apoio à permanência de Borges de Medeiros no poder, mas indicou, sutilmente, que não mais se submeteria às intervenções unilaterais do chefe. A guerra civil terminou em dezembro de 1923 com a assinatura do Tratado de Pedras Altas. Mediado pelo Exército Nacional e pela Presidência da República, o Tratado garantiu a permanência de Borges no poder até o final do mandato que se iniciara em janeiro. Mas determinou uma reforma constitucional que, entre outras coisas, garantiu a anistia aos rebelados, eliminou o instituto da reeleição, limitou as intervenções do Executivo Estadual nos municípios e determinou que o vice-presidente do Estado fosse também eleito e não mais nomeado ao livre talante do presidente. Assim, embora Borges obtivesse a garantia de conclusão do mandato presidencial, a reforma constitucional e a rearticulação do Partido Republicano constrangeram o poder da rede de compromissos borgiana. Com efeito, a influência política de Borges de Medeiros entrou em declínio a partir de 1923. Em compensação, fortaleceram-se as lideranças republicanas no interior e, por sua vez, cresceu o partido de oposição, como evidenciaram claramente as eleições proporcionais federais de 1924, quando aumentou em várias cidades do Estado o sufrágio ao Partido Libertador.

Durante a campanha assisista, Getúlio Vargas recebeu por decreto governamental a patente de tenente-coronel da Brigada Militar e assumiu o comando do 7^a Corpo Auxiliar, de São Borja, tropa composta por civis recrutados provisoriamente para enfrentar o inimigo rebelado. Não chegou, entretanto, a entrar em batalha, pois rumou para o Rio de Janeiro, onde assumiu uma cadeira na Câmara Federal e desempenhou a importante função de trabalhar para evitar a intervenção federal no Rio Grande do Sul, advogada pelos líderes insurretos. Nessa quadra, Vargas ampliou seus contatos com representantes de outros estados, sobretudo de São Paulo, com os quais, à exceção do período da *Reação Republicana*, o republicanismo gaúcho mantinha uma aliança histórica e estratégica desde os tempos da propaganda antimonárquica e de Júlio de Castilhos.

Reeleito deputado federal em 1924, Vargas assumiu a liderança da bancada gaúcha na Câmara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao borgismo entre 1922 e 1923. Em 1925, Vargas destacou-se ao integrar a comissão parlamentar encarregada de avaliar a reforma da Constituição Federal de 1891. As revoltas tenentistas que se sucediam no País desde 1922 e as dificuldades operacionais do modelo federativo brasileiro indicaram à elite política a necessidade de uma reforma institucional. O resultado alcançado pelos esforços constituintes, entretanto, foi tíbio, pouco se alterando a estrutura legal e constitucional do País, embora a União tenha recebido maiores poderes para intervir nos estados.

O protagonismo de Vargas na liderança da bancada gaúcha e nas negociações atinentes à reforma constitucional qualificaram-no para ocupar uma vaga na prestigiosa Comissão de Finanças da Câmara, em maio de 1926. Sendo o deputado gaúcho com mais visibilidade no Congresso, Vargas foi convidado, em outubro, pelo recém-eleito presidente Washington Luiz para assumir o Ministério da Fazenda. Washington Luiz tinha dentre suas prioridades a pacificação da política oligárquica, a implementação de um plano de estabilização financeira e uma reforma monetária, objetivos para os quais precisava compor um governo de coalizão. A destinação do Ministério da Fazenda ao Rio Grande do Sul era uma forma de prestigiar o estado sulino e de estreitar os laços que uniam São Paulo e o Rio Grande em torno da política econômica.

Borges de Medeiros, contudo, mostrou-se contrariado com a indicação, como registra uma correspondência trocada entre o chefe gaúcho e Getúlio Vargas, que se encontra preservada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros, que conservava a chefia do PRR, de olho na sucessão estadual de 1927, propôs o nome do deputado Simões Lopes para a pasta da Agricultura. A precipitação dos acontecimentos no Rio de Janeiro e a tardia comunicação do convite a Borges de Medeiros obrigaram-no a aceitar a indicação de Getúlio para o Ministério da Fazenda como um fato consumado.

Sendo o único gaúcho a integrar o Ministério Federal, Getúlio converteu-se no candidato natural à sucessão estadual de 1927. Sua candidatura, juntamente com a de João Neves da Fontoura na condição de vice, terminou sendo lançada por Borges de Medeiros em agosto de 1927 e foi aprovada por aclamação na convenção partidária de outubro. O nome de Getúlio Vargas, com efeito, contava com excelente aceitação nas hostes partidárias que

havia se fortalecido durante a Revolução de 1923. Por outro lado, a oposição libertadora recebeu favoravelmente a troca do comando político, pois entendia que, com o afastamento de Borges de Medeiros, estaria aberto o terreno para o entendimento.

Vargas e João Neves assumiram o governo do Estado em 25 de janeiro de 1928. Embora procurassem manter sempre respeitosa observância às diretrizes firmadas pela chefia de Borges de Medeiros, sublinharam desde o início sua autonomia política. De fato, Borges não conseguiu emplacar o secretariado que teria indicado, e Getúlio Vargas nomeou o jovem Oswaldo Aranha para a Secretaria do Interior e Justiça, a pasta política do governo estadual, bem como o seu cunhado, Florêncio de Abreu, para a Chefia de Polícia.

Vargas procurou imprimir desde o início uma imagem de dinamismo, desengavetando antigos projetos, propondo novos e enfrentando a grave crise financeira legada pelo borgismo. Convocou extraordinariamente a Assembléia e pediu autorização para um empréstimo de 42 milhões de dólares. Era o maior empréstimo externo contratado pelo Rio Grande do Sul em toda a sua história e consolidava a proeminência do capitalismo norte-americano sobre os investimentos estrangeiros no Estado. A conjuntura era favorável, pois o Brasil recuperara credibilidade em virtude do programa de estabilização financeira de Washington Luiz, que fora implementado por Vargas durante sua estada no Ministério da Fazenda, e havia disponibilidade de capitais no mercado internacional, especialmente nos Estados Unidos. O empréstimo foi realizado ao juro de 6% e com prazo de amortização de 40 anos, em condições, portanto, bem melhores do que aquelas tratadas por Borges de Medeiros nos empréstimos anteriores. Pela primeira vez, uma operação creditícia não vinculou rendas dos impostos estaduais como garantia de juros, indicando que o Estado usufruía uma condição estrutural diferenciada. Com efeito, em decorrência das encampações de 1919 e 1920, o Estado patrimonializara-se e dispunha agora de bens que operavam como garantias naturais aos empréstimos externos.

Os valores reunidos destinaram-se, fundamentalmente, ao resgate da dívida flutuante, à conversão da dívida interna e externa e à criação de um banco de crédito hipotecário. Borges de Medeiros legara a Getúlio Vargas uma situação financeira angustiante. Embora os orçamentos estaduais acusassem saldos sucessivos, na prática, a conta devedora do Estado junto às instituições bancárias regionais crescia assustadoramente, constituindo uma

dívida ruim, de curto prazo e cujo serviço de juros era elevadíssimo. Além disso, era grande o número de apólices, notas promissórias e títulos públicos que abarrotavam o mercado e vinham tendo seu valor depreciado. Este endividamento decorria dos custos intrínsecos às encampanções do porto e da ferrovia e fora, ainda, catapultado pelas despesas extraordinárias do Governo destinadas ao enfrentamento militar da Revolução de 1923. Em 1927, o Estado estava à beira da insolvência. Os pagamentos dos fornecedores atrasavam e o poder público não garantia mais os depósitos populares, poupanças individuais depositadas em instituições privadas e cujo rendimento era garantido pelo governo. Os poupadores não tinham mais liquidez e seus investimentos eram convertidos em cadernetas, trocadas no comércio com deságio. O comércio, entorpecido pelas cadernetas, apólices e promissórias, que funcionavam na prática como uma moeda paralela, experimentava uma inflação regionalizada, e o custo de vida disparava. Por fim, o direcionamento do encaixe bancário para as necessidades da dívida pública determinava a escassez de recursos para o financiamento da produção, tornando o crédito especialmente caro. Portanto, a operação financeira realizada por Vargas destinou-se a consolidar uma dívida pública que sufocava o governo e a produção, resgatando a capacidade de investimento do próprio setor privado e evitando uma iminente cadeia de falências.

Esta política foi complementada com a criação do banco estadual de crédito hipotecário, em junho de 1928, atendendo a uma reivindicação antiga dos pecuaristas sul-rio-grandenses por crédito mais amplo e barato. O crédito passou a ser disponibilizado sem distinção de coloração partidária, o que contribuiu para a superação da cizânia política que marcou o período castilhistaborgista. A extraordinária movimentação financeira do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, agora administrados pelo governo, foi concentrada no novo banco estatal, assim como a folha de pagamento do funcionalismo público. Estas mudanças diminuíram o encaixe nos bancos privados regionais, ao mesmo tempo enfraquecendo estas instituições financeiras e libertando o poder público de uma dependência quase que estrutural com elas.

Inicialmente, a criação do Banco do Estado (Bergs) contara com apoio dos bancos regionais, pois os livrara do pesado ônus das obrigações com o crédito hipotecário, liberando-os para negociar preferencialmente operações de redescontos e aplicações a curto prazo. Mas a concentração do orçamento público no banco estatal e a criação de agências comerciais indicaram

que o poder público entrara no mercado financeiro na condição de competidor. Quando sobreveio a crise da bolsa de Nova York de 1929, os correntistas tenderam a procurar as agências oficiais, que pareciam gozar de mais credibilidade, o que constituiu duro golpe sobre os bancos privados regionais. Em janeiro de 1930, as diretorias dos bancos privados estavam em pé de guerra com o Bergs. Em abril, faliu o Banco Popular, desencadeando o célebre "drama bancário gaúcho". De fato, as instituições bancárias regionais, apesar da estrutura multifiliada, preservavam um modelo gerencial local. Além disso, perseguindo a rentabilidade fácil, administravam um encaixe estreito e realizavam negócios que nem sempre contavam com boas garantias. Este quadro, aliado à criação do Bergs, fragilizou-as em face de um ataque especulativo. No ano seguinte, faliu o poderoso Banco Pelotense, cuja diretoria, aliás, ao realizar alguns anos antes uma auditoria em São Borja, descobrira um desfalque, que levara o gerente local - Antônio Sarmanho, o sogro de Getúlio Vargas - ao suicídio. Vargas, de fato, teria se negado a auxiliar o banco, intervindo na crise somente depois da decretação de falência.

Com o fechamento do Banco Pelotense, foi definitivamente sepultada a aliança estratégica, que animara os anos do borgismo, entre a elite dirigente e os charqueadores, os comerciantes de importação urbano-litorâneos e os banqueiros. Com efeito, as políticas fiscais de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e as políticas para o setor de transportes tenderam a beneficiar os interesses coligados dessa fração da classe dominante, facilitando a consolidação de uma hegemonia mercantil das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande sobre a região fronteira e sobre a região de colonização ítalo-germânica. Politicamente minoritária em fins do Império, esta fração de classe dominante aliou-se ao projeto autoritário castilhista justamente por entender que um estado centralizado, fortemente presidencialista e interventor facilitaria a implantação do seu projeto de hegemonia mercantil sobre o conjunto do Estado. Constituem elementos dessa aliança estratégica, de um lado, o apoio ao autoritarismo castilhista; de outro, a política de combate ao contrabando de fronteira, o esforço de padronização dos impostos municipais, a adoção do imposto territorial, a convergência da rede de comunicações ferroviárias para Porto Alegre e Rio Grande, e, ainda, a distribuição de incentivos fiscais aos bancos e aos segmentos produtivos que contavam com investimento direto dessa fração de classe, tais como a lavoura arrozeira e a indústria de geração e distribuição de energia elétrica.

Embora o discurso oficial do PRR tenha apontado em sentido diverso, esta aliança tinha cunho conservador e prejudicou os interesses dos comerciantes fronteiriços, colocou em segundo plano os interesses dos estancieiros, procurou submeter economicamente a zona de colonização ítalo-germânica - dela carreando recursos - e desprezou a industrialização incipiente que se desenvolvia como desdobramento do capital comercial colonial. A sobrevida do setor charqueador, dos comerciantes de importação das cidades litorâneas e dos banqueiros regionais deve-se em grande medida ao incentivo recebido do governo estadual, que em diversos momentos foi obstaculizador da diversificação da economia e do progresso econômico. Dois exemplos marcantes nesse sentido são a instalação tardia dos frigoríficos no Rio Grande do Sul, programada em 1903, mas tão somente efetivada em 1917, e o boicote à construção de uma usina hidrelétrica no Vale do Jacuí, em 1919, que teria disponibilizado energia abundante e barata à industrialização, mas inviabilizaria as concessões ativas nos grandes centros urbanos para as empresas geradoras de energia térmica.

Enfim, com a criação do banco estatal, Getúlio Vargas aprofundava a política intervencionista desencadeada por Borges de Medeiros, mas rompia com a aliança estratégica de frações de classe que dera sustentação ao modelo autoritário cunhado pelo castilhismo. A sua política de conciliação com a oposição libertadora reforçava este sentido, pavimentando o caminho para o surgimento da Frente Única, base da célebre Campanha Liberal e da Revolução de 1930.

Três outras medidas complementaram a renovação trazida pelo getulismo ao cenário político regional. Em primeiro lugar, Vargas demonstrou especial disposição em enfrentar os problemas infra-estruturais do Estado, buscando soluções para a deficiência dos serviços de transportes e energia elétrica. Em segundo lugar, uma reforma tributária encarou o déficit fiscal estribando-se na expansão dos impostos de circulação e serviço. Vargas reconhecia, dessa forma, as mudanças estruturais da economia e a importância crescente da indústria. Se a medida trouxe, num primeiro momento, o fechamento de pequenos negócios no interior, favoreceu a concentração do capital industrial e destacou-lhe a importância econômica, até então desconsiderada, que em breve se traduziria em projeção política.

Finalmente, Vargas passou a incentivar o cooperativismo e o associativismo. Borges de Medeiros combatera duramente a tendência associativista, temendo a mobilização de focos de opinião e de pressão po-

lítica na sociedade civil. De fato, os industriais tentavam sem sucesso organizar-se em uma associação autônoma desde 1906, sendo, contudo, obrigados a permanecer ao abrigo da Associação Comercial de Porto Alegre, dominada pela elite mercantil e financeira urbana. Outro exemplo: em 1921, Borges lograra frustrar a criação de uma federação das associações comerciais municipais, com alcance sobre todo o território estadual. A partir de 1926, todavia, já em pleno declínio da autoridade borgiana, desencadeou-se um *boom* associativista no Rio Grande do Sul, que foi apoiado e incentivado por Getúlio Vargas a partir de 1928.

Vargas, com efeito, identificava nas associações de classe importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, reconhecia a falência do modelo representativo castilhistas, que esvaziava competências do Legislativo ao mesmo tempo em que forjava uma representação oligárquica em descompasso com as alterações da estrutura social. Vargas não deu mostras de valorizar o parlamentarismo, muito antes pelo contrário. Contudo, pretendeu, por meio das associações de classe, estabelecer um canal direto de comunicação com os setores economicamente mais dinâmicos da sociedade, compensando a clássica representação oligárquica da República Velha.

Portanto, se comparado com o conservadorismo atávico e autoritário do período borgista, o governo Vargas no Rio Grande do Sul, apesar de interrompido prematuramente pelo deslocamento de Getúlio para a chefia do governo provisório da Nação em face da Revolução de 1930, operou importante renovação política e administrativa. Retirando o Rio Grande do Sul do isolacionismo, Vargas logrou contratar um vultoso empréstimo externo, com o qual equilibrou as finanças estaduais e removeu o entrave ao crescimento econômico representado pelo déficit estatal. Aprofundou a tendência intervencionista desencadeada por Borges de Medeiros, reconhecendo a necessidade de fortalecimento do poder infra-estrutural do Estado como estratégia de controle do poder local e de implementação de projetos macroeconômicos. Mas usou o intervencionismo como meio de superação da cizânia política, enquanto Borges de Medeiros o usara para a consolidação do modelo autoritário e excludente. De fato, as encampações de 1919 e de 1920 visaram, sobretudo, a: remover o poder autônomo da grande companhia estrangeira que administrava os serviços públicos e cujos interesses não se alinhavam aos do governo; viabilizar a convergência das vias de comunicação para Porto Alegre e Rio Grande; e disponibilizar ao chefe do

Poder Executivo com instrumento a mais para controlar o indomável poder local e fortalecer as facções políticas municipais identificadas com o Palácio. Ironicamente, Vargas usou a ferramenta intervencionista para implodir a decadente aliança de frações de classe dominante que até então ajudara a sustentar o borgismo. Procedendo desta forma, Vargas abriu o caminho para uma repactuação da aliança de frações de classe em torno do governo, deslocando a influência da fração mercantil-financeira urbano-litorânea, reabilitando a proeminência dos interesses pecuaristas e incorporando a nascente burguesia industrial. Finalmente, ao incentivar a solução associativista, Vargas demonstrou seu descrédito para com o modelo representativo oligárquico e acenou para a necessidade de um outro canal de comunicação do governo para com os setores economicamente mais dinâmicos da sociedade. O sucesso dessas iniciativas certamente influenciou o prestígio da candidatura de Vargas no âmbito da Aliança Liberal, nas eleições de 1930.

Referências Bibliográficas

AITA, Carmen & AXT, Gunter. *Perfil Parlamentar de João Neves da Fontoura*. Série Perfis Parlamentares, vol 1. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1997.

_____. *Perfil Parlamentar de Getúlio Vargas. Discursos 1903-1929*. Série Perfis Parlamentares, vol. 2. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1997.

_____. *Perfil Parlamentar de José Antônio Flores da Cunha. Discursos, 1909-1930*. Série Perfis Parlamentares, vol. 3. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1981.

ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Rio de Janeiro : Editora Globo, 1985.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo : tese de doutorado, USP, dat., 2001.

_____. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Revista da Ajuris*, nº 82. Porto Alegre : Ajuris, 2001.

_____. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. In: *História em Revista*, vol. 8. Pelotas : Ed. UFPel, dezembro 2002, pág. 69-110.

- _____. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930). E o setor financeiro regional. In *Estudos Históricos*, nº 29. Rio de Janeiro : CPDOC/FGV, 2002, pág. 119-140.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh : University of Pittsburgh, Ph.D, 1985.
- CONGRESSO do Partido Republicano Rio-grandense. Porto Alegre : Oficinas Gráficas d'A Federação, 1923.
- FLORES da CUNHA, José Antônio. *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro : Editor Zelio Valverde, 1943.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias. Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre : Editora do Globo, 2 vols., 1969.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 1988
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1981.
- LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1985.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1975.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. In *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge : Cambridge University Press, 1984.
- O ESTADO do Rio Grande do Sul. Barcelona : Monte Domeq e Cia, 1916.
- OLIVEIRA, Alcibiades. *Um drama bancário: esplendor e queda do Banco Pelotense*. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1936.
- PESAVENTO, Sandra J. *Os industriais da República*. Porto Alegre : IEL, 1991.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Globo, 2 vols., 1969.

Getúlio Vargas e o tenentismo

Vavy Pacheco Borges

Mestre em História e Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP

O convite que recebi para falar especificamente sobre Getúlio Vargas e o tenentismo me provocou a seguinte reflexão: por que seria ele visto, de uma forma geral, por um público não especializado, como ligado ao tenentismo?

Alguns jovens militares, membros das revoltas de 1922 e 1924, fizeram parte do movimento civil-militar de outubro de 1930, depois intitulado Revolução de 30: Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias e Miguel Costa são os maiores nomes. Esses militares, entre outros, ocuparam postos-chave nos primeiros anos do novo governo.

Jovens militares reuniram-se a civis e formaram, no Rio de Janeiro, o Club 3 de Outubro, que apoiou e/ou pressionou Vargas no início do Governo Provisório – ou Ditadura, conforme o lado da disputa. O Club constituiu uma base para ele, apoiando, por exemplo, sua relutância em legalizar seu governo. Segundo Luiz Carlos Prestes, o apoio de muitos desses jovens militares a Vargas era, sobretudo, na expectativa da anistia de que necessitavam por sua participação em diferentes movimentos de revolta.

Eram pauta de algumas falas militares na época: propostas moralizadoras, de renovação da chamada Primeira República; propostas de caráter autoritário, elitistas, ou seja, de movimentos provindos de cima e que se disfarçavam pela busca de um apoio popular; propostas nacionalistas. Todas elas foram, depois, básicas nas administrações Vargas.

A relação entre Vargas e os militares foi sempre muito estreita, pois o apoio militar foi fundamental no quase quarto de século em que ele permaneceu no poder federal.

É importante analisar como o termo “tenentismo”, a meu ver, enquanto estudiosa de história política do período, surgiu essencialmente ligado a Vargas. No percurso de pesquisa, comecei a estudar, no mestrado, as relações entre Vargas e as denominadas, pela historiografia, “oligarquias” paulistas¹.

¹ Ver Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. Estudar as relações entre “Getúlio” (como o chamávamos e não esse “Vargas” atual da historiografia) teve tudo a ver com minhas origens, ligadas a uma família paulistana e inflamadamente anti-getulista. Uma vez, em encontro ocasional com Alzira Vargas, em meados dos anos de 1970, contei para ela meu tema de estudo e ela disse: “Que assuntinho quente você arranjou!”.

Para a historiografia, a oposição “tenentismo versus oligarquias” seria a explicação de toda a política nacional do período. Posteriormente, essa explicação não me satisfaz, por sua imprecisão dos termos e, em meu doutoramento, passei a aprofundar a origem do sentido desses termos em vários tipos de fontes ou documentos do momento².

Foi no meio da luta política paulista, depois da Revolução de 30, na discussão contra o governo vitorioso de Vargas, que nasceu o termo tenentismo. Não há um só documento, antes de março de 1931, em que ele seja encontrado. Quando a expressão surgiu, não tinha nenhuma coerência explicativa, pois até não-militares, como, por exemplo, Pedro Ernesto e Oswaldo Aranha, eram chamados de “tenentes-civis”.

É preciso começar por deixar claro um ponto fundamental: no ambiente político dos anos 1920 e 1930, a discussão se dava em torno do conceito de revolução. Esse conceito era central, e no meio desse debate foi criado, no calor da disputa pelo poder, o termo tenentismo.

Anos 1920-1930 e revolução

“Procede-se nessa grande crise – a maior certamente de que tenha conhecimento a memória dos homens – à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Oriente e Ocidente. Entra em luta a filosofia humana: capitalismo, comunismo, fordismo, leninismo. Força que surge como destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado. É a Revolução.”

Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, 1926-1928

Também no Brasil, nos anos 30 do século XX, a política foi marcada por várias formas de “ismos” (entre os quais alguns específicos da luta política brasileira, como borgismo, aliancismo, prestismo), que denotavam vivo debate e forte instabilidade.

A década se iniciou com a ruptura institucional de outubro de 1930, terminando sob a égide de novo rompimento, a decretação do chamado “Estado Novo”, em 1937. Sob a perspectiva de uma história das instituições

² Ver Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e Revolução Brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

políticas, esses são, sem sombra de dúvida, momentos de nítidas rupturas.

Políticos, jornalistas, médicos, bacharéis, engenheiros, oficiais militares e intelectuais envolveram-se na polêmica, seja na imprensa, em sua disputa cotidiana, seja através da atividade editorial que, pela primeira vez, se voltou marcadamente para autores dedicados a problemas nacionais. Imprensa, memórias e ensaios do momento revelam um clima de profundíssimas tensões e inseguranças, pois, para muitos, tudo parecia possível: esses viam as instituições como periclitantes, falidas ou, no mínimo, inadequadas, incapazes de dar conta dos inúmeros problemas não resolvidos até então pelo regime republicano. Viviam-se aquele momento como cheio de potencialidades, no qual grandes mudanças se faziam necessárias.

A história é sempre um campo de inúmeras possibilidades e não um processo linear, único e necessário, como procurou mostrar a história oficial dessa época. Para essa, o Estado Novo foi a decorrência natural da "Revolução de 30" e da "República Nova" (e isso se prolonga em algumas visões até hoje). O melhor exemplo dessa potencialidade de amplo espectro é uma enquete realizada em 1933 pelo Diário de Notícias. O jornal carioca ouviu personalidades famosas em diversas áreas, querendo deles saber: "Para onde vai o Brasil: para o comunismo? o fascismo? o integralismo? a democracia? o socialismo? o federalismo? a ditadura?".

Uma infinidade de fontes comprova a centralidade e a predominância do conceito em diferentes conteúdos. A expressão "questão social", embora nem sempre de maneira explícita, alinhava-se à idéia de revolução: era para enfrentar, por caminhos diversos, esse problema-maior da sociedade, que se pretendia tomar o poder. Essa "revolução" aparece muitas vezes adjetivada como "brasileira".

O termo aparecia primeiramente no sentido comum – o de um movimento militar de força que substituiria as práticas políticas legais. Nesse caso, era um termo tão presente que o encontrei até em um anúncio de jornal: "*Revolução vem aí! Faça estoque de margarina Elza!*". Em seu diário, no período entre 1930 e 1932, Vargas fala constantemente em rumores ou espoucar de revoltas, insurreições, motins, conspirações etc.

O termo tinha também um segundo sentido: o de transformações estruturais para a sociedade brasileira. Havia, então, duas formas de se ver a revolução de outubro. A primeira: o que tinha havido fora uma revolução política, eminentemente civil, a qual tivera que passar necessariamente por um movimento militar, organizado a partir da Aliança Liberal; uma vez

realizada a “troca” ou “substituição” de homens no poder, a revolução estava (ou estaria) terminada. Na segunda forma, era acentuado o caráter de transformações estruturais em curso e afirmava-se estar havendo um movimento mais amplo de mudanças, cujo início se dera pelas armas de insatisfeitos das revoltas militares de 1922, 1924 e da então chamada “Coluna Miguel Costa-Prestes”. Essa é uma visão de Vargas em seus discursos reunidos em “A Nova Política do Brasil”.

Atrás da luta pelo poder existia a luta pela legitimidade dita “revolucionária”, pelo espólio do movimento de outubro, pela parceria na “revolução”, pois qualquer governo sofre fortes pressões, sobretudo um governo que chegou ao poder por meio de uma frente revolucionária. Depois de outubro de 1930, ser visto, ser aceito como “revolucionário”, era a chave que abria todas as portas.

Durante a Primeira República e, em especial, na década de 1920, militares promoveram movimentos de rebeldia e se auto-intitularam “revolucionários”. Mas também civis, como Assis Brasil e Maurício de Lacerda, por exemplo, em diferentes registros políticos, falavam publicamente em revolução. O extremo limite à esquerda era o declaradamente revolucionário Partido Comunista Brasileiro e sua proposta de uma revolução operário-camponesa. Em todas as falas, o grande parceiro da revolução era o povo, apontado como seu legitimador.

São Paulo contra Getúlio Vargas e a “Revolução Constitucionalista” de 1932

A república federalista – que se consolidara no Brasil sob a égide do Estado de São Paulo, economicamente o mais forte na federação republicana – permitia grande autonomia aos estados. O Partido Republicano Paulista, o PRP, o forte e único partido paulista até 1926, quando surgiu o Partido Democrático, ou PD, lutara para defender os chamados “interesses paulistas” como “interesses nacionais”.

O PD apoiara Vargas na campanha da Aliança Liberal, mas não participara da frente revolucionária; achava-se com direito, todavia, à chefia do estado³. Um novo agrupamento político, a Legião Revolucionária de São Paulo (depois Partido Popular Paulista, o PPP), chefiada por Miguel Costa,

³ Eis por que escolhi como título para minha dissertação de mestrado “Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: a história de uma esperança e muitos desenganos”.

também se achava com esse direito. Essas pressões sobre Vargas e suas precauções, hesitações e indecisões se evidenciam em seu diário. Foi terrível a disputa entre os políticos paulistas e o governo getulista pelo controle do estado, o que acabou desembocando numa aliança dos antes inimigos mortais PD e PRP, e na guerra civil de três meses, de julho a outubro de 1932.

Para compreender e explicar essa guerra é preciso retomar o momento político. A partir da documentação da época, uma primeira problemática se impõe à reflexão: é possível ver o movimento de outubro de 1930 como “um movimento contra São Paulo”? O que significaria essa afirmação, que se encontra em tantos discursos e análises daquele momento? O que podemos ver por trás dela?

Primeiramente, é importante lembrar alguns fatos esclarecedores. O governo Vargas foi tomando algumas medidas novas no cenário político federal. Pouco a pouco, sem deixar de atender à indústria cafeeira, mas centralizando a condução da política antes federalizada, o governo se apossou do controle da política do café; outros privilégios do Estado de São Paulo e/ou de suas elites dominantes foram extintos ou ameaçados, atingindo o núcleo da autonomia estadual. Exemplos: foi decretada uma taxa de 2% sobre as mercadorias importadas pelo porto de Santos, foi criado um novo imposto sobre os pés de café, acabou a isenção de frete do açúcar nas estradas estaduais paulistas e foi iniciada uma regulamentação geral das leis trabalhistas (algumas delas anteriores a 1930).

Essas iniciativas desagradaram, irritaram e assustaram profundamente os auto-intitulados “lavradores” e os industriais paulistas, e, sobretudo, os políticos à testa de seus interesses, sendo apresentadas por esses últimos como “... o sacrifício de São Paulo, esteio mais firme da economia nacional, em benefício de outros estados, absolutamente negativos na comunhão brasileira”.

Outros fatos importantes foram a permanência das tropas federais na capital, desde outubro de 1930, e a perda da direção política que, escapando às elites estaduais, passou às mãos de uma sucessão de interventores – alguns deles militares e não originários do estado.

Ainda, mais um fato importante: a luta política republicana assumia, então, aspectos profundamente regionalistas. E o regionalismo, nesse momento específico, assumia, em São Paulo, um aspecto xenófobo: volantes, jornais, músicas ilustravam os sentimentos contra o “não-paulista”, contra os “estranhos ao estado”, no caso, os gaúchos e os “outubristas”, mas também

os nordestinos, presentes em vários níveis de postos e empregos no estado, desde os mais altos até os mais humildes. Os "cabeças-chatas" ou "barrigudinhos" eram objeto de chacota em historinhas contadas nas colunas dos jornais e nas charges; os termos "forasteiros", "arrivistas", "alienígenas" e outras alcunhas se tornavam fortes insultos na boca dos "filhos da terra". Do ponto de vista prático, aconselhava-se o boicote dos produtos não-paulistas.

Nesse quadro, como o discurso oficial e oficioso das elites dirigentes apresentava a unidade federativa Estado de São Paulo? Como motor da economia nacional, como "a locomotiva que puxa outros vagões". Era esse o pano de fundo que forjava o "patriotismo paulista", ou "paulistanismo", que acreditava na vocação da "civilização paulista", aquela realmente "moderna", no contexto do país, e que sabia o que seria melhor para o Brasil.

Nesse tipo de discurso, "São Paulo" aparece personificado, como se fosse um sujeito unido, ou mesmo um todo unificado, sem diferenças de regiões, classes, de interesses econômicos e/ou partidários, de tal forma que as diversidades são diluídas ou desaparecem. O progresso e desenvolvimento paulista beneficiariam igualmente a todos e tudo se justificaria. Essa espécie de "personagem" - "São Paulo" - era o grande herói da história brasileira, pois fora quem conseguira tanto o grande território brasileiro (através do movimento das bandeiras) como sua independência (ao lado do riacho Ipiranga), além de seu papel enorme no orçamento nacional.

Por essas razões todas, manifestações contra a centralização se tornaram constantes e muito fortes na imprensa, onde se repetia cotidianamente: "São Paulo para os paulistas". Assim, iniciou-se a que foi chamada Campanha pela Autonomia e Constitucionalização, um *continuum* de agitação política, que culminou na mobilização para a luta armada contra o governo Vargas.

A Frente Única Paulista, formada em fevereiro de 1932, levou o discurso sobre "São Paulo" ao paroxismo. E quem estava por trás de toda essa movimentação? Os políticos paulistas que ficaram sem o poder e suas benesses, sem empregos, sem posições, sem imunidades, e, sobretudo, ameaçados de não recuperar isso tudo. Pois, além da perda da hegemonia do estado, temiam também as críticas aos "políticos profissionais", aos "carcomidos", um dos motes da política da nova ordem instalada. Estavam em meio a uma séria crise econômica (pois é preciso ter sempre em mente a crise capitalista iniciada em 1929). Em suas mentes e corações, em proporções e hierarquizações variáveis, misturavam-se interesses e ideais (entre os

quais o famoso constitucionalismo ou legalismo, representado, sobretudo, pelos professores da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ligados ao PD), oportunismos, paixões e preconceitos, medos, decepções e inseguranças, desejos de vingança.

Esses políticos manipularam as tensões provenientes dos vários “perigos” que pareciam ameaçar o modelo de sociedade em funcionamento. Os maiores perigos eram três: o perigo das massas, o perigo militar e o perigo do comunismo.

O fantasma das massas assustava a Europa desde a Revolução Francesa e durante todo o século XIX. No Brasil republicano, as massas começaram a se fazer presentes na cena política: comícios, greves, passeatas tornaram-se constantes, e o papel na cena política das “massas populares” e das “grandes massas trabalhadoras” começou a ser constantemente sublinhado nas fontes da época.

O segundo grande perigo apontado era que, nesse momento, impôs-se na cena política uma forte presença militar no Estado de São Paulo (e também no resto do Brasil). As elites paulistas gostavam de se proclamar civilistas e apolíticas, embora contassem com o apoio permanente da Força Pública (a qual constituiu o grande contingente da “Revolução Constitucionalista”). Além da presença militar federal, alguns militares ocupavam muitos cargos que a imprensa – em especial a do PD – reclamava como pertencentes aos civis. Esse partido insistia que todo aquele que vestisse farda era “inimigo de São Paulo”; expressava-se na imprensa um medo dos “fuzis” e das “espadas”, e atacava-se a “mentalidade militarista”.

Como mostram outros acontecimentos antes e depois de 1932, não era realmente a participação militar na política que constituía uma ameaça; era o medo de que a força militar servisse a causas outras que não as esposadas pelos políticos e pelas então auto-intituladas “classes conservadoras”.

No Ocidente, o comunismo representou, desde a Revolução de 1917, a mais perigosa ameaça de alteração da ordem social vigente. Boa parte dos artigos, editoriais, comentários e entrevistas dos jornais mais tradicionais denunciavam constantemente a “ideologia vermelha”, o “bolchevismo”, a presença do “olho” ou do “ouro de Moscou”. No exame do discurso e da prática política que precede o movimento armado de 1932, fica evidente o quanto a oposição política passava claramente por esse problema. A solução da “questão social” – apontada por Vargas na campanha da Aliança Liberal – era o problema político fundamental e que mais necessitava uma resposta

rápida, sobretudo devido a todas as instabilidades já apontadas. Novos impostos que foram criados, como o imposto territorial e o imposto sobre a transmissão de propriedade, por exemplo, são citados como resultantes de um comunismo ou socialismo.

A acusação de comunista, que então era muito empregada na disputa política, teve enorme aplicação. O jornal da Legião Revolucionária traz uma charge exemplar: um "cartola" (ou seja, um político) carrega um cartaz no qual está escrito:

"Eu sou a salvação"
e embaixo:
"Quem duvidar é comunista".

Ibrahim Nobre, grande orador do movimento, definiu, em 12 de julho de 1932:

"O nosso movimento é o do Brasil Católico, disciplinado e forte, contra a anarquia que queriam que vivêssemos. Uma luta de Jesus contra Lênin".

Os perigos obviamente provocam medo, e o medo é um dos maiores móveis das ações políticas. Esse sentimento pode ser percebido atrás de muitas falas e atitudes que precedem o movimento armado de 1932. A imprensa paulista aproximava esses perigos do governo Vargas, ou melhor, atribuía a seu governo o fato de eles se tornarem iminentes ou poderem efetivamente se concretizar⁴.

Militares e Política: de "Revolucionários" a "Tenentes"

O contraste entre civis e militares é bastante conhecido em todos os tempos e espaços, em especial na América Latina. A discussão sobre oposição civil-militar na política brasileira vem do final do Império, quando se opunham "legistas" versus "militares", a "toga" ou a "casaca" versus o "uniforme".

Desde a Guerra do Paraguai, o Exército ganhou importância. E a rivalidade com os políticos, se por um lado pode ser vista como forjada, foi também resultante de um descontentamento militar em relação à dependência

⁴ Embora eleito pela população do estado senador em 1954 e presidente em 1950, o mal-estar entre "Getúlio" e as elites paulistas permaneceu vivo até ele perder a importância na luta política nacional. Aliás, até hoje foi negado atribuir-se o nome Getúlio Vargas a qualquer avenida significativa na capital do estado.

do poder civil. A aliança civil/militar para a proclamação da república era, para alguns, um “mal necessário”, um “casamento de razão” e vai se repetir ao longo da vida republicana.

Durante os anos de 1922 a 1930, houve um acirramento da discussão sobre o papel dos militares; a divisão era entre aqueles que eram a favor da intervenção dos militares na política (na chamada “doutrina do soldado-cidadão” ou “cidadão-armado”) e aqueles que eram contra esse tipo de intervenção. A oposição civil-militar era muito manipulada politicamente, mas o que existia realmente da parte dos civis era um medo de perder o controle dos militares.

Ocorreram inúmeros levantes em unidades militares, sob a direção de oficiais de baixa patente. Os que ficaram mais famosos foram os movimentos de 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro (o conhecido episódio dos “18 do Forte”), e de 5 de julho de 1924, em São Paulo (conhecido como Revolução de 1924), cujos derrotados se aliaram depois a militares rebelados no Rio Grande do Sul, formando a “Coluna Miguel Costa-Prestes”. Houve claramente, naquele momento, tentativas de se acentuar uma continuidade de intenções, objetivos e ações dos movimentos militares, o que se evidenciou em 1924 na escolha intencional de um segundo 5 de julho, data do movimento de 1922.

Alguns militares se apresentavam como os “revolucionários históricos”; para seus inimigos, porém, eram os rebeldes, rebelados, revoltosos⁵. Os mais famosos militares então no poder em todo o Brasil jamais chamaram a si mesmos de “tenentes”; até mesmo em memórias escritas muitas décadas depois, se autodenominam “revolucionários”. Exemplos: Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros.

A discussão sobre quais seriam os verdadeiros “revolucionários”, os triunfadores que poderiam decidir sobre o futuro da nação é que deu origem ao surgimento do termo “tenentes”. Foi, claramente, através dos jornais da oposição partidária à interventoria de João Alberto e à nascente Legião que os “tenentes” foram criados como novos sujeitos históricos: em especial, através do *Diário Nacional*, órgão do PD, de *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, ligada ao PD, e do *Diário Carioca*, de José Eduardo Macedo Soares, irmão do político paulista José Carlos Macedo Soares, também aspirante à interventoria paulista.

⁵ A imprensa da Legião Revolucionária de São Paulo cultuava os “heróis mártires da liberdade e da justiça”, em especial os “revolucionários paulistas”, “baluarte(s) das idéias que vêm galvanizando a nação desde 1922”; sugeria um “pacto de sangue” com esses para continuidade da “revolução brasileira”.

Em janeiro de 1931, surgiu nos jornais diretamente envolvidos na política partidária um uso pejorativo do termo "tenente", inicialmente aplicado aos militares que participaram do movimento de outubro e que se encontravam nos postos-chave do Estado de São Paulo.

Essa criação de um inimigo político teve total sucesso, pois, à força de tanto se falar nos "tenentes", de tanto alertar as pessoas contra eles, esses "tenentes" começam a existir, aceitos como personagem na vida política pela opinião pública. Aos poucos, o uso do termo ampliou-se, e todos os militares em postos político-administrativos passaram a ser chamados de "tenentes" e a ser vistos como organizados em um "grupo", uma "corrente" (ou "corrente de 5 de julho"), "classe", "movimento" ou mesmo "partido dos tenentes". Termos derivados surgem, como "atenentação", "tenentocracia", "atenentadamente" etc. O termo se tornou tão usado que escapou da área militar: os civis a eles próximos são chamados por vezes de "tenentes-civis", o mais citado sendo Oswaldo Aranha. Vargas foi chamado por um memorialista de "o Grande Tenente". O caráter de vanguarda levou o termo a escapar do campo político e invadir o campo artístico: no Salão de Belas Artes de 1931 foram apontados "tenentes da arte moderna", como, por exemplo, Di Cavalcanti, entre outros.

A definição do "Tenentismo" e suas diferentes interpretações

Em julho de 1931, surgiu uma primeira definição clara do "fenômeno do tenentismo", em artigo de Vivaldo Coaracy, importante articulista de *O Estado de S. Paulo*, no momento mais agudo da disputa por um novo interventor. Vargas escolheu Plínio Barreto, redator-chefe daquele jornal, portanto ligado ao PD; Miguel Costa opôs-se fortemente à indicação. Nesse quadro, Vivaldo Coaracy - que se assinava V. Cy - importante voz no jornal, escreve:

"Ameaça o Brasil... uma ditadura militar coletiva... sem doutrina, sem outra determinante senão o capricho versátil da hora... e que faz de São Paulo uma 'cobaia'."⁶

⁶ O artigo é censurado e só vêem à luz no final do ano, em "O Caso de São Paulo", obra exemplar sobre as razões da luta política que desemboca na Revolução de 32.

O "tenentismo" seria, para V. Cy, a atuação de uma "nova geração do Exército" na área da administração política nacional, a qual deveria ser para ele de competência exclusiva dos civis. Ainda segundo V. Cy, com a tradição de insurreição desde 1922, muitos radicais, esses militares fatalmente levariam o país à anarquia! O debate se espalhou, e surgiu, então, na imprensa, uma imagem que me pareceu interessantíssima: o "tenentismo" seria uma Hydra de Lerna das mil cabeças, sendo as principais a Legião Revolucionária de São Paulo, o Club 3 de Outubro, no Rio de Janeiro, e a ação isolada ou conjunta de militares em cargos políticos (Juarez Távora, João Alberto, Manuel Rabelo...). Se de início os ditos "tenentes" foram apontados como fascistas em diversos editoriais e artigos, acabaram por predominar vozes que os mostraram como perigosos comunistas.

O "tenentismo", apresentado dessa forma muito negativa ao surgir, tornou-se, em 1932, um "conceito sociológico" muito valorizado por Virgínio de Santa Rosa: "tenentismo" era, para ele, uma expressão das classes-médias, que despontavam com sucesso no mundo ocidental naquele momento e que, no Brasil, chegavam ao poder com os "tenentes", para concretizar as reivindicações políticas e sociais dessas classes⁷.

A controvérsia sobre a criação do termo e sua construção explicativa foi esquecida pelos intelectuais. Com essa conotação de movimento de reivindicações das classes-médias, o "fenômeno" do "tenentismo" chegou à universidade e, de uma generalidade empírica construída na luta política, passou a ser tema com caráter científico, esquecendo-se a origem histórica e política do termo. E, assim, perdeu seu caráter de conceito histórico e tudo que estava contido nessa historicidade.

⁷ Engenheiro, no ardor de seus 20 anos, Virgínio colocou-se claramente como fazendo "sociologia". Ver Virgínio de Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, Rio de Janeiro, Schmidt Editora, 1932.



Sistema federativo, interventorias e o Estado Novo

Luciano Aronne de Abreu

Professor do Departamento de História da PUCRS, mestre em História do Brasil pela PUCRS e doutorando na área de concentração de História do Brasil pela Unisinos

O dia 10 de novembro de 1937 deveria marcar o início de uma nova etapa na história do Brasil republicano, resgatando os ideais revolucionários de 1930 e rompendo definitivamente com os princípios liberais inscritos na Constituição de 1934. Nesse dia, em pronunciamento radiofônico, Getúlio Vargas explicou ao povo brasileiro a ruptura institucional promovida por seu governo com a decretação de um regime autoritário – o Estado Novo. Dentre suas justificativas, pode-se citar:

- a) a situação política nacional, caracterizada pela *“pobreza e desorganização”*. Segundo a avaliação do Presidente, *“tanto os velhos partidos políticos como os novos, em que os velhos se transformam sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas (...)”*¹;
- b) o caudilhismo regional, que coloca em risco a integridade nacional;
- c) a inexistência de meios defensivos eficazes, dentro dos quadros legais, para combater as ameaças extremistas e a perturbação política promovida pelas disputas partidárias e caudilhescas;
- d) a inadequação da Constituição de 1934 diante do novo contexto nacional e internacional. Segundo Vargas, *“A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir”*².

Segundo se depreende deste pronunciamento do Presidente, os principais entraves à manutenção da ordem e da unidade nacional eram as disputas políticas regionalistas e a inadequada estrutura legal e administrativa do Estado aos novos tempos. Nesse sentido, a fim de superar esses entraves, o Estado Novo impôs ao país novos princípios políticos e administrativos. Em relação à política, procurou-se combater os regionalismos e restringir o poder

¹ In: SEITENFUS, Ricardo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 91.

² In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1827.

das oligarquias, nomeando-se interventores para os governos estaduais. Em termos administrativos, houve a preocupação em modernizar e racionalizar a administração pública, criando-se para isso o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Entretanto, deve-se considerar que mudanças como estas que o Estado Novo procurou implantar no Brasil não ocorrem sem resistência dos segmentos sociais ou políticos afetados, nem de uma hora para outra. A citada questão do combate ao regionalismo, por exemplo, foi causa de muitas controvérsias e mal-entendidos. Isso porque, além de suas implicações diretas sobre a autonomia dos estados e o poder das oligarquias, muitos a viam como uma tentativa do governo federal de eliminar as diferenças regionais. Havia, pode-se dizer, uma certa confusão entre os próprios contemporâneos acerca do seu significado, levando muitos a interpretar o sentimento regional como antagônico à unidade nacional. Em meio a essas discussões, com o objetivo de acalmar os ânimos e esclarecer a opinião pública, Fernando Callage procurou demonstrar que regionalismo e unidade nacional não são excludentes, mas complementares. Segundo ele,

“O erro dos que não compreendem o sentimento particularista de cada estado está, precisamente, na observação superficial de que, por exemplo, o gaúcho, que possui um costume, uma tradição, uma maneira diversa do amazonense, tem que pensar como este sente para amar o Brasil. Não. Para amar o Brasil e ter um sentimento de unidade nacional tem que primeiramente adorar o seu chão sagrado, para depois sim, adorar o grande todo”.
(Correio do Povo, 05/04/1938, p. 5)

Nesse sentido, pode-se dizer que a unidade nacional se constrói a partir do regional, e não de sua completa negação. Avançando em sua argumentação, Callage diz que as diferenças culturais ou de interesses materiais entre os estados não representam uma ameaça à integridade do país, mas sim

“(…) a situação política de rivalidades estadualistas, rivalidades que culminam, muitas vezes, em revoluções e levam a desconhecer o próprio valor e o esforço de seus irmãos brasileiros.

Não se deve confundir o sentimento regional inerente a cada região do país com esse mesquinho localismo político que vive de disputas pelos cargos federais, gerando ódios inconfessos e lutas sangrentas que põe em choque a unidade nacional. Um, é salutar à vida da nacionalidade; outro, oferece um perigo à própria vitalidade do país". (Correio do Povo, 05/04/1938, p. 5)

Tal argumentação, como se pode perceber, vai no mesmo sentido daquela utilizada por Getúlio Vargas para justificar o golpe do Estado Novo, ou seja: a verdadeira ameaça à unidade nacional são as rivalidades entre os estados e o "*mesquinho localismo político*", e não os sentimentos regionais, em si mesmos. Daí a necessidade, portanto, de o governo federal centralizar o poder e extinguir os partidos políticos, modernizar e racionalizar a administração e nomear interventores para os governos estaduais, a fim de eliminar estas disputas políticas inter e intra-regionais.

Diante deste novo quadro político introduzido pelo Estado Novo, caberia aos interventores estaduais um papel de destaque: combater o regionalismo ou localismo político e implantar, em nível estadual, as reformas administrativas propostas pelo regime. Suas ações, contudo, não devem ser vistas como mera decorrência das determinações federais, tendo-se em vista as condições particulares de cada região do país. Na verdade, os interventores se constituem em mediadores ou elos entre os planos nacional e regional, já que seria impossível ao novo regime garantir a unidade nacional e implantar as reformas administrativas pretendidas sem contar com o apoio das elites políticas regionais.

Em conjunto com os interventores, coube também ao DASP³ um importante papel nesse contexto, especialmente no que se refere à reforma administrativa. Dentre suas principais atribuições, pode-se citar a de elaborar o orçamento do Estado, emitir pareceres técnicos sobre as questões administrativas e os decretos do interventor e promover a modernização e racionalização do serviço público. Entretanto, a real importância deste Departamento vai além de suas atribuições técnicas, tal como definidas pelo decreto de sua criação. Pode-se dizer que a atuação do DASP tinha um sentido comple-

³ Criado por meio do Decreto-lei no 579, de 30 de julho de 1938.

mentar à do interventor, inclusive legitimando com argumentos supostamente técnicos as ações políticas do governo.

Por um lado, portanto, a nomeação de interventores e a criação do DASP representam a tentativa do Estado Novo de superar os entraves à unidade nacional, centralizando o poder e modernizando a administração pública. Por outro lado, contudo, a fim de legitimar-se e viabilizar a implantação de seu projeto político nacionalista e autoritário, foi necessário ao novo regime fazer concessões às tradicionais elites políticas regionais para conquistar seu apoio. Pode-se dizer, então, que a nova ordem do Estado Novo não excluiu totalmente a velha, mas que ambas interagiram e criaram o que Edson Nunes definiu como *“um sistema institucional sincrético, agora nacional e multifacetado, e não mais regional e dualista”*⁴. Dessa forma, para que se possa melhor compreender esse contexto, deve-se analisá-lo a partir de suas múltiplas faces e relações e não numa perspectiva única, monolítica.

O Rio Grande do Sul sob o Estado Novo

Passemos a analisar, então, de que modo se davam estas relações políticas e administrativas brasileiras durante o Estado Novo, tomando-se por base a realidade gaúcha e suas relações com o governo federal. Começando pela política, pode-se dizer que o Estado Novo chegou mais cedo ao Rio Grande do Sul que aos demais estados brasileiros, com a renúncia de Flores da Cunha em outubro de 1937 e a indicação do general Daltro Filho para o governo do Estado. Em segundo lugar, quanto à administração pública, deve-se salientar a criação do Conselho Administrativo do Estado (CAE) – regulamentado em 1939 pelo Decreto-lei nº 1.202 – como um órgão de natureza técnica e com atribuições complementares às do interventor. Vejamos, a seguir, cada uma dessas questões.

Política: a busca do equilíbrio regional

Quanto à nomeação de um interventor federal para o governo do Rio Grande, esta atitude não foi suficiente, por si mesma, para eliminar as disputas políticas entre as oligarquias locais, o que tornava impossível governar o Estado sem conquistar o apoio desses grupos. Se os floristas haviam sido abatidos, havia ainda os libertadores e os republicanos, que formavam a Frente Única Gaúcha

⁴ NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 19.

(FUG), e os dissidentes liberais, que haviam aderido ao varguismo e auxiliado na deposição de Flores. Como se vê, o jogo de forças no Estado era complexo e, portanto, obter o equilíbrio entre estas forças seria decisivo para manter a estabilidade regional e nacional do novo regime que se instalara no país.

Por um lado, pode-se dizer que a escolha de Daltro Filho⁵ – militar de origem baiana – para o governo do Rio Grande marcou a centralização do poder político por parte do governo federal, limitando a influência oligárquica e combatendo o regionalismo gaúcho. Por outro lado, contudo, ciente da importância do apoio das elites locais para a legitimação do novo governo, o próprio Getúlio Vargas orientou o interventor a cooptar os antigos elementos floristas. Para tanto, duas importantes iniciativas foram adotadas por Daltro Filho: a divisão das secretarias de seu governo entre as diferentes forças políticas estaduais⁶; e, nesse mesmo sentido, a criação de uma Comissão Mista que deveria distribuir eqüitativamente as prefeituras municipais entre as tradicionais oligarquias regionais. Segundo nos informa Edgar Carone, os critérios adotados por essa comissão eram os seguintes:

“(...) Estipula-se sobre o provimento das prefeituras vagas ou a vagarem em virtude das deliberações ulteriores do governo do Estado: as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao Partido Republicano Liberal (de Flores da Cunha) serão providas por elementos pertencentes à dissidência liberal, devendo, porém, o candidato ser indicado em harmonia com a Frente Única. Far-se-á exceção para casos especiais, como, entre outros, aqueles em que a maioria eleitoral da Frente Única for manifesta. Quanto às subprefeituras dos municípios em referência, deverão ser preenchidas de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados, reservando-se preferentemente aos elementos da Frente Única os distritos em que a mesma dispõe de maioria eleitoral (...)”⁷.

⁵ Daltro Filho foi interventor do Rio Grande do Sul entre os meses de outubro de 1937 e janeiro de 1938.

⁶ O Secretariado de Daltro Filho foi assim composto: Secretário do Interior: Maurício Cardoso (PRR); Secretário da Fazenda: Oscar Fontoura (FUG); Secretário da Agricultura: Viriato Dutra; Secretário da Educação: Coelho de Souza (PL); Secretário de Obras Públicas: Walter Jobim (PL); Chefe de Polícia: Cap João da Costa Monteiro; Prefeito de Porto Alegre: Loureiro da Silva (PRL); Comandante da Brigada Militar: Cel Ângelo Melo.

⁷ CARONE, Edgar. Estado Novo. São Paulo, DIFEL, 1976, p. 153-4.

Como se pode perceber pelos critérios acima citados, havia uma grande preocupação do governo em evitar disputas pelo poder local como forma de garantir a estabilidade política regional e também nacional, o que o levou a manter a tradicional divisão de forças entre os grupos políticos estaduais. Nesse sentido, ainda que as oligarquias tivessem seu poder limitado pela nova ordem política do Estado Novo, para que esta mesma ordem pudesse ser implantada no Estado foi necessário ao interventor fazer concessões a estas elites, inclusive utilizando-se de seus métodos clientelistas de negociação: a troca de favores e cargos por apoio político. Nessa mesma perspectiva, Eliane Colussi afirma que "(...) o padrão político e institucional assumido pelo Estado Novo foi o de manutenção da presença das forças oligárquicas tradicionais em nível de decisão de poder"⁸. Portanto, tal como referimos anteriormente, a implantação e consolidação da nova ordem dependeu de sua capacidade de adaptação e cooptação da velha.

Além disso, é importante salientar que estes arranjos e acordos políticos não se restringiram apenas à fase inicial do Estado Novo, devendo ser renovados ou mantidos durante todo esse período, sem o que o apoio e a estabilidade do regime ficariam abalados. Dessa forma, ainda que Daltro Filho tenha morrido apenas três meses após assumir a interventoria gaúcha, as diretrizes básicas de seu governo foram mantidas pelos interventores que o sucederam: Cordeiro de Farias e Ernesto Dorneles.

Em relação a Cordeiro de Farias, este havia manifestado a Vargas sua preocupação com a continuidade administrativa no Rio Grande do Sul antes mesmo de saber de sua indicação ao governo. Segundo relatou em suas memórias, teria dito o seguinte ao Presidente:

"Acho que o senhor deve nomear um interventor que conserve os representantes municipais e que não mude o secretariado de Daltro. Foram todos muito bem escolhidos e não convém arriscar mudanças.

(...) Acho também que o senhor deveria nomear um homem da terra, pois os gaúchos são muito bairristas. Estão em campanha contra o Daltro porque ele é baiano"⁹.

⁸ COLUSSI, Eliane. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996, p. 98-9.

⁹ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder. Meio século de combate - diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 238.

Em sua opinião, portanto, alterar os acordos e os rumos de governo anteriormente traçados por Daltro seria arriscado, podendo afetar a ordem política estadual. Getúlio Vargas, como bom conhecedor da política gaúcha, também sabia que qualquer quebra de continuidade nas ações do novo interventor poderia levar ao ressurgimento das velhas disputas pelo poder no Estado. Nessas circunstâncias, segundo avaliou o Presidente, o nome ideal para a interventoria do Rio Grande seria o do próprio Cordeiro de Farias: além de ser um militar próximo a Daltro Filho, era um gaúcho de nascimento. Com isso, ao mesmo tempo em que se garantia a manutenção dos acordos políticos celebrados e da ordem no Estado, fazia-se mais uma pequena concessão às elites regionais, que desejavam um homem da terra no governo.

Após tomar posse, Cordeiro de Farias¹⁰ procurou seguir à risca as sugestões que ele mesmo havia dado ao Presidente: praticamente não alterou o secretariado de governo nem os intendentess municipais que haviam sido indicados pela Comissão Mista. A única mudança inicialmente verificada foi a substituição de Viriato Dutra na Secretaria da Agricultura por Maurício Cardoso, que por sua vez foi substituído na Secretaria do Interior por Miguel Tostes. De um modo geral, pode-se dizer que seu governo coincide com aqueles anos (1938-1943) de maior prosperidade e estabilidade social e política do Estado Novo, tanto em nível regional como nacional. Dessa forma, pode-se citar como exemplo das ações e investimentos governamentais nesse período aqueles empreendidos nas áreas de: educação, nacionalização do ensino e construção de novas escolas; estradas, conservação e construção de novas rodovias; e saúde, construção e ampliação de hospitais e postos de higiene nos municípios.

Tais investimentos, aliados à manutenção dos acordos e concessões às elites políticas locais, foram a base de sustentação das referidas estabilidade e prosperidade do Rio Grande do Sul durante o governo de Cordeiro de Farias, contribuindo também para legitimar o próprio regime do Estado Novo. Já a partir de meados de 1942, entretanto, este quadro começa a apresentar alguns sinais de alteração. Se, até então, o Brasil não havia sido afetado diretamente pela guerra, não se poderá mais dizer o mesmo daí por diante: após romper relações com o Eixo e ter seus navios bombardeados pela Alemanha, o país observou o desenvolvimento de uma grave crise econômica e a con-

¹⁰ Cordeiro de Farias foi interventor do Rio Grande do Sul de março de 1938 a setembro de 1943.

seqüente redução da sua capacidade de investimentos. Além disso, Cordeiro de Farias solicitou sua exoneração da interventoria do Rio Grande para integrar-se à Força Expedicionária Brasileira (FEB), que seria enviada para a guerra na Europa, o que mais uma vez trouxe à tona o problema do equilíbrio político no Estado.

Diante desse novo contexto foi que Ernesto Dorneles¹¹ assumiu o governo gaúcho, em setembro de 1943. Nesse momento, contudo, a ameaça à ordem e à estabilidade política do regime se via agravada por fatores antes inexistentes: a crise econômica e as manifestações populares que começavam a ocorrer no Estado contra os nazistas. Dessa forma, a escolha de Dorneles não se deu apenas por sua origem rio-grandense e militar ou por sua capacidade de dar continuidade às ações de Cordeiro de Farias, mas também por sua forte ligação com o Presidente - ele era primo de Getúlio Vargas. Talvez se possa dizer que em condições tão adversas, na avaliação do governo federal, a ordem e o equilíbrio político regional só pudessem ser garantidos mediante uma intervenção mais direta da União sobre o Rio Grande do Sul.

Ao exercer, por intermédio de Ernesto Dorneles, um controle mais rígido sobre a política gaúcha, o governo federal tentava evitar aquilo que, pouco depois, se mostrou inevitável: o questionamento da ordem autoritária do Estado Novo e o rompimento do equilíbrio e da estabilidade política regional. Como seria natural, não tardou para que as manifestações populares passassem a condenar não só o nazismo, contra o qual o Brasil também estava lutando, mas a própria ditadura de Vargas. Nesse sentido, ainda que a censura continuasse em vigor no país, a imprensa passou a manifestar seu apoio às reivindicações pela democratização do regime, como se pode perceber por este editorial do *Correio do Povo*:

“Por que se há de pretender que o estudante, que pode deixar a escola e empunhar o fuzil para defender a sua pátria e a civilização, não deve discutir, com amplitude, com vigor e exaltação, os mesmos dramas, as mesmas incompreensões e os mesmos cancores que podem levar gerações inteiras ao desvario da guerra?”

¹¹ Ernesto Dorneles foi interventor do Rio Grande do Sul de setembro de 1943 a outubro de 1945.

(...) As reuniões de que Porto Alegre está sendo cenário revelam uma geração que busca encontrar o conceito exato do dever, para fazer dele uma cartilha sagrada. Confiemos em que essa cartilha há de ensinar aos brasileiros o ABC da felicidade, depois dessa fase sangrenta e atordoante que a humanidade está passando". (Correio do Povo, 10/11/1943, p. 4)

Pode-se dizer que estas idéias expressas pelo Correio faziam eco ao que se começava a discutir nas diferentes esferas sociais e políticas do Estado, não sendo uma mera opinião isolada. Sendo assim, não adiantava mais ao governo apenas reprimir estas manifestações e tentar dar continuidade às iniciativas e acordos anteriormente celebrados. Com o objetivo de acalmar os ânimos e, ao mesmo tempo, adiar a implantação das mudanças reivindicadas, Getúlio Vargas prometeu a convocação de eleições gerais no país após o final da guerra. Entretanto, ao contrário do que pretendia o Presidente, os debates políticos no Rio Grande e no Brasil não foram adiados, antes se intensificaram entre 1944 e 1945. Afinal, realizar eleições após quase oito anos de ditadura pressupunha reorganizar os partidos políticos, escolher seus candidatos, fazer campanha, atualizar a listagem dos eleitores etc.

O resultado imediato dessas discussões, portanto, foi o retorno à partidização¹² do debate político, seja em nível nacional ou regional. Nacionalmente os governistas se organizaram em torno do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto a oposição formou a União Democrática Nacional (UDN). No Rio Grande do Sul, os grupos políticos de oposição ao regime voltaram a se organizar em seus tradicionais partidos - PRR, PL e PRL, que vieram a se integrar à frente nacional da UDN; enquanto aqueles que se mantiveram fiéis ao governo de Ernesto Dorneles e ao varguismo fundaram o núcleo regional do PSD. Nesse sentido, rompidos os acordos então vigentes e reavivadas as antigas rivalidades políticas, a queda do Estado Novo era apenas uma questão de tempo, que se completou em outubro de 1945. Novos acordos e um novo equilíbrio político deveriam ser construídos daí em diante, em novas bases e segundo princípios não-autoritários.

¹² Em maio de 1945 Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei no 7.586, que permitiu a criação de partidos políticos nacionais e marcava eleições para o dia 2 de dezembro daquele mesmo ano.

Administração: a atuação do Conselho Administrativo do Estado (CAE)

Além do combate ao regionalismo, como vimos anteriormente, uma outra importante questão a ser enfrentada pelo Estado Novo era a adequação da estrutura legal e administrativa do Estado aos novos tempos. Nesse sentido, o artigo 67 da nova Constituição outorgada ao país com o golpe de 10 de novembro já previa a criação de um Departamento Administrativo, cujas principais atribuições deveriam ser *"o estudo da administração pública, a fim de propor sua reforma, sob o ponto de vista da economia e da eficiência"* e a fiscalização da execução orçamentária. De fato, este órgão só veio a ser criado oito meses após, através do Decreto-lei nº 579, de 30/07/1938. Já nos estados, este departamento foi regulamentado somente em 1939, por meio da chamada Lei dos Interventores (Decreto-lei nº 1.202, de 08/04/1939). Até esse momento, portanto, não havia um departamento administrativo estadual nem uma legislação específica que definisse as atribuições dos interventores e seus limites. Daí em diante, contudo, com a regulamentação do CAE, as ações dos interventores deveriam ser fiscalizadas e complementadas por esse conselho.

Quanto à composição do CAE pode-se dizer que, assim como ocorreu na divisão do poder estadual e municipal, esta também deveria levar em consideração a manutenção do equilíbrio entre os grupos políticos regionais, contribuindo para garantir a estabilidade e a legitimidade do regime. Dessa forma, ainda que fosse apresentado como um organismo técnico, seus conselheiros eram todos de origem política: José Acioli Peixoto, antigo integrante do Tribunal de Contas do Estado; Moysés Vellinho, do PRL, que havia apoiado Getúlio Vargas em sua briga com Flores da Cunha; Alberto Pasqualini, vereador de Porto Alegre pelo PL e, mais tarde, secretário do Interior de Ernesto Dorneles; Carlos Eurico Gomes, antigo superintendente de Saúde e Higiene do Distrito Federal; Camilo Teixeira Mércio, deputado federal entre 1936 e 1937; Gaston Englert, comerciante e diretor do Banco do Estado durante o governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul; e Olivério de Deus Viana, integrante do PRR.

Como se pode perceber, sem exceção, os conselheiros nomeados para o CAE tinham forte vinculação política com os grupos que haviam implantado o Estado Novo no país, sendo oriundos das diversas facções políticas regionais - PRR, PL e PRL. Pode-se dizer, portanto, que o CAE também se

constituía em um importante canal de composição política do governo federal com as elites regionais. Segundo Dilan Camargo

“Do ponto de vista jurídico, a nomeação dos membros do Conselho Administrativo era de competência do Presidente da República. Entretanto, a indicação de fato pertencia às forças políticas do Estado, em concordância com o Interventor Federal. Os membros desse órgão pertenciam aos quadros dos partidos políticos tradicionais do Rio Grande do Sul, tanto do PRR, PRL e PL, agora reagrupados novamente pelos acordos políticos da Comissão Mista.

(...) De modo geral, todos eram ‘políticos’, no sentido tradicional do termo, já que militavam em partidos políticos”¹³.

Por um lado, tal como vimos que ocorria em relação aos interventores, o CAE estava diretamente subordinado ao presidente da República, constituindo-se em mais um instrumento de controle do governo federal sobre o estadual. Por outro lado, contudo, para que se pudesse manter a estabilidade do regime e levar a efeito as reformas administrativas pretendidas, seria necessário que este conselho também contasse com o apoio e a participação das elites políticas regionais. Tal como já afirmamos, portanto, as ações do CAE e do interventor tinham um sentido complementar, visto que ambos agiam de acordo com os princípios políticos e administrativos do Estado Novo, adequados à realidade gaúcha.

Pode-se dizer que o raio de ação do Conselho Administrativo era dos mais amplos, abarcando projetos estaduais e municipais de praticamente todas as áreas, como por exemplo: reformulação e padronização administrativa; elaboração orçamentária e fiscalização de sua execução; concessão de aumento ou vantagens a funcionários públicos; aprovação de obras e investimentos públicos em todas as áreas; e, até mesmo, permissão para mudança do nome de rua em município. Segundo nos informa Camargo¹⁴, sob o ponto de vista quantitativo *“predominam entre as atividades do CAE as voltadas para os municípios, alcançando, quase sempre, cerca de 90% dos projetos e*

¹³ CAMARGO, Dilan. Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul - o Conselho Administrativo do Estado. Porto Alegre: UFRGS, 1983, Dissertação de Mestrado, p. 117-8.

¹⁴ *Ibid.*, p. 119-20.

processos recebidos". Há somente duas exceções a essa regra, que são os anos de 1939 e 1944, quando os projetos de origem estadual representaram cerca de 30% do total. Quanto aos pareceres emitidos no ano de 1940, por exemplo, cerca de metade dos decretos-lei de origem municipal foi desaprovada, enquanto os de origem estadual foram majoritariamente aprovados.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que o CAE exercia um rígido controle sobre os municípios, ao mesmo tempo em que legitimava com seus pareceres as ações do interventor. Em nível nacional, segundo Vieira da Cunha, o papel do DASP foi extremamente relevante para a manutenção da ditadura, pois era chamado a opinar sobre os mais diversos assuntos e, assim, o ditador *"conseguiu fazer pesar nas decisões que mais lhe interessassem o prestígio de um 'órgão técnico'"*¹⁵. Em nível regional, como vimos, esta situação se repetia.

Talvez se possa compreender um pouco melhor as relações entre a interventoria e o Conselho Administrativo, além do governo federal, a partir dos episódios relativos aos institutos da Carne, do Arroz e do Vinho, que se constituíam em importantes segmentos da economia gaúcha nos anos 30 e 40. Porém, devido aos altos custos de produção e à ausência de uma política de preços mínimos por parte do governo, estes setores enfrentavam graves dificuldades financeiras. Como alternativa à crise, o Estado estimulou a criação desses institutos como entidades privadas e associativas de produtores. Já durante o Estado Novo, persistindo a crise, o interventor propôs uma reformulação nos estatutos de cada um destes institutos, transformando-os em autarquias, sob controle direto do Estado. Nesse caso, tal como determinava a lei, foi encaminhado um projeto de reformulação ao CAE, para parecer técnico. No entanto, segundo Dilan Camargo, a atuação do Conselho nestes acontecimentos foi inócua ou meramente figurativa. Quanto ao Instituto da Carne, seu estatuto foi modificado logo após a instalação do CAE, motivo pelo qual este não emitiu parecer; já o Instituto do Arroz teve seus novos estatutos aprovados previamente pelo presidente da República, *"o que tornava desnecessária e inócua qualquer intervenção daquele (Conselho)";* e o Instituto do Vinho, por sua vez, recebeu parecer favorável às mudanças estatutárias propostas pelo interventor.

¹⁵ VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner. O sistema administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963, p. 92.

Por fim, pode-se concluir que o Estado Novo de fato conseguiu modificar as condições políticas e administrativas então vigentes no Brasil, ainda que para isso tivesse que adequar-se a algumas condições da velha ordem e fazer concessões às tradicionais elites políticas regionais. De um lado, houve a centralização e a nacionalização do poder político; de outro, o apoio das elites políticas regionais foi decisivo para a manutenção do equilíbrio e da estabilidade do regime. De um lado, houve a modernização e a racionalização da administração pública; de outro, os organismos técnicos da administração legitimavam as ações políticas do governo. Enquanto foi possível ao Estado Novo manter sob controle e em equilíbrio estas condições, o regime sobreviveu; rompidas estas relações, entrou em crise e caiu em outubro de 1945.

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, Dilan. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul - o Conselho Administrativo do Estado*. Porto Alegre: UFRGS, 1983, Dissertação de Mestrado.
- CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 1996.
- Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner. *O sistema administrativo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.



Getúlio Vargas: os limites do pragmatismo

Thomas E. Skidmore

Professor emérito de História, brasileiro, dirigente do Centro Latino-americano da Brown University, E.U.A.

Não posso começar sem destacar a ironia que é um *gringo* fazer o discurso de abertura sobre Getúlio Vargas em seu estado natal no quinquagésimo aniversário da sua morte.*

Também gostaria de lembrar que os esforços estrangeiros para compreender esta essência não foram muito promissores. Um, de um jornalista britânico, teve o infeliz título de "Vargas: a Esfinge dos Pampas". Outro teve um título igualmente infeliz: "His Majesty the President of Brazil". Outro foi de alguma forma comprometido por ter sido escrito por um filho do secretário de estado americano John Foster Dulles, que havia liderado a campanha anticomunista contra o governo de Vargas em 1953. Por sorte, minha intenção é muito mais modesta.

Minha abordagem e conclusão fundamental

Minha meta aqui é enfocar algumas grandes preocupações políticas que foram sempre importantes para Getúlio durante toda a sua carreira e colocá-las no contexto da sua história política – e também da brasileira. Minhas citações provêm de fontes publicadas – seus discursos, seu diário e, até certo ponto, a literatura monográfica a seu respeito. Usei um método aberto. Li todo o material para entender que temas emergiam. Minha conclusão é de que Getúlio foi um político sem uma visão filosófica abrangente. Em dados momentos, durante seus vinte e quatro anos de vida pública, ele foi um presidente oligárquico, um ditador e um desenvolvimentista. Os melhores exemplos de sua habilidade ao ajustar sua ideologia ao momento político incluem o prelúdio ao golpe de 1937 e o abrandamento do Estado Novo em 1943-1945. O primeiro constituiu uma queda para a ditadura, enquanto o segundo foi a preparação para sair dela.

* Devo agradecer a Nicole Bush e Steven van Knotsenburg pela ajuda no preparo deste manuscrito. Felicity Skidmore mais uma vez demonstrou suas magníficas habilidades em extrair o melhor de um manuscrito.

¹ Ernest Hambloch. *His Majesty The President of Brazil*. New York, NY: E.P. Dutton and Company, Inc., 1936

Getúlio não deixava passarem despercebidas as correntes ideológicas que o circundavam. Em 1937, era óbvio que grande parte da elite urbana estava abandonando a democracia em prol do integralismo, um movimento fascista em rápido crescimento. Como um bom pragmático, Vargas aproveitou a energia desta mobilização de direita para absorvê-la em seu futuro golpe autoritário. O período entre 1943 e 1945 apresentou outro exemplo da capacidade que Getúlio tinha de dar uma virada ideológica radical. As forças democráticas estavam ganhando impulso entre a elite política brasileira. Vargas aproveitou a ocasião para decretar um código trabalhista progressista em 1943 e afrouxar os controles sobre a expressão política.

Seu objetivo maior era ganhar e manter o poder político. Sua ideologia era maleável. E ele tinha uma notada aversão a riscos. Sendo ele um pragmático por excelência, que modificou sua ideologia para atender às necessidades políticas do momento, não devemos esperar encontrar em sua história um fluxo homogêneo de pensamento político.

Isso não quer dizer enfaticamente, entretanto, que ele não tinha metas políticas ou não compreendia as questões importantes enfrentadas pelo seu país. Como esclareço no decorrer de meus comentários, algumas questões políticas estão sempre presentes na sua tomada de decisões, embora a lógica delas tenha diferentes tons dependendo do clima político atual.

O problema de entender a essência de Vargas

Por que é tão difícil fazer uma análise histórica de Getúlio? Em parte, porque ele foi a figura pública dominante de um importante país no século XX, tornando praticamente impossível separar sua carreira da sua época. Mas isso não o distingue de muitas outras figuras políticas de peso. O que o distingue é o esforço deliberado para cobrir sua personalidade em mistério. Ver a difícil tarefa do historiador o satisfaria. Trata-se da mesma tática com a qual ele manteve seus contemporâneos encurralados². Esta foi, na minha opinião, a razão fundamental pela qual, cinquenta anos após sua morte,

² Um outro fator complicaria a vida dos biógrafos de Getúlio Vargas. Trata-se do extenso revisionismo historiográfico que aparece continuamente sobre a Era Vargas. Por exemplo, mesmo sendo frequentemente atribuída ao período posterior ao golpe de 1937, a origem das políticas de industrialização de Getúlio data dos primeiros anos pós 1930. Isso produz uma versão mais plausível de sua visão política. Para dar outro exemplo, convencionalmente diz-se que o Brasil era dominado pela economia liberal clássica, antes de 1930. No entanto, pesquisas de Steven Topik e outros mostraram que a intervenção do estado na economia já era freqüente durante a República Velha. Aqui, novamente, essa revisão faz com que seja percebida a evolução gradual dos conceitos econômicos de Vargas.

ainda não temos nenhuma biografia à sua altura³. Os biógrafos preferem pintar retratos de líderes decisivos identificados com causas políticas de longo prazo. Vargas não se encaixa neste molde heróico. Na verdade, ele foi um líder com seus pés firmemente plantados, em dados momentos, em ambos os lados de praticamente qualquer argumento político.

Todos concordam que a natureza física e psicológica de Vargas foi crucial para determinar seu estilo de liderança. Ele tinha, por exemplo, uma estatura excepcionalmente baixa em um país no qual a altura média da população masculina estava abaixo até da dos Estados Unidos ou Europa Ocidental. Como resultado, Vargas tinha uma presença física pouco intimidante. Em compensação, ele seguia uma abordagem cerebral comediada ao lidar com todos os seus interlocutores – tanto inimigos quanto amigos. Em sua rotina de trabalho, ele deliberadamente escolhia conversações individuais em vez de juntar diversos protagonistas para trocar idéias e fomentar o valor popular atualmente conhecido como “transparência”. E ele preferia que este tipo de conversa fosse cara a cara. Pelo seu estilo presidencial, ele recebia seus visitantes, escutava suas reclamações e pedidos e então fazia comentários sem se comprometer⁴. Ele não gostava de telefone e evitava seu uso⁵. Ao ler seu diário, que é em grande parte uma descrição deste ritual diário de 1930 a 1942, tem-se a sensação de assistir ao trabalho de um monarca francês do século XVIII⁶. Como muitos políticos, Vargas negava ter ambições pessoais⁷, e se via como um servidor público abnegado⁸.

Vargas combinou este perfil de trabalho individual com um estilo de vida relativamente solitário. Embora possuidor de um charme excepcional, ele não poderia ser menos parecido com o típico político que dá tapinhas nas

³ Futuros estudiosos certamente fornecerão muito mais material para interpretação. Documentos para pesquisa estão disponíveis no CPDOC, Rio de Janeiro, bem como em arquivos federais e estaduais.

⁴ A auto-imagem de Getúlio nos anos 30 era de calma em meio à tempestade: “É preciso um espírito forrado de grande serenidade para resistir aos embates morais desta luta. A um dia de relativa tranquilidade, sucede-se outro cheio de boatos, de intrigas, de conspirações, de ameaças de atentados pessoais. Procuro isolar-me dessa atmosfera enervante que só serve para perturbar”. (Vargas, em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936*. Vol. I. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.128).

⁵ Alzira Vargas do Amaral Peixoto. *Getúlio Vargas, Meu Pai*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Globo, 1960.

⁶ Getúlio Vargas em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936*. Vol. I e Vol. II. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995. Existe uma excelente resenha do segundo volume feita por Barbara Weinstein no *Luso-Brazilian Review*, Inverno 1997, vol. 34, edição 2, 137-141.

⁷ Em seu décimo aniversário no poder, Vargas negou qualquer ambição pessoal: “Permaneci esse tempo não por amor ao governo, mas pelo desejo de servir ao meu país, de realizar um plano de administração e de criar a estrutura de um regime e de uma mentalidade que melhor se adapte às condições de vida e às razões do seu triunfo. Se não conseguir levar a termo esses objetivos, terei fracassado, pelo menos em parte.” (Vargas, in Soares, Leda (ed.). *Diário, 1937-1942*. Vol. II. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.349).

⁸ Getúlio viu a si próprio cumprindo “um alto dever de patriotismo...” (A Nova Política do Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933, p.76).

costas como exemplo de intimidade física⁹. Ele era muito econômico ao fazer amizades próximas, sempre consciente de que elas poderiam se tornar vulnerabilidades ou trunfos¹⁰. Seu colega mais próximo em toda a sua vida foi o também gaúcho Oswaldo Aranha, que foi ministro das Finanças, ministro do Exterior e embaixador nos EUA durante a presidência de Vargas. Mas Vargas considerava até mesmo Oswaldo um fardo, especialmente em seus freqüentes pedidos de aconselhamento emocional. No início de seu mandato temporário, por exemplo, Getúlio expressou seu desgosto pelo candor e emoção incomuns ao descrever Aranha como "(...) emocionado, abatido e revoltado. Um temperamento complexo, vários, tempestuoso e apaixonado, mas sincero, mesmo nas suas infidelidades intelectuais"¹¹. Aranha era tão valioso para o presidente que Vargas tolerou sua volatilidade emocional. Getúlio aceitava pouquíssimas exceções.

Dada sua abordagem política, não surpreende que Getúlio tivesse uma opinião negativa sobre os partidos políticos. Na década de 1930, seus discursos estavam cheios de ataques aos partidos por promoverem seus interesses estreitos em detrimento ao bem-estar público. Depois de 1945, Vargas começou a tolerar mais o novo sistema multipartidário que ele havia ajudado a fundar em 1945. Mas a mudança mais uma vez exemplificava seu pragmatismo, e não sua verdadeira crença. Getúlio pode ter baseado sua campanha presidencial de 1950 no PTB, do qual ele se dizia pai, mas ele esperava ter sido lançado por uma coalizão suprapartidária em 1951 assim como nos velhos tempos. Quando o PSD e a UDN recusaram-se a cooperar, ele alcançou o poder nos braços do PTB. Mas o conflito entre o PSD e os outros partidos logo engolfou seu governo e, ao final, o levou ao suicídio. O cuidado de Vargas ao se proteger emocionalmente era igualado pelo seu brilho no cultivo da percepção de ambigüidade. Era difícil atacá-lo precisa-

⁹ João Neves da Fontoura foi categórico na descrição da personalidade de Vargas: "... apesar de comunicativo, muito atraente no trato pessoal, acolhedor, de uma grande simpatia física, gracioso nas palavras, era um individualista fechado no seu eu. Não se abria com ninguém. Chegou mesmo a dizer que preferia ser interpretado a interpretar-se. Fazia-se forte nos seus silêncios, nas reticências, nas meias palavras, sem embargo de ser orador brilhante nos improvisos". (João Neves da Fontoura como citado em Vargas, Parlamentares Gaúchos: Discursos 1903-1929. Rio Grande do Sul, Brasil: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, p. 42).

¹⁰ Em Setembro de 1939, Getúlio mais uma vez observou sua solidão: "...dois acidentes desagradáveis perturbam minha saúde, além da velha moléstia crônica que progride, acrescida de agudos motivos sentimentais. Mas tudo isso é comigo e, se escrevo aqui, não falo a ninguém." (Vargas, em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1937-1942. Vol.II*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.254).

¹¹ Getúlio Vargas em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936. Vol.I*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.93.

mente porque ele resistia com muita eficácia a se definir¹². Mas foi esta característica que o levou ao hábito de postergar decisões e a esforços prolongados em busca de uma conciliação¹³. Sua notória postergação de decisões importantes, apesar de sua excelente visão das mudanças fundamentais de que o Brasil precisava, ao final ajudou a resultar na sua queda.

Os interesses políticos duradouros de Vargas e como seus matizes mudaram com o tempo

Como afirmei, diversos temas políticos aparecem e reaparecem nas idéias e discursos de Getúlio durante a sua carreira.

O *Equilíbrio entre Agricultura e Indústria*. Quando Vargas assumiu a presidência em 1930, o Brasil era uma nação agrária. A agricultura produzia a maior parte da riqueza nacional e predominava nas exportações. No início, Vargas começou a promover a industrialização como a chave para expandir a riqueza nacional, embora ironicamente ele quisesse reverter o êxodo rural¹⁴. Sua ênfase inicial na industrialização continuou através dos anos 30, quando Vargas usou tratados de comércio internacional para maximizar a importação de bens de capital, essenciais para o crescimento industrial. Mesmo assim, Vargas teve de proceder cautelosamente com a industrialização para evitar a alienação dos liberais econômicos dominantes entre a elite. A fim de atender aos interesses agrários, ele manteve subsídios generosos aos produtores agrícolas¹⁵. A

¹² Neves da Fontoura, desta forma, descreveu a cautela inata de Getúlio: "Vargas, mais do que realista, era constitucionalmente um pessimista e um céptico. Fundamentalmente discípulo de São Tomé, não dava um passo sem prévia segurança do terreno. Doutrinas, fantasias ou hipóteses não o enfeitavam". (João Neves da Fontoura como citado em Vargas, *Parlamentares Gaúchos: Discursos 1903-1929*. Rio Grande do Sul, Brasil: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, p.41).

¹³ Em 1936, Vargas confiou a seu filho Lutero o segredo de uma estratégia política de sucesso: "...vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos - vencer é adaptar-se. Como tivesse dúvidas sobre a significação da fórmula, expliquei-lhe: adaptar-se não é o conformismo, o servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar." (Vargas, em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936*. Vol. I. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.486-487).

¹⁴ Vargas queria reverter a ampla migração para as cidades: "Cumpra-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo, um só: o retorno aos campos." (*A Nova Política do Brasil*. Vol.II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933, p.115).

¹⁵ Na plataforma de campanha de Getúlio, em 1930, a Aliança Liberal advertiu que a industrialização deveria ser limitada: "Devemos manter o critério geral, protecionista, para as indústrias que aproveitam a matéria-prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria-prima importada, encarecendo o custo da vida em benefício de empresas privilegiadas". (*A Nova Política do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.35). Para uma revisão bem documentada, ver Stanley E. Hilton, "Vargas and Brazilian Economic Development: A Reappraisal of his Attitude Toward Industrialization and Planning", *The Journal of Economic History*, Dezembro 1975, Vol. 35, edição 4, 754-778. Para uma rigorosa análise de uma questão correlacionada pelo mesmo autor, ver "Military Influences on Brazilian Economic Policy: 1930-1945", *Hispanic American Historical Review*, Fevereiro, 1973, vol. 53, edição 1, 71-94.

forma da industrialização brasileira tornou-se a última grande preocupação política de Vargas. Ele encerrou sua carreira em uma disputa amarga sobre a exploração de um elemento-chave para a industrialização: o petróleo¹⁶. Mas foram as exportações agrícolas que continuaram a pavimentar o caminho brasileiro no comércio internacional.

Relações de Classe. Nenhum assunto era mais central para a carreira de Vargas que suas relações de classe¹⁷. Vargas começou sendo muito identificado com os proprietários do capital¹⁸. Mas os tempos estavam mudando na década de 1930. Como a maioria dos países em desenvolvimento, o Brasil sentiu o desafio posto pelos marxistas e socialistas democráticos que estavam competindo pelo poder no Atlântico Norte. Embora Vargas tenha se tornado trabalhista depois de 1945, ele continuou evitando dar aos sindicatos um poder independente. Ele tinha aversão ao que se conhecia em outros lugares como “barganha coletiva”. Também tinha aversão a qualquer tipo de conflito aberto, e isso se aplicava especialmente às relações trabalhistas. Em todos os tipos de negociação, Getúlio favorecia o controle sobre o processo. Neste sentido, ele estava mal-preparado para o sistema político relativamente aberto que enfrentou depois de 1945. Em contraste, o sistema sindicalista que ele adotou na década de 1930 institucionalizou as relações trabalhistas e embaraçou os sindicatos em um sistema jurídico trabalhista controlado pelo governo¹⁹. O legado ainda existente de Getúlio sobre as relações de classe é um sistema de bem-estar sindical administrado com um paternalismo persistente. Ideologicamente, Vargas permaneceu abertamente anticomunista e antibolchevique. Isso o tornou, na maior parte de sua

¹⁶ “Dessa forma, é o petróleo um fator básico para a emancipação econômica e o bem-estar social do nosso povo.” (Vargas, *O Governo Trabalhista do Brasil, Vol.III.*, Rio de Janeiro, Brasil: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.78).

¹⁷ Em 1931 o estilo de Vargas em lidar com a legislação trabalhista já era evidente: “Ontem, assinei o decreto de reforma das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Trata-se de um ato que interessa vivamente às classes trabalhadoras. Foi solene: compareceu numeroso grupo de associados, junto com o ministro do Trabalho, houve fotografias, discursos, oferecimento de uma caneta para assinar o decreto.” (Vargas, in Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936. Vol.I.* São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.74).

¹⁸ Por volta de 1931, Vargas anunciava uma filosofia social conservadora: (a ordem) “...jurídica precisa, pois, refletir a ordem econômica, garantindo-a e fortalecendo-a.” (*A Nova Política do Brasil. Vol. I.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.114).

¹⁹ O mito do nascimento de uma legislação trabalhista sem custos foi inúmeras vezes repetido por Vargas, como em abril de 1952: “As reformas sociais, neste país, não foram conquistadas à custa de imposições diretas ou apelos da desordem, não foram arrancadas à relutância dos governantes pela pressão das massas de trabalhadores: elas surgiram espontaneamente de um nobre e generoso impulso, partiram de uma nítida e sincera compreensão das necessidades dos trabalhadores, trazidas que foram no bojo da Revolução de 1930...” (*O Governo Trabalhista Do Brasil. Vol. II.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, p.444). Para uma melhor análise, ver Angela Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

carreira, um aliado natural do alto escalão do Exército, cujo conservadorismo os fazia suspeitar invariavelmente de qualquer organização trabalhista.

Elitismo. O Brasil era uma sociedade altamente estratificada quando Vargas assumiu o poder pela primeira vez, e qualquer abertura sua naturalmente provocaria forte resistência. Vargas manteve os instintos de um político paternalista com pouca simpatia pela democratização radical. Seu comportamento em seu mandato final parecia sinalizar um novo curso, com a glorificação do povo. Mas a mudança era mais aparente do que real, já que Getúlio manteve seu estilo manipulador, incluindo a exploração de conexões com a elite. Aqui está uma possível contradição com seu compromisso com a industrialização, porque a história moderna mostra que democracias industriais nos EUA e Europa reduziram a desigualdade econômica, pelo menos em parte, como um subproduto da necessidade de os produtores encontrarem consumidores.

O Sistema Eleitoral. Fraude nas votações foi uma das principais reclamações dos revolucionários de 1930²⁰. Sendo as eleições a base da democracia, sua condução honesta era crucial para criar um estado democrático moderno. Vargas estava fortemente interessado na expansão do eleitorado brasileiro na década de 1930. Em seu retorno depois de 1945, ele cultivou técnicas modernas de campanha.

Centralização Política. Obter uma maior centralização política era uma das preocupações mais persistentes de Getúlio. Durante o Estado Novo, ele aumentou a centralização garantindo que suas instituições autoritárias, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Exército, estivessem sob o firme controle do Rio. O mesmo valia para poderosas instituições nacionais como o Banco do Brasil. Estes vínculos com o Rio formaram uma teia que deu a Vargas o poder de controlar as finanças federais e, não menos importante, a formação de uma nova liderança política nos estados. Em 1943, ele engendrou um maior controle central com a criação do princípio de um sistema nacional de relações trabalhistas. Isso deu ao presidente um poder importante no direcionamento de conflitos no local de trabalho. Em seu último mandato, Vargas herdou um sistema federal que havia sido parcialmente descentralizado por seus sucessores entre 1945 e 1950. Mas, durante

²⁰ Em maio de 1932, Getúlio já descartava as eleições por sua inutilidade: "As eleições transformaram-se, aos poucos, em verdadeira burla: os eleitores votavam sem liberdade de escolha, ou a ata falsa substituiu, sumariamente, a vontade do eleitorado". (A Nova Política do Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933, p.27).

seu mandato de 1951 a 1954, ele retomou a centralização, propondo novas empresas públicas como a Petrobrás e a Eletrobrás. Uma das principais acusações contra ele, no final, foi uma reação a estas mudanças – a acusação de que todos os seus esforços de centralização tinham como objetivo não o desenvolvimento do país, mas o aumento do seu próprio poder pessoal.

Presença Brasileira no Cenário Mundial. Desde o início de sua carreira, Getúlio sabia que o Brasil somente poderia satisfazer suas ambições nacionais alcançando as nações economicamente desenvolvidas do Atlântico Norte²¹. A Segunda Guerra Mundial ofereceu a oportunidade esperada. Ao se juntar aos americanos, o Brasil passou a ser a única nação latino-americana a enviar forças de combate ao campo de batalha europeu, embora somente em 1944. Isso deu ao Brasil um curto prestígio e, mais importante, ampla perícia militar e de armas. Cinco anos depois, os americanos pressionaram o Brasil novamente, para entrar na Guerra da Coreia, mas Vargas resistiu com êxito.

Tendo vindo do Rio Grande do Sul, Getúlio naturalmente suspeitava da Argentina. Entretanto, através dos anos, ele resistiu a clamores de militares alarmistas pedindo confrontos no Prata.

Ao enviarem uma divisão de combate para a Europa em 1944, os brasileiros estavam lutando para alcançar o nível dos eventos mundiais. A rendição das forças do Eixo em 1945 permitiu que os Aliados retornassem a uma política democrática “normal”. No Brasil, isso significou o fim do Estado Novo. Juntamente com o fascismo da Alemanha e Itália, a ditadura brasileira havia sido varrida para a lixeira da história. O que faria Getúlio?

As duas democracias de língua inglesa ofereciam um exemplo diferente do da Alemanha e Itália. Nenhuma delas havia sucumbido ao fascismo nos anos 30. Na verdade, ambas haviam rumado à esquerda na sua política doméstica. Nos EUA, o presidente Franklin Roosevelt havia liderado o afastamento do liberalismo econômico, criando um novo estado intervencionista devotado ao bem-estar social. Para grande fúria dos republicanos, o presiden-

²¹ Em 1945, Vargas orgulhosamente descreveu seus primeiros quinze anos no comando, incluindo o aumento da respeitabilidade do Brasil frente ao mundo: “Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais”. (Hélio Silva, Vargas, Porto Alegre, Brasil: L&PM Editores Ltda., 1980, p. 63). Para uma análise da política estrangeira de Getúlio de 1930 a 1945, ver Thomas E. Skidmore, “Brazilian Foreign Policy Under Vargas, 1930-1945: a Case of Regime Type Irrelevance”, em Dennis Rolland e José Flávio Sombra Saraiva, ed. *Political Regime and Foreign Relations: a Historical Perspective*, Paris, França, L’Harmattan, 2004.

te Harry Truman conseguiu prolongar a reforma rooseveltiana até a década de 1950, sobrepondo-se ao retorno de Vargas ao poder.

O Reino Unido ofereceu a lição mais impressionante sobre a política de esquerda. Todo o heroísmo de Winston Churchill durante a guerra não pôde salvar seu partido da derrota eleitoral em 1945. O vitorioso Partido Trabalhista, liderado por Clement Atlee, marchava rumo a seu programa de socialismo democrático. Naqueles anos, também havia partidos socialistas fortes na França e na Alemanha, outros sinais de mudança ideológica em países que tinham prestígio no Brasil.

Tanto o Reino Unido quanto os Estados Unidos eram particularmente relevantes para o Brasil se o país quisesse evitar o retorno a um nível cru de liberalismo econômico. Vargas, ansioso para voltar ao poder, citou o Reino Unido e os Estados Unidos como precedentes para o Brasil. Ele usou ambos os países como prova de que o socialismo e a democracia eram compatíveis²².

Nacionalismo. Getúlio estava sempre à espreita de oportunidades para promover o nacionalismo brasileiro²³. Na década de 1930, por exemplo, fez uma campanha para exigir que os imigrantes residentes (especialmente alemães) usassem o português nas escolas. Ele também fez gestos freqüentes para fortalecer os vínculos nacionais, como a queima cerimonial das bandeiras dos estados em 1937. Ele instruiu as forças armadas a incluírem soldados de todos os estados brasileiros na divisão do Exército enviada para Itália em 1994, mesmo quando exigências físicas tivessem de ser relevadas no caso de recrutas dos estados menos desenvolvidos.

Perícia Técnica. Seu respeito pelos tecnocratas já emergira na década de 1930. O regime mais tecnocrata de Getúlio chegou a toda a sua força no início da década de 1950, quando ele se tornou o primeiro presidente brasileiro a nomear uma equipe completamente profissional. Até mesmo o controle sobre instituições-chave como a Petrobrás e a Eletrobrás foi delegado a tecnocratas. Talvez Vargas quisesse reduzir sua vulnerabilidade política dando poder a tecnocratas. Neste caso, foi tudo em vão. O seu uso de tecnocratas, entretanto, foi um exemplo seguido pelo governo subsequente de Kubitschek.

²² Na véspera de sua reeleição, a prioridade de Getúlio era estudar: "...o sistema trabalhista, na Grã-Bretanha que se limitou a nacionalizar até agora uma pequena parte das indústrias." (*A Campanha Presidencial*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1951, p.27).

²³ "Desde que reassumi o Governo, ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei." (Vargas, *O Governo Trabalhista do Brasil, Vol.III.*, Rio de Janeiro, Brasil: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.156).

As fases da carreira política de Getúlio

Uma maneira útil de resumir nosso retrato de Vargas é examinar as principais fases de sua carreira²⁴. A primeira, de 1930 a 1937, especialmente nos primeiros anos, pareceu-se fortemente com a da era precedente²⁵. Na economia, houve inicialmente uma dependência de princípios monetaristas ortodoxos e uma dependência continuada de exportações de café²⁶, com a grande exceção do seu interesse pela industrialização desde cedo. Na política, sua estratégia ainda se parecia com a dos governadores (embora todos tivessem sido escolhidos por Vargas depois de 1930), em quem ele confiava para governar o país. Se a carreira de Getúlio tivesse terminado em 1934, seu obituário descreveria características não diferentes das dos presidentes da República Velha²⁷.

A segunda fase presidencial, de 1937 a 1945, foi o Estado Novo, um regime autoritário e economicamente intervencionista. Naqueles anos, Vargas assumiu a aparência de um ditador latino-americano, embora se afastando de seu estilo pessoal tipicamente exibicionista. Depois do golpe militar de novembro de 1937, ele teve poder total com a autoproclamada Constituição de 1937²⁸, a qual ele justificou culpando a crise mundial. Ele argumentou que o crescimento do fascismo e do bolchevismo na Europa haviam tornado a democracia eleitoral obsoleta. O Brasil, portanto, havia de dar um tempo à sua evolução democrática²⁹.

²⁴ Em 1933, Getúlio ainda afirmava que a sua autoridade veio da revolução de 1930: "Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político." (*A Nova Política Do Brasil*. Vol.III. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.25).

²⁵ No início do governo provisório, Vargas pintou uma imagem idílica de sua base social: "Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: — a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta a colaboração de todos os seus filhos." (*A Nova Política Do Brasil*. Vol.I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.69).

²⁶ Como Ministro das Finanças, em 1926, Vargas fez um discurso ortodoxo onde reivindicou pela "estabilização cambial, passando pela conversibilidade de moeda fiduciária, para atingir a circulação metálica." (*Parlamentares Gaúchos: Discursos 1903-1929*. Rio Grande do Sul, Brasil: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, p.497).

²⁷ Em maio de 1932, Vargas afirmava: "O Governo Provisório não fez política no sentido de submeter-se aos postulados e às solicitações dos interesses de partidos, de classes ou facções. Todo seu esforço consistiu em firmar a ordem material, para tornar possível a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do país" (*A Nova Política do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933, p.33).

²⁸ Durante o Estado Novo, Getúlio declarou sua definição de Estado: " Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos." É desnecessário dizer que era o estado que definia as duas partes da relação. (Hélio Silva, *Vargas*. Porto Alegre, Brasil: L & PM Editores Ltda., 1980, p. 57).

²⁹ Vargas iniciou seu Estado Novo repudiando as eleições livres: "O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos". (*A Nova Política do Brasil*. Vol.V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.21).

Vargas contou com os militares para dar o golpe. Os generais há tempo tinham suas reservas sobre a democracia³⁰. Ao liderar o golpe, Vargas mais uma vez mostrou seu pragmatismo. Se ele não tivesse liderado o golpe, um de seus generais o teria feito sem dúvida. O poder presidencial passou a se basear em uma burocracia autoritária devotada a monitorar e controlar a expressão e a ação no corpo político³¹.

Durante o Estado Novo, Vargas muitas vezes usou da intervenção estatal na economia através do financiamento público e da criação de autarquias federais³². A industrialização foi agressivamente promovida, especialmente através da canalização de bens de capital importados. Isso envolvia jogar os alemães contra os americanos em negociações comerciais para ver quais dariam os melhores termos. Com esta barganha, Vargas conseguiu financiamento americano para a primeira siderúrgica brasileira³³. Novamente ele se mostrava um pragmático supremo. Para os americanos, cantava as virtudes da democracia; para os alemães, prometia um estado forte. Quando a Guerra acabou, o Brasil emergiu como uma economia altamente controlada, produto da intervenção estatal e da explosão econômica do período de guerra.³⁴

A fase final da presidência de Vargas durou de 1951 a 1954. Para retornar à presidência, depois de ter sido deposto em 1945, Vargas teve de, pela primeira vez, vencer um processo eleitoral. Ele previra isso ainda em

³⁰ No auge do Estado Novo, Vargas confessou que estava sob o controle efetivo do Exército: "Estou a mercê do Exército, sem força que o controle, e sem uma autoridade pessoal e efetiva sobre ele." (Vargas, em Soares, Leda (ed.). *Diário, 1937-1942. Vol.II*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p. 226).

³¹ Getúlio sustentou que não havia alternativa para "um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho." (*A Nova Política Do Brasil. Vol.V*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.28). Pela excelente colaboração no trabalho sobre o Estado Novo, ver Dulce Pandolfi, ed., *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, ed., Fundação Getúlio Vargas, 1999.

³² A autoritária Constituição de 1937 legitimou a intervenção econômica desta forma: "A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado". (*A Nova Política do Brasil. Vol.V*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p.83). Para informações sobre como Vargas lançou as bases para uma acelerada centralização pós 1937, veja Joan L. Bak, "Political Centralization and the Building of the Interventionist State in Brazil", *Luso-Brazil Review*, 1985, Vol. 22, edição 1, 9-25.

³³ Em maio de 1940, Vargas viu melhorar a perspectiva brasileira quando os Estados Unidos comprometeram-se em financiar uma siderúrgica no país: "Foi uma notícia feliz, que me encheu de satisfação. É um novo teor de vida para o Brasil: a riqueza e o poder." (Vargas, in Soares, Leda (ed.). *Diário, 1937-1942. Vol.II*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p. 316).

³⁴ De seu exílio no Rio Grande do Sul, Getúlio orgulhosamente descreveu sua especial relação com o povo durante o período de 1930 a 1945: "Nunca temi ataques ou violências, mas sempre respeitei, no mais alto grau, a ironia do povo carioca. E esse respeito profundo à inteligência popular, ao sentimento unânime da coletividade, criou a identidade de nossa espíritos e a comunhão entre a ação do governo e a vontade do povo". (*A Política Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1950, p.130).

1943, quando decretou um código trabalhista favorecendo os direitos econômicos dos trabalhadores e abrandou a censura. Em 1945, preparando-se para concorrer, ele fundou o Partido Trabalhista Brasileiro, dizendo que ele e o partido trariam o socialismo democrático ao Brasil³⁵. Verdadeiramente acredito que ele estava comprometido com o desenvolvimento econômico do Brasil e com tudo o que isso compreendia. Mas acho que seria legítimo duvidar de sua conversão às crenças igualitárias da democracia britânica e americana.

De qualquer maneira, a direita brasileira em 1945 acreditava que ele era uma ameaça ao capitalismo – e convenceu os americanos de que eles estavam certos. O embaixador nos EUA fez um discurso felicitando o retorno da democracia ao Brasil – o que foi amplamente interpretado como uma ordem para que Vargas deixasse o poder – e Vargas aceitou, sob pressão dos militares.

Mas Vargas sabia que poderia ter uma nova ascensão³⁶. Em sua fazenda no seu estado natal, ele trabalhou para expandir o PTB e venceu em 1950 uma eleição universalmente aceita como honesta³⁷.

Sua tentativa de retomar o poder em 1951 foi uma aposta. Na verdade, ele concorria contra seu próprio passado, tentando reeditar a história dos anos 30.³⁸ Em 1937, Getúlio havia jurado lealdade à democracia somente para escolher a ditadura. Estas promessas democráticas recentemente cunhadas poderiam apagar a memória da traição de 1937?³⁹ Sim,

³⁵ Na era Pós-Guerra, Getúlio expressou sua filosofia: "O que vigora no Brasil, porém, é uma democracia capitalista ou, antes, uma plutocracia. A liberdade política é uma burla, porque lhe falta a igualdade social". (Hélio Silva, *Vargas*. Porto Alegre, Brasil: L&PM Editores Ltda., 1980, p. 68).

³⁶ Em 1946, Vargas já havia formulado sua doutrina de assistência social: "São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social". *A Política Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1950, p.53). Para a reação dos industriais de São Paulo frente às iniciativas de Vargas, ver Bárbara Weinstein, "The Industrialists, the State, and the Issues of Worker Training and Social Services in Brazil", *Hispanic America Historical Review*, Agosto, 1990, Vol. 70, n°. 3, 379-404.

³⁷ Formulando seu novo apelo político, em 1946, por exemplo, Getúlio ainda não via papel independente para a classe trabalhadora: "Não precisam nem precisarão os trabalhadores do Brasil recorrer a greves, porque a bancada trabalhista, na Câmara e no Senado, defenderá intransigentemente as fórmulas mais práticas para a solução dos seus problemas". (*A Política Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1950, p.45).

³⁸ A meta de Vargas era ambiciosa: "Abandonaremos os vestígios de uma economia colonial de país subdesenvolvido, que se caracteriza pelo fornecimento de matérias-primas e não pela exploração industrial das suas riquezas e reservas". (Vargas, *O Governo Trabalhista do Brasil*, Vol.III., Rio de Janeiro, Brasil: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.252).

³⁹ Getúlio reafirmou ao povo que ele não repetiria o ano de 1937: "Se vencer, governarei sem ódios, prevenções ou reservas, sentimentos que nunca influíram em minhas decisões, provendo sinceramente a conciliação entre os nossos compatriotas e estimulando a cooperação entre todas as forcas da opinião pública". (*A Campanha Presidencial*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1951, p. 17).

pelo menos o suficiente para vencer. Ao vencer a eleição de 1951, Getúlio continuou afirmando seu firme compromisso com o ideal democrático.⁴⁰ Mas é plausível dizer que era tudo superficial. Em 1952, por exemplo, algumas de suas palavras ainda refletiam claramente sua concepção de governo antiga e de alguma forma régia⁴¹. Em agosto de 1954, os militares, ataçados por demagogos da direita, estavam determinados a depô-lo, assim como o haviam feito em 1945. Mais uma vez, os americanos trabalharam (desta vez secretamente com os militares brasileiros) para o afastarem. Eles aceitaram a idéia de que sua visão de governo (como a necessidade de intervir para fomentar o desenvolvimento econômico) era anticapitalista – um legado que finalmente derrubou Goulart somente uma década depois. Getúlio havia decidido não repetir a humilhação que fora sua saída anterior do poder. Ele jurou que nunca sairia vivo do palácio. Vargas havia exaurido suas opções. O poder era fundamental, mas ele havia perdido o seu. Sem ele, o pragmatismo já não lhe podia ajudar. Então, escolheu a morte, esta companhia sedutora que ele havia sentido a seu lado tantas vezes no passado. Ao ver seu poder se arruinar, Vargas escolheu a morte na esperança de que seu auto-sacrifício obscureceria sua derrota, mesmo que somente de maneira póstuma⁴². É extremamente importante lembrar que escolher a morte à derrota não era uma idéia

⁴⁰ Vargas agora, fazia campanha descaradamente populista: "O que, a 3 de outubro, vai triunfar e a vontade do povo – e só do povo -, único tribunal político a cuja sentença se devem curvar todos os cidadãos de uma democracia." (A Campanha Presidencial. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1951, p. 33). Uma das mais convincentes dentre as análises sobre a presidência final de Vargas é a de Maria Celina Soares D'Araújo, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, São Paulo: Ática, 1992. A autora ressaltava fatores estruturais acima dos pessoais.

⁴¹ Em 1952, Vargas descreveu: "Uma das tarefas a que mais me consagro é a de receber em meu gabinete, todas as semanas, comissões, sindicatos, representantes das vossas associações, que vêm de todas as partes do Brasil trazer-me os vossos apelos, e, muitas vezes também, os vossos protestos. Diante de mim, confessam as falhas de sua organização e apontam faltas dos órgãos ou governamentais e a receptividade do Governo aos apelos populares". (*O Governo Trabalhista do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, p.454). Esse não é o tipo de aproximação que Getúlio poderia usar com os militares, como fica claro em Shawn C. Smallman, "Fear and Memory in the Brazilian Army and Society", 1889-1954, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2002.

⁴² Em sua carta de suicida, Getúlio traçou um belo paralelo com as vítimas: "Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente". (Hélio Silva, *Vargas*. Porto Alegre, Brasil: L&PM Editores Ltda., 1980, p. 137). A mais conhecida mensagem de despedida de Getúlio deixou claro o apelo ao martírio: "Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência". (Hélio Silva, *Vargas*. Porto Alegre, Brasil: L&PM Editores Ltda., 1980, p. 138). Os poetas da Literatura do Cordel logo acrescentaram seu lamento: "Alegria se escondeu/ a tristeza apresentou-se/ Dizia o povo chorando/ O pai dos pobres acabou-se!", *Origines Lessa, Getúlio Vargas na Literatura do Cordel*, Rio de Janeiro, ed. Documentário, 1973, p. 118.

nova para Getúlio. Em 1930, ele já contemplava o suicídio caso seu governo provisório fracassasse⁴³.

Então, além do tumulto emocional que se seguiu a seu suicídio, que legado deixou Getúlio? Certamente não foi o populismo místico de sua carta-testamento, que se dissipou prontamente quando o impacto emocional desapareceu. Seu legado foi o de um detentor de poder que também era um camaleão, ajustando suas cores aos matizes das tendências prevalentes. Isso por si mesmo não era tarefa fácil. Exigia todas as suas habilidades pragmáticas. Mas estas habilidades não atrairiam um biógrafo que buscasse um sujeito heróico. Pode nos surpreender o fato de, meio século depois de sua morte, Getúlio ainda não ter uma biografia à altura dele? Vargas considerava as gerações que o sucederiam da mesma forma que considerava seus contemporâneos: espectadores que teriam de tirar suas próprias conclusões sobre seus motivos (até a carta-testamento) sem a ajuda dele. O pragmatismo que foi a essência de seu prolongado período no poder deixou um perfil histórico que desafia a fácil descrição.

⁴³ Em outubro de 1930, Vargas já cogitava o suicídio, caso falhasse no governo provisório: "A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como responsável, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso". (Vargas, in Soares, Leda (ed.). *Diário, 1930-1936*. Vol. I. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995, p.4-5).

Estado Novo: tradição e modernidade

Lucia Lippi Oliveira

Socióloga, pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Em fevereiro de 1942 se suicida o escritor judeu austríaco Stefan Zweig. O casal Zweig vivia em Petrópolis, após sucessivas viagens e fugas da perseguição que os judeus sofriam na Europa. Defensor dos valores humanos para além das diferenças raciais, religiosas, nacionais, mas tendo perdido a confiança e a esperança no gênero humano, Zweig vivia um dos piores momentos de sua vida. É quando publica o livro *Brasil, país do futuro*, em que exalta o Brasil, o Novo Mundo, a nação do amanhã, e ao mesmo tempo escreve suas memórias, *O mundo que eu vi*, uma peça de nostalgia do passado, do Velho Mundo que se encontra destruído.

Brasil, país do futuro, publicado em português em 1941, apresenta uma visão idílica do país. Exalta a natureza exuberante e o país mestiço, onde não existe a perversão ariana, onde se vive em harmonia. “A palavra mestiço não é uma ofensa aqui, mas simples constatação que nada tem de pejorativo: o ódio das raças, essa planta venenosa da Europa, aqui não vinga”.

O livro teve grande importância para a elite brasileira. Vinha confirmar algo que foi e é acionado em diferentes momentos da história do país. A natureza exuberante, paradisíaca, criada por Deus, que seria novamente alcançada no futuro, e a confirmação não só da mestiçagem, mas também da possibilidade de se viver em harmonia.

No governo Vargas, mas principalmente no Estado Novo, foi construída uma cultura política que pregava, que recuperava esses dois valores, a natureza edênica e a mestiçagem, como traços básicos do caráter nacional. Vários autores, entre eles Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, já tinham oferecido bons argumentos para fundamentar a valorização da mestiçagem.

O Estado Novo contou com a participação de diversos e diferentes intelectuais, que se viram valorizados e tiveram espaço nas instituições e organismos então criados. Em sua complexa trama de tradição e modernização, exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Os intelectuais apostavam na modernidade, que tinha na intervenção do Estado o eixo capaz de articular as forças sociais do futuro. Esse Estado juntava

argumentos de racionalidade, planejamento, combate ao regionalismo, às oligarquias e ao mandonismo local (BOMENY, 2001).

Os intelectuais que se dedicavam à revista *Cultura Política*, publicada pelo DIP, por exemplo, se esmeravam em afirmar a compatibilidade entre modernidade e tradição, entre futuro e passado, entre política e história. Almir de Andrade, Prudente de Moraes Neto e Rosário Fusco, principais responsáveis pela publicação, foram pródigos em mostrar como a revolução estética de 1922 e a revolução política de 1930 guardavam uma relação de continuidade. Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, modernistas que compunham com Plínio Salgado o Grupo Verde-Amarelo, dirigiram os jornais *A Manhã* e *A Noite*, importantes órgãos da imprensa diária do Estado Novo. Mário de Andrade, considerado figura maior do modernismo, foi o redator de um anteprojeto para a criação de um órgão de defesa do patrimônio, que deu origem ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ligado ao Ministério da Educação e Saúde. Os exemplos dessa aproximação entre intelectuais e instituições do governo podem se multiplicar.

A relação entre o moderno e a tradição, é preciso lembrar, vinha sendo trabalhada desde os anos 1920, com o movimento modernista, que, após as primeiras manifestações, se dividiu em diferentes correntes, cada uma definindo qual tradição importava ser resgatada e como seria possível atualizá-la. O passado mítico tanto quanto o passado popular, representado pelo folclore, faziam parte desse arsenal à disposição dos intelectuais.

Uma janela para se observar a convivência nem sempre pacífica entre o passado e o futuro durante a Era Vargas pode ser aberta quando acompanhamos o campo da arquitetura e observamos os palácios construídos pelo governo federal na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro - espaço aberto no centro da capital federal com o arrasamento do morro do Castelo por ocasião do Centenário da Independência, em 1922.

A Esplanada integrava o plano proposto pelo arquiteto francês Alfred Agache no fim da década de 1920 para a reurbanização da capital federal. Descartado após a Revolução de 1930, esse plano permaneceu como parâmetro para futuros programas de obras no Rio de Janeiro. Agache, sem espaço para maior atuação no Rio de Janeiro, vai ser contratado para planejar obras de urbanismo em outras cidades no Estado do Rio, como Campos, Cabo Frio e Petrópolis. É também quem elabora o plano de urbanização de Curitiba e de Vitória, além de projetar Interlagos em São Paulo.

Durante os anos 1930, abre-se espaço para uma arquitetura monu-

mental que expressa a grandiosidade dos governos autoritários. Essa arquitetura, inspirada principalmente em arquétipos clássicos, está presente nas grandes comemorações da época. A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, realizada em 1935 em Porto Alegre, que transformou o antigo Campo da Redenção no Parque Farroupilha e teve projeto básico do mesmo Agache, pode ser um bom exemplo (SEGAWA, 1999).

Os três palácios da Era Vargas construídos no Rio de Janeiro – o do Ministério do Trabalho (primeiro a ficar pronto, em 1938), o da Fazenda (1943) e o da Educação e Saúde (que se torna ícone do modernismo antes mesmo de sua inauguração em 1945) – tiveram cada um uma história e uma “fortuna crítica” diferente e divergente (CAVALCANTI, 1995). O lado mais tradicional e acadêmico ficou registrado no palácio da Fazenda – construído sob a orientação do ministro Souza Costa, outro gaúcho que permaneceu ministro por 11 anos. O que quero destacar com esses exemplos da arquitetura oficial do Estado Novo é que o governo comportava diversas e diferentes perspectivas estéticas, culturais e políticas, e em suas fileiras estiveram intelectuais progressistas e conservadores, modernistas e acadêmicos.

Intelectuais e artistas modernistas e academicistas procuraram cada qual preservar e ganhar novos espaços nas instituições então criadas. Os modernos conseguiram se posicionar dentro do Estado autoritário e conservador através da inserção no Ministério da Educação, ocupado por Gustavo Capanema. O Estado, através de Capanema, garantiu o apoio da política cultural oficial aos modernos, seja no concurso do prédio do Ministério da Educação e Saúde, seja na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) que, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, destronou o projeto de conservação do patrimônio defendido por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional.

Os modernos tinham, assim, preocupações preservacionistas, desejavam cuidar de parte do passado brasileiro representado pela arquitetura colonial barroca das cidade mineiras. Figura máxima desse encontro entre futuro e passado, Lúcio Costa foi líder dos modernos e diretor de uma das seções do Sphan que escolhia e cuidava do que deveria ser preservado. Essa junção aparentemente esdrúxula é comum na América Latina. Aqui os intelectuais e artistas vanguardistas se mostraram capazes de representar o passado e “vão encontrar no Estado um aliado fundamental para construir uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais” (GORELICK, 1999, p. 67).

No campo da construção do futuro é importante lembrar que o Estado

Novo pretendia construir um Estado capaz de criar uma nova sociedade e de produzir um sentimento de nacionalidade para o Brasil. Daí ser chamado de Estado Nacional, Estado Novo ou Novo Estado Nacional pela literatura da época. Uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal. Não por acaso foram criadas, então, instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas agências ajudariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana do país. A noção de "vazio" territorial atualizava o conceito de "sertão", entendido como espaço abandonado desde as denúncias de Euclides da Cunha. Essa política ganhou visibilidade com um programa específico que anunciava uma "Marcha para o Oeste".

Na formulação do programa "Marcha para o Oeste" foi fundamental a presença de Cassiano Ricardo, que desde os anos 1920, com seu poema *Martim Cererê* (1928) e dentro das fileiras do grupo modernista Verde-Amarelo, propugnava pela valorização do meio, do território, como base de constituição da nacionalidade. Para esse autor, era preciso que no século XX realizássemos a "posse efetiva das zonas já conquistadas pelos bandeirantes históricos", como expõe em seu livro *A marcha para o Oeste: a influência do bandeirante na formação social e política do Brasil* (1940). Esse processo foi muito bem estudado por Candice Vidal e Souza em seu livro *A pátria geográfica* (1997).

A "Marcha para o Oeste", programa que Getúlio Vargas anunciou em 1940, pretendia ser uma diretriz de integração territorial para o Brasil. E Vargas o lançou durante os festejos de inauguração da cidade de Goiânia. Essa cidade, obra do interventor Pedro Ludovico Teixeira, foi projetada pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima, o mesmo que esteve envolvido com a construção da cidade industrial de Volta Redonda, outro projeto estratégico do governo Vargas (LOPES, 2003).

O Estado Novo foi pródigo em buscar a integração nacional. De um lado, o governo estava se empenhando na política de combate ao federalismo, defendendo o país de ameaças de separatismo e enfrentando as lutas ideológicas que, no período, ameaçavam dividir os brasileiros. De outro, o governo criou órgãos como o DNER (1937) e o IBGE (1938), e oficializou em 1942 uma nova divisão regional que interferiu no poder e na autonomia de

lideranças estaduais e, ao mesmo tempo, deu apoio à diversidade regional. Divulgava-se, através das escolas, um “federalismo cultural”, baseado em tipos sociais regionais: o seringueiro, a baiana, o vaqueiro do Nordeste e dos Pampas, o jangadeiro, todos fixados pelos desenhos de Percy Lau, funcionário do IBGE. No ano de 1943, foram criados os territórios do Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia); mais tarde, os de Ponta Porã e Iguazu, logo extintos. O Acre já existia.

Entre as políticas de intervenção efetiva na realidade vale também lembrar a construção, entre 1930 e 1940, de cerca de 150 prédios para as agências dos Correios e Telégrafos, instrumento que permitia a comunicação e, portanto, a integração nacional. No início dos anos 1940, os poderes públicos federal, estadual e municipal – estávamos na ditadura, e estados e prefeituras eram ocupados por interventores – estiveram também envolvidos com projetos de reformulação das cidades antigas, de elaboração de planos diretores, de abertura de grandes avenidas. Os prefeitos interventores participaram ativamente desse processo, como aconteceu no Rio de Janeiro, com Henrique Dodsworth; em São Paulo, com Prestes Maia; e em Belo Horizonte, com Juscelino Kubitschek. Curitiba, Porto Alegre e Recife também foram objeto de remodelação e receberam grandes obras viárias.

Se esse foi um dos caminhos da modernização implementada pelo Estado Novo, como o governo Vargas lidou com a tradição? A tradição constitui parte da experiência passada que é então valorizada. Apela-se para a história e para a memória procurando resgatar valores considerados relevantes. A construção da memória envolve o recurso a experiências compartilhadas, reais ou inventadas. Uma das experiências da memória coletiva tem sido a memória nacional. A nação, uma “comunidade imaginada”, na expressão de Benedict Anderson, é uma das categorias que organiza a história e a vida dos povos. Pessoas oriundas de diferentes lugares, tendo ou não uma religião comum, pertencendo ou não a uma mesma etnia, passam a se sentir identificadas com um território e/ou com um Estado. A homogeneidade do povo de cada país é construída. O Estado age para juntar as pessoas em um povo que se sente unificado por origens comuns mitológicas ou históricas, que passa a falar uma língua comum.

Quais foram as releituras do passado feitas pelo Estado Novo? Já trabalhei com o lado moderno do Estado Novo em outro texto (OLIVEIRA, 2003, p. 337) em que procurei mostrar como a literatura, o cinema e o rádio foram áreas guiadas pelo modernismo (visões e valores culturais compromete-

tidos com a nação) e pela modernidade (processo longo de transformação do Ocidente marcado pelo progresso; pela civilização, pela incorporação de setores sociais; pela racionalização).

Os valores culturais modernistas envolveram também uma leitura do passado, da tradição, que pode ser observada em outro caso exemplar – a criação do Museu Imperial em Petrópolis (SANTOS, 2003). O Museu Imperial, criado pelo Decreto-lei nº 2.090, assinado por Vargas em março de 1940, tornou-se um lugar onde se mantém preservada a memória de Pedro II e da monarquia brasileira. Procura apresentar o cotidiano da família imperial e transmitir a noção de estabilidade do século XIX; possui e mostra coleções de objetos que servem para enaltecer e homenagear o espírito do Império. Além disso, garante um tratamento cuidadoso dos objetos, entre eles, os que são portadores de função simbólica, como as insígnias do Império – o manto, o cetro e a coroa –, que ajudam a recriar uma memória da época. Ao mesclar fantasia e realidade, o Museu Imperial funciona como uma metáfora do que foi o Império. Deseja ensinar e seduzir os que o visitam: basta lembrar as pantufas, que encantam a todas as crianças!

O Palacete de Petrópolis foi residência de verão, funcionava como casa de campo da família imperial e foi o único palácio construído pela monarquia. Temos que lembrar que o palácio de São Cristóvão – morada da família imperial no Rio de Janeiro – foi construído por rico traficante de escravos. O prédio de Petrópolis foi ocupado, com a República, por dois colégios; seus objetos originais estavam dispersos. O Museu Imperial passou a adquirir peças de outros palácios, a receber peças doadas por particulares e arrematadas em leilões. A atuação de Getúlio Vargas foi determinante, não só na criação do Museu Imperial, mas também na restauração do prédio. Vargas foi seu maior patrono, fazia diversas visitas ao Museu Imperial em sua temporada em Petrópolis e contribuiu para que fossem resgatados objetos do Império que se encontravam espalhados por outras instituições, como o Palácio do Itamaraty e o Museu Histórico Nacional.

O Museu Imperial constitui assim um cenário teatral didático, e não a apresentação da verdade histórica. Não procura autenticidade ou originalidade, e sim recriar uma imagem de uma época. É imagem, e não retrato do Império. Ainda que relativamente modesto, o Museu conseguia seduzir os que o visitam. E ainda mais agora, com o espetáculo de som e luz apresentado no frontal do prédio. Foi, por isso mesmo, muito criticado pelos historiadores e muito admirado pelo público.

Projeto inovador para os padrões da época, procedeu à valorização do imaginário popular sobre reis e rainhas, esteve de acordo com a preferência do público por museus que reencenam o passado. Por ser a residência de verão de Pedro II, a casa tem poder evocativo, fala do passado a partir do local onde ele aconteceu. Nele a História oficial expressa a história privada da família imperial, que passa a guardar semelhança com a história de nossos avós.

O Museu Imperial constrói no espaço simbólico da história brasileira uma identificação entre Pedro II e Getúlio Vargas, ambos marcados pelo pulso forte, íntegros, centralizadores, chefes de Estado que souberam cumprir sua missão no serviço da pátria. A imagem de Pedro II como grande estadista, esclarecido, amigo do povo e das letras, aquele que garantiu paz e tranquilidade, sustentou a unidade nacional, a emergência das liberdades individuais e a prosperidade econômica e financeira, representa tudo o que Vargas queria fazer e ser.

Essa imagem positiva do Império foi construída desde a década de 1920 por livros como o de Oliveira Viana, *O idealismo da Constituição*, que aborda e destaca as qualidades do Império em oposição aos defeitos da República liberal. Nos dias de hoje se estranha menos essa recuperação simbólica do Império, graças aos estudos que vêm mostrando os rituais usados pela elite brasileira encarregada de (e ocupada em) construir o poder do Estado e do Imperador para fundar uma nação civilizada nos trópicos (SCHWARTZ, 1998, p. 513).

O Museu Imperial aproxima o passado do presente pela memória, pela história que é contada e recontada, que é reencenada pela sacralização dos objetos e do lugar. O Museu Imperial homenageia o Império e Pedro II, e foi criado sob o comando do gaúcho Getúlio Vargas, da linhagem de Bento Gonçalves e de Júlio de Castilho, representantes de lutas do Rio Grande do Sul, onde aconteceram as mais fortes e importantes revoltas contra o Império. Isto serve para nos mostrar quão complexa é a relação entre tradição e modernidade, entre passado e futuro.

Referências Bibliográficas

- BOMENY, Helena. Infidelidades afetivas. In: _____. *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 11-35.
- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro, Taurus, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil. In: _____, PANDOLFI, Dulce, ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001, p. 156-197.
- GORELICK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- LOPES, Alberto. *A aventura da forma; urbanismo e utopia em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, e-papers, 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Alcmeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 323-361.
- _____. Brasil e Estados Unidos: fronteiras geográficas e culturais. In: GONÇALVES, Ana Teresa Marques et alli. (Orgs.). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia, UCG, 2004. p. 167-188.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pelo República. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.p.111-131.
- SCHWARCZ, Lília. *As barbas do Imperador; reflexões sobre a construção da figura pública do monarca D. Pedro II*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo, Edusp, 1999.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica*, Goiás, UFG, 1997.

Os desafinados: sambas e bambas no Estado Novo*

Adalberto Paranhos**

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

Durante a ditadura do Estado Novo, no Brasil, piscaram os sinais de alerta para os malandros e os que cultuavam a malandragem. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939, a censura às vozes destoantes da ideologia do regime foi exercida com mão de ferro. Intensificou-se a repressão à “vadiagem” e ganhou corpo a perseguição a quem exaltasse o não-trabalho. Nada de anormal, enfim, se considerarmos que a Constituição imposta ao país em 10 de novembro de 1937 equiparava a ociosidade ao crime e estabelecia, no seu artigo 136, que “o trabalho é um dever social”¹.

Vargas acolhia até com simpatia sua identificação popular como “bom malandro”, no fundo um reconhecimento de sua inteligência e es- perteza política. Porém, na propaganda estado-novista, ele era reverenci- ado como o “trabalhador número 1 do Brasil”², ou seja, encarnava, obje- tivamente, o papel de antimalandro. Greves, ociosidade ou malandragem não podiam mesmo ser digeridas pelo governo Vargas, empenhado em pôr em movimento a roda do desenvolvimento capitalista em terras bra- sileiras. Tudo o que conspirasse contra esse “ideal patriótico” ficava sob

* Este artigo é produto de pesquisa que priorizou o material fonográfico disponível principalmente no Centro Cultural São Paulo/SP (Discoteca Oneyda Alvarenga), na gravadora Revivendo, de Curitiba/PR, e na discoteca do autor. Toma como referência, portanto, a música popular industrializada posta no mercado pelas três gravadoras (Odeon, Victor e Colúmbia/Continental) existentes no Brasil no período do Estado Novo. Elas se sediavam no Rio de Janeiro, onde, por sinal, era gerada grande parte das composições transpostas para o disco.

* Adalberto Paranhos é autor, entre outras obras, de *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, São Paulo, Bomtempo, 1999, e co-autor de *Música popular em América Latina*, Santiago de Chile, Rodrigo Torres, ed., 1999.

¹ Com a Segunda Guerra Mundial em andamento, o ditador Getúlio Vargas mostrava-se preocupado em promover a “batalha da produção” no front interno e persistia numa pregação que se tornara lugar-comum naqueles dias: “hoje mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo”. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC), no 105, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, mai/1943, s/n”.

² Declaração do presidente do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, Manoel Antonio da Fonseca, reproduzida no BMTIC, no 108, op. cit., ago/1943, p. 322.

a alça de mira do DIP e da polícia³. Nesse contexto, os compositores populares, em especial os sambistas, passaram a ser estreitamente vigiados. Paralelamente, buscava-se atrair os artistas para a área de influência governamental: usando a moeda de troca dos favores oficiais, tentava-se capturá-los na rede do culto ao trabalho.

Houve, sem dúvida, músicos populares que morderam a isca. Ainda que por um mero cálculo interesseiro ou, mais do que isso, em função de uma adesão mais ou menos espontânea ao regime, o que de fato se viu foi uma enorme safra de canções que enalteciam o mundo do trabalho, para não falar do Estado Novo e de sua personificação, Getúlio Vargas. Mas houve também uma porção não desprezível de canções que avançaram o sinal vermelho e, recorrendo a ardis variados, furaram o cerco da ditadura.

Embora os compositores tivessem de enfrentar a obrigação de submeter suas obras aos censores do DIP (os selos dos discos gravados em 78 RPM traziam, em regra, o número de registro junto a esse órgão), não foram poucas as gravações que transbordaram os limites admitidos⁴. Seja porque a performance dos intérpretes revestia as letras das músicas de novo sentido, seja porque a ironia que as contagiava alterava seu significado à primeira vista, e assim por diante. Excepcionalmente, um ou outro samba abordava, de forma direta e reta, as agruras da vida do trabalhador⁵. Muitos outros, no entanto, transitaram por um terreno minado em que, volta e meia, a questão do trabalho e da malandragem era exposta de maneira ambígua. É nestes que vou me fixar daqui para a frente.

De costas para o trabalho

A cruzada antimalandragem objetivava interromper a íntima relação que, ao longo da história da música popular brasileira, unira o samba à malandra-

³ A Constituição, no art. 139, capitulava a greve como "recurso anti-social". Daí ser enquadrada como ato delituoso para o qual o art. 165 do Código Penal cominava pena de prisão de 3 a 18 meses, mais as penas acessórias aplicáveis a casos específicos. Ideologicamente, os doutrinadores do regime assemelhavam a greve à ociosidade. E ócio, como dizia um deles, era irmão siamês da "boêmia improdutiva", essa "perversão" do "instinto da ordem". Azevedo Amaral, Getúlio Vargas, estadista, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1941, p. 50 e 86.

⁴ Por isso a perspectiva aqui adotada aponta para a necessidade de dar ouvidos ao "lado B" da história do Estado Novo. Trata-se de questionar o pretense monopólio da "palavra estatal" presente inclusive na análise de uma das mais destacadas estudiosas do período, que chega ao ponto de assegurar que "o DIP tinha um controle absoluto sobre tudo o que se relacionava à música popular". Ângela Maria de Castro Gomes, "A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro", in Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, Estado Novo: ideologia e poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 159.

⁵ Eu mapeio essas três diferentes situações em Adalberto Paranhos, "Vozes dissonantes sob um regime de ordem-unida: música e trabalho no 'Estado Novo'", ArtCultura, no 4, Uberlândia, UFU, jun./2002.

gem⁶. Essa ofensiva se conectava, aliás, a reações que partiam do próprio meio musical na década de 30. Nele se faziam ouvir vários defensores da "higienização poética do samba" ou do "sancamento e regeneração temática" das composições populares⁷. Apesar disso, em pleno império do DIP, de modo enviesado que fosse, figuras que viviam à margem do trabalho regular continuavam a freqüentar muitas canções, como que a fornecer um atestado de sua sobrevivência. É impressionante a quantidade de composições que viraram muros de lamentação de mulheres insatisfeitas com seus parceiros sanguessugas e com sua condição de muros de arrimo da família. Comumente compostas por homens e cantadas por mulheres, tais músicas, mesmo que sugerissem uma certa dubiedade, se ocuparam de tipos que voltavam as costas ao trabalho.

Em *Sete e meia da manhã*⁸, Dircinha Batista, cheia de bossa, registra a via-crúcis de uma operária na luta pelo pão-nosso-de-cada-dia. Berra o despertador, seu companheiro a acorda, vira para o lado, puxa a coberta e torna a dormir, e lá vai ela, a contragosto, trabalhar:

*"Estou atrasada
E se não for para o batente
Ele vai me dar pancada
Estou tão cansada
De ouvir todo dia
A mesma toada
O apito da fábrica a me chamar
Levanta da cama e vem trabalhar
Mas que viver desesperado"*

Neste ponto, o samba se recolhe, a melodia envereda pelo ritmo dolente da seresta, e ela conclui, em tom de lamento: "Se Deus um dia olhasse a terra/ E visse o meu estado". E, de novo, soa o despertador.

Logo se vê que *Sete e meia da manhã* não exala o espírito oficial da época. Sem maquiagem o dia-a-dia do operário, trabalho aí rima com martírio, quando não com "miserê", como se constata em outras composições. Isso

⁶ V. Gilberto Vasconcellos e Matinas Suzuki Jr., "A malandragem e a formação da música popular brasileira", in Boris Fausto (dir.), *História geral da civilização brasileira: III. O Brasil republicano. 4. Economia e cultura (1930-1964)*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

⁷ V. Adalberto Paranhos, "A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social", *História*, v. 22, n^o 1, São Paulo, Unesp, 2003, esp. p. 95/100.

⁸ *Sete e meia da manhã* (Pedro Caetano e Claudionor Cruz), Dircinha Batista, 78 rpm, Continental, 1945.

tudo atropela o discurso governamental e determinadas análises elaboradas por historiadores e cientistas sociais que insistem em se referir quase exclusivamente à assimilação da mensagem trabalhista pelos compositores populares⁹. Estamos aqui muito longe do elogio ao trabalhador que se encontrava na base dos pronunciamentos do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa radiofônico "Hora do Brasil"¹⁰. Em vez de ser encarado como atividade humanizante e regeneradora, o trabalho é percebido como fonte de sacrifício que se impõe aos que vivem atacadados com a luta pela sobrevivência.

Em *Não admito*¹¹, outra mulher vocifera contra o boa-vida que mora com ela. Nesse samba-choro, uma espécie de peça de acusação, ela chega às raias da indignação:

*"Não, não admito
Eu digo e repito
Que não admito
Que você tenha coragem
De usar malandragem
Pra meu dinheiro tomar"*
Sem se refugiar em meias-palavras, ela bate duro:
*"Se quiser vá trabalhar, oi
Vá pedir emprego na pedreira
Que eu não estou disposta
A viver dessa maneira
Você quer levar a vida
Tocando viola de papo pro ar
E eu me mato no trabalho
Pra você gozar"*

⁹ Essa é a tônica de trabalhos como o de Antonio Pedro, *Samba da legitimidade* (dissertação de mestrado), USP, São Paulo, 1980 (esp. cap. II), e de Alberto Moby, *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura*, Rio de Janeiro, Obra Aberta, 1994, esp. p. 105/127.

¹⁰ Suas falas semanais de 1942 se acham agrupadas em Marcondes Filho, *Trabalhadores do Brasil*, Rio de Janeiro, Revista Judiciária, 1943. Juntamente com outros pronunciamentos feitos até 1945, transcritos nas edições do BMTIC, na seção "Falando aos trabalhadores brasileiros", elas compuseram uma autêntica "sinfonia do trabalho" que eu examino criticamente em Adalberto Paranhos, *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 1999, esp. cap. IV.

¹¹ *Não admito* (Ciro de Souza e Augusto Garcez), Aurora Miranda, 78 rpm, Colúmbia, 1942. Relançado na coleção *Os grandes sambas da história*, CD n° 14, Globo/BMG, 1997.

*Hildebrando*¹² é mais um indivíduo que povoa esse universo de pessoas que não integram o exército regular da produção. Esse samba nos coloca diante do paradoxo de uma família às voltas com necessidades crônicas e do suposto chefe de família que se entrega ao ócio: “sempre descansando”, “perambulando na rua”, ele, decididamente, “não quer procurar o que fazer”.

Na pele de Dircinha Batista, uma outra trabalhadora martela a mesma tecla em *Inimigo do batente*¹³. Para começo de conversa, seus dois autores são emblemáticos. Wilson Batista era um mulato que jamais fincou pé num emprego convencional e vira e mexe tinha contas a acertar com a polícia. Germano Augusto era um malandro que se notabilizou, entre outras coisas, por suas façanhas de se apoderar, com golpes de astúcia ou na marra, de composições alheias, além de figurar em parcerias fictícias. Ambos se dão as mãos nesse samba para retratar as queixas de uma mulher varada de sofrimento e cansada do “lesco-lesco” da vida de lavadeira que vem consumindo os seus dias. Seu homem, “moreno forte”, corpo atlético, “tem muita bossa” e, mais, “diz que é poeta”, aguarda a gravação de um samba de sua autoria e “quer abafar (é de amargar)”. Nesse meio-tempo ela coleciona frustrações:

*“Se eu lhe arranjo trabalho
Ele vai de manhã, de tarde pede a conta
Eu já estou cansada de dar
Murro em faca de ponta
Ele disse pra mim
Que está esperando ser presidente
Tira patente do sindicato
Dos inimigos do batente”
Paciência tem limite. E a dela se esgotou:
“Eu já não posso mais
A minha vida não é brincadeira
É, estou me desmilingüindo
Igual a sabão na mão da lavadeira (...)
Não posso mais, em nome da forra
Vou desguiar”*

¹² Hildebrando (Wilson Batista e Haroldo Lobo), Ciro Monteiro, 78 rpm, Victor, 1941.

¹³ Inimigo do batente (Wilson Batista e Germano Augusto), Dircinha Batista, 78 rpm, Odeon, 1940. Relançado no LP Cantoras da época de ouro, Revivendo, 1988.

Em sintonia com essa canção, os sambas *No lesco-lesco*¹⁴ e *Vai trabalhar*¹⁵ recolocam em cena a queda-de-braço travada pelas lavadeiras com os dramas da subsistência. Na primeira, seu marido “só leva a vida gozando”, e “o tanque está me acabando”. *Vai trabalhar* ilumina ainda mais o contraste entre a mulher tragada pela rotina, dedicada ao trabalho penoso, e o homem que leva a vida na flauta, dando-se ao luxo de usufruir os pequenos prazeres que o mundo lhe proporciona. Ela ergue a voz e solta seu protesto:

*“Isso não me convém
E não fica bem
Eu no lesco-lesco
Na beira do tanque
Pra ganhar dinheiro
E você no samba o dia inteiro (...)
Você deve cooperar
É forte, pode ajudar
Procure emprego
Deixa o samba e vai trabalhar”*

Seria possível multiplicar à vontade esses exemplos de malandros, de bambas e sambas que ressurgem, aqui e ali, em discos gravados e/ou lançados entre 1940 e 1945, sob o reinado do DIP. *Já que está deixa ficar*, de Assis Valente, com os Anjos do Inferno, *Não vou pra casa*, de Antonio Almeida e Roberto Ribeiro, com Joel e Gaúcho, *Quem gostar de mim*, de Dunga, com Ciro Monteiro, *Batatas fritas*, de Ciro de Souza e Augusto Garcez, com Aurora Miranda, e *Fez bobagem*, de Assis Valente, com Aracy de Almeida, são apenas mais alguns. Mas é interessante atacar, agora, a questão pelo lado do avesso.

¹⁴ No lesco-lesco (Hanibal Cruz), Carmen Costa, 78 rpm, Victor, 1945. É oportuno atentar para o trânsito lingüístico de palavras como lesco-lesco, miserê e outras que tais. Assim como, analogamente, uns tantos aspectos das ideologias das classes trabalhadoras são incorporados e/ou ressignificados pelas ideologias das classes dominantes, muitas expressões originárias da linguagem cotidiana de setores populares terminam por ser dicionarizadas. Foi o que se verificou, por exemplo, com lesco-lesco e miserê. V. Aurélio, século XXI: o dicionário da língua portuguesa, 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 1203 e 1344, e Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 1745 e 1933.

¹⁵ Vai trabalhar (Ciro de Souza), Aracy de Almeida, 78 rpm, Victor, 1942.

De frente para a gandaia

Já se observou que a música popular se transformou em solo fértil para o desabrochar das “dores de corno” sentidas pelos homens. Quantas são as canções que expõem aos nossos olhos a fragilidade do “sexo forte” a se dissolver em lamúrias ao ser passado para trás¹⁶? O samba *Oh! Seu Oscar*¹⁷, sucesso estrondoso do carnaval de 1940, flagra mais uma situação na qual as pedras do tabuleiro parecem fugir do lugar habitual. Seu Oscar, trabalhador braçal, relata seu melodrama:

*“Cheguei cansado do trabalho
Logo a vizinha me falou:
Oh! Seu Oscar, tá fazendo meia hora
Que tua mulher foi-se embora
E um bilhete deixou
O bilhete assim dizia:
Não posso mais
Eu quero é viver na orgia!”*
Aturdido, ele relembra o seu calvário:
*“Fiz tudo para ver seu bem-estar
Até no cais do porto eu fui parar
Martirizando o meu corpo noite e dia
Mas tudo em vão, ela é da orgia”*

Seu Oscar, estivador, com seus braços de carvalho, suportara por ela um pesado fardo. O trabalho, mais uma vez, é associado a sacrifício, a martírio, em completo descompasso com o que se apregoava na ideologia do trabalhismo. O trabalhador, aliás, é indiretamente convertido em otário, dando duro no batente ao mesmo tempo em que sua mulher se atira à orgia. Sintomaticamente, o título original dessa composição era *Ela é da orgia*, que, diga-se de passagem, não possuía então apenas o sentido de bacanal. Orgia também era sinônimo de festa popular regada a samba, batucada, bebida e coisas do gênero.

¹⁶ V. Ruben George Oliven, “A mulher faz e desfaz o homem”, *Ciência Hoje* Rio de Janeiro, v. 2, n.º 376, SBPC, 1987.

¹⁷ *Oh! Seu Oscar* (Ataulfo Alves e Wilson Batista), Ciro Monteiro, 78 rpm, Victor, 1939. Relançado em *Os grandes sambas da história*, CD n.º 10, op. cit.

Seja como for, não deixa de ser significativa a reiteração da palavra orgia na gravação de *Oh! Seu Oscar*. Ela aparece não menos do que nove vezes. Seus versos-chave ("Não posso mais/ Eu quero é viver na orgia!") se repetem sete vezes. Inclusive no final, levando a canção a passar por uma relativa ressignificação. Se, devido à dubiedade da sua letra, *Oh! Seu Oscar* pôde levantar o primeiro prêmio, na categoria samba, do concurso carnavalesco patrocinado pelo DIP em 1940, tudo indica que, no calor do carnaval, os foliões se empolgaram para valer com os versos que glorificavam a orgia. Postos na encruzilhada, entre identificar-se com as desventuras do trabalhador ordeiro ou com as aventuras da mulher pândega, aqueles que pulavam mais um carnaval sob o Estado Novo não devem ter tido maiores dificuldades em fazer sua opção.

Novamente se cavava uma distância considerável entre a fala governamental e os comportamentos referidos nas canções populares. De um lado, artigos inseridos no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* realimentavam uma certa tradição, ao enaltecer a mulher e colocá-la no seu "devido lugar" como braço auxiliar do chefe de família¹⁸. Nesses termos, o ministro Marcondes Filho derramava elogios sobre a "senhora do lar proletário" e evocava imagens historicamente vinculadas à mulher dona-de-casa: maternidade, prole, berços. Lar, mulher, esposa, mãe e doçura formariam um composto especial que evidenciaria a "divina fraqueza das mulheres"¹⁹.

De outro lado, em *Oh! Seu Oscar*, as relações de gênero escapam da ótica da vitimização das mulheres. Ao invés de vítimas indefesas de uma sociedade machista, rebaixadas a pobres-coitadas, elas despontam como pessoas capazes de quebrar cadeias de padrões de conduta instituídos. E não se trata de um caso isolado: muitas outras mulheres são mencionadas em diversas composições por trocarem as prendas domésticas pela gandaia, como se vê em *Madalena*, de Bide e Marçal, com os Anjos do Inferno. Essas mulheres "do barulho", "do balacobaco", infelicitavam a vida de seus parceiros e os irritavam a mais não poder, como se nota em *Acabou a sopa*, de Geraldo Pereira e Augusto Garcez, com Ciro Monteiro. O procedimento delas, em algumas circunstâncias, precipitava no ridículo a figura do "malandro regenerado" ou, como queira, do trabalhador traído.

¹⁸ Faço menção a esses textos em Adalberto Paranhos, *O roubo da fala*, op. cit., p. 161.

¹⁹ Essa linha de pensamento é desenvolvida em Marcondes Filho, *Trabalhadores do Brasil!*, op. cit., p. 51, e BMTIC, n° 98, op. cit., out./1942, s/n.

CPDOC/FGV



Getúlio Vargas e outros estudantes do Bloco Acadêmico Castilhistas com Borges de Medeiros, em 1907

Assembleia Legislativa do RS



Getúlio Vargas em 1911, aos 28 anos, quando exercia advocacia



Getúlio e Darci Vargas, meses após o casamento,
em junho /1911



*O sr. GETULIO
VARGAS
aos 18 annos*

A photographia acima apresenta o Sr. Getulio Vargas, actual chefe do Governo Provisorio, quando alumno da Escola Militar de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1900.

O suggestivo documento da juventude do dictador, que aquella época contava dezoito annos, chega-nos enviado de São Borjé.

Getúlio Vargas, aos 18 anos, quando aluno da Escola Militar de Rio Pardo, em 1900



Getúlio Vargas, governador
do Estado do Rio Grande do Sul



Recepção oferecida aos candidatos da Aliança Liberal, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em 1929. Ao centro, Getúlio Vargas e João Pessoa ao lado do Senador Afonso Viseu



Getúlio Vargas na Revolução de 1930

Assembleia Legislativa do RS



Getúlio Vargas em campanha, 1950

Assembleia Legislativa do RS



Comício em Carazinho, Rio Grande do Sul, 1950



Retrato oficial de Getúlio Vargas, presidente do Brasil,
pintado a óleo por Cândido Portinari



Amadurecido, Getúlio Vargas vive a etapa final de sua trajetória

À época do Estado Novo, concepções tradicionalistas teimavam em manifestar-se. Entre o fim dos anos 30 e início dos 40, elas marcaram boa parte do debate que se instalou e estalou até nos meios governamentais a propósito do Estatuto da Família²⁰. Na contracorrente das novas realidades que vinham se estabelecendo, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, bancou um projeto que, em nome da grandeza do país, salientava a necessidade de incentivar o aumento da população e de oferecer proteção estatal à família monogâmica e ao casamento indissolúvel. Para tanto propunha, entre outras coisas, a “progressiva restrição da admissão das mulheres nos empregos públicos e privados”²¹. Procurava-se reforçar o direcionamento das energias femininas para funções julgadas compatíveis com sua “natureza”, o que significava reafirmar seu enraizamento na vida doméstica.

Várias mulheres retratadas nas músicas desse período pareciam dar de ombros a toda essa pregação disciplinar. Condenadas por seus companheiros como *Louca(s) pela boemia*²², título de um outro samba feito a quatro mãos por Bide e Marçal, nem por isso elas se enquadravam nos moldes do figurino estado-novista: “Louca pela boemia, me abandonou/ E meu castelo dourado se desmoronou”. No mesmo estilo e no mesmo tom, Arnaldo Paes canta em *Samba de 42*²³:

*“Emília diz que não é mais aquela
Que não lava mais panela
Diz que vai viver sambando
Ih! Ih! Emília enlouqueceu
Saiu gritando:
Quem não pode mais sou eu”*

Em tempo: *Samba de 42* se contrapunha a *Emília*²⁴, cujo personagem central, um trabalhador, se queixava, pela boca do cantor Vassourinha, que não

²⁰ V. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/Editora FGV, 2000, p. 123/139, e Sucann Caulfield, *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, Campinas, Editora da Unicamp, 2000, p. 337/339.

²¹ Apud Simon Schwartzman et al., op. cit., p. 128.

²² *Louca pela boemia* (Alcebiades Barcelos e Armando Marçal), Gilberto Alves, 78 rpm, Odeon, 1941.

²³ *Samba de 42* (Arnaldo Paes, Marília Batista e Henrique Batista), Arnaldo Paes, 78 rpm, Colúmbia, 1942.

²⁴ *Emília* (Wilson Batista e Haroldo Lobo), Vassourinha, 78 rpm, Colúmbia, 1941. Relançado no CD Vassourinha, Warner, 2002.

podia mais viver sem Emília. E quem era ela? Alguém que sabia, como ninguém, lavar e cozinhar, enfim, uma mulher de mil e uma utilidades domésticas.

Para além dos sambas-exaltação

Antes de prosseguir na análise dos vãos e dos desvãos por onde se situou uma parcela da produção musical dos sambistas em meio à ditadura estado-novista, abro um parêntesis para um aparte de natureza metodológica. No trabalho com documentos sonoros, é necessário não nos tornarmos refêns da literalidade da obra musical. Noutras palavras, o que eu desejo enfatizar é que, a meu ver, não basta nos atermos às letras das músicas. E mais: é indispensável nos darmos conta de que elas não têm existência autônoma na criação musical. Tanto que é preciso atentar igualmente para o discurso musical pronunciado de maneira não-literal, ou seja, como um discurso nu de palavras, que pode inclusive entrar em choque com a expressão literal imediata de uma composição²⁵.

Se nos desprendermos do apego às letras e dispensarmos maior atenção a aspectos estritamente musicais, uma série de elementos importantes pode ser incorporada à análise. Lembro por ora que, nos sambas que estamos examinando, os arranjos, em geral, eram escorados por pequenos conjuntos chamados de regionais, à frente dos quais se achava muitas vezes o flautista Benedito Lacerda. Nada a ver com a roupagem orquestral grandiloquente e retumbante, quando não oficial ou oficialesca, que dominava, por exemplo, as gravações dos sambas-exaltação, uma marca registrada do espírito estado-novista. Em vez de assumir ares de monumentalidade, deparamo-nos freqüentemente com sambas bastante sincopados, à base de breques, que muita gente designa de "samba malandro", cuja fiel tradução se encontra, entre outros, em um compositor que fez escola por esses anos, Geraldo Pereira²⁶.

De volta às letras, vale o registro de que essas composições, ao invés de cultivarem expressões rebuscadas ou eruditas (a exemplo de "merencória luz da lua", de *Aquarela do Brasil*²⁷, o célebre samba-exaltação composto em 1939 por

²⁵ Essas e outras reflexões de caráter metodológico são exploradas em Adalberto Paranhos, "Sons de sins e de não: a linguagem musical e a produção de sentidos", Projeto História, n° 20, São Paulo, Educ/FAPESP/FINEP, abr./2000.

²⁶ Sobre a tradução musical do andar malandro por Geraldo Pereira, v. José Ramos Tinhorão, "No samba, toda a picardia que o morro ensinou", in História da música popular brasileira: Geraldo Pereira (fascículo e LP), São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 2.

²⁷ *Aquarela do Brasil* (Ary Barroso) emplacou cinco gravações nacionais sob o Estado Novo. Entre elas destacaram-se a (primeira) de Francisco Alves, 78 rpm, Odeon, 1939 (relançada na caixa Apoteose ao samba, v. 1, CD II, Emi/Odeon, 1997), e a de Silvio Caldas, 78 rpm, Victor, 1942 (relançada em Os grandes sambas da história, CD n° 4, op. cit.

Ary Barroso), adentravam às vezes o terreno pantanoso das gírias, como vimos em *Inimigo do batente*. Os defensores do vernáculo, ou melhor, da pureza da linguagem, torciam o nariz ante essas demonstrações de desapego às formas consideradas cultas do idioma pátrio, eles que se arvoravam em guardiões da ordem lingüística e contavam com apoio oficial à sua empreitada²⁸.

Uma escuta fina da produção fonográfica dessa época com certeza nos reservará algumas surpresas, desde que, ao contrário do que é comum a muitos pesquisadores que enveredam pelos labirintos da criação musical, se parta de um princípio elementar, nem sempre levado a sério: trabalhar com música requer que se ouçam as canções analisadas. Que nos sirva de exemplo a gravação de *O amor regenera o malandro*²⁹. Nesse samba, como em outros desse período, se diz que

*"Sou de opinião
De que todo malandro
Tem que se regenerar
Se compenetrar
Que todo mundo deve ter
O seu trabalho para o amor merecer"*

A primeira impressão, entretanto, se desfaz ao acompanharmos a performance dos intérpretes, a dupla Joel e Gaúcho, no fecho da segunda estrofe:

*"Regenerado
Ele pensa no amor
Mas pra merecer carinho
Tem que ser trabalhador
(Breque) Que horror!"*

Obviamente, a frase final não constava da letra encaminhada à apreciação dos censores do DIP nem sequer da partitura original dessa compo-

²⁸ Desfechou-se um ataque à "gíria corruptora da língua nacional" como parte de uma polícia da língua. V. matérias que constavam das seções de música e radiodifusão da revista *Cultura Política*, publicada pelo DIP entre 1941 e 1945. As palavras citadas são de Martins Castelo, *Cultura Política*, n° 6, ago/1941, p. 331. O mesmo articulista investia contra a "degradação" representada pela "baixa linguagem" em *idem*, n° 11, jan/1942, p. 300.

²⁹ *O amor regenera o malandro* (Sebastião Figueiredo), Joel e Gaúcho, 78 rpm, Colúmbia. Relançado no LP *Foi uma pedra que rolou, Revivendo*, s/d.

sição³⁰. O uso do breque a duas vozes - breque que, geralmente, é anunciador de distanciamento crítico - põe por terra todo o blablá estado-novista que aparentemente havia contagiado a gravação.

Cabe aqui, de novo, uma rápida observação de fundo metodológico. Quem pesquisar as canções populares debruçando-se apenas sobre as letras das músicas disponíveis nas revistas especializadas da época, irá perder de vista a riqueza de suas possíveis recriações e reapropriações³¹. Não se pode, sem mais essa nem aquela, reduzir a canção a um documento escrito, esvaziado de sonoridade. Convém ficar alerta para o fato de que uma composição não existe simplesmente no plano abstrato. Importa o seu *fazer-se*, a formatação que recebe ao ser interpretada e/ou reinterpretada. Nessa perspectiva, entendo que interpretar é também compor, pois quem interpreta decompõe e recompõe uma composição, podendo investi-la de sentidos não imaginados ou mesmo deliberadamente não pretendidos pelo seu autor. Disso decorre que não é suficiente tomar abstratamente uma canção, resumida a peça fria da letra ou da partitura. Sua realização sonora, do arranjo à performance vocal, tudo é portador de sentidos³².

É o que se verifica em *O amor regenera o malandro*. Malandramente, a interpretação de Joel e Gaúcho é toda ela sincopada. E eles quebram a harmonia estabelecida na letra que, na certa, passou pelo crivo da censura, subvertendo seu conteúdo original. Comportamento, por sinal, tipicamente malandro, como sublinham Gilberto Vasconcellos e Matinas Suzuki Jr.: ocorre a aparente aceitação das regras instituídas como mera estratégia de sobrevivência³³.

Isso tudo reabre uma velha discussão: até que ponto as classes populares somente reproduziam o discurso oficial? Quais os limites impostos ao controle estatal? Inegavelmente, apertaram-se os nós da camisa de força

³⁰ A partitura foi editada por A Melodia, Rio de Janeiro, s/d. Tive acesso a ela graças ao pesquisador Abel Cardoso Junior, de quem me tornei amigo ao longo das minhas incursões pelo seu arquivo pessoal, em Sorocaba.

³¹ Sob o estímulo da evolução dos estudos no âmbito da História Social da Cultura, as reapropriações se converteram em poderosa senha para a abertura de novos horizontes de pesquisa. Sobre o assunto, v. principalmente Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, 1: Artes de fazer, 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 2001, esp. p. 37/53.

³² Por razões semelhantes, em outro contexto, Paul Zumthor, ao avaliar o peso fundamental da performance, ressalta que o intérprete significa. Paul Zumthor, *A letra e a voz: a "literatura" medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 228. Além do mais, são perceptíveis as flutuações de sentido por que passa uma mesma composição, especialmente quando gravada/regravada a partir de novos influxos musicais e/ou situações históricas diferenciadas. V. Adalberto Paranhos, "A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo", *ArtCultura*, n° 9, Uberlândia, UFU, jul.-dez./2004.

³³ V. Gilberto Vasconcellos e Matinas Suzuki Jr., op. cit., p. 520.

imposta pelo DIP aos compositores populares. Estes foram como que sitiados por coerções e proibições de toda ordem. Nem assim se apagaram os sinais – por mais ambíguos que fossem – de uma resistência consciente ou inconsciente à ideologia do regime e aos estilos de comportamento que ele incensava. Como afirma Raymond Williams, “a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva”³⁴.

Quando o tema é a “era Vargas”, particularmente o Estado Novo, há uma forte tendência a enxergar os trabalhadores com os olhos do Estado, como se estes só fossem dados a introjetar os valores dominantes³⁵. Tornase, desse modo, muito comum inflacionar as aparências, construindo-se um mundo marcado sobretudo pela harmonia, pelo consenso que caracterizaria as relações entre as classes e, em particular, entre as classes trabalhadoras e o Estado. É como se as mensagens emitidas pelos governantes penetrassem por inteiro a consciência dos receptores, independentemente de qualquer operação de rejeição ou redefinição de seu conteúdo.

O mesmo se aplica ao campo da cultura, principalmente à área da música popular. Os exemplos fornecidos levantam, entretanto, uma parte da cortina de silêncio que envolveu as vozes dissonantes que, de uma forma ou de outra, se fizeram ouvir durante o Estado Novo, o qual era, por definição, um regime de ordem-unida. Eles ajudam a dissolver a aparente simplicidade das coisas e demonstram uma vez mais a complexidade da própria história, entrecruzada, de ponta a ponta, por conflitos e contradições de toda espécie. Afinal, por mais que se pretenda, sob esse ou aquele regime, pôr todo mundo a entoar, em uníssono, uma mesma canção, sempre haverá desafinados, justamente os que não se afinam pelo diapasão da ordem instituída e que, à sua maneira, desafinam o coro dos contentes.

³⁴ Raymond Williams, *Marxismo e literatura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 116. Compartilhando dessa mesma visão – que, em última análise, remonta a Gramsci – Thompson dispara seus petardos contra aqueles que conferem uma “acentuada ênfase no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação” que suprimiriam o espaço de iniciativa e de criatividade das classes populares. E. P. Thompson,

A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 205.

³⁵ Caso paradigmático é o de Nelson Jahr Garcia, *Estado Novo: ideologia e propaganda política (A legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas)*, São Paulo, Loyola, 1982 (v. esp. p. 98, 126 e 127), ao exprimir uma concepção que é partilhada, em maior ou menor medida, por muitos outros autores. Sobre o assunto, v. Adalberto Paranhos, *O roubo da fala*, op. cit., p. 207/213.

Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945

Eli Diniz

Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora associada do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Getúlio Vargas: uma figura controvertida

O líder do movimento que pôs fim à república oligárquica, dando início a uma nova era na história política brasileira, foi, sem dúvida, uma figura polêmica. Aliás, a própria Revolução de 1930, reconhecida pela literatura especializada como um fato marcante da trajetória do país em direção à modernidade, foi também, ao longo do tempo, objeto de interpretações contraditórias, tal como nos mostra Boris Fausto, em seu conhecido livro *A Revolução de 1930*.

A partir da vitória da Revolução de 1930, quando projetou-se na política nacional para transformar-se no grande arquiteto de uma nova ordem econômica e social, as imagens progressivamente associadas a Vargas, são as mais diversas possíveis. É interessante notar que esta controvérsia atinge não só a sua personalidade como líder político, mas também o seu papel histórico, o significado político de seus dois governos (1930-1945 e 1951-1954), ou ainda o teor de suas políticas nas áreas econômica, política, social e cultural.

No momento atual, finda a década de 1990, a chamada década neoliberal, essa controvérsia é retomada, reativando-se a discussão em torno do legado de Vargas. Lembremos que um dos objetivos declarados das reformas dos anos 90 foi o desmonte da Era Vargas, tal como explicitado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, em seu discurso de despedida do Senado. Entretanto, passados 50 anos de sua morte, a figura de Getúlio Vargas sobrevive a todos os ataques e sua memória permanece viva.

Em poucas palavras, podemos ordenar as principais linhas da controvérsia acima referida em torno de três pares de interpretações contraditórias.

O primeiro par se desdobra entre duas visões. De um lado, uma visão que enfatiza em Vargas a personalidade essencialmente conciliadora, a capacidade de articulação política, a habilidade de construir consensos e har-

monizar interesses distintos e até mesmo antagônicos. Enfim, sob essa ótica, é seu lado negociador que assume o primeiro plano.

Por outro lado, tem-se a imagem oposta, que ressalta as inclinações autoritárias de Vargas. Ele seria, antes de tudo, um líder zeloso de sua autoridade, dotado de um caráter fortemente centralizador, avesso à consulta e ao diálogo, incapaz de conviver com o dissenso e, portanto, intransigente com a oposição. Tal vocação se expressaria plenamente durante a ditadura do Estado Novo.

O segundo par de interpretações, apresenta, em primeiro lugar, uma visão de Vargas como um político maquiavélico, um calculista frio, movido basicamente por suas ambições de poder, um especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções, manipulando as situações a seu favor. Replicando Maquiavel, sobressai aqui o perfil do mestre no emprego da astúcia e da força, ao sabor de suas conveniências políticas.

A esta imagem podemos contrapor uma outra, que exalta em Vargas a figura do líder carismático. Enquanto tal, sua marca seria a grande sensibilidade política capaz de conquistar a simpatia e, sobretudo, o apoio popular. Lembremos que o carisma é um dom de liderança que desperta nos seguidores sentimentos profundos de identificação com o líder e o reconhecimento de seu papel de guia incontestável. Sob esse aspecto, Vargas seria percebido como o líder providencial capaz de traduzir as aspirações das classes desvalidas, tirando-as do limbo e do anonimato em que se encontravam, como reflexo de uma situação de extrema exclusão política.

Considerando o terceiro par de imagens, temos, inicialmente, a visão que destaca em Vargas a face do líder progressista e reformista, responsável que foi pela ruptura com a ordem oligárquica e pela remoção dos obstáculos à modernidade. Sob essa perspectiva, o que prevalece é seu papel de grande intérprete dos anseios de mudança que, desde o início do século XX, se manifestavam na sociedade brasileira, mediante as vozes de protesto contra o estado de coisas vigente, que perpetuava os privilégios de uma elite rural avessa aos novos tempos.

Em contraposição, há os que vêem em Getúlio apenas mais um político conservador, um típico representante das elites dominantes tradicionais, em sua condição de grande estancieiro gaúcho. Neste caso, afirmase, seria até capaz de realizar mudanças, mas para manter os privilégios dos donos do poder. Ou, como diria Tomasi Di Lampedusa, pela boca de um de seus personagens do célebre romance *Il Gattopardo*, ambientado na

Itália da segunda metade do século XIX, referindo-se à queda inevitável da ordem aristocrática: "Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude"¹.

Já o Vargas dos anos 50, presidente eleito para governar o país numa nova fase de sua história política, aparece sob uma nova luz. Aqui o que se enfatiza é a capacidade de comunicação direta com os setores populares, a sintonia com uma sociedade caracterizada cada vez mais pela presença das massas urbanas na política. O que se destaca, então, é seu papel como líder trabalhista à frente de um movimento nacionalista e popular que busca afirmar-se diante de uma elite arreada e conservadora, num contexto democrático e competitivo.

Observando-se este conjunto de visões contraditórias, vemos que as imagens associadas a Vargas refletem sentimentos polares de paixão ou ódio, mas nunca a indiferença.

A Era Vargas: visões divergentes

De forma similar, a Era Vargas inspirou interpretações contraditórias. Ora é vista como expressão de uma ruptura drástica com o passado de uma república de notáveis, como era, efetivamente, o sistema político da República Velha, representando, portanto, um passo decisivo na direção da modernização da sociedade brasileira, ora, ao contrário, é interpretada como um acordo entre as elites para conter mudanças inexoráveis e mais profundas, realizando apenas reformas superficiais, sem atingir os alicerces da estrutura de poder em vigor.

Na verdade, ao longo das várias fases em que se pode subdividir os quase 20 anos da Era Vargas – o governo provisório de 1930 a 1934, o governo constitucional de 1934 a 1937, a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945 e, por fim, o mandato pelo voto direto, iniciado em 1951 e tragicamente interrompido em 1954 – ele revelou todas essas facetas. Em seu pragmatismo, adaptou-se às circunstâncias cambiantes do contexto internacional e da política interna, movendo-se cautelosamente em função das crises e oscilações típicas daquele momento histórico.

Na verdade, Vargas foi, ao mesmo tempo, ou sucessivamente, progressista ou conservador, conciliador ou intransigente, autoritário ou democrata,

¹ Lampedusa, Tomasi Di. *O Leopardo*. Porto Alegre: L&PM editores. 2ª edição. 1983: 35.

elitista ou paternalista, intérprete das forças de continuidade ou de mudança, de acordo com sua própria leitura dos sinais do tempo. Por trás das várias faces, um projeto nacional de desenvolvimento se impunha, a despeito das resistências de diferentes matizes.

Retomando o argumento inicial, como explicar análises tão distintas e mesmo antagônicas? Qual a origem de tanta discordância?

Só é possível decifrar o significado de tais divergências, mediante o entendimento dos anos 30 como um período de transição, caracterizado por avanços e recuos e pelo embate de forças contraditórias. O que marcou esta transição foi a passagem de um sistema de base agro-exportadora para uma sociedade de natureza urbana e industrial.

Portanto, 1930 é certamente um divisor de águas na história do Brasil. Os 15 anos que se desdobram entre 1930 e 1945 foram um período histórico decisivo na trajetória do país, que, através das reformas introduzidas por Vargas, ingressa numa nova etapa. A partir de então, a história se dividirá entre antes e depois de Vargas. Se, neste percurso, podemos detectar continuidades, os pontos de ruptura foram, certamente, mais relevantes.

Desta forma, é entre 1933 e 1939 que objetivamente se pode falar no desencadeamento de um processo de industrialização no Brasil, quando o ritmo de crescimento da indústria alcançou 11,28% ao ano, superando por larga margem o crescimento da agricultura. Antes, como ressaltam Villela e Suzigan², tivemos apenas surtos de crescimento industrial. Em contraposição, sob o primeiro governo Vargas, a indústria passa a ser o centro dinâmico da economia, deslocando o setor agrário para uma posição inferior. O empresariado industrial se expande aceleradamente. Lembremos que cerca de 70% dos estabelecimentos industriais levantados pelo Censo de 1940 foram fundados depois de 30. Seguindo o caminho aberto por Vargas, nos anos 60, o projeto desenvolvimentista já estava consolidado, permitindo à economia brasileira alcançar as mais altas taxas de crescimento de sua história.

Desta forma, podemos afirmar que 1930 representou, efetivamente, uma importante etapa na construção do capitalismo industrial brasileiro. Coube ao primeiro governo Vargas administrar essa transição da ordem agro-exportadora para a era urbano-industrial. O Estado foi o agente deste esforço

² Ver Villela, A. e Suzigan, W. Crescimento Industrial e Industrialização, discutido em Diniz, E. op.cit. especialmente capítulo 2.

de transformação, mobilizando os recursos externos e internos, criando incentivos à produção doméstica, apoiando a indústria nacional, buscando ao mesmo tempo atrair os investimentos externos necessários. Sob o impacto deste conjunto de políticas, observou-se a incorporação dos principais atores da ordem capitalista em formação, empresários e trabalhadores industriais.

Empresariado industrial e capitalismo no Brasil dos anos 30

Neste ponto, cabem algumas considerações acerca do papel do empresariado industrial nesse processo. Este é também um aspecto polêmico na literatura especializada. Até meados dos anos 70, observou-se o predomínio da tese da não hegemonia burguesa no Brasil, o que marcaria a especificidade do caso brasileiro em relação ao modelo dos países centrais. Desta primeira constatação, o enfoque dominante deduzia uma série de características atribuídas em bloco ao empresariado industrial brasileiro. Debilidade econômica, passividade política, ausência de identidade enquanto ator político, além do caráter amorfo e fragmentado de suas organizações de representação de interesses, seriam os traços típicos deste segmento das chamadas classes produtoras. Subordinado às elites econômicas tradicionais, carente de ideologia e de projeto próprios, prisioneiro de um pacto de poder monolítico, no qual ocupava a posição de sócio menor, o empresariado industrial seria essencialmente um setor destituído de autonomia e de independência de ação.

Em contraste, meus estudos sobre o período em questão levaram-me à conclusão de que, a despeito da veracidade do argumento da não-hegemonia burguesa, as derivações daí decorrentes acerca das características do empresário brasileiro estavam equivocadas. O setor não foi passivo. Ao contrário, teve um papel ativo na definição de novos caminhos. Durante esse período, observou-se a consolidação de seu espaço econômico e a conquista de um espaço político próprio, ao diferenciar-se das elites tradicionais e definir sua identidade enquanto ator político. Se é verdade que não assumiu a liderança de uma "revolução burguesa" no país, por outro lado, tampouco se pode dizer que tenha sido conduzido a reboque, puxado pela clarividência das elites técnicas e militares que ascenderam ao poder estatal naquele momento.

Como o empresariado brasileiro despertou para esse novo papel, tornando-se também um dos protagonistas da mudança? Tal conversão se deu

no bojo de um processo intenso de reformas, que foram executadas ao longo do período 1930-1945. Efetivamente, as reformas, que viriam a ser o traço distintivo da Era Vargas, lançaram os fundamentos político-institucionais da ordem industrial em gestação. Tiveram, pois, um impacto basicamente inovador, abrindo o caminho para a ascensão dos interesses ligados à produção fabril e ao fortalecimento do mercado interno. Dessa forma, impulsionaram mudanças na coalizão dominante, com a incorporação das elites industriais emergentes, embora sem desalojar as elites tradicionais, configurando o chamado Estado de compromisso, na feliz expressão de Boris Fausto. Com o suporte da nova coalizão, foram executadas as políticas que implantariam o novo modelo econômico, voltado para a industrialização e calcado no tripé empresa nacional privada, empresa estatal e empresa estrangeira, que perdurou ao longo de todo o período de vigência da industrialização por substituição de importações (1930-1980).

Nesta linha de reflexão, cabe ainda destacar a importância da reforma do Estado, que realiza o corte com o Estado patrimonial dominado pela oligarquia agro-exportadora da República Velha. Instaure-se uma arquitetura político-institucional, que vai combinar a centralização do poder e a ampliação da autonomia e da capacidade de intervenção do Estado brasileiro, expandindo também a capacidade de incorporação do sistema político e quebrando a rigidez da estrutura de poder pré-existente. Com a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), em 1938, deu-se início à racionalização do serviço público. A reforma administrativa teve como alvo o desmonte das bases do Estado oligárquico, mediante a institucionalização do sistema de recrutamento por mérito, regulamentando o acesso por concurso público, definindo um padrão de carreira para os servidores públicos e obedecendo aos critérios de eficiência e aos princípios da ascensão por merecimento. Tais mudanças levariam à ruptura com a tradição patrimonialista, baseada na troca de favores e na prevalência da lealdade e dos compromissos políticos no preenchimento dos cargos públicos nos diferentes níveis de governo. Entretanto, seu êxito foi relativo, já que as reformas atingiram apenas uma parte da administração pública, prevalecendo um sistema híbrido, caracterizado pela coexistência de um segmento que funcionaria segundo os padrões meritocráticos, enquanto outros setores persistiriam abertos às práticas clientelistas.

Outra mudança de peso refere-se ao padrão de articulação entre o Estado e a sociedade, mediante a instauração da estrutura corporativa de repre-

sentação de interesses. O novo padrão, inspirado no modelo corporativo, permitiria a incorporação política dos atores emergentes – empresariado industrial e trabalhadores urbanos – numa estrutura hierárquica e verticalizada, sob a tutela do Estado. Este modelo de corporativismo estatal concedeu maior liberdade de ação aos empresários, em contraste com os trabalhadores urbanos, submetidos à disciplina e ao controle do Estado, sob o lema da “paz social” e do princípio da “colaboração entre as classes”, típicos da modalidade de corporativismo aqui implantada. Como é sabido, Oliveira Vianna foi, a um tempo, o principal teórico e o principal arquiteto do novo sistema, que se completa com a criação dos inúmeros órgãos técnicos, conselhos e comissões no interior da burocracia estatal. Tais órgãos, nos quais se abriu espaço para a representação dos interesses empresariais, tinham um caráter consultivo, funcionando como um fórum de debates entre elites técnicas e empresariais e como arenas de negociação entre os setores público e privado³. Já no final da guerra, dois desses órgãos (o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Planejamento Econômico) foram palco de uma célebre polêmica, contrapondo, de um lado, o líder industrial Roberto Simonsen e, de outro, o liberal Eugênio Gudim, em torno da preservação ou da extinção do modelo de Estado intervencionista e planificador.

Finalmente, as reformas de Vargas inauguram uma fase de expansão dos direitos sociais, com a introdução e aperfeiçoamento da legislação social nas áreas sindical, trabalhista e previdenciária. Em contrapartida, os direitos civis e políticos foram duramente restringidos, sobretudo após o golpe de estado que implantou o Estado Novo. O custo político desta era de reformas foi a instauração do regime ditatorial em 1937.

Os empresários e o Estado Novo

Os empresários não participaram nem apoiaram a Revolução de 1930. Posteriormente, sob a liderança das elites tradicionais paulistas, tomaram parte na Revolução Constitucionalista de 1932, cujo alvo era a destituição de Vargas. O governo federal ganhou a batalha, sufocou a rebelião e convocou eleições. A Câmara elaborou a Constituição de 1934, e Getúlio foi eleito indiretamente presidente do país. Após o levante comunista de 1935, a

³ Entre os mais importantes, podemos citar o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCEX), criado em 1934, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), criado em 1937, a Comissão de Mobilização Econômica (CME), de 1942, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), criado em 1943, e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), criada em 1944.

Constituição deixou de vigorar, e o país caminhou para o fechamento crescente do sistema político, culminando com o golpe de novembro de 1937, que instaurou a ditadura. Os partidos políticos foram proibidos, instituiu-se a censura à imprensa, as liberdades públicas foram suspensas, as correntes de oposição de todos os matizes foram duramente reprimidas, enfim, o poder concentrou-se na Presidência da República e instituiu-se a prática de governar pela via dos decretos-lei.

À sombra do regime autoritário, o crescimento econômico e o processo de modernização prosseguiram em sua marcha ascendente. Os conselhos e comissões retomaram suas atividades e se consolidaram como *locus* de negociação e canais de acesso ao poder, contando com a participação dos representantes da indústria em expansão. Paralelamente, a partir de 1935, observa-se uma gradual aproximação de lideranças expressivas do empresariado industrial com o governo Vargas. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Américo Giannetti, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) destacaram-se como interlocutores privilegiados do governo.

A aliança empresário-Estado foi abalada com a mudança do cenário internacional à medida que se aproximava o término da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados contra o nazi-fascismo provocava a reestruturação das relações de poder em escala mundial. O contexto internacional tornou-se francamente desfavorável à permanência dos regimes autoritários e favoreceu os movimentos internos de oposição à ditadura estado-novista. Foi então que os empresários aliaram-se às forças contrárias à ditadura e uniram-se às vozes que clamavam pelo retorno à democracia. Os militares, que se afirmaram como atores políticos fundamentais ao longo de todo esse período, peças-chave da ascensão de Vargas ao poder e do golpe de 1937, participaram da conspiração para depô-lo, tornando inevitável sua queda em 1945.

Iniciou-se, então, a experiência democrática de 1945-1964, que levaria adiante uma nova agenda de reformas, estas de natureza essencialmente política. Mas nesse momento a industrialização já se tornara irreversível. O nacional-desenvolvimentismo conquistara o consenso dos principais grupos políticos e mobilizara o apoio dos atores básicos da ordem industrial em expansão. Já não era possível voltar atrás. E as reformas de Vargas foram preservadas, simbolizando a consolidação de um novo modelo.

A vida e a história: reflexões sobre o Brasil e a Segunda Guerra Mundial¹

Ricardo Seitenfus²

Doutor em Relações Internacionais pelo *Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales* da Universidade de Genebra, é professor titular na Universidade Federal de Santa Maria e diretor da Faculdade de Direito de Santa Maria

A frase escrita por Getúlio Vargas e utilizada como subtítulo deste seminário internacional, “Da Vida para a História”, é a mesma com a qual concluo minha tese de doutorado, posteriormente publicada³. Ela permite fazer, de início, uma observação metodológica sobre o tema proposto e sobre como concebo o papel do historiador.

A afirmação de Vargas na carta-testamento deixava transparecer sua percepção sobre a importância do papel que havia desempenhado na história contemporânea brasileira. Todavia, minha contribuição é a de um historiador e não de um juiz. Não pretendo integrar o tribunal da história que pronunciará um veredicto sobre os acontecimentos e sobre a conduta dos atores da trama histórica. Os historiadores são, por formação e pelas funções sociais exercidas, muito distintos dos juizes. Não procuram identificar culpados e inocentes. O seu trabalho é bem mais sutil e, portanto, mais difícil. Suas conclusões decorrem, na maioria das vezes, da perspectiva adotada, da percepção de um detalhe e da capacidade de mergulhar na atmosfera de uma época.

As páginas que se seguem resumem sete anos de pesquisa. Haverá menção de pessoas e uma apreciação valorativa sobre elas, simplesmente porque atuam num momento preciso, constroem uma história, falam em nome de um país, representam uma política. Por conseguinte, este trabalho de construção da memória não se assemelha a um tribunal do júri no qual deveríamos condenar ou inocentar. A missão do historiador, após a compreensão e interpretação dos fatos, é transmiti-los e criticá-los.

O que me levou a dedicar tão longo tempo a esta pesquisa foi a busca

¹ Texto transcrito de sua exposição e revisto pelo autor.

² Suas mais recentes publicações são: *Relações Internacionais*, São Paulo, Ed. Manole, 2004, 267 p. e *Manual das Organizações Internacionais*, Porto Alegre, Editora Livraria do Advogado, 2005, 4ª edição, 384 p.

³ Publicada em sua 3ª edição sob o título *O Brasil vai à Guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, Editora Manole, 2003, 365 p.

de uma explicação para um fato inusitado. Como explicar que o regime autoritário, ditatorial, implantado por Getúlio Vargas através do golpe de novembro de 1937 tenha, pouco tempo depois, em agosto de 1942, declarado guerra àqueles que lhe deram guarida ideológica, e com os quais manteve relações políticas e de cooperação econômica importantes? Afinal, o que fez com que o Brasil, dotado de um governo antidemocrático e de inspiração fascista, mudasse radicalmente de posição e se colocasse ao lado dos Aliados, declarando guerra ao Eixo e enviando, mais tarde, 26 mil soldados ao *front* italiano? Como se deu esse processo, como evoluiu, que características teve?

Tais eram minhas preocupações quando me deparei com um problema fundamental que todo pesquisador enfrenta: onde encontrar as fontes, a documentação primária indispensável para aportar uma resposta a essas indagações? Eu escrevia a tese em Genebra, viera ao Brasil, e notara que, efetivamente, as fontes estavam dispersas e incompletas. Quando existiam, eram superficiais. São problemas comuns aos pesquisadores, especialmente os do Terceiro Mundo, os quais se confrontam com um Estado guardião de arquivos, que são abertos para poucos e herméticos para a grande maioria. Não há uma política de arquivos públicos transparente e que busque facilitar o trabalho de pesquisa. Ao contrário, o que se pretende é dificultar ao máximo o acesso, numa atitude que afronta o direito de pesquisa e de memória. Ora, sem a matéria-prima, como construir uma História confiável?

Segui um conselho do saudoso professor José Honório Rodrigues, que me disse, em entrevista, em 1976: "Tente entrar nos arquivos alemães e italianos". Foi o que fiz. Efetivamente, resolvi um problema, mas criei outros. Quando se trabalha questões internacionais, é indispensável tratar com fontes de origens diversas. As fontes nacionais, além de parciais, pois transmitem uma única perspectiva, são insuficientes. E muitas vezes são inacessíveis, ou sofreram cortes e supressões de inspiração política.

A conturbação dos anos 1930, que culminará com uma guerra mundial, obriga o pesquisador a levar as diferentes fontes a dialogar. As pastas, documentos e arquivos devem entrar em contato. Esse é o trabalho do historiador - buscar uma suposta verdade, ou uma interpretação dela, através do confronto de fontes de origem diversa.

Nos arquivos brasileiros, toda a parte confidencial e secreta ainda permanece fechada para esse período da história. Por incrível que possa parecer, os arquivos foram abertos apenas para alguns pesquisadores estrangeiros, sendo vedado o acesso aos brasileiros.

A maior satisfação que obtemos ao fazer pesquisa é ter as fontes à mão. Assim ficamos em posição melhor para entender as diferentes nuances dos componentes da trama, porque percebemos o todo enquanto eles dominam apenas uma parte. As fontes alemãs, não apenas aquelas conhecidas dos pesquisadores de relações internacionais, foram publicadas pelos Estados Unidos, que montaram uma grande coleção contendo informações sobre o Brasil e a América Latina, além de fontes manuscritas que nunca foram publicadas.

Por uma série de coincidências felizes, fui o primeiro pesquisador a ingressar nas fontes italianas manuscritas sobre a América Latina e, principalmente, sobre o Brasil. Uma documentação riquíssima. A Itália dispunha de uma diplomacia muito atuante e ambiciosa, sobretudo na América do Sul e, em especial, na Bacia do Prata. O conde Galeazzo Ciano era cônsul da Itália em Buenos Aires. Mais tarde ele casaria com Edda (filha de Mussolini) e assumiria o Ministério das Relações Exteriores da Itália. Interessado pela diáspora italiana no subcontinente americano, Ciano desenvolveria uma ativa diplomacia na região⁴.

A consulta às fontes alemãs e italianas indicaram alguns dos pontos essenciais que desejo enfatizar. O primeiro é que nós estávamos perante uma situação excepcional do ponto de vista internacional. Em razão das oposições entre modelos de desenvolvimento nacional e da organização do comércio internacional que se afirmam a partir da assunção de Hitler (1933), o mundo trilhava um caminho que o conduzia de uma guerra comercial, econômica e ideológica, para um confronto militar. Nem todos perceberam, mas esse era o percurso para o qual a Europa se dirigia.

No plano interno, estávamos também em uma situação evidentemente excepcional. Não havia limites à ditadura imposta por Getúlio ao país em 1937, numa clara vontade de se eternizar no poder. A marcante diferença com situações anteriores de ruptura constitucional é o fato de o golpe apresentar-se com uma roupagem ideológica - de inspiração fascista - como demonstra a Constituição elaborada por Francisco Campos e imposta ao país.

Há, portanto, um regime ditatorial de caráter personalista marcado pela ausência de instituições, de liberdade de imprensa, de pesos e contrapesos dentro do Estado. A diplomacia era um exemplo, tendo sido histórica-

⁴ Prevista uma visita a Porto Alegre, que jamais aconteceu, o governo gaúcho construiu o denominado Palacinho, localizado na Avenida Alberto Bins, para receber o ilustre personagem.

mente uma atividade de inspiração monárquica, certamente a menos controlada de todas as atividades do Estado. Uma atividade em que o Executivo e, sobretudo, o presidente da República desfrutavam de maior autonomia, em que não há efetivamente nenhum contrapeso, nem de opinião pública, nem de partidos políticos, nem do Congresso Nacional, nem de interesses de deputados ou senadores. A política externa era sempre concebida e aplicada por um grupo seletivo e restrito de pessoas, que definia os rumos do Brasil.

Cabe enfatizar que o país definiu o seu campo antes do início do conflito, o que considero como ponto essencial. Talvez seja esta a minha contribuição original para a discussão em torno do porquê, como e quais as circunstâncias que levaram o Brasil à guerra. Aporto a prova de que o Brasil tomou a decisão de se colocar ao lado dos Aliados antes mesmo do mês de setembro de 1939 pelas seguintes razões e circunstâncias.

A região Sul tinha uma importância chave, em especial Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde 1936, a Alemanha assumia um papel cada vez mais relevante, não somente no comércio exterior brasileiro, mas nos projetos de industrialização. Depois, isso seria utilizado, pontualmente, como uma espécie de ameaça ou de barganha que o Brasil faria para levar os Estados Unidos a, finalmente, aceitar o financiamento e a transferência de tecnologia para a construção de Volta Redonda. Mas isso se daria bem mais adiante, no final de 1941, início de 1942.

Entre 1936 e 1937, a Alemanha começava a ter importância capital para o Brasil, sobretudo pela complementaridade entre a economia brasileira, que exportava sua produção primária, e a alemã, que exportava seus bens industrializados, em especial equipamentos e armamentos. Mas, principalmente, em razão do modelo de comércio imposto por Berlim, baseado no sistema de marcos compensados (ou bloqueados).

Depois da tentativa de movimento golpista militar de esquerda, chamada "Intentona Comunista de 35", Getúlio Vargas e aqueles que estavam em torno dele se aproximaram dos que lutavam contra o comunismo. O Brasil, em 1936, passou a ser visto como um país que podia fazer parte do Bureau Anti-Komintern, uma organização promovida pela Alemanha hitlerista para combater o comunismo.

À época, imaginava-se que dois países eram essenciais: a Polônia, que seria uma trincheira anti-soviética, e o Brasil, para desestabilizar a frente democrática no Novo Mundo. Então esses dois países foram trabalhados. Uma série de circunstâncias impediu a participação formal do Brasil. Toda-

via, os embaixadores brasileiros junto às capitais do Eixo defenderam a idéia de que o Brasil deveria colaborar financeiramente para as atividades do Bureau Anti-Komintern. O Brasil recebia muitas publicações daquela entidade, e o certo é que havia uma aproximação ideológica entre o governo Vargas e o Bureau.

Havia também o problema das supostas minorias, que o Estado brasileiro não considerava como tais, as colônias de origem alemã, italiana e japonesa. Fazendo um levantamento sobre o uso do português nos lares de colonização alemã, italiana e japonesa, era possível constatar que os imigrantes que chegaram ao país no século XX, e que se estabeleceram no meio urbano, faziam uso da língua portuguesa como veículo de comunicação. Já os imigrantes que aportaram no Brasil ao longo do século XIX, e que foram isolados em certas regiões de colonização, continuavam utilizando a língua de origem. Havia em torno de 900 mil descendentes de alemães que não utilizavam o português.

A partir de 1937, a Alemanha tentou instalar no Brasil uma filial, que funcionasse como um braço do NSDAP, o Partido Nacional-socialista Alemão do Trabalho. Uma das conseqüências do golpe perpetrado por Getúlio Vargas em novembro de 1937 foi o fechamento e a proibição do conjunto dos partidos políticos, inclusive o NSDAP. Ora, a Alemanha, que apoiava o golpe e considerava positiva a proibição das atividades partidárias nacionais, pretendia, ao mesmo tempo, manter seu proselitismo ideológico no Brasil.

Há documentos que mostram claramente o dilema enfrentado pelo Brasil: como é possível proibir as atividades dos partidos nacionais e permitir a atuação dos estrangeiros? A Alemanha mantinha dupla atividade no Brasil. Por um lado, uma diplomacia visível, superficial, clara, e, por outro, paralela, uma diplomacia subversiva, que inclusive participou da tentativa de golpe, financiando os integralistas em maio de 1938.

Além disso, por razões decorrentes da personalidade do embaixador da época, Karl Ritter, a Alemanha defendia uma posição extremamente rígida em relação a essa negociação. Em vários documentos, foi comunicado às autoridades brasileiras que, independentemente das vantagens comerciais e econômicas que a Alemanha poderia auferir nas suas relações com o Brasil, nada era tão importante quanto a relação direta do NSDAP com a minoria alemã. Então, instalou-se a confusão de gêneros entre representação diplomática e influência político-ideológica.

Assim, em Porto Alegre, por exemplo, havia um movimento nazista

importante. Existem inclusive documentos iconográficos, que retratam essas atividades políticas no campo de futebol do antigo Renner. A Vasp e a Varig foram criadas com tecnologia e capital germânicos, além do pessoal de navegação.

A ruptura do governo Vargas com a Alemanha (e também com a Itália) se operou quando da assunção de Oswaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores. Seguiu-se a proibição dos partidos políticos e uma forte campanha nacionalista, a partir de abril de 1938. As figuras de Aranha e Vargas dominaram a política externa brasileira a partir deste momento. Contudo, o segundo demonstrou ser um excelente tático enquanto o primeiro provou ser um brilhante estrategista.

Getúlio Vargas demonstrou uma suposta indecisão por largo período, alimentando sonhos que podem ser interpretados - há muitos analistas que o fazem - da seguinte maneira: "Vargas age de tal forma não por ser pró-nazista, mas porque pretende barganhar vantagens para o Brasil".

Contudo, em junho de 1940, nos dias 11 e 29, Getúlio Vargas pronunciou dois discursos extraordinários. Foram manifestações de um homem de seu tempo, que estava inserido nos dramas e dilemas internacionais, e que também mostrava sua alma, sua ideologia. Não por acaso, durante os episódios da derrocada francesa, na Europa, Getúlio Vargas afirmou que terminara "o tempo dos liberalismos imprevidentes, surgindo uma nova era", aquela em que, para os povos enrijecidos na luta, a liberdade e o desenvolvimento não seriam algo dado, mas algo a ser conquistado, e que o homem, o indivíduo, não seria absolutamente nada perante o Estado. No arquivo pessoal de Getúlio Vargas, sob a guarda do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), há uma pequena sátira assim redigida:

"A 11, a bordo do *Minas*
Houve um discurso turuna
O nosso chefe Getúlio
Entrou p'ra quinta coluna"

Quais foram as razões que levaram o Brasil a romper relações com o Eixo logo depois, em janeiro de 1942, e em agosto do mesmo ano entrar na guerra? Uma delas foi a questão nacional. Uma obsessão para Getúlio Vargas - muito superior às suas convicções ideológicas - era o objetivo de fazer com que, no conjunto do território brasileiro, se instalasse um único povo - o

brasileiro – que falasse uma única língua. Neste diapasão, Vargas pronuncia um famoso discurso na emblemática cidade de Blumenau, onde afirma:

“O Brasil não é alemão; o Brasil não é inglês; o Brasil não é americano; o Brasil é brasileiro”.

A luta por um só povo e uma só língua visava não permitir a formação de um quisto no organismo nacional, que seriam as minorias que resultaram dos movimentos imigratórios, tal como observou Cordeiro de Farias.

O Brasil jamais aceitou o conceito de minoria nas suas relações jurídicas internacionais. O país tentou auxiliar a Europa a resolver seus problemas nesse campo, com o trabalho de Melo Franco na Liga das Nações até o momento em que o Brasil abandona a Liga em 1926. Getúlio Vargas nunca concordou com a possível utilização de uma outra língua que não fosse a brasileira. Essa obsessão fez com que fosse convencido de que deveria lutar com todas as forças contra aqueles que queriam cindir o país, dividir seu poder e criar núcleos independentes nos planos ideológico e político em território nacional.

Este elemento central será capitalizado por Oswaldo Aranha. Inteligente, ele manterá essa argumentação constantemente junto a Vargas. Por exemplo, quando, em junho de 1940, aconteceu o desastre militar francês e Getúlio Vargas pronunciou seus famosos discursos, Oswaldo Aranha tentou dissuadir o ditador insistindo no nacionalismo, pois sabia o quanto a argumentação o sensibilizava.

Muitos outros fatores levaram o Brasil à guerra – entre eles a União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como Felinto Müller. Aqui faço um pequeno parêntese sobre o filme brasileiro baseado no livro “Olga”, de Fernando de Moraes. Como afirmei na introdução, não nos cabe julgar, mas tentar entender e explicar. Em 1936, quando Olga foi expulsa do país em direção aos campos de concentração nazistas, o Brasil vivia uma situação bem diferente da dos anos posteriores. Naquela ocasião, o país colaborava plenamente com a Alemanha, o que o levou a expulsar outros ativistas antinazistas (não somente judeus), que foram assassinados pelo Estado alemão.

A questão nacional e o nacionalismo de Getúlio Vargas foram constantes em sua trajetória política. Resultaram na modernização e na industrialização do país. Além disso, embora o jogo já houvesse sido jogado, são argumentos importantes que o Brasil utilizou em seus esforços para dotar o país

dos instrumentos indispensáveis para seu crescimento econômico. Nesse sentido, nossa participação na Segunda Guerra Mundial permite constatar que o país obteria, através do conflito, o que sempre lhe fora negado em tempos de paz.

É evidente que essas questões precederam o início da guerra. O envolvimento direto no conflito ocorreria a partir de janeiro de 1942. Então, essa reversão de perspectiva colocou um elemento absolutamente endógeno, ou seja, da nossa realidade, como uma chance das relações exteriores e da política externa brasileira. É nesse sentido que eu concluo, afirmando que o campo de análise das relações internacionais é o mais amplo possível. Não podemos nos contentar em avaliar relações entre dois Estados e imaginar que os documentos diplomáticos nos dizem tudo. Muitos elementos internos sustentam decisões externas, o que alarga a percepção analítica.

Getúlio Vargas fez parte de um século heróico, um século excepcional, durante o qual as maiores catástrofes atingiram a Humanidade; durante o qual o exercício da guerra alcançou o mundo; quando surgiram inúmeros heróis negativos e positivos. Se comparado com o que nos espera no atual século, o anterior foi um tempo dramático. Bem distinto do atual, quando caminhamos para a normalização da atividade política, quando há uma série de circunstâncias e de liames que se projetam nas relações internacionais através da interpenetração de interesses econômicos, políticos e ideológicos. Constatamos que a revolução, hoje, está fora do jogo.

Getúlio Vargas fez parte de um século marcado pelos extremos e por trajetórias pessoais e políticas de alguns homens cujos extraordinários destinos marcaram a História contemporânea. Independentemente da apreciação subjetiva e do julgamento valorativo que se expressam em torno da figura de Vargas, todos concordam que, ao ser o mais brilhante político de sua geração, o estadista brasileiro foi igualmente um filho de seu tempo e de seus dilemas.

A política externa de Vargas nos anos 30: continuidades e rupturas vistas na questão do Chaco

Helder Gordim da Silveira

Mestre e doutor em História pela PUCRS, e em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS, é professor da PUCRS

Pretendo aqui discutir essencialmente as linhas gerais da política externa dos governos que instauraram a Era Vargas, que teve início no movimento de 1930 e durou praticamente até o final da década seguinte. Na verdade, objetivo retomar algumas teses clássicas¹ a respeito da inserção internacional brasileira no pós-30, bem como sobre a política exterior posta em prática nos primeiros governos Vargas, como continuidade e/ou ruptura comparativamente às linhas gerais da diplomacia republicana. Pretendo concluir a análise com um breve exemplo de atuação circunstancial da diplomacia de Vargas no interior do processo de intervenção política brasileira no mais importante e trágico confronto militar contemporâneo na América, a Guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia. Proporei que, neste breve exemplo histórico, é possível visualizar os fundamentos ideológicos que norteiam a ação brasileira, buscando ver aí um possível sentido político global da diplomacia de Vargas no contexto.

A política externa é a expressão de um consenso, de uma hegemonia ou de uma ordem de dominação articulados desde o sistema de poder interno de um país, que pode constituir-se em um projeto mais ou menos articulado de ação nos campos político, econômico e cultural. Tal projeto, em suas linhas mais permanentes, objetiva seguir, no plano internacional, as diretrizes daquilo que o sistema de poder interno estabelece como sendo o *interesse nacional*.

Verificam-se, portanto, condicionamentos externos e internos articulados que constituem o campo objetivo a partir do qual se concebe e se executa a política externa.

¹ Cf., por exemplo, BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, caps. XXXII a XXXVIII; BUENO, Clodoaldo e CERVO Amado. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992; MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; SKIDMORE, Thomas. *O Brasil Visto de Fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938;

Considerando-se, assim, os condicionamentos históricos, estruturais e conjunturais da política externa de um Estado, pode-se definir a esfera internacional de poder como a ordem dinâmica constituída por diversos sistemas de poder² em interação complexa.

Desse modo, a formulação e a execução da política externa brasileira não pode deixar de ser analisada, primeiramente, a partir de seus condicionamentos objetivos de natureza estrutural. Dentre estes, deve-se enfatizar, em sua natureza, cambiante mas permanente, a posição periférica do país na ordem capitalista internacional. E, na perspectiva da presente análise, pode-se igualmente conferir caráter estrutural aos condicionamentos dados pela inserção do país no sistema de poder dos Estados Unidos em suas diversas configurações conjunturais, desde as origens da conformação de tal sistema, na década final do século XIX.

Nessa perspectiva, a esfera de poder mundial nos anos 30, considerado o mundo capitalista, configura-se como uma ordem multipolar no interior da qual os centros hegemônicos buscam consolidar e proteger sistemas de poder específicos constituídos por colônias, semi-colônias e aliados subordinados.

No plano regional, os Estados Unidos, assim como o sistema internacional como um todo, sofrem os efeitos da catástrofe econômica de 1929 e rearticulam sua posição de poder na nova conjuntura, o que se torna mais nítido a partir de Roosevelt e do *New Deal*. Em linhas gerais, a política hegemônica dos Estados Unidos para o continente encontrava-se conjunturalmente débil na aplicação de mecanismos coercitivos tradicionais, tanto no plano militar como no comercial e financeiro. Daí, em larga medida, poder-se entender a nova face consensual ou negocial de tal política, sobretudo após 1933, quando foram enfatizadas as relações multilaterais no interior de um sistema interamericano, em construção negociada desde a década final do século XIX, sob a égide do Pan-americanismo³, bem como as negociações bilaterais sobretudo no campo comercial. Tratava-se, mesmo na conjuntura adversa, de dar prosseguimento à política hegemônica no hemisfério, de afastar concorrentes eu-

² Cf. MOURA, Gerson, op. Cit., cap I.

³ Ver, por exemplo, as análises clássicas: AGUILAR, Alonso. *Pan-Americanism From Monroe to the Present A View from the Other Side*. New York-London: Modern Reader, 1968; DE CONDE, Alexander. *A History of American Foreign Policy*. New York: Charles Scribner's, 1971; LEOPOLD, Richard. *The Growth of American Foreign Policy. A History*. New York: Alfred Knopf, 1967.

ropeus e constituir um sistema jurídico, cultural e de comércio, sob tutela e garantia da Casa Branca⁴.

Nessa direção, entende-se a revogação da famigerada Emenda Platt na constituição cubana, a retirada de *marines* do Caribe e da América Central e, no plano cultural, a intensificação de projetos no campo da informação e do entretenimento, com destaque para a indústria cinematográfica, o que culminaria com criação do Birô Interamericano, sob Nelson Rockefeller, em 1940. É, pois, sob a égide da *boa vizinhança* que a Casa Branca conduz as negociações nas conferências interamericanas do período, progressivamente marcadas pelo recrudescimento das rivalidades européias, em especial após o 1933 na Alemanha, e pelo horizonte da guerra.

Em âmbito interno, como chefe do Governo Provisório, Vargas encontra-se à frente de uma coalizão de forças tremendamente heterogêneas, que, no interior de um pacto instável e posto desde as elites e sob significativa tutela militar, havia deslocado do poder os interesses agroexportadores.

De fato, no plano do desenvolvimento econômico, o projeto explícito da nova ordem, posto de resto desde a plataforma da Aliança Liberal, apontava para a superação da dependência da monocultura para exportação, por meio da diversificação da produção agrícola para os mercados externo e interno e da aceleração do processo de industrialização, iniciado nas décadas finais do século XIX, e que conhecera aprofundamento significativo nos anos 20. O discurso e as práticas nacionalista-autonomista dão sustentação ideológico-cultural ao projeto, que ganha em articulação e aprofundamento ao longo da década.

Nessa perspectiva, a diplomacia do novo governo, desde seu comando no Executivo, põe-se como *moderna* em suposta ruptura com o modelo anterior,⁵ caracterizando tal modernidade pela ênfase conferida aos interesses econômico-comerciais do país na esfera internacional.

Na prática, entretanto, como aponta Amado Cervo⁶, a nova situação política interna não inovou a ação externa no essencial. O que se alterou no pós 30, segundo aquele autor, teria sido o ímpeto governamental, o desejo de rever e uniformizar os tratados, com a finalidade de regularizar as relações comerciais, notadamente sob a base comum da cláusula de nação mais favorecida.

⁴ Cf. SMITH, Gordon C. Los Estados Unidos y la America Latina. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1977; SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: Poder e Submissão Uma História da Política Norte-Americana em Relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

⁵ Ver a respeito BARROS, Jayme de. Sete Anos de Política Exterior do Brasil (1931-1937). Rio de Janeiro: DIP, 1938.

⁶ Op. Cit., cap. 7.

É de se notar, nesse sentido, que, “no decorrer de 1932, o governo brasileiro firmou novos acordos comerciais com a Áustria, Bélgica, grã-ducado de Luxemburgo, Polônia, Iugoslávia, Colômbia, Letônia e Lituânia, bem como estendeu a várias regiões de domínio britânico o tratado geral assinado no ano anterior com Londres. Concluíram-se no mesmo período projetos de acordos com Portugal, Argentina e Uruguai, e estudavam-se os relativos à França e à Espanha.

De todo modo, o comércio exterior do país ainda dependia em mais de 60% das exportações de café, e estas, em igual proporção, do mercado norte-americano, o que constituía um notável obstáculo ao processo de diversificação pretendido, impondo-lhe um limite de longo prazo. No plano comercial, a Alemanha iria de fato constituir-se, ao longo da década, a principal alternativa brasileira, o que se estenderia inclusive ao setor de investimentos diretos na área industrial, quase chegando ao setor estratégico representado pela siderurgia no final do período. Neste campo, os governos Vargas do período estabeleceriam a estratégia de pressão sobre os EUA, barganhando com as possibilidades reais e potenciais da Alemanha, num relativo desafio ao sistema de poder de Washington no continente⁷, cujos termos pretendo aqui, em linhas gerais, discutir. Nessa direção deve ser entendido o fato de que, ao mesmo tempo em que firmava com os Estados Unidos o Tratado de Comércio e Reciprocidade, em 1934, Vargas celebrava o Acordo de Compensações com a Alemanha, com base heterodoxa em moeda não conversível. O tratado, fortemente combatido pela Casa Branca, de fato facilitava o acesso brasileiro ao mercado alemão de manufaturados, criando notável desvio de comércio em uma conjuntura de retração geral do mercado mundial.

A Alemanha, assim, torna-se rapidamente a principal fornecedora de manufaturados ao Brasil e seu segundo maior cliente de produtos primários, até o advento da Guerra, dentro do processo negocial mais amplo que Roberto Gambini⁸, em obra clássica, embora com referência a período imediatamente posterior ao aqui tratado, denominou *o duplo jogo de Vargas* e que levou Gerson Moura⁹ a propor o conceito, ou a metáfora matemática, talvez exagerada, de *equidistância pragmática* da política externa varguista entre os Estados Unidos e a Alemanha.

⁷ Ver a respeito: SEINTENFUS, Ricardo. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁸ GAMBINI, R. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo São Paulo: Símbolo, 1977.

⁹ Op. Cit., cap. 2.

Desse modo, se no plano econômico-comercial a política externa dos governos Vargas inaugurava uma ênfase inédita na diversificação de exportações e no incremento da industrialização – embora sem romper completamente com as diretrizes anteriores da república neste campo –, no plano político, a diplomacia dos anos 30 herda bem mais de perto as formas gerais de inserção no sistema de poder norte-americano no contexto hemisférico.

Pode-se, em linhas gerais, afirmar – e este é o centro da breve discussão aqui proposta – que o sentido político-estratégico global da diplomacia varguista constitui, em larga medida, uma retomada dos princípios consolidados no Itamaraty no período Rio Branco¹⁰, após uma espécie de interregno liberal-clássico, de alinhamento mais direto e incondicional à política norte-americana, entre 1912 e 1930. Uma retomada que apresenta, em uma nova conjuntura externa e interna, um conteúdo diferenciado, constituído fundamentalmente pelo nacionalismo modernizante, para o qual a política externa varguista muitas vezes aparecia como instrumento pragmático de efetivação.

De fato, o *duplo jogo de Vargas* ou a *equidistância pragmática* ganham uma dimensão mais realista, ao mesmo em tempo que um sentido mais amplo, quando inseridos nos termos gerais do que se pode talvez denominar geopolítica de Rio Branco¹¹, que volta a ser o eixo estratégico norteador da política de Vargas e, diga-se, do Itamaraty, ainda que reformado por decreto a partir de janeiro de 1931.

Nessa direção, convém ressaltar que o fundamento da perspectiva de Rio Branco residia, de forma inapelável, no reconhecimento dos Estados Unidos como potência hegemônica no hemisfério, com a aceitação geral dos termos desta hegemonia pelas potências da Europa, notadamente a Grã-Bretanha, a partir da virada do século XIX para o XX.

Propunha, nesse sentido, o chanceler monarquista da república que o Brasil deveria inserir-se de forma positiva na órbita de influência americana, notadamente do ponto de vista da consolidação de um sistema interamericano de nações. Essa inserção positiva residia na consolidação da

¹⁰ Cf., por exemplo, os textos clássicos: ABRANCHES, Dunshee de. Rio Branco e a Política Exterior do Brasil. Rio de Janeiro: Obras Completas, t.II, 1945; BURNS, Bradford. The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations. New York-London: Columbia University Press, 1966; CUNHA, Euclides da. Contrastes e Confrontos. Rio de Janeiro: Record, 1975; FERNANDES, Raul. Joaquim Nabuco Diplomata. Ministério das Relações Exteriores s/d; LINS, Álvaro. Rio Branco. Biografia Pessoal e Obra Política. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1965; NAPOLEÃO, Aloizio. Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Ministério das Relações Exteriores, 1947;

¹¹ Cf. HEINSFELD, Adelar. A Geopolítica de Rio Branco: as Fronteiras Nacionais e o Isolamento Argentino. Joaçaba: UNOESC, 2003.

posição de aliado preferencial da Casa Branca no subcontinente, em vista das inúmeras oposições que o mundo hispano-americano opunha ao fechamento daquele sistema, com destaque, no cenário sul-americano, para a República Argentina.

O país platino atravessará a primeira metade do século preservando seus laços europeístas tradicionais, ao sublinhar sua posição econômica privilegiada no interior, por assim dizer, do Império Britânico¹². Diga-se nessa direção que a produção primária norte-americana de carnes e cereais não apenas inviabilizava mercados para a Argentina, naquele país, como fazia com que este se constituísse em concorrente argentino no cenário mundial.

Assim, sempre na ótica de Rio Branco, as relações privilegiadas do Brasil com os Estados Unidos poderiam constituir-se em fator de fortalecimento da posição internacional do país, não apenas nas negociações de toda ordem com as potências da Europa, mas igualmente diante da tradicional rivalidade com Buenos Aires¹³ em torno da consolidação de uma espécie de subsistema de poder no cenário sul-americano, objetivo muito claramente herdado da tradição bragantina. Tratava-se de explorar as relações centrais com Washington, no sentido de que estas, pragmáticas e sem alinhamentos automáticos, viessem a fortalecer um espaço de autonomia e liderança possíveis para o país em sua inserção internacional.

De fato, o que se propõe, como idéia geral, é que os termos essenciais da política de Rio Branco conformaram o sentido político mais amplo da diplomacia de Vargas, com as inevitáveis reorientações do contexto dos anos 30.

Apresento, nessa direção, um breve exemplo. Trata-se do modo pelo qual Vargas e seu *staff* diplomático conduziram a intervenção política do Brasil no processo de pacificação da Guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, que eclode entre 1932 e 1935, conforme antes mencionado.

O processo conduziu os dois países mediterrâneos sul-americanos a um fantástico e quase surreal confronto armado de grandes proporções¹⁴. Ingerências internacionais, públicas e privadas, o transformaram no que se

¹² Ver a respeito SCENNA, Miguel . Como Fueron Las Relaciones Argentino-Norteamericanas. Buenos Aires: Plus Ultra, 1970.

¹³ Idem, Argentina-Brasil. Cuatro siglos de Rivalidad. Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976.

¹⁴ Ver a respeito: CHIAVENATO, Julio J. A Guerra do Chaco. São Paulo: Brasiliense, 1979; GUERRERO, Julio C. La Guerra en el Chaco. Lima: T. Scheuch, 1934; GUGGIARI, Lorenzo. El Financiamiento de la Defensa del Chaco. Un Desafío al Liberalismo Economico. Assunción: Arte Nuevo, 1983; ROUT, Leslie B. Politics of The Chaco Peace Conference. Austin: Institute for the Latin American Studies, 1970; ZOOK, David H. La Conducción de la Guerra del Chaco. Buenos Aires: Lito, 1962; SILVEIRA, Helder Gordim da. Argentina x Brasil: A Questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

pode considerar o primeiro ensaio do uso das novas tecnologias de guerra que apareceriam em 1939. De acordo com informações oficiais, o conflito resultou na morte de cerca de 50 mil bolivianos e 40 mil paraguaios, com o Paraguai chegando a despendar algo em torno de 124 milhões de dólares e a Bolívia, ao redor de 228 milhões.

Durante o desenrolar do confronto, várias entidades internacionais constituíram-se em foro para as negociações da fórmula de paz: sucessivamente, a Comissão de Neutros, sediada em Washington e sob controle norte-americano; a Liga das Nações, em grave momento de perda deste controle por parte da Casa Branca, entre 1932 e 1934; e, finalmente, o chamado grupo ABCP (Argentina, Brasil, Chile e Peru), ao término do confronto, em 1935.

O processo político de busca pela paz no Chaco foi intensamente marcado pelo conflito de interesses que defendiam os principais terceiros países a ele relacionados. Para os Estados Unidos, estavam em jogo questões de natureza claramente econômica – em especial a obscura questão petrolífera com a ingerência muitas vezes extra-legal da *Standard Oil*. Do mesmo modo, os Estados Unidos promoviam ações de cunho político-estratégico de longo alcance, sob a meta de consolidar o sistema de poder do país no continente, o que envolvia a construção de um aparato negocial de paz estritamente americana e, portanto, desvinculada jurídica e diplomaticamente da Liga das Nações. Nessa perspectiva, o controle do processo político de negociações para a cessação de hostilidades e a iniciativa direta na concretização de tal objetivo apresentavam-se com relevância central para o Departamento de Estado.

Para o Brasil de Vargas e para a Argentina – esta, de resto, envolvida praticamente de forma direta na guerra pelo apoio material ao Paraguai, considerado, de modo geral, como uma *provincia* de Buenos Aires pela diplomacia brasileira no contexto – a iniciativa no processo diplomático e, na medida do possível, o controle ainda que parcial deste eram igualmente vitais, em vista da viva disputa entre ambos os países pela consolidação de um subsistema de poder na América do Sul. Disputa essa fundada, no campo ideológico em dois projetos geopolíticos antagônicos. No caso brasileiro, aquele fundado em Rio Branco e retomado, em novos termos, no princípio da Era Vargas.

Nessa direção, a ação diplomática argentina buscará permanentemente o afastamento dos Estados Unidos da condução do processo de negocia-

ções, conduzindo-o à Liga das Nações ou promovendo iniciativas próprias. Para o Brasil, ao contrário, tratava-se de promover a articulação de sua ação diplomática com a norte-americana, na medida em que esta apresentava-se em geral para diplomacia de Vargas e, em particular no caso do Chaco, como uma aliança favorável ao interesse nacional brasileiro, no que se refere ao enfrentamento do *perigo argentino* na disputa tradicional pela supremacia no subcontinente sul-americano.

Nessa perspectiva geral, pretendo aqui tão somente apresentar, a título exemplificativo para suscitar a reflexão, o possível sentido da ação diplomática brasileira no caso, expresso diretamente por Vargas em um momento particularmente delicado do conflito no Chaco Boreal.

Trata-se do final de 1934, quando aparentemente fracassam todas as propostas de paz que haviam sido elaboradas pelo Comitê Consultivo da Liga das Nações, sobretudo diante da atitude paraguaia (e, talvez, argentina) de impedir a efetivação do cessar-fogo, em vistas das condições largamente vantajosas para Assunção que então se desenhavam no plano militar, com as tropas paraguaias avançando em direção ao território boliviano. A guerra, então, prosseguia sob uma grave ausência de força e legitimidade política de qualquer instância de negociação.

A 24 de dezembro, Vargas expressa a Oswaldo Aranha, então à frente da embaixada brasileira em Washington, em caráter confidencial, uma profunda preocupação com a questão do Chaco, a qual, segundo o presidente, estaria tomando "um rumo obscuro"¹⁵. Recém chegado de uma estada no Rio Grande do Sul, Vargas expõe a Aranha as apreensões que o meio militar lhe comunicara: "Encontrei nosso Estado Maior um tanto alarmado, e seu ponto de vista coincide com as informações que trago do Sul".

De fato, a interpretação estratégica das esferas militares acerca da questão é inteiramente aceita pelo presidente. Vargas relata a Aranha haver, segundo suas palavras, "sérios indícios" de que o Paraguai provocaria alguma espécie de incidente na fronteira com o Mato Grosso, fornecendo um pretexto para que a Argentina entrasse formalmente no conflito, o qual assumiria proporções continentais. A projeção, esboçada em caráter confidencial pelo presidente, é a mesma trabalhada no meio militar, com os traços essenciais da geopolítica de Rio Branco, herdada da

¹⁵ Arquivo Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (GV) - 34 12 24.

tradição imperial. Assim Vargas refere-se sobre o assunto ao seu embaixador em Washington:

“A Argentina ampara abertamente o Paraguai, provendo-o de todos os recursos, acumula tropas na fronteira da Bolívia, já ocupou alguns fortins deste país e advoga a reabsorção da Bolívia, como parte desagregada do Vice-Reinado do Prata”.

O objetivo militar permanente de preparação para a guerra continental extrapola, no contexto, as esferas estritamente militares, atingindo o centro das instâncias de decisão do Estado. Sentencia, nesse sentido, Vargas a Aranha: “Precisamos tomar precauções militares”.

A preparação para o possível confronto com a Argentina necessitava prioritariamente do apoio material e político dos Estados Unidos, o aliado preferencial no continente. Nesse sentido, indaga Vargas a Aranha: “Como pensará a política americana a esse respeito e até onde nos acompanharia?”

É a questão que Vargas solicita a seu embaixador encaminhar junto ao Departamento de Estado, sob total sigilo. Tal segredo apresentava-se ao presidente como fundamental, por motivos óbvios, e porque, nas palavras de Vargas, “a preparação armamentista da Argentina tem derivado de nossa inepta loquacidade”.

Em janeiro de 1935 – com a questão do Chaco agravada pela recusa paraguaia em adotar as recomendações de cessar-fogo de Genebra, e tendo a Liga das Nações, a partir de então, considerado o Paraguai como agressor – o embaixador Oswaldo Aranha apresenta a Getúlio Vargas, em caráter confidencial, os primeiros resultados que obtivera em Washington em relação à preparação militar brasileira:

“O Welles (...) pediu-me em nome do presidente [Roosevelt] que avisasse o nosso governo que os Estados Unidos solicitavam que nada fizéssemos, em relação à nossa armada, sem a prévia audiência deles, porque o presidente estava decidido a fazer com que tudo fosse aqui construído em condições melhores e mais baratas.”¹⁶

¹⁶ GV - 35 01 18.

O embaixador mostrava-se preocupado, segundo relata diretamente a Vargas, com a má repercussão que tivera em Washington a atitude brasileira, originada em nosso meio militar, de renovar os vínculos de assessoria na área com a Europa. De postura americanófila, Aranha parece neste ponto não compreender o eixo da estratégia de inserção internacional de Vargas. Ela previa a diversificação de contatos no campo internacional, em variados setores, e estabelecia, para o aliado subordinado, possibilidades mais efetivas de barganha - e mesmo de pressão - no espaço de negociação com o centro hegemônico, o que, de resto, parece ser o limite real do duplo jogo ou da *equidistância pragmática* em qualquer setor.

De todo modo, no campo diplomático, fracassada a ingerência da Liga, a Argentina passa a tomar a iniciativa no sentido de obter posição de controle no término das hostilidades. No início, elabora propostas em separado buscando o apoio do Chile e, depois, propõe a formação de um grupo americano de mediação, o qual, em uma primeira versão, incluía os Estados Unidos e excluía o Brasil. O caso da exclusão causou enorme celeuma político-diplomática, a qual ganhou as páginas da grande imprensa em todo o continente, o que levaria, mais tarde, a chancelaria argentina a retroceder, sob a alegação de que a exclusão do Brasil do grupo mediador proposto fora resultante de um inacreditável erro datilográfico. Aqui importa verificar como o embaixador em Washington relata a Vargas a reação norte-americana diante da primeira proposição argentina que excluía o Brasil das negociações. Relata Aranha a Vargas:

"Este governo declarou, quando sondado pela Argentina, (...) que nada faria sem nos ouvir. Isto foi publicado, causando grande impressão nos meios diplomáticos (...). Dizia-se que este país dava sua solidariedade a nós na América do Sul como uma retribuição da que havíamos dado à sua política na do Norte e Central. Era a prova de nossa preeminência no continente sul".¹⁷

Importa aqui destacar a forma como neste caso, que parece de muitos modos típico, a correspondência entre Vargas e Aranha, o presidente e o

¹⁷ Arquivo Oswaldo Aranha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (O A) - 35 04 09.

embaixador em Washington, relativa ao caso do Chaco, parece expressar o eixo ideológico norteador da política externa brasileira, segundo o qual a projetada supremacia do país na América do Sul – a qual no contexto apoiava-se na modernização da economia e das Forças Armadas – tinha como alicerce o vínculo estrutural com os Estados Unidos. Ficava em questão a criação de condições de negociação para que tal vínculo não se convertesse em alinhamento incondicional, o que, nas condições dadas pela conjuntura dos anos 30, Vargas realizou com a habilidade política que confere contorno real ao conceito de estadista.



Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização

Maria Celina D'Araujo

Doutora em Ciência Política, professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF)

A maioria dos estudos sobre a era Vargas partilha de uma certa dose de voluntarismo, ou seja, olha-se o período privilegiando a capacidade pessoal de um líder em impor, por escolha pessoal, mudanças ao país. Vargas seria maior que as circunstâncias e as conjunturas que enfrentou.

Essa abordagem se explica, em parte, por duas razões: Vargas foi de fato um líder carismático, uma das figuras políticas mais populares do país e exerceu o poder de forma personalista, relegando a segundo plano as instituições políticas, particularmente aquelas afeitas à democracia; de outra parte, a longevidade de sua estada no poder (1930-45; 1951-54) associada ao momento crítico que esses anos representaram para o desenvolvimento do Brasil, fez dele uma figura indelevelmente associada ao processo de modernização da sociedade, da economia e do Estado brasileiro. Podemos fazer um exercício contrafactual da história e concluir que essas mudanças ocorreriam sem ele. É possível. Mas aconteceram quando o poder Executivo – quando não o Legislativo e o Judiciário, mutilados ou não – estava sob seu controle.

Outro ponto a ser observado no início deste texto é que, ao lado do voluntarismo, uma característica importante dos trabalhos sobre Vargas é o facciosismo. Ora se releva seu papel de estadista, nacionalista e desenvolvimentista e se minimiza seu aspecto autoritário, ora se enfatiza seu lado ditatorial e se minimiza a profundidade das mudanças que o país sofreu durante sua gestão. Noutra vertente, ainda é comum falar do “primeiro” e do “segundo” Getúlio: dois governos, duas pessoas distintas. Dependendo do ângulo que se quer privilegiar, diferenças e qualificações são estabelecidas valorando um momento em detrimento do outro.

Estas características referendam a importância do personagem histórico. Tudo indica não haver ainda distanciamento histórico para se falar de Vargas sem uma certa dose de receio, como se ainda se tratasse de um

tabu. Medo de errar, de não fazer justiça, de enaltecer o que precisa ser condenado etc. Por isso mesmo, a maior parte das biografias que vieram a público até hoje, especialmente, por ocasião dos 50 anos de sua morte, têm caráter ficcional¹. É mais fácil pedir licença à ficção para interpretar o personagem do que lhe dar vida pelos caminhos metodológicos da história e das ciências sociais. Com isso se reproduz e se reafirma um Getúlio esfinge.

Este artigo gostaria, mas não tem condições de superar essas tensões, contradições e dualidades. De toda forma, propõe-se a articular mudanças políticas e econômicas ao longo dos governos Vargas mostrando continuidades e novidades. Não queremos dissociar a política da economia, nem mostrar “dois getúlios”. Mesmo porque, do nosso ponto de vista, não há essa disjuntiva.

Nosso objetivo é explicitar como Vargas, mais do que sujeito de uma história voluntarista, foi afetado, envolvido e dominado pelas mudanças da sociedade brasileira. Para tanto, em termos de facilidades metodológicas, faz sentido recortar os dois períodos de governo. No primeiro, chega ao poder por meios golpistas ou revolucionários; no segundo, através de eleições. No primeiro, foi um artifício a combater e a adiar a participação democrática; no segundo, foi diretamente afetado pelas mudanças de uma democracia de massas emergente e que tinha no trabalhador organizado pela legislação getulista um ator crucial.

Vargas pode ser visto como um político que fica na história, entre outras coisas, por ter redirecionado as formas de participação e de organização popular, mas que acaba sendo capturado pelas transformações que ajudou a operar. Em outras palavras, para levar a cabo a modernização industrial, pactuou com os interesses latifundiários, não mexeu com os privilégios do campo, mas produziu mudanças intensas no mundo urbano. Foram as massas urbanas mobilizadas, em sindicatos ou em partidos vinculados de certa forma a Getúlio, que assustaram os aliados da véspera e ocasionaram a falta de sustentação do segundo governo (1951-54).²

¹ Ver por exemplo, Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*. SP, Planeta, 2004 e Juremir Machado da Silva, *Getúlio*, romance. SP, Record, 2004.

² Em publicação anterior, fiz uma retrospectiva política e econômica da era Vargas com enfoque diferente do que é dado aqui. Maria Celina D'Araujo. *A era Vargas*, SP, Moderna, 2004.

O Estado e a construção do crescimento econômico-industrial

O debate político da década de 1990, seguindo o tom neoliberal que nascera do “Consenso de Washington” e da “Iniciativa para as Américas” tratava de diminuir o papel do Estado na economia e nas políticas sociais sob a premissa de que tudo o que o Estado realizava ficava malfeito. O Estado mínimo, lema dos liberais clássicos e dos neoliberais, era exatamente o oposto do que fora concebido na Era Vargas. Aqui, o Estado teria que ser forte e centralizador não só porque vivíamos um tempo de valorização do Estado e dos governos fortes, mas também porque se avaliava que a sociedade brasileira não tinha densidade para encabeçar um projeto de desenvolvimento pela via do mercado. A tecnocracia estatal entendia que os empresários brasileiros não tinham visão de longo prazo, não eram sensíveis aos interesses nacionais, visavam ao lucro rápido e sem risco, e por isso o Estado teria de tomar para si a tarefa de desenvolver o país. Além do mais, haveria certas áreas de desenvolvimento que não interessariam ao empresário particular devido à exigência de grandes capitais, sem retorno a curto prazo. Seria o caso de áreas estratégicas como siderurgia, petróleo, comunicações, tecnologia. Por isso, caberia ao Estado ir à frente, explorando-as e abrindo o caminho para o empresário privado.

A vertente intervencionista na economia exigiu a criação de inúmeras agências estatais (empresas, institutos, secretarias, conselhos etc), que formaram uma forte burocracia. O Estado cresceu em funções e responsabilidades e ocupou espaços econômicos de forma pioneira. Passou a regular o que era prioritário produzir no país, os preços de certos produtos, os salários, as taxas de juros, a maneira como os sindicatos deveriam funcionar etc. Depois de algumas décadas, esse Estado centralizador era, para muitos, uma herança que engessava o país, deixando-o imobilizado diante das mudanças internacionais e tirando das pessoas — trabalhadores e empresários — a liberdade de formular escolhas e de propor regras de convivência em um mundo que se globalizava. Para outros, era um Estado em crise, mas que precisava ser reativado. Afinal, fora o único modelo de desenvolvimento bem-sucedido que o país conheceu.

Sob a Era Vargas, o Brasil deixou de ser um país predominantemente agrário-exportador e entrou na fase urbano-industrial, uma profunda mudança para qualquer sociedade. Este projeto industrializante não estava pronto em 1930, quando Getúlio chega à Presidência, nem seria imposto abrindo

uma frente explícita de conflito com os setores agrários³. Até 1930, Vargas defendeu a política do café-com-leite, ou seja, o pacto político das oligarquias rurais que dava aos estados de Minas Gerais e de São Paulo a primazia nas coordenadas para a política e a economia brasileiras.

Vargas chegava à Presidência com 48 anos e, do ponto de vista político, começava a imprimir seu estilo centralizador. Declarou nula a Constituição de 1891, decretou o fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas estaduais e municipais e depôs todos os governadores de estado, com exceção do de Minas Gerais. Em seu lugar foram nomeados interventores, pessoas da confiança do presidente. Com essas medidas, mudava substancialmente o funcionamento do sistema político, reestruturava os canais de acesso ao poder e rompia com a descentralização administrativa e política da República Velha. Isto permitiria novos arranjos de poder necessários para levar a cabo as mudanças econômicas que viriam anos depois.

Em 1930, a economia do Brasil dependia quase que totalmente da venda do café, produto responsável por quase toda a riqueza nacional (69% das exportações brasileiras). O Brasil respondia sozinho por 60% da produção mundial do café, de forma que problemas com o produto no mercado internacional eram quase que exclusivamente uma preocupação brasileira. O mercado internacional em crise, em função do colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque, não conseguiria absorver nossa produção. Os preços internacionais estavam em declínio e, para proteger o produto, o governo comprou estoques dos agricultores e os queimou. De 1930 até 1944, foram queimados cerca de 78 milhões de sacas de café, uma quantidade suficiente, segundo alguns analistas, para abastecer o mercado mundial durante três anos.⁴

Dentro dessa preocupação, foi criado, em 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC), um órgão federal composto por representantes dos estados produtores, que substituiu o Instituto do Café de São Paulo. São Paulo era o principal produtor e tivera até então a primazia na definição de políticas para

³ Há uma intensa e excelente bibliografia sobre a industrialização brasileira, discutindo em particular a conexão dos interesses agro-exportadores com os da indústria. Inúmeros estudos clássicos podem ser citados, entre eles, Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. RJ, J. Zahar, 1975; Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. SP, Cia Editora Nacional, 1967; Antonio Barros e Castro, *7 ensaios sobre a economia brasileira*. SP, Forense, 1971; Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*. SP, Difel, 1961.

⁴ Marcelo de Paiva Abreu. *Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945*. In Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem no progresso, cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. RJ, Campus, 1992.

o setor. O CNC foi transformado em Departamento Nacional do Café em 1933, marcando definitivamente a federalização da política cafeeira. Nesse mesmo ano foi assinada a Lei de Reajustamento Econômico, que reduziu em 50% as dívidas dos agricultores.

O problema da dívida externa foi enfrentado através de um *funding loan*, empréstimo para escalonamento da dívida, por meio do qual o Brasil reordenava antigos débitos com outros países. Medidas como o aumento nas taxas de importação e de juros, a criação de novos impostos e a desvalorização do câmbio, ao fim de alguns anos, evitaram a quebra do setor cafeeiro e incentivaram a transferência de investimentos da agricultura para a indústria.⁵

Nos primeiros anos de governo, voltados basicamente para o setor cafeeiro e para o saneamento financeiro, foram criadas várias instituições importantes que começavam a sinalizar o futuro papel do Estado na economia: em 1932 foi criado o Instituto do Cacau, responsável pelas políticas relativas a esse importante produto do Nordeste brasileiro; e, no ano seguinte, foi a vez da cana-de-açúcar, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, por meio do qual o governo passou a exercer um rígido controle sobre os preços e a produção do açúcar e do álcool. A indústria só começou a ganhar atenção especial do governo a partir de 1934.

Por tudo isso, por vias transversas, a crise de 1929 não teve um impacto negativo sobre o país. Serviu para estimular políticas internas de equilíbrio financeiro, o que se tornou um fator propulsor para o incremento da produção industrial. Vargas teve, portanto, a seu favor uma conjuntura internacional desfavorável da qual pôde extrair conseqüências positivas. Assim, o produto agrícola, que em 1919 respondia por 79% do produto nacional, passou para 57% em 1943, enquanto a indústria aumentava sua participação de 21% para 43%.⁶

As modificações na economia, que começam a se estruturar nos anos 1930, podem ser percebidas pelos dados abaixo.

Taxas anuais de crescimento⁷

	Agricultura	Indústria	Total
1920-1929	4,1%	2,8%	3,9%
1933-1939	1,7%	11,2%	4,9%
1939-1945	1,7%	5,4%	3,2%

⁵ *idem*

⁶ Aníbal Vilela e Wilson Suzigan. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889/1945. RJ, IPEA/INPES, 1973.

⁷ Fonte: Aníbal Vilela e Werner Baer. Crescimento industrial e industrialização, Dados, nº 9, 1972.

As mesmas estatísticas mostram ainda que 70% dos estabelecimentos industriais existentes em 1940 haviam sido criados a partir de 1930.

Em 1934, foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior, primeiro órgão brasileiro voltado para o planejamento econômico e que, na ausência do Congresso, foi na prática o espaço em que os interesses industriais se fizeram representar. Outros organismos voltados ao desenvolvimento foram criados: Comissão de Similares (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Água e Energia (1939), Comissão Executiva do Plano de Siderurgia Nacional (1940), Comissão de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Comissão do Vale do Rio Doce (1942), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Nacional de Álcalis (1943), Fábrica Nacional de Motores (FNM), no Rio de Janeiro, também em 1943, estas três últimas entrando diretamente na esfera da produção.⁹

No setor de planejamento, temos, no início dos anos 1940, além do Conselho Federal de Comércio Exterior, a Coordenação de Mobilização Econômica, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, o Conselho Nacional de Economia e a Comissão de Defesa da Economia Nacional.

Conselhos, comissões, autarquias, institutos passaram a ser os canais de participação que os setores industriais, agrícolas e financeiros disputavam para participar, expor pontos de vista e defender seus interesses. Aos trabalhadores, por sua vez, eram reservados os sindicatos corporativos, de fato, órgãos auxiliares do Ministério do Trabalho.

Nesse crescente processo de centralização administrativa e de intervenção do Estado no planejamento econômico, o Estado Novo (1937-1945) não foi uma inovação, mas um momento em que o poder pessoal de Vargas ganhava dimensões inéditas. O papel de gestor do Estado brasileiro foi consolidado quando as liberdades políticas estavam suspensas, não havia Congresso, partidos, sindicatos livres, e a opinião estava cerceada pela censura oficial. O Estado brasileiro se firmava, com Vargas, como um formulador e organizador dos interesses da sociedade.⁹

⁹ Sobre o aparelhamento burocrático do Estado Novo, ver o excelente trabalho de Eli Diniz, *O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe*. In Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol III, *O Brasil republicano*, tomo 3. SP, Difel, 1981.

⁹ Sobre o Estado Novo ver, por exemplo, Dulce Pandolfi. *Repensando o Estado Novo*. RJ, FGV, 1999; Maria Celina D'Araujo. *O Estado Novo*, RJ, Zahar, 2000.

Outro componente importante desse modelo foi o nacionalismo. Em 1938, o governo declarou pertencerem à União todas as jazidas de petróleo encontradas em solo brasileiro e nacionalizou a indústria de refinação de petróleo. O Código de Minas, de 1940, por sua vez, proibia aos estrangeiros explorar as riquezas do subsolo brasileiro, a mineração e a metalurgia. Esse toque nacionalista – mas não xenófobo – foi, talvez, o mais importante ingrediente ideológico da Era Vargas.

A partir de 1942, acelera-se o crescimento industrial. Capitais privados norte-americanos voltam a ser investidos no país, e as reservas cambiais aumentam. Ainda durante a Guerra, foram criadas diversas empresas estatais de transportes e navegação em várias regiões do país (Amazonas, Bacia do Prata e outras), fortalecendo uma política de segurança nacional, bem como empreendimentos voltados para a produção de energia, a exemplo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945.

Do ponto de vista da política social, com a chegada de Getúlio ao poder, foram criados dois novos ministérios: Educação e Saúde Pública; Trabalho, Indústria e Comércio¹⁰. Desde cedo, Getúlio e seus auxiliares procuraram novos meios para administrar o conflito entre trabalhadores e patrões, e esvaziar o movimento operário que se formara no Brasil desde o final do século passado, de forte influência anarquista e socialista. Para os chefes da nova ordem, a “paz social” seria produzida pela ação reguladora do Estado e não pela livre negociação entre sindicatos e empregadores. O governo passou a regulamentar as profissões e a reconhecer direitos trabalhistas (aposentadoria, férias etc.) apenas para os trabalhadores que pertencessem às categorias profissionais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e que tivessem carteira profissional assinada.

A organização sindical foi parte substantiva do projeto industrial. A primeira medida foi extinguir os sindicatos existentes através de uma nova lei sindical, o Decreto nº 19.770, de 1931, que criava sindicatos de empregados e empregadores, e estipulava que fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Já nessa ocasião, estabelecia-se que um único sindicato teria o monopólio da representação para toda uma categoria de trabalhadores e de

¹⁰ Na área do trabalho, a atenção do poder público já estava firmada com a criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1926. Ao contrário do que se reproduziu na historiografia estacionovista, a questão social, antes de Vargas, não foi apenas uma questão de polícia. Foi objeto de várias políticas públicas. Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. RJ, Campus, 1979.

empresários. Essa lei foi alterada em 1934, quando se criou uma pluralidade sindical limitada.

Em decorrência da ditadura que veio em 1937, a atividade sindical foi sendo completamente desmontada, até que, em 1939, o Brasil ganhou nova legislação que sobreviveu à Constituição democrática de 1988. Diga-se de passagem que a legislação sindical é uma das mais estáveis do país, não obstante nossa tradição em alterar leis e experimentar novos planos econômicos¹¹.

A lei sindical de 1939 estabeleceu o sindicato único por categoria profissional e fez dele uma entidade de direito público, ou seja, uma organização que devia servir aos interesses públicos e coletivos e não ao grupo particular que representava. Proibia as greves e ainda dava ao governo o direito de controlar as contas, as eleições e as atividades administrativas sindicais. Esse controle do Estado sobre o sindicato durou até a Constituição de 1988, que, no entanto, manteve o sindicato único, modalidade sindical também conhecida como unicidade sindical - apenas um sindicato para cada categoria de trabalhadores.

Para dar sustentação material e financeira a essa vasta rede sindical gerada na Era Vargas, foi criado o imposto sindical às vezes transformado em contribuição sindical. Uma vez por ano, cada brasileiro com carteira assinada, sindicalizado ou não, é obrigado a dar um dia de seu salário, descontado na folha de pagamento. Esse dinheiro, recolhido pelo governo, é repassado aos sindicatos locais, às federações estaduais e às confederações nacionais, para pagarem suas despesas com aluguel, funcionários, assistência etc. Parte desse imposto ia, até 1988, para o Fundo Social do Ministério, para atender a gastos especiais do governo, nem sempre bem especificados.

Criou-se também uma justiça especial para lidar com problemas trabalhistas, a Justiça do Trabalho, que tinha como objetivo maior fazer com que empresários e trabalhadores encontrassem soluções conciliatórias que impedissem o caminho das greves e dos movimentos operários. Lembre-se que os direitos do trabalho eram destinados apenas aos trabalhadores urbanos que representavam na época apenas 3% dos trabalhadores do país. A Justiça do Trabalho foi criada no âmbito do poder Executivo e passou para a esfera do Judiciário apenas com a Constituição de 1946.

¹¹ Acerca dos sindicatos nesse período ver Ângela de Castro Gomes. *Burguesia e Trabalho*, TJ, Campus, 1979, e Heloisa de Sousa Martins. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. SP, Hucitec, 1979.

Verifica-se que nesse primeiro período as atenções do governo caminharam em quatro direções: atender aos interesses do café; promover a industrialização; formular um sistema de relações industriais que inibisse as possibilidades de confronto entre capital e trabalho; e limitar as possibilidades de acesso ao sistema político.

O Estado Novo levou ao paroxismo as tendências autoritárias. Vargas decretou o fechamento dos partidos políticos, instituiu a censura à imprensa e procurou esvaziar a direita reunida na Ação Integralista Brasileira, AIB. Iniciou também um intenso programa de propaganda política e de festas cívicas, de modo a engrandecer seu nome e a fortalecer o espírito de nacionalidade. A censura à imprensa e ao rádio foi levada a cabo por uma instituição chamada Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que se encarregou também de divulgar uma imagem popular e mítica de Getúlio. Obras elogiosas a Vargas e à sua vida eram distribuídas nas escolas para doutrinar crianças e jovens. Em meio à censura à imprensa, o jornal *O Estado de S. Paulo* foi encampado pelo governo federal.

Com tudo isso, Getúlio conseguia, ao fim do Estado Novo, ser um ditador popular e querido por parte significativa dos trabalhadores e da elite brasileira. Defendera direitos do trabalhador urbano, protegera a indústria nacional e os interesses do latifúndio. Os direitos sociais, as leis trabalhistas, principais ícones da gestão Vargas, passaram longe do campo. Não se tributou a terra nem se mexeu nas relações semi-escravas que dominavam o trabalho no mundo rural¹². Vargas acabou reproduzindo o antigo pacto de unidade política dentro da elite dominante que vinha desde o Império¹³. A novidade é que nos anos 1930 consolida-se um projeto industrial sem que se criem fissuras entre as classes dominantes. Como nos mostrava Celso Furtado em 1965, a industrialização foi sendo promovida, basicamente, por capitais oriundos da agricultura¹⁴. Não se criava assim uma elite industrial que se contrapusesse ao Brasil arcaico. A modernização se fazia mediante a manutenção do atraso secular do latifúndio. Era uma modernização conservadora, na expressão de Barrington Moore¹⁵.

¹² O trabalhador rural passa a ter alguns direitos no Brasil apenas a partir de 1973.

¹³ A unidade da elite brasileira durante o Império é brilhantemente retratado por ver José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem, Teatros de sombras*. RJ, UFRJ/Relume Dumará, 1996.

¹⁴ Celso Furtado. *Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico*. Revista *Civilização Brasileira*, nº 1, 1965.

¹⁵ Barrington Moore. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. SP, Martins Fontes, 1975.

É essa híbrida aliança em sua base de apoio que permite a Getúlio ter apoios socialmente diversificados. O sistema partidário montado em 1945 acabou expressando a força do getulismo¹⁶. Dois grandes partidos foram criados para defender seu legado: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o primeiro representando, prioritariamente, os interesses dos proprietários rurais e o segundo propondo-se a representar os trabalhadores e os sindicatos. O terceiro grande partido formado nesse momento foi a União Democrática Nacional (UDN), que reuniu praticamente todos os opositores de Vargas. Era um partido de elite, de classe média e de intelectuais que se proclamavam liberais na economia e defensores das liberdades públicas.

Com esse perfil partidário, o prestígio de Getúlio ficava confirmado: o sistema político brasileiro continuaria a se mover tendo Vargas como ponto de referência¹⁷. De um lado ficavam os que estavam a seu favor e, de outro, os que eram contra. Vargas saía do poder para continuar a ser um divisor de águas da política brasileira. Sua popularidade pode ser atestada pela votação que recebeu nas eleições parlamentares de 2 de dezembro de 1945. Pela legislação da época, bastante flexível, um mesmo candidato podia concorrer a vários cargos em seu estado (governador, senador e deputado, por exemplo) e podia também concorrer em vários estados e por vários partidos. Foi o que Vargas fez. Foi eleito senador em São Paulo, pelo PTB, e no Rio Grande do Sul, pela legenda do PSD. Elegeu-se ainda deputado federal por sete estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná), pelo PTB, alcançando quase sempre as maiores votações locais. Ao fim, optou pelo mandato de senador pelo Rio Grande do Sul, e foi esse o cargo que ocupou até 1950, quando começou a campanha presidencial que o levaria novamente ao poder no ano seguinte. Getúlio, o ditador, saía deposto da Presidência, mas seu prestígio era confirmado nas urnas.

Seu primeiro governo promovera o desenvolvimento, firmara sua imagem de estadista preocupado com a questão social, domesticara as oligarquias dissidentes e se tornara um forte aliado dos interesses industriais brasileiros. A política representativa, contudo, fora sacrificada, um retrocesso

¹⁶ A criação dos partidos nacionais em 1945 e sua ação na República de 1946 é objeto do clássico de Maria do Carmo Campello de Sousa *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. SP, Alfa Omega, 1976.

¹⁷ Thomas Skidmore denominou essa clivagem como "os de dentro" e "os de fora". Brasil, de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). RJ, Paz e Terra, 1979.

cujo custo para o país é difícil de aquilatar. Mas o fato de ter chefiado o Estado brasileiro durante tantos anos e de ter liderado esse processo de travessia de uma sociedade eminentemente rural para uma sociedade urbano-industrial, o transformou em uma figura heróica. O mito se construía graças à propaganda, mas graças também a essas mudanças.

Crescimento econômico, democracia de massas e crise política

Em 1951, aos 69 anos de idade, quando Getúlio retornava à Presidência, duas grandes desconfianças pairavam entre seus opositores: respeitaria a Constituição? Qual seria a participação dos sindicatos no seu governo? Enquanto os trabalhadores cobravam do governo medidas mais enérgicas para a defesa de seus direitos, fazendo até greves expressivas, a oposição denunciava estar em andamento a instauração de uma república sindicalista, a exemplo do que Perón estava fazendo na Argentina. Havia a constante desconfiança dos antigetulistas históricos quanto às intenções de Vargas no poder: era sempre lembrado que havia rasgado duas constituições, a de 1891 e a de 1934¹⁸.

O nacionalismo de Vargas também não era bem assimilado por setores vinculados ao capital estrangeiro e, diga-se de passagem, esta foi uma denúncia intensamente utilizada por Vargas para falar dos obstáculos ao governo. Este foi, aliás, o tema predominante em sua carta-testamento.

Na linha nacionalista, em janeiro de 1952, o governo reformulou a lei de remessa de lucros, limitando em 10% o envio dos lucros das companhias estrangeiras para o exterior. Vargas voltaria a insistir neste ponto e, em novembro de 1953, estabelecia nova lei para lucros extraordinários. Para tanto, argumentava: "Até certo ponto estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas que já ganharam muito mais no Brasil; que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares para levá-lo para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando¹⁹."

Para contornar desconfianças, Getúlio formou um Ministério com a participação de todas as correntes políticas. De acordo com o que declarara

¹⁸ Sobre este período, ver Maria Celina D'Araujo, *O segundo governo Vargas, democracia, partidos políticos e crise política*, SP, Ática, 1992.

¹⁹ Getúlio Vargas. *O governo trabalhista do Brasil*. RJ, José Olímpio, 1955, p. 171.

na campanha, não queria compromissos partidários, apenas a colaboração de todos dentro de um espírito de conciliação. A grande imprensa, submetida a censura durante o Estado Novo, estava toda contra o governo. Vargas fora eleito pelo voto popular, mas tinha contra si grande parte da inteligência nacional e da mídia. Nenhum grande periódico o defendia. São Paulo, que protagonizara a Revolução Constitucionalista de 1932, continuava sendo um reduto antigetulista.

Para garantir apoio na mídia, Vargas facilitou, com financiamentos do Banco do Brasil, a criação de um jornal, *Última Hora*, iniciativa que se transformou em um dos grandes "escândalos" políticos de seu governo. Para contornar opositores fez ainda uma importante reforma em seu Ministério em 1953. Nesse ano, chamava para seu gabinete antigos auxiliares que se encontravam filiados à UDN, principal partido de oposição, e nomeava para a pasta do Trabalho um jovem político gaúcho, bem posicionado dentro do PTB e nos sindicatos. Tratava-se de João Goulart, que, mais tarde, em 1961, assumiria a Presidência da República, e em 1964 seria deposto pelos militares. João Goulart foi, desde o início, acusado de articulações com a esquerda e de favorecer interesses dos trabalhadores em detrimento dos interesses nacionais. Acabou se convertendo em fator de crise e deixou o Ministério em fevereiro de 1954 mediante forte pressão militar.

Do ponto de vista econômico, o modelo de desenvolvimento do segundo governo Vargas continuou a se caracterizar por desenvolvimento industrial, nacionalismo, dirigismo estatal e busca de investimentos internacionais. Baseava-se na concepção de que o desenvolvimento se faria com base na articulação de um tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional. Nesse período foram criadas novas agências voltadas para a formulação de políticas econômicas, como a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Firmava-se a concepção de um Estado ativo na formulação e execução de políticas econômicas, cujo papel não podia ficar restrito às iniunções externas. Instaurou-se uma política de aparelhamento de portos e ferrovias, criou-se o Fundo Nacional de Eletrificação e propôs-se a criação da Eletrobrás, que só seria aprovada em 1961. Os pontos altos foram a criação da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Banco do Nordeste. Além disso, várias autarquias surgiram visando ao desenvolvi-

mento agrícola e à colonização do país, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Comissão Nacional de Política Agrária, e a Subcomissão de *Jeeps* e Tratores, primeira agência a fazer, no Brasil, o planejamento da indústria automobilística que viria a ser implantada no governo Juscelino Kubitschek.

Como pano de fundo para a política de desenvolvimento, foi criado o BNDE, uma das mais expressivas agências de fomento que o país conheceu e que foi resultado de uma demanda da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. A Comissão, criada em 1951, teve como finalidade estudar as exigências técnicas e legais para que o Brasil pudesse formular e implementar projetos prioritários nas áreas de energia, transporte e agricultura. Mais precisamente, destinava-se a examinar as condições de financiamento e de viabilidade técnica para os projetos que integravam o Plano de Reaparelhamento Econômico do governo.

Getúlio se movia por um difícil caminho entre autonomia e cooperação internacional. O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de março de 1952, é um exemplo disso. Por ele, os Estados Unidos se comprometiam a fornecer equipamentos, materiais e serviços em troca de minerais estratégicos. A fragilidade tecnológica e científica do país era enfrentada através da criação, por exemplo, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes). No plano financeiro, Vargas e seus ministros da área econômica operaram uma difícil manobra visando a conter a inflação e o déficit no balanço de pagamentos. Isso implicou mudanças na política de câmbio que acabaram se tornando fator marcante para a promoção do desenvolvimento industrial dentro do processo conhecido como substituição de importações²⁰.

Ao fim deste segundo período, o setor industrial foi também o que apresentou maior dinamismo, com um crescimento de 8% ao ano e com uma expansão significativa da ocupação de mão-de-obra²¹. Na formulação de sua política econômica, o governo contou ainda com um importante órgão, a Assessoria Econômica da Presidência da República. Tratava-se de uma agência técnica destinada a atender às solicitações da Presidência da República,

²⁰ A política cambial do segundo governo Vargas é examinada por Sérgio Besserman Vianna, *Duas tentativas de estabilização*. In Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem no progresso, cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. RJ, Campus, 1992.

²¹ Para uma visão detalhada das relações entre o Estado e os interesses industriais no período ver Maria Antonietta P. Leopoldi. *Política e interesses, as associações industriais, a política econômica e o Estado*. RJ, Paz e Terra, 2000.

para efeito de assessoramento e planejamento nas questões econômicas, cuja linha de ação se identificava com os princípios nacionalistas. O segundo governo Vargas foi o primeiro, no país, a criar um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais. O trabalho de maior repercussão da Assessoria foi o programa energético, incluindo-se aí a questão da energia elétrica e a do petróleo.

Desenvolvimento e mobilização popular

Para entender o que se passou neste segundo governo, é necessário explicar o que significou o PTB na política nacional desse período. Para começar, o partido era um símbolo de Vargas, era a adaptação do getulismo e do sindicalismo corporativo à via democrática e representativa. Numa breve retrospectiva, o PTB foi o partido que mais cresceu entre 1945 e 1962, anos em que se realizaram as duas eleições parlamentares anteriores ao golpe de 1964. Consolidou-se associado a uma forte atuação na área sindical e a uma prática governista, tendo sido o principal aliado na coalizão de poder que elegeu os presidentes da República entre 1945 e 1961. Foi o centro de irradiação de uma ideologia nacionalista que se notabilizou por demandar reformas de base ou mudanças estruturais. Foi o primeiro partido de massas no Brasil apoiado no voto metropolitano e o principal veiculador do ideário nacionalista. Sempre esteve associado a uma estratégia eleitoral que fazia dos trabalhadores e das reformas o seu alvo predileto. Mais do que isso, em torno do partido sempre pairou a imagem de Vargas, como patrono, idealizador, como a figura mítica construída pela propaganda do Estado Novo, mas também por seu carisma e por sua liderança popular.

O PTB representou uma inovação do Brasil do ponto de vista da articulação política com os sindicatos corporativos. Foi uma proposta de organização partidária visando à incorporação dos dirigentes sindicais ao processo político representativo – e isso foi fator de incômodo para setores da elite civil e militar. Conforme demonstrei em trabalho anterior, o PTB nasce tendo a maioria de seus cargos ocupados por sindicalistas²². No Rio Grande do Sul, por exemplo, a ata de fundação foi assinada por 12 sindicalistas dos quais apenas dois eram bacharéis.

²² Maria Celina D'Araujo. *Sindicatos, carisma e poder, o PTB de 1945 a 1965*. RJ, FGV, 1996.

A criação do partido foi meticulosamente estudada pela burocracia do Ministério do Trabalho. Procurava-se dar ao trabalhador uma alternativa que o afastasse do Partido Comunista, mas tentava-se, principalmente, dar nova roupagem às bases sindicais getulistas geradas no Estado Novo. A ata de fundação do partido é de 26 de março de 1945, na verdade uma ata arbitrada pelo chefe do Departamento Nacional do Trabalho, “em dia de menos movimento”, em que pôde redigir um texto programático a ser assinado pelos dirigentes sindicais que visitavam regularmente a repartição²³. O PTB, nesse sentido, foi uma iniciativa da burocracia estatal amparada na popularidade de Getúlio, na força do movimento “queremista” e na visão de que o sindicato precisava de uma voz política organizada. Por isso mesmo, procurou-se revestir a iniciativa como sendo um ato espontâneo e uma decorrência natural da política trabalhista de Vargas. Em agosto de 1945, o PTB pediu seu registro na Justiça Eleitoral apresentando como “fundadores” 19 sindicalistas, entre eles uma mulher. Era lema dos arquitetos do PTB que o partido deveria ter a “cara do Brasil”: ser majoritariamente de trabalhadores, entre eles, negros e mulheres.

Esse poderia ser o que se chamou depois de “sistema de cotas” e foi rigorosamente cumprido nos primeiros anos de vida da agremiação, embora se possa argumentar que esses sindicalistas eram os chamados “pelegos”. Mas isso não é relevante em nosso ponto de vista: eram representantes da rede sindical existente. Na medida em que vai se tornando um partido eleitoralmente forte, vai expandindo alianças e perdendo seu teor eminentemente classista. Mas nunca deixou ser um partido associado a sindicatos, a Getúlio e a seus herdeiros, especialmente João Goulart e Leonel Brizola.

Quando o PTB vai às urnas em 1950 para eleger Vargas, já contava com a presença de empresários e de políticos não vinculados ao sindicato corporativo. O partido entrava em uma estratégia eleitoral pragmática. Relegou a segundo plano as disputas estaduais de forma a abrir espaços para composições locais que pudessem favorecer a candidatura de Getúlio. Nesse momento, a organização interna e a disciplina partidária foram sacrificadas em favor da mobilização direta da massa e dos interesses eleitorais visando à conquista da Presidência da República.

²³ *Idem*, p. 27.

Uma vez no poder, Getúlio governa com uma ampla aliança partidária, mas o partido continuará em um duplo movimento para, de um lado, adequar o sindicalismo à via partidária; e, de outro, procurar a mobilização popular. Esta dupla face do PTB - organização e mobilização - foi uma das marcas mais fortes do partido. Nos momentos críticos, venceu a mobilização e nesses momentos o partido foi derrotado. É isso o que nos mostram as crises de 1954 e de 1964.

João Goulart jogou com as duas estratégias e em 1952 já era, depois de Getúlio, o homem mais forte dentro do PTB. Era eleito presidente nacional do partido e, em meados de 1953, nomeado ministro do Trabalho. Fica no cargo pouco tempo, pois a parceria com os sindicatos - e também com a esquerda - gera desconforto nos meios políticos e militares. Este foi um momento importante na nacionalização do partido e também na sua expansão. O partido ia se firmando como um porta-voz dos trabalhadores, do nacionalismo, das reformas e do desenvolvimentismo.

A ida de Jango para o Ministério do Trabalho acirra desconfianças quanto ao governo. A democracia representativa com uma massa de trabalhadores mobilizada politicamente era novidade. Mais que novidade, era de difícil assimilação por parte de setores mais tradicionais, que tanto temiam uma nova escalada golpista de Getúlio quanto um governo que se apoiasse efetivamente em setores populares e que levasse a cabo reformas que mexessem com os interesses latifundiários e internacionais.

Apesar da crise final do governo, ou quem sabe até mesmo por causa dela, fica evidenciado que o PTB foi um partido com papel crucial na transformação do sindicato em ator político e na definição de uma política que queria fazer do trabalhador uma fonte efetiva de poder. O PTB contribuiu expressivamente na construção de um discurso em prol de mudanças.

Jango deixa o Ministério em 22 de fevereiro de 1954 num recuo do governo frente às críticas de sua proposta de aumento de 100% no salário mínimo - que acabou sendo concedido. A oficialidade reage através do Manifesto dos Coronéis. A partir daí, vários pronunciamentos militares desestabilizam o governo.

A crise de confiança em relação a Getúlio foi aumentando progressivamente. No início de agosto de 1954, o chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, por iniciativa própria ou a mando de algum político getulista, contratou capangas para assassinar o principal líder da oposição, o deputado da UDN e jornalista Carlos Lacerda, um dos maiores

responsáveis pelas críticas feitas ao presidente. No atentado, saiu morto um oficial da Aeronáutica que trabalhava como segurança de Lacerda. O governo expunha ainda mais sua fragilidade ao ser comprovado que o crime fora arquitetado dentro do Palácio do Catete. Desgastado diante da opinião pública, Vargas escapa de uma nova deposição apelando para o suicídio.

O suicídio, praticado a 24 de agosto de 1954, veio acompanhado de uma carta-testamento que se transformaria num dos mais conhecidos documentos históricos brasileiros. Nela, Vargas fazia uma declaração de mártir nacionalista dedicado a seu povo²⁴.

Esse segundo veto militar sinaliza que a era Vargas caracterizou-se pela forte presença dos militares na política. Com Vargas, eles se firmaram como parceiros políticos de todas as horas, acabaram ganhando espaços cada vez mais amplos na administração dos assuntos públicos, e seu poder intervencionista transformou-se em ameaça constante à democracia brasileira. Nessa escalada, nem Vargas foi poupado: os mesmos militares que o sustentaram no poder desde 1930, o depuseram por duas vezes: em 1945 e 1954.

O Exército, que veio a se consolidar na Era Vargas, alcançaria um poder de interferência política que nem o próprio Getúlio seria capaz de controlar. Os militares passaram a ser presença constante e obrigatória nas grandes questões políticas nacionais e, em 1964, transformaram-se em governo.

Notas finais

O que permaneceu neste segundo governo e o que mudou em relação ao primeiro? Manteve-se o projeto industrial, a doutrina nacionalista continuou sendo formulada como política de governo, o desenvolvimentismo foi a linha de ação econômica e o planejamento estatal deu as coordenadas do desenvolvimento. Nesse sentido, temos uma continuidade marcante. Nada muda também em relação ao mundo rural, embora se tenha pensado em algumas iniciativas nesse sentido, a exemplo do Serviço Social Rural, idéia rapidamente abandonada. O campo permaneceu intocável, a terra continuou com seus privilégios econômicos e fiscais e o trabalhador rural continuou um não-cidadão. Seguiu nosso processo de modernização conservadora que conciliava os interesses de uma oligarquia rural retrógrada com os de uma

²⁴ A parte documental do segundo governo Vargas está bem retratada em Hélio Silva. Um tiro no coração. RJ, Civ. Brasileira, 1978.

burguesia industrial emergente, que respeitava os direitos sociais do trabalhador por força da pressão estatal. Interesses da agricultura e da indústria continuaram complementares, e Vargas continuou cedendo aos interesses rurais para poder avançar na política industrial. Um jogo de compensação, um *trade off*, do qual o país extraiu benefícios econômicos evidentes: tornou-se rapidamente uma das maiores economias do mundo, mas às custas de uma política social excludente, injusta. O modelo que deu origem ao desenvolvimento varguista era concentrador de renda e assim continuou. Produziu riqueza para o país, mas não a distribuiu. O Brasil se tornou um país rico com muitos pobres. Pobreza que deixou de ser apenas rural e que se estende às cidades na medida em que a urbanização foi crescendo desordenadamente.

Do lado das mudanças, alguns pontos se tornam imprescindíveis. O Brasil dos anos 1950 estava mais urbanizado e a política se democratizara. Vargas buscara se adaptar aos novos tempos usando como recurso de poder suas duas principais bases de apoio: a burguesia agrária concentrada no PSD e os trabalhadores e seus sindicatos. A novidade neste caso era que Vargas, a seu modo, buscava fazer a inclusão dos trabalhadores organizados no processo político através do PTB, um partido de massas, na tipologia de Duverger²⁵. Sem contrariar os interesses rurais, buscou fazer dos sindicatos industriais um suporte político, estratégia ousada para um país que não chegara a ter uma tradição liberal, que não havia amadurecido na implantação da democracia.

Usou uma estratégia que procurava incluir os trabalhadores antes de a política ser liberalizada, e por isso seu governo ficou associado a um projeto sindicalista de poder. Além do mais, não se pode esquecer que dentro do PTB houve sempre um amplo espaço para a parentela e para os amigos. O PTB não pode ser dissociado, portanto, de um projeto getulista. Por isso foi popular, corporativo, estatista e produziu temores e radicalização.

A sociedade da década de 1950 estava mais diversificada e plural do que era nos anos 1930, mas pouco institucionalizada politicamente. O país vivia uma democracia emergente constantemente ameaçada por intervenções militares e pronunciamentos golpistas. As Forças Armadas estavam mais segmentadas do que antes. Vargas e o nacionalismo acabaram produzindo fortes antagonismos nos quartéis e uma clivagem na corporação, que

²⁵ Maurice Duverger. Os partidos políticos. RJ, Zahar, 1970.

se explicitava a cada dois anos nas eleições do Clube Militar²⁶. Intelectuais ganhavam peso, quer como representantes de vários matizes da esquerda, quer como defensores do desenvolvimento. Surge uma ideologia nacionalista acadêmica, gestada no Grupo de Itatiaia – que em 1955 viria a se constituir no ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros – e amparada em publicações como os *Cadernos do Nosso Tempo*²⁷.

A Cepal, Comissão Econômica para a América Latina nascia no âmbito das Nações Unidas, explicitando a preocupação com o debate acerca do desenvolvimento na América Latina. Tempos de transformações, de emergência do trabalhador como ator político de um governo representativo, em meio a uma estrutura política não habituada ao pluralismo e à democracia.

Getúlio fez dos sindicatos e da industrialização um projeto político. Mas a modernização econômica e a regulamentação das relações industriais haviam sido feitas mediante a manutenção das prerrogativas do mundo rural. Uma difícil convivência entre o arcaico e o moderno, especialmente no que toca à incorporação política das classes trabalhadoras. Vargas foi vítima da armadilha do arcaico e da ousadia de uma modernidade que queria levar os trabalhadores industriais ao centro do poder antes de a sociedade se liberalizar.

²⁶ João Roberto Martins Filho mostra a politização das Forças Armadas e suas repercussões nas eleições do Clube Militar através da oposição entre a chapa Azul (ou Cruzada Democrática, antigetulista) e a chapa Amarela, no período entre 1950 e 1958. Ver do autor *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In Jorge Ferreira e Luciola de Almeida Neves Delgado. *O Brasil republicano, o tempo da experiência democrática*. RJ, Civ. Brasileira, 2003.

²⁷ Ver Simon Schwartzman. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília, UNB, 1981.

O personagem Getúlio Vargas¹

Juremir Machado da Silva

Historiador e jornalista graduado pela PUCRS, doutor em Sociologia pela Sorbonne, França, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS

Recentemente, escrevi um "romance" sobre Getúlio Vargas. Pesquisei bastante, foram três anos de dedicação, não só para reencontrar a história, como para poder, quem sabe, falsificá-la um pouco mais. Porque eu queria encontrar o homem e não necessariamente a história, que é interessantíssima, é claro.

O trabalho começou há muito tempo por duas razões. Uma delas foi a entrevista que eu li do grande Thomas Skidmore, dizendo que não havia uma biografia definitiva de Getúlio Vargas. A outra foi o incentivo de Décio Freitas, meu amigo, falecido neste ano. Ele queria que esta lacuna detectada por Skidmore fosse preenchida. Infelizmente, eu não estava à altura do desafio, não tinha interesse em escrever uma biografia e vou explicar a razão.

Em geral, salvo alguma que não conheço, todas as biografias que li são romances. Então, como elas mentem, mas não assumem, eu quis fazer um livro que assumisse suas próprias mentiras. As biografias normalmente preenchem as lacunas com ficção. Dou dois exemplos muito rápidos para que não digam que estou enxovalhando os outros sem nem me dar ao trabalho de mostrar algum indício. O Fernando Moraes apresenta seu livro sobre o Assis Chateaubriand como uma grande reportagem, ou como uma biografia. Em determinado momento, descreve os pensamentos do Chatô em coma. Bem, eu tenho a impressão de que a metodologia histórica evoluiu muito nos últimos anos, mas não a esse ponto. Ainda que, claro, a gente possa recorrer a um grande médium, como Chico Xavier e outros, nesse sentido. Como eu não possuo essas qualidades, nem mantenho esse contato com o "além", decidi fazer, então, ficção.

Mais recentemente, meu amigo Flávio Tavares, num belíssimo livro que está encantando todo mundo, "O Dia em que Getúlio matou Allende", também especula sobre o que Getúlio pensou antes de se matar. O Flávio,

¹ Texto transcrito da exposição no seminário e revisado pelo autor

que é um verdadeiro jornalista, prefere a verdade. Então, intitulou o livro dele de novela. Mas se alguém disser que é ficção ele fica furioso. Então é, digamos assim, uma crença na verdade, que eu não consegui adquirir, apesar de ter cursado uma faculdade de história e a de jornalismo.

Achei coisas muito interessantes que só podem ser tratadas no terreno da ficção. Então, escrevi um romance... O objetivo do romance, vocês sabem, é bem simples: fazer com que a mentira pareça verdade. Esse é o objetivo do gênero, a verossimilhança. Ele tem que parecer verdade, mas não é. Trabalhei duramente para mesclar a ficção com a história, de maneira que tudo parecesse verdade. Meu problema agora é que os jornalistas me ligam e me dizem assim: "Por favor, poderias me dizer o que é verdade e o que não é?" Bom, daí eu precisaria de mais três anos para separar tudo isso e contentar os jornalistas, que, claro, têm sede de verdade.

Ora, o Getúlio foi um homem extremamente complexo. E, justamente por isso é, antes de tudo, personagem. Sabemos que a teoria literária costuma dividir os personagens em planos e redondos. O redondo, certamente, corre por conta de uma má tradução. A palavra certa não foi encontrada na hora em que foi feita a tradução. Os personagens redondos são aqueles que apresentam contradição. Analisem os personagens de Dostoiévsky: o sujeito tem uma trajetória boa na vida e daqui a pouco ele vai lá e mata, hediondamente, uma senhora, a troco de nada. Um sujeito ajuda alguém a atravessar a rua, uma velhinha, muito bonzinho, e de repente ele mata outro. São personagens assim como nós, contraditórios, fazem boas e más ações. Fazem coisas pavorosas, inacreditáveis.

O Getúlio era tudo. Na verdade, o Getúlio é um personagem profundo, com perspectiva. Como personagem histórico, começa como membro de uma oligarquia. Ele vai ser, na primeira parte de sua vida, um representante da sua classe social. Será ministro da Fazenda do Washington Luís. A vida política do Getúlio inicia dentro da norma da sua condição social. É verdade que ele tinha umas saídas, um tanto já prevendo o que ele seria. Quando foi promotor, por exemplo, duas ou três vezes, ao invés de acusar, ele defendeu. Achou que o acusado era um pobre coitado, que não merecia tudo aquilo, não merecia ser afundado pela promotoria, e o defendeu. Getúlio mostrava um pendor para a diferença. Vejam que ele foi um grande leitor, principalmente na infância e na adolescência. Depois, como todo mundo, mas não tanto quanto Oswaldo Aranha, ele foi mais de "orelhar".

Oswaldo Aranha era campeão da "orelhada". Uma vez, trouxe um livro no avião, mas não teve tempo de ler. Quando desceu em Porto Alegre, perguntaram o que tinha achado do livro e ele já tinha uma tese prontinha. O mais impressionante é que a tese era boa. Tinha lido a orelha e compreendido tudo. Já o Getúlio, na primeira parte da vida, era leitor mesmo. Um dos livros que ele mais leu e gostou, curiosamente, foi "O Ateneu", do Raul Pompéia. A história de um suicida. Ele já mostrava um certo pendor para o que fez dele esse personagem interessante. Membro da oligarquia, depois revolucionário, ditador, deposto, em 1945, pelo seu amigo Góes Monteiro. Mais tarde, voltando ao poder, como ele mesmo previu, como líder de massas, nos braços do povo. E, finalmente, se suicidando.

Acho que a carta testamento erra ao dizer "Eu saio da vida para entrar na história". O correto seria "Eu saio da história para entrar no mito", porque na história Getúlio já estava. E com o suicídio ele entra em uma outra dimensão, que está aquém e além da história, onde ele já não pode ser alcançado pela verificação histórica. Então, é um personagem a quem as pessoas se referem como enigmático. Ele dizia, de si mesmo, estranho. E por que ele se achava estranho de vez em quando? Getúlio tinha guardado muitas coisas que tinha ouvido na infância. Guardava muitas expressões da Campanha, do interior do Rio Grande do Sul. De vez em quando, numa reunião de ministério, alguém levantava um tema muito polêmico, e Getúlio respondia assim: "Olha, às vezes é melhor ficar quieto como porco no milho". Imaginem isso numa reunião de ministério, com ministros que muitas vezes não tinham a compreensão desse nosso vocabulário.

Quando Getúlio era adolescente, o velho Manoel Vargas, seu pai, disse para ele passar uns dias na estância do compadre Claudino, que era seu padrinho. O compadre Claudino era um sujeito pra lá de bizarro, que acabou se suicidando. Getúlio foi para a estância, onde o compadre vivia como um lobisomem. Todo mundo dizia: "Mais estranho do que o compadre Claudino..." E toda a vida, quando alguma coisa lhe parecia muito diferente, ele dizia: "Nossa, esse sujeito é mais estranho do que meu padrinho Claudino".

Getúlio tinha o imaginário da Campanha - essas expressões, essa nossa maneira de enxergar as coisas - muito arraigado nele, e, claro, um senso de humor extremado. Apesar de que se diga que foi, antes de tudo, um frio, um calculista, um sujeito ensimesmado, tinha muito senso de humor. Conhecemos as anedotas todas que correm e tudo o que se diz sobre

ele. Dizem, por exemplo, que tinha muita sede de poder, embora eu tenha convicção de que fosse voltada para a realização de um projeto. Mesmo assim, existem muitas anedotas boas sobre essa sede de poder.

Em 1937, a sucessão estava sendo debatida, antes do golpe. Então, começam a apresentar os nomes para Getúlio: Fulano, ele diz que não tem apoio popular; Beltrano, não tem apoio partidário; e assim vai. Todos os nomes passam e nenhum serve. Ele descarta todos. Até que Flores da Cunha diz: "Mas, Getúlio, desse jeito tu vais ficar num beco sem saída". E ele responde: "Era bem isso que eu precisava". Ele queria ficar com o poder, como ficou.

Quando estava no famoso exílio, em São Borja, ainda na Itu, ele foi procurado por um jornalista. Naquela ocasião, andava um tanto deprimido. E o pessoal que o acompanhava, inclusive Guilherme Arinos, um amazonense, começava a se preocupar. Guilherme Arinos tinha sido transplantado para esse outro país que é o Rio Grande do Sul. Ele estranhava muitas coisas, como a quantidade de carne vermelha que era consumida diariamente. O sujeito era lá do Amazonas, o negócio dele era peixe. Então, ele ficava apavorado com o quanto se comia de churrasco e se tomava de chimarrão. Getúlio estava muito deprimido, e ele teve a idéia, inacreditável, de dizer: "Quem sabe coma menos carne?". Getúlio quase se suicidou aí. E ainda completou: "Será que o chimarrão faz tanto bem assim?"

Até que chegou um jornalista, que, ouvindo toda essa lengalenga, e sabendo da depressão do Getúlio, diz o seguinte a ele: "Quem sabe a solução para essa depressão não é o senhor voltar ao poder? Faria muito bem ao Brasil". Dois ou três meses depois, Samuel Wainer vai a São Borja, e Getúlio, então, faz dele um profeta, e anuncia sua intenção de voltar. Quer dizer, o poder fazia bem a Getúlio. Não dá para dizer que ele tenha se locupletado, que tenha enriquecido com o poder, que o tenha utilizado para esse fim menos nobre, que fosse de um interesse realmente egoísta.

Getúlio pode ser estudado como um personagem de sua época, com uma tendência autoritária, como todos naquele tempo. Hoje, é mais fácil ver Getúlio dessa maneira, porque ele foi um ditador entre 1937 e 1945. Mas todos tinham as mesmas intenções. Getúlio vinha de uma matriz positivista, castilhistas, que gostava de um executivo hiper-dimensionado, como era o de Júlio de Castilhos, como o de Borges de Medeiros e outros tantos.

Em muitas das oportunidades que teve de entrevistá-lo para o Diário de Notícias, Décio Freitas perguntou a Getúlio: "O senhor já realizou grandes

coisas, legislação trabalhista etc. Não daria para ter feito tudo isso em uma democracia?”. Getúlio sorriu, seu famoso sorriso enigmático, quase cândido, e depois perguntou: “O senhor acha?”. Porque, naqueles tempos, não dava para fazer absolutamente nada de outra maneira. Os comunistas pensavam do mesmo modo, os integralistas e os liberais-conservadores também.

Ao longo dos anos 30, Getúlio combateu e venceu em três frentes. Ele não venceu pela palavra, mas pelas armas, porque foi confrontado por elas. Em 1932, enfrentou a contra-revolução conservadora reacionária paulista, que desejava voltar ao status vigente antes de 1930. Ele venceu pelas armas. Em 1935, esmagou a Intentona Comunista. Os comunistas sempre acharam que, como a sua causa era nobre e lutavam pela igualdade, pela universalidade, não poderiam ser reprimidos. Mas Getúlio tinha um outro projeto. Ele não era comunista, não queria que o Brasil se voltasse para o comunismo. Talvez possamos dizer que ele não precisava ter sido tão violento. Mas podemos também nos perguntar como os comunistas teriam agido se tomassem o poder.

Em 1938, Getúlio esmagou os integralistas. Então, foi preciso um combate durante uma década em três frentes: os carcomidos, os comunistas e os integralistas. É claro que esmagar é um termo inapropriado porque esses adversários acabavam voltando. Só que, como nós sabemos, Getúlio sempre teve uma capacidade muito grande de se aproximar dos inimigos, de se aliar e de fazer novas composições. Temos a famosa frase: “Nunca tive amigos de quem não pudesse me afastar, nem inimigos de quem não pudesse me aproximar”. Era capaz de sacrificar os interesses pessoais, de “esquecer”, em prol do seu projeto. Getúlio era um sujeito preocupado com a concretude das coisas.

Quando morava em Porto Alegre, na Rua Riachuelo, 299, na famosa “república infernal”, na pensão do seu Medeiros, ele conheceu a maior parte dos homens com os quais faria a sua revolução e ajudaria a mudar o Brasil. Foi quando ele encontrou Góes Monteiro e João Neves da Fontoura, por exemplo. Alguns eram estudantes da Faculdade de Direito, outros da Escola Militar de Porto Alegre.

Na pensão, todo o mês, sempre tinha um estudante para chegar e dizer assim: “Olha, seu Medeiros, eu quero pagar, eu tenho todo o interesse em pagar, mas por tais e tais razões não consigo, não estou em condições”. Normalmente, as razões eram as festas, as bebedeiras, a boemia. Seu Medeiros, que era um homem prático, respondia assim: “Eu não preciso de

palavras, eu preciso é de fundamentos". E o Getúlio repetia a frase para os seus ministros da Fazenda. Quando algum deles apresentava um projeto mirabolante, cujos recursos não estavam previstos, ele dizia: "Eu preciso de fundamentos". Era uma idéia ortodoxa do tipo: "Nós vamos gastar o que temos; mas, para gastar, devemos informar de onde vai ser tirado o recurso". Isso era bem dele, esse espírito prático.

Era um sujeito que tinha um grande tino administrativo, apesar de as pessoas não imaginarem isso. Ele gostava de despachar, de examinar os processos. Ele tinha lápis de várias cores e canetas para marcar os processos em verde, em vermelho, em azul, conforme a importância do ministério. Sentia prazer em mexer na papelada. Certa vez, o Vecchio, um sindicalista gaúcho, meteu-se numa disputa com Jango e Brizola, e foi ao Rio de Janeiro queixar-se ao chefe. Getúlio disse para ele: "Eu sempre te digo; faz como eu, não te mete em política". Esse era o espírito do Getúlio, que se achava, antes de tudo, um administrador. Ele usava também um jogo de palavras maravilhoso, e falava: "Como conservador, sempre fui um revolucionário. E como revolucionário, sempre fui um conservador".

Assim, é possível perceber que seu processo era de modernização conservadora. Mas modernização mesmo, porque o Brasil mudou depois de 1930. É o divisor de águas. É antes e depois de 1930. Nós temos três grandes datas: a Independência, a República e 1930. E quando comparamos os personagens, Dom Pedro I estava lá, meio por acaso, na hora certa. Deodoro foi um lamentável acidente na história e Getúlio tinha um projeto para o Brasil. Ele era protagonista, e estava lá porque queria, não era uma coincidência. Estava lá para fazer algo. Mas esse Getúlio protagonista, esse Getúlio que tanto nos surpreende, foi ditador, dirigiu uma ditadura bastante repressiva, repugnante, que não se pode apagar da memória. Getúlio cooptou a intelectualidade e o samba. Vejam só que coisa interessante: a Portela ganhou consecutivamente sete carnavais. De 1941 a 1947, venceu todos, já entrando no período do Gaspar Dutra. Os temas eram absolutamente edificantes, como honra ao mérito, amor à pátria, e por aí a fora. Foi completamente cooptada por Vargas.

Ele fez tudo isso, mas não só. Adoro quando leio referência a ele na coluna do Hélio Gaspari, que, cada vez que tira férias, coloca no rodapé: "Graças ao que resta da Era Vargas, vou gozar das minhas merecidas férias". E o que o pessoal está de olho nesse resquício da Era Vargas é impressionante, todo mundo quer acabar com ela. O Fernando Henrique queria acabar

com a Era Vargas. Não conseguiu. O Lula, pelo jeito, vai conseguir. Getúlio passou à história como um populista. Uma de suas marcas seria, em 1954, no dia 1^a de maio, o aumento de 100% para o salário mínimo. O projeto tinha sido semeado pelo Jango, que não resistiu e foi demitido. Mas Getúlio bancou os 100% de aumento. Eu pesquisei, e não encontrei ninguém mais que tenha dado aumento igual. Eu diria para vocês, me desculpem, mas eu sou, então, um populista. Eu queria um populista que amanhã desse 100% de aumento para o salário mínimo.

Atualmente vivemos outra situação. É só comentário de rodapé, porque eu não tenho nenhum tipo de vinculação política. Mas fiquei perplexo quando vi, outro dia, o Aldo Rebelo dizer que o Senado queria dar um aumento de alguns reais a mais porque era muito conservador. Quer dizer, o Senado queria aumentar o salário mínimo porque é conservador! E o poder, que é progressista, pretendia dar um aumento menor. É difícil de entender essa lógica. A de Getúlio foi essa: ele deu 100%. É evidente que os empresários, os chamados tubarões das finanças internacionais, acharam muito ruim. E, é claro, Lacerda e companhia fizeram todo aquele carnaval que nós conhecemos.

Agora vou falar um pouco mais sobre o Getúlio homem, homem mesmo, em todos os sentidos, inclusive no Getúlio mulherengo. É um Getúlio menos conhecido e que até muitos getulistas querem preservar. Escrevi no meu romance um pouco da história do Getúlio com uma das namoradas dele. Vocês vão me desculpar a expressão de baixo calão. Ele tinha uma preferência, da qual muita gente gosta... ele gostava de enrubar a moça. E me falaram: "Tu escreveste isso, será que não vai pegar mal, os getulistas não vão ficar aborrecidos?". Getúlio tinha disso, ele era um mulherengo, de maneira bastante específica. Media 1,51m, e preferia mulheres da altura dele. Gostava da companhia de baixinhos. Todo mundo tinha que ter a altura dele para ir ao cabaré. Getúlio se encantou com Guilherme Arinos, que devia ter 1,50m. Quando o conheceu, percebeu que era um sujeito brilhante e também que era mais baixo do que ele, a ponto de poder chamar o cara de baixinho. Getúlio tinha dessas grandes coisas da vida pequena e que eram extremamente divertidas.

Houve uma época em que se diz que ele se apaixonou por uma senhora chamada Rosalina Coelho Lisboa. Bastante direita essa senhora, depois até se casou. Parece que Getúlio teve um caso caloroso com ela, mas em certo momento vacilou. Ele queria se separar para ficar com Rosalina.

Até que comentou o fato com um representante da diplomacia portuguesa, que vivia no Brasil, um mundano, e que conhecia bem as fofocas da época. E o sujeito disse pra ele: "Mas doutor Getúlio, o senhor quer se separar da dona Darci para se casar com a Rosalina... a Rosalina, por cima dela, só não passou até agora o bonde da Central". Então, a paixão dele arrefeceu um pouco.

Ele teve outra paixão, uma moça chamada Mariana. Ela tocava piano para ele, de espartilho e tudo mais, era uma coisa muito romântica. Mas a Mariana tinha uma mania de que ele não gostava, mas ela fazia de birra, que era de chamá-lo de "meu pequeno Napoleão". Ele conta da bem-amada, no diário, e descreve cenas picantes, candentes. Ele saindo de uma recepção oficial para se meter no meio do mato com ela, enquanto o pessoal ficava lá na recepção, com discursos muito chatos... Uma vez, numa cidade do interior, para onde ela tinha ido também, eles estavam em uma recepção. O organizador, o prefeito, tinha trazido um músico para tocar para Getúlio. O músico era muito ruim, a música era lamentável e Getúlio só estava pensando em sair com a bem-amada para o meio do mato. Mas não estava encontrando a desculpa. Lá pelas tantas, veio o dono da festa, o anfitrião, e disse assim: "Eu sei que o senhor gosta muito de boa música, não é, doutor Getúlio?". E ele responde: "É, mas não tem importância, deixa o rapaz continuar tocando". E saiu para ficar com a moça.

Getúlio não gostava de falar ao telefone. Achava ruim falar ao telefone, não ouvia direito, as linhas eram ruins. Exceto para falar com a bem-amada. Quando a bem-amada ligava, ele falava. Às vezes, tinha que se deslocar, ir a outro lugar para não dar na vista, pois era casado. Era como se ele fosse em um orelhão só para ligar para a bem-amada. Na época, quase todos gostavam de uma festa. É claro que Getúlio não chegava a fazer o que o irmão dele fazia. Este sim era um grande festeiro, um grande mulherengo, grande criador de confusão, um personagem extraordinário. O Beijo era tão extraordinariamente maluco que fez uma coisa que uma parte da população do Brasil gostaria de fazer, e não teria a menor condição nem possibilidade de fazer. Um dia ele encontrou o Roberto Marinho numa boate. O Marinho andava criticando demais o Getúlio. Ele mandou a mão no ouvido dele. Esbofeteou. Uma coisa digna de figurar nos anais da história.

Era um outro tempo. Um tempo de homens capazes de grandes gestos, de pequenos gestos, de confusões, de bebedeiras, de boemia. A própria cena do Beijo com a filha do Mussolini, os dois transando nas areias de

Copacabana. Eles foram vistos, foram descobertos. Foi um escândalo para a época. Então foram todos reclamar ao Getúlio, ao que ele disse: "Mas ele só cumpriu a obrigação. Além de tudo, é a primeira vez que um de nós consegue comer a filha de um homem importante da Europa".

Era um sujeito digno de respeito nisso tudo. Tinha muita piada sobre Getúlio. Uma delas eu acho maravilhosa, que é a piada dos gatinhos. Getúlio Vargas vai a uma cidade do interior, acho que Piracicaba. Ele chega lá na escola e então dizem: "Olha, na cidade nasceram dois gatinhos getulistas". Ele fica encantado com os gatinhos getulistas: "A gente está conseguindo mais do que imaginava". Então, ele pede para ir a casa onde nasceram os gatinhos, uma casa muito humilde. A dona da casa fica completamente apavorada vendo chegar o ditador, o presidente, o homem que mandava no Brasil. O Getúlio, muito gentil, diz: "Olha, eu vim ver os gatinhos getulistas". A dona da casa, constrangida, responde: "Ah, não são mais". E ele: "Mas como não são mais?"... "Ah, não são mais, infelizmente não são mais". Getúlio pergunta: "Por que não são mais?"... E a dona de casa responde: "Eles já abriram os olhos!".

O próprio Getúlio contava e gostava que contassem piadas para ele. Uma das anedotas que ele mais reproduzia, entre amigos, claro, era referente a Adalgisa Néri. Mulher muito inteligente, bonita, intelectual, Adalgisa Néri foi colunista da Última Hora. Era mulher do Lourival Fontes. Poderoso, Lourival Fontes, foi homem do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), depois chefe da Casa Civil, um homem importante, digamos assim, no âmbito do poder. Lourival, como se sabe, era muito feio, pavoroso. O pessoal da época ainda não era politicamente correto. Não usavam termos, assim, para enfeitar. O pessoal dizia o torto. Não tinha essa de prejudicado lateralmente na face. Ele era o torto. E era feio mesmo. Mas ele casou com uma mulher muito bonita e era muito inteligente. Era um sujeito que conseguia escrever muito bem, que fazia parte dos discursos de Getúlio. Um tipo fascista, daqueles que assumia a sua simpatia por Mussolini. Então, se dizia que Getúlio tinha um caso com Adalgisa, e que isso era uma coisa notória. Um dia, segundo versão de Oswaldo Aranha, o Beijo conta a Getúlio: "Olha, andam dizendo por aí que tu tens um caso com a Adalgisa". E Getúlio, muito tranqüilo, responde: "Não dá bola, isso é o Lourival que espalha só para se gabar".

Mas antes desse Getúlio humano, que gostava de cavalgadas na fazenda, homem reflexivo, tomador de chimarrão, apegado sempre ao seu ima-

ginário da campanha, antes de tudo isso, temos um grande estadista. Getúlio foi o nosso grande estadista. Eu não sou propriamente um getulista. Nesses três anos de pesquisa, eu me apaixonei muito pelo personagem. Até porque sou de Santana do Livramento, sou um maragato. Mas um maragato bastante deslumbrado pelo personagem Getúlio Vargas, que, afinal de contas, era um chimango.

É interessante observar que a própria família de Getúlio era dividida. Da parte materna, havia os maragatos. E Getúlio foi essa síntese, esse equilíbrio de antagonismos. Ele conseguiu juntar as duas partes, unir todo mundo, ao ponto em que o tio dele, antes de morrer, disse: "É preciso que a família se una sob a liderança do Getúlio". E ele vai unir a família. Tornase não apenas o condutor do destino da família, mas consegue também unificar o Rio Grande do Sul. Quando vemos assim, entendemos por que, ao longo do tempo, tantos opositores, como Batista Luzardo, por exemplo, acabaram servindo Getúlio.

É impressionante que um homem desses tenha conseguido unir o Rio Grande dessa maneira. O Rio Grande, não é preciso dizer, sempre foi violentamente separado. As nossas divisões não eram pequenas. Morei muitos anos na França e, quando vou a Montepelier, terra de Augusto Comte, eu conto para meus amigos: nós, gaúchos, somos os principais seguidores de Comte no mundo. Mas, claro, seguimos Comte à nossa maneira, degolando, positivamente, aqueles que não quisessem aceitar o positivismo. Era um jeito de fazer com que compreendessem a coisa pela garganta.

A unificação do Rio Grande do Sul, separado dessa maneira, foi resultado do pragmatismo de Getúlio. Pragmatismo que a gente vê em tudo. Quando pensamos que a Revolução de 1930 teve como estopim a fraude eleitoral, somos capazes de imaginar que Getúlio era santo no assunto e ele não era. Antes disso, e enquanto foi presidente da Comissão de Verificação, na última eleição de Borges de Medeiros, eles chegam lá no Palácio para dizer ao Borges que ele perdeu. Borges, que não era bobo, adianta-se e diz: "Muito bem, vocês vieram me dizer que eu ganhei a eleição". Getúlio volta com a equipe dele para contar os votos de novo e dá a eleição para Borges. Claro que o pessoal não aceitou e saiu pelas coxilhas para mudar essa situação.

Então, nós temos um Getúlio capaz de gestos políticos pragmáticos, mas, também, capaz de ter uma grande visão de mundo, de imaginar outro Brasil, de se expor em relação a isso e, ao mesmo tempo, de manter uma grande frieza. Basta lembrar que no dia três de outubro de 1930, quando a

Revolução devia eclodir, ele estava no Palácio Piratini, com sua condição de defensor da ordem e de revolucionário. Começou a escrever seu diário em 3 de outubro de 1930. Esse diário está publicado com suas anotações até 1942. O diário inicia em 1930 e, justamente, nesse 3 de outubro. Uma das anotações é: "Sinto que só o sacrifício da minha própria vida poderá resgatar um eventual fracasso". Ele já pensava no suicídio. Apesar dessa aparente frieza, era uma personalidade dramática. Ele pensou nisso outra vez em 1932. Góes Monteiro dá testemunho disso, de que ele já teria escrito uma carta, um manifesto à nação. Ele estaria com o revólver ao alcance da mão. Passou 1932, ele pensou nisso de novo em 1938, durante o ataque ao Palácio Guanabara. Pensou nisso muitas vezes, nessa tendência ao grande gesto, porque não queria sair enxovalhado. Não queria, de forma alguma, terminar seu último governo enxovalhado. Em 1945, foi deposto. Não aceitou a humilhação. Em 1954, bem mais velho, não queria que isso se repetisse, não podia aceitar.

As pessoas me perguntam se Getúlio matou-se como se fosse um lance de xadrez, estabelecendo, com isso, uma forma de neutralizar os adversários. É possível que, com sua grande sagacidade, ele tivesse percebido que isso aconteceria, mas é muito mais provável que Getúlio tivesse se suicidado mesmo por causa da sua noção de honra extremada. Ele não queria ser humilhado e sabia que o seria. A deposição, em si, era uma humilhação. O que poderia vir em consequência da deposição era muito mais humilhante. A própria perspectiva de depor num inquérito em curso ou simplesmente a desqualificação, o fato de se retirar da vida pública com uma espécie de dívida em relação à sua honra era um fato que ele não podia aceitar. Isso fica claro em seus textos e declarações anteriores ao mês de agosto, está na própria carta-testamento, aparece nos jornais... Vejam a manchete que Getúlio encomenda a Samuel Wainer: "Esta noite sairei do Catete".

É possível notar uma ambigüidade muito interessante, que tanto pode ser no sentido da resistência, quanto no sentido do suicídio. É claro que as pessoas preferiram ver, na época, um sentido de resistência. Aqueles que tiveram contato com o assunto preferiram não perceber o outro sentido.

Ernani Fittipaldi, o ajudante de ordens, encontra um bilhete rabiscado por ele e entrega a Alzirinha. Alzirinha devolve para Getúlio e ele diz: "Ah, rapariguinha, não é nada disso que tu estás pensando". Fica por isso mesmo. Alguns dias depois, ele se suicida.

Quando relemos tudo isso, constatamos uma ambigüidade extraordinária. Quando pensamos no que aconteceu na última reunião do Ministério, na madrugada de 23 para 24 de agosto, notamos um Getúlio absolutamente absorto em seus pensamentos. Ele está sentado, tem um quadro do Antonio Parreiras na frente. Dia triste - ele parece estar mais voltado para aquele quadro do que, propriamente, para o que os ministros estão dizendo. Os ministros, em algum momento, quase se engalfinham. Há um que diz: "O seu destino é ser traído pelos seus chefes militares". Todo mundo fala. Os mais experientes, como Oswaldo Aranha, dizem que seria melhor adotar uma saída conciliatória, optar por uma licença. Foi onde ele chegou. Os que querem resistir são aqueles que sabem realmente que não dá para resistir e o fazem por afeto, como a própria Alzirinha, filha do presidente, que está no ministério, ou o Tancredo Neves, então ministro da Justiça, ainda um jovem ministro. Os ministros militares não tinham a menor intenção de resistir. E ainda que o Zenóbio da Costa dissesse: "Vou botar as tropas nas ruas", ele não ia pôr as tropas nas ruas. Essa última reunião do ministério foi mesmo muito interessante.

Se formos levar em consideração todas as pessoas que dizem que assistiram a essa reunião ministerial, ou que tiveram algum amigo ou parente que a testemunhou, precisaríamos ter feito esse encontro no Estádio São Januário. É impressionante o que tem de gente que diz que assistiu. É a mesma história dos que entraram no quarto: quando menos, li uns trinta depoimentos de pessoas que foram as primeiras a entrar no quarto. Em determinado momento, os depoimentos ficam interessantes, justamente porque nos mostram o quanto a história oral pode figurar. É próprio do ser humano. Existem todos os tipos de teorias. Virgínia Lane, uma das namoradas de Getúlio, reivindica o papel de viúva-amante e defende a tese de que ele foi assassinado. Virgínia diz: "Eu estava no Palácio no dia 24. Todo mundo estava no Palácio, e só não fui assassinada porque Gregório Fortunato me jogou por uma janela e eu pude escapar". O que seria impressionante, porque Gregório estava preso no Galeão.

O que tem de jornalista que diz que foi o primeiro a chegar e o primeiro a entrar também é impressionante. Faz parte do mito, dessa vontade de estar perto, de ter participado, desse que é, certamente, o episódio mais fantástico da nossa história política. Nós não temos a tradição de acontecimentos tão fulgurantes. Então, o que vemos ao longo de tudo isso é que Getúlio, ao se suicidar, não se inventou como personagem, ele confirmou

toda uma trajetória, que já era grandiosa. Mas, evidentemente, deu um aspecto especial a isso. É claro que, hoje, olhando retrospectivamente, temos a impressão de que tudo aquilo era uma novela, escrita por um mau roteirista. A começar pelo atentado da Rua Toneleros, praticado de maneira tão desastrosa que não faríamos pior nem se tivéssemos que promover um atentado daqui a meia hora. O pistoleiro é muito meu amigo. Ligo para ele e falo assim: "Vou ligar para um pistoleiro de aluguel". E lá está aquele velhinho simpático, agradável e que se orgulha de ter entrado junto com Getúlio para a História. Foi a sua participação, ele vive disso. De vez em quando ele tenta vender a sua história. Normalmente, ele começa a querer vender por um preço de vinte mil reais. Como ninguém quer pagar vinte mil reais e ele também não quer perder a oportunidade de contar a história, porque é a história da vida dele, ele acaba deixando por alguma coisa como um cachorro-quente. A noção de valor dele é bastante elástica. É um sujeito extremamente interessante porque, como os personagens daquela época, é capaz de frases impressionantes. Em princípio, ele foi lá para matar o Lacerda, embora diga que não. Ele diz assim: "Pois é, acabou acontecendo tudo aquilo". E a gente pergunta para ele: "E o Lacerda? O que o senhor acha do Lacerda?". Ele responde: "Ah, o Lacerda foi o melhor governador que o Rio de Janeiro já teve". Então, é um sujeito com distanciamento. Há de se convir que ele não se deixa atralhar pelo fato de que foi lá para matar. Ele ficou 22 anos na cadeia, refez sua vida, e é um grande admirador de Getúlio Vargas, mas também de Lacerda.

Então, vejamos como essa história é entremeada. Hoje, quando olhamos para o passado, os estudantes mais jovens perguntam: "Então, a coisa era assim? De um lado Getúlio, o PTB, o PSB; de outro lado a UDN, completamente separados?" Aí olhamos para o ministério do Getúlio, alguns dos grandes amigos, como o próprio Oswaldo Aranha, eram da UDN. Então, é uma saborosa mistura, uma trágica mistura, uma grande confusão, coisas que não entendemos até hoje.

Ainda ontem comentei com alguns amigos na mesa do bar. No momento, todo mundo fala no Getúlio. Mas, em 1945, ele não se elegeu? Sim, se elegeu. Mas por quais Estados ele se elegeu? Ele se elegeu senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo ao mesmo tempo! No Rio Grande do Sul, pelo PRD e, em São Paulo, pelo PTB, e mais todos os Estados pelos quais se elegeu deputado. De uma tacada só. A legislação permitia. Mas isso não bastava. Precisava, realmente, ter muita farinha no saco para que isso acontecesse.

Era, ao mesmo tempo, um sujeito rodeado, amado, invejado. O próprio Góes Monteiro sempre foi amigo-inimigo. Foi chefe militar na revolução de 1930, foi ministro, foi tudo. Esteve ali sempre próximo. Getúlio dizia: "É um homem interessante, desde que o copo esteja suficientemente longe do alcance de sua mão". O Góes Monteiro era, de alguma maneira, um sujeito que sonhava superar Getúlio. No entanto, poucos meses antes do suicídio, Góes Monteiro estava numa clínica no Rio de Janeiro e Getúlio vai visitá-lo. É um momento curioso, porque os dois amigos fizeram a revolução, estiveram juntos e separados. É o mesmo Góes Monteiro que aparece como companheiro de chapa em 1950. Os dois quase no fim da vida. Eles fazem uma conversa memorável, em que recuperam quem eles foram, o que viveram, o que disseram. É algo sensacional, porque é a história de dois amigos, nem sempre tão amigos. Mas os amigos de verdade são assim. Tinham, como trajetória de vida, a proposta de mudar o Brasil. Por tudo isso, penso que, mesmo Getúlio sendo ditador, ele continua sendo o nosso personagem político mais exuberante. E aquele que, nas condições da sua época, mais mudou o Brasil.

Getúlio Vargas e o desenvolvimento da aviação brasileira

Claudia Musa Fay

Professora do Departamento de História da PUCRS

“O nosso pendor para a Aeronáutica, tão acentuado na atualidade, parece, realmente, uma predestinação histórica.”

Getúlio Vargas (8/11/1942)¹

Desde a década de 20, havia no Brasil uma preocupação em formular uma política para a aviação nacional. Essa política já pode ser percebida nos regulamentos criados em 1925, baseados na legislação francesa. Embora, nessa época, apenas a *Compagnie Générale d'Entreprises Aéronautiques* (C.G.E.A) realizasse vôos pelo litoral, foi criada uma legislação estabelecendo que os serviços domésticos deveriam ser operados por companhias sediadas no país.

No entanto, foi a partir do governo Vargas que houve interesse em estruturar o poder aéreo. Até então, cabia ao Ministério de Viação e Obras Públicas tratar das questões relacionadas com a aviação. Logo no início de seu governo, em 1931, foram criados o DAC² e o Correio Aéreo Militar; em 1934, o Correio Aéreo Naval e, em 1938, o Código Brasileiro do Ar.

O Ministério da Aeronáutica foi criado em 1941 e reuniu a Aviação Naval, oriunda da Marinha de Guerra, a Aviação Civil e a Aviação Militar, proveniente do Exército³. Para comandar o novo ministério, Vargas nomeou um civil, o político gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho⁴, bacharel em Direito, atuante na Revolução de 1930, ministro do Trabalho em 1932, ministro do Superior Tribunal Militar em 1938. Segundo Nelson Freire Lavenère-

¹ Apud SOUZA, J.Garcia. A verdade sobre a história da aeronáutica. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1944. p. 481.

² O Departamento de Aeronáutica Civil foi criado em 22/04/1931 pelo Decreto-lei 19.902, para resolver questões técnicas, administrativas e jurídicas; no início, esteve ligado ao Ministério de Viação e Obras Públicas, passando depois à esfera de influência do Ministério da Aeronáutica, criado em 20/01/1941.

³ O Ministério da Aeronáutica ficou responsável pelo Correio Aéreo Nacional (CAN) e pela da Força Aérea Brasileira (FAB). Ficou encarregado de proteger e desenvolver a aviação brasileira, bem como prestar um serviço de utilidade pública.

⁴ Salgado Filho deixou o Ministério em 29 de outubro de 1945, quando Vargas foi deposto. Foi eleito senador em 1947 pelo PTB e faleceu com 62 anos, em 30/07/1950, em um acidente aéreo em plena campanha eleitoral, quando ia a Itu encontrar-se com Vargas.

Wanderley, é possível compreender as razões que levaram Vargas a escolher um civil como primeiro ministro da Aeronáutica.

“Ao primeiro ministro caberia a espinhosa tarefa de fundir numa força única militares do Exército e da Marinha, evitando as ciuemeiras e as tentativas daquele ou deste grupo. Salgado Filho era o elemento eqüidistante das extintas Aviação Militar e Aviação Naval, resolvendo e conciliando os complexos da criação da nova Força Armada ⁵.”

O presente artigo relaciona o estudo da imagem de Vargas através das fotografias com a política de desenvolvimento da aviação nacional. Busca ressaltar como a aviação tornou-se um instrumento de defesa e integração nacional, bem como foi associada simbolicamente à modernidade e velocidade pelo novo governo, como se pode verificar em um de seus discursos:

“A Revolução de Outubro, que veio sacudir o Brasil do marasmo, não podia deixar à margem a Aeronáutica”. ⁶

Getúlio Vargas, um entusiasta da aviação, logo passou a desfrutar da utilidade do novo meio de transporte para diminuir as distâncias. Uma viagem entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre, por exemplo, que em 1929 levava quatro dias de navio, com o avião passou a ser feita em oito horas. Em 29/03/1929, Getúlio Vargas realizou seu primeiro vôo no primeiro avião a voar comercialmente no Brasil, o *Atlântico*, nesse momento pertencente ao Sindicato Condor. No final do mesmo ano, quando foi ao Rio de Janeiro para ler sua plataforma de candidato a presidente, também usou o avião como meio de transporte. Ao chegar ao Rio, no final da tarde, e sobrevoar o centro, o *Atlântico* provocou um tumulto na cidade: uma multidão deslumbrada correu para a Praça Mauá para assistir ao desembarque de Vargas.

Em vários discursos durante esse período, Vargas deixou clara a importância do transporte aéreo no Brasil:

⁵ LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. História da Força Aérea. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975. p. 217.

⁶ Discurso realizado no Jockey Clube no dia 8/11/1942. Apud SOUZA, J. Garcia, A verdade sobre a história da aeronáutica. Rio de Janeiro: Leuzinger, 194. p.80.

“Pela extensão de seu território, pela vastidão de seu litoral e pelas dificuldades das suas comunicações internas pela necessidade da difusão e da divulgação dos fatos, que interessam às suas populações disseminadas em regiões distantes e ignoradas, por todas estas razões, o Brasil precisava ser dotado de um aparelhamento aéreo perfeito e eficiente.” ⁷

A posição adotada em relação à aviação revelava-se pela sua freqüente presença em festas e eventos aeronáuticos, sempre bem documentados através de fotos, bem como pelas animadas conversas com os pilotos. Devemos ainda destacar o apoio do governo à indústria aeronáutica, a criação do Correio Aéreo Nacional (CAN), sua preocupação com a infra-estrutura e com o crescimento das empresas aéreas nacionais.

Segundo as palavras de Henrique Lage, industrial que investiu na construção de aviões no início da década de 20, e cujo esforço não fora compreendido pelos governos naquela época:

“Os propósitos do presidente Getúlio Vargas, de ajudar a quem trabalha, encorajam-me novamente e por isso vamos meter mãos à obra!” ⁸

A importância do apoio governamental verifica-se através da análise das fotografias, as imagens de Vargas, visitando as fábricas, assistindo testes e brevetando pilotos. A presença física do presidente pode ser compreendida como uma forma de atuação paternalista, como ressaltou Michelle Perrot:

“O patrão simboliza a autoridade de Pai e também é aquele que proporciona trabalho aos filhos, protege-os, associa-os à história de sua família.” ⁹

Segundo a autora, o paternalismo supõe a presença de três elementos: (1) a presença física do patrão nos locais de produção e mesmo na

⁷ Discurso pronunciado na inauguração do Aeroporto Santos Dumont. Apud SOUZA, J. Garcia, *A verdade sobre a história da aeronáutica*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1944 p.30.

⁸ SOUZA, J.Garcia, *A verdade sobre a história da aeronáutica*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1944. p.442.

⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.82.

moradia patronal; (2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários; (3) adesão de trabalhadores a esse modo de organização.

A política de desenvolvimento da aeronáutica no Brasil foi rica nas características apontadas. Vargas costumava ir todos os sábados verificar o andamento das obras do Aeroporto Santos Dumont até sua inauguração em 1936. Incentivou o envio de técnicos para fazer a formação fora do Brasil trazendo conhecimentos para a criação de nossa indústria. Voou no primeiro protótipo projetado pelo tenente Antonio Guedes Muniz no Brasil, o M-5, em 1931. Incentivado pelo avião de Muniz, Vargas apoiou o industrial Henrique Lage, que ampliou suas instalações existentes em 1933 na Ilha do Viana, a Fábrica Brasileira de Aviões e a Companhia Nacional de Navegação Aérea. Em 1940, convencido de que só teríamos uma aviação nacional se soubéssemos produzir motores, incentivou a criação da FNM (Fábrica Nacional de Motores). Esta fábrica, moderna para a época, contava com ar condicionado e moradias para os funcionários.

Como relatou Nero Moura, Vargas era entusiasmado pela aeronáutica e gostava de acompanhar o vôo da cabine de comando:

“... Comigo, a conversa era sempre a respeito de questões técnicas sobre o avião, a viagem, as condições, a vista aérea...”

Nessa época, foram estabelecidas rotas nas regiões Centro-Oeste e Norte, que não contavam com outros meios de transporte eficazes. Vargas foi o primeiro presidente a visitar a Amazônia e outras regiões de difícil acesso, como Acre, Mato Grosso, Maranhão, Ceará e Piauí. Essas rotas representaram a integração nacional. Ao atingir pioneiramente tais regiões, o presidente era recebido com grande simpatia por parte dos habitantes locais. Até mesmo os pilotos das empresas e do CAN eram acolhidos quase como deuses.

Como afirmou Lenharo¹⁰, o “Estado cria os próprios símbolos litúrgicos de seu caráter soberano e transcendente, assim como um culto especial passa a ser dirigido aos governantes”. Vargas, ao utilizar o avião, atingia regiões isoladas. Como já se disse, foi o primeiro presidente a visitar a Amazônia e o Acre. Em suas viagens era sempre fotografado, sorridente e

¹⁰ LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papirus 1986. p. 155.

demonstrando muita simpatia; chegou até mesmo a ser retratado visitando uma tribo indígena, numa demonstração da unidade brasileira.

No decorrer do seu governo e com a aproximação da II Guerra Mundial, a política aeronáutica implantada foi acentuando seus contornos nacionalistas. Teve seus pontos altos de pressão relacionados a alguns momentos críticos do cenário internacional: a entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, o rompimento brasileiro de relações com o Eixo (janeiro de 1942), a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália (agosto de 1942), a criação da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944) e a pressão para o fechamento de empresas aéreas ligadas ao Eixo.

Apesar das dificuldades, a política aeronáutica adotada apresentava os primeiros resultados satisfatórios. O Brasil, ao término do conflito, possuía empresas nacionais, equipamento próprio, um grande número de pilotos treinados e uma infra-estrutura aeroportuária significativa. Quando Getúlio Vargas iniciou seu governo em 1930, existiam apenas 31 campos de pouso no Brasil; dez anos depois, eram 452 campos de pouso nas diversas regiões do país e havia projetos para construção de 180¹¹.

As primeiras indústrias aeronáuticas no Brasil

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, o Brasil contava com indústrias nascentes em três estados: no Rio de Janeiro, a Companhia Nacional Navegação Aérea (CNNA), a Fábrica do Galeão e a Fábrica Nacional de Motores (FNM); em São Paulo, a Companhia Aeronáutica Paulista (CAP); e, em Minas Gerais, próximo a Belo Horizonte, a Fábrica de Lagoa Santa. Todas elas foram formadas em virtude do projeto e incentivo para a produção nacional feito durante o governo Getúlio Vargas. Em 1945, o país dispunha de instalações industriais, máquinas, técnicos e, até mesmo, materiais e instrumentos fabricados internamente. As fábricas de Lagoa Santa e Galeão produziam os aviões de instrução primária, os *Fairchild PT-19*, e trabalhavam com base nas encomendas governamentais, fabricando aviões militares, enquanto a CNNA e a CAP, do Grupo Pignatari, fabricavam aviões mais leves, o CAP-4, conhecido como *paulistinha*, para treinamento primário de pilotos civis. A maior parte dessas aeronaves foi comprada pelo governo ou em campanhas para distribuição em aeroclubes.

¹¹ SOUZA, J. Garcia. op.cit. p. 30, discurso na inauguração do Aeroporto Santos Dumont .

Os aeroclubes e o treinamento de pilotos

Outro fator de preocupação do governo foi com o treinamento de pilotos brasileiros. Em 1938,¹² a legislação recomendando que as aeronaves no Brasil fossem operadas por tripulantes brasileiros natos ou naturalizados já refletia a carência de pilotos. Durante a Segunda Guerra, houve a necessidade de formar pilotos, mas, como havia poucos recursos, o Ministério da Aeronáutica lançou uma campanha chamada "Dê Asas para o Brasil". A idéia era conseguir doações de aviões para treinamento aos aeroclubes de diversas regiões do Brasil, para facilitar o treinamento dos jovens pilotos.

Assis Chateaubriand encampou essa campanha, utilizando seus jornais para pedir doações e, também, para divulgar os aeroclubes que as haviam recebido. Aplicava o seguinte método: doações seguidas de "batismos" e inaugurações. Primeiro, angariava fundos, depois comprava o avião e batizava-o com o nome do padrinho ou de uma personalidade que desejava destacar. Quase todos os dias saíam notas nos jornais sobre a campanha.

Vargas e sua família participaram da campanha. Em seu diário, o presidente registrou o comparecimento a uma dessas cerimônias, em 23 de agosto de 1941, para assistir ao batismo de "Getúlio Vargas"¹³, o centésimo avião doado pela campanha. As fotos registram o momento da cerimônia do batismo, com Vargas despejando óleo nas hélices de um avião para treinamento de pilotos.

Segundo dados divulgados em julho de 1946, pelo Ministério de Aeronáutica, a campanha "Dê Asas ao Brasil" obteve grande sucesso. Quando ela foi lançada, em 1940, o Brasil tinha 160 aviões e menos de 500 pilotos. Em apenas cinco anos, a frota brasileira tinha chegado a 963 aparelhos de recreio ou treinamento. O número de pilotos também teve aumento considerável. De 318 pilotos civis e 147 pilotos das chamadas "aeronaves mercantes", ou comerciais, passou para 5.753 pilotos. A maioria tinha aprendido a pilotar em aviões doados na campanha.

Para se ter idéia do quanto representava esse número de aviões, na mesma época a Inglaterra dispunha apenas de 500 aviões para treinamento

¹² Anteriormente, em 21 de outubro de 1931, o dr. César Grillo, diretor do DAC, através de uma portaria, fixara em dois anos o prazo para a nacionalização das tripulações. Em 1936, através da portaria n° 828, de 8/12/1936, e a de n° 520, de 29/10/1938, recomendava que 100% da tripulação fosse brasileira.

¹³ VARGAS, Getúlio. Diário. Rio de Janeiro: FGV, 1995. p. 417.

de pilotos civis. O custo médio desses aviões era de 7,5 mil dólares¹⁴. Chateaubriand estava sob suspeita, mas ninguém o acusava diretamente, de ter embolsado entre 450 mil e 900 mil dólares. A campanha terminou em 1949. Durante esse período, foram criados no Brasil mais de 300 aeroclubes, 570 aparelhos foram doados, além de terem sido distribuídas bolsas de estudo para alunos-pilotos e mecânicos de vôo.

O treinamento de pilotos conseguido durante a guerra, somado ao equipamento norte-americano e à melhora na infra-estrutura, tornou o período compreendido entre 1945 e 1950 fértil no aparecimento de empresas de transporte aéreo. Com o aumento do número de empresas, foram criadas novas rotas aéreas e aumentaram as frequências das linhas já estabelecidas. O resultado foi o crescimento da competição, que promoveu a ruína financeira de várias empresas do setor.

Aviação brasileira durante o segundo Governo Vargas (1951-1954)

O período pós-guerra modificou o quadro do transporte aéreo mundial. Os primeiros anos foram marcados por uma grande quantidade de aparelhos de sobra de guerra que estavam acumulados em diversas regiões do mundo. Muitos desses modelos deixaram de ser fabricados ou, pelo fato de estarem danificados, eram vendidos a preço baixo.

O número de empresas de transporte aéreo no Brasil no pós-guerra chegou a 40, contra as oito existentes dois anos antes; contudo, em 1951, só operavam 23, várias das quais, ainda nos primeiros anos da década, passaram por uma reorganização. Devido à grande competição, muitas empresas fecharam; houve também fusões sob forma de consórcios técnicos e financeiros, com vistas a baixar o custo de operação e a melhorar o rendimento técnico do equipamento. Até 1950, organizaram-se cinco consórcios, mas muitas empresas faliram ou nem chegaram a operar.

No ano de 1950, a eleição para a Presidência da República foi disputada entre o brigadeiro Eduardo Gomes e Getúlio Vargas. Getúlio foi eleito e retornou ao Catete. Logo que assumiu, encontrou o setor do transporte aéreo em crise: as fábricas de aviões haviam fechado, muitas companhias haviam

¹⁴ Segundo BARROS, Felipe. Bons tempos, p.1 (mimeo). Em cada batismo de aviões, pedia-se a um milionário ou grupo deles que doasse um avião de treinamento. O maior império jornalístico da época se encarregava de cobrir o doador de elogios, reportagens e fotos. Cada batismo merecia uma festa-cerimônia, e o rico que se recusasse a contribuir entrava para a lista negra de Chateaubriand.

falido e outras haviam feito fusões. As empresas aéreas passavam por muitas dificuldades e manifestavam descontentamento através da imprensa. Faziam uma ampla campanha reivindicando a troca do equipamento e maiores subsídios, além do aumento da tarifa. A intensa concorrência durante o governo Dutra levava muitas empresas à falência, enquanto outras foram absorvidas, levando o setor à crise.

A resposta ao setor foi feita logo a seguir. Em 9 de fevereiro de 1951, o presidente da República sancionou a Lei nº 1.344, que concedia isenção de direitos para a importação de aeronaves e materiais para aviação às empresas de navegação aérea. Com a lei, as empresas ficavam liberadas para consumo de aeronaves, motores, peças, gasolina, óleos, pneumáticos, aparelhos radiotelegráficos, instrumentos de navegação, ferramentas e demais apetrechos. Em troca, as empresas deveriam conceder 50% de desconto nas passagens de funcionários públicos em serviço e 20% nos fretes para material destinado ao serviço público civil e militar. O interessante nessa questão foi que, ao lado do equipamento novo, as empresas conservaram o antigo, algumas até a década de 1970, levando a uma grande quantidade de aviões e disponibilidade de assentos.

A política de subvenções para linhas de penetração continuou e, em 1954, o Ministério da Aeronáutica subvencionava as linhas internas pioneiras e as linhas internacionais, mantidas por empresas brasileiras. Os montantes eram de 31,2 e 68,2 milhões de cruzeiros. Havia também um auxílio para os aeroclubes, de 23,2 milhões, além de recursos para a ampliação e melhoramentos de infra-estrutura. Em 1954, as dotações federais foram de 463,7 milhões de cruzeiros, dos quais 36,6 milhões para atender a valorização econômica da Amazônia.

No campo das tarifas, as companhias foram atendidas: em 1953, houve reajuste sensível, a fim de permitir que os novos salários do pessoal, bem como os problemas decorrentes da modificação de fontes da receita das empresas, fossem atendidos. Houve, assim, para as linhas domésticas, um reajuste provisório de 15% sobre as tarifas aprovadas dois anos antes, em novembro de 1951.

No tráfego internacional, as dificuldades enfrentadas pelas empresas nacionais eram enormes. Nesse caso, havia concorrência com organizações fortemente subsidiadas pelos governos de seus países. Algumas delas, em particular as européias, recebiam auxílios diretos, ou em malas postais, ou ainda facilidade no financiamento de equipamento aeronáutico. Como o

governo brasileiro tinha interesse na manutenção das linhas aéreas para o exterior e não possuía uma empresa “de bandeira”, necessitava apoiar as particulares para o desenvolvimento econômico. A crise e as intensas reclamações das companhias, ao lado de fortes pressões, já haviam determinado a decisão governamental de subvencioná-las com CR\$10,00 por km voado no exterior (Lei 1.181, de agosto de 1950), pelo prazo de cinco anos. Seu pagamento, no segundo semestre, correu por conta de um crédito especial de 35 milhões de cruzeiros¹⁵.

Tal dotação foi distribuída segundo uma previsão das linhas em operação: 34,2 milhões para as ligações com a Europa, 10,1 milhões no trecho Brasil com países do Prata e 9,4 milhões nas rotas para os Estados Unidos.

No entanto, durante o segundo governo Vargas, a solução encontrada no governo anterior de subvencionar companhias de capital privado foi muito discutida. Parecia não ser a melhor forma, pois a maior dificuldade para a expansão do setor era o fato de o Brasil não possuir indústria aeronáutica. Os grandes transportadores norte-americanos e ingleses possuíam indústria aeronáutica própria, dificultando a concorrência. Muitos defendiam que o governo deveria financiar a indústria em vez da aquisição de material, ou realizar um plano de melhoria de aeroportos nacionais e de ampliação dos serviços de proteção ao voo, políticas que atenderiam, de modo mais direto, as necessidades das empresas de aviação e dariam mais segurança ao passageiro do que a cobertura de déficit das linhas aéreas.

Simultaneamente, havia a disputa internacional pelo fornecimento de material aeronáutico. Nessa ocasião, foram adquiridos os primeiros aviões a jato para a Força Aérea Brasileira, com a compra de 70 aviões de caça *Gloster Meteor*, de fabricação inglesa. As aeronaves compradas em 1952, chegaram ao Brasil em 1953, tendo sido utilizadas durante 20 anos pelos esquadrões de caça da Força Aérea Brasileira¹⁶.

O segundo governo Vargas foi marcado por forte nacionalismo. Na aviação, essa questão pode ser observada pela necessidade das empresas aéreas associarem seu nome ao Brasil. Numa época em que a disputa entre “nacionalistas” versus “entreguistas” dominava a cena, era importante res-

¹⁵ Conjuntura Econômica, fev. 1951, p.16.

¹⁶ LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. História da Força Aérea. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975. p. 333.

saltar os laços com o país, principalmente entre as empresas aéreas que até pouco tempo possuíam fortes ligações externas e continuavam a depender de material aeronáutico importado.

Em julho de 1953, Vargas aprovou o contrato do governo brasileiro e da Companhia Fokker Indústria Aeronáutica S. A. visando à construção de aviões Fokker no Brasil. De acordo com o contrato, foram cedidas à fábrica Fokker, que era holandesa, as instalações que o Ministério da Aeronáutica possuía na Base Aérea do Galeão¹⁷.

Na aviação civil, a companhia aérea Panair do Brasil, vista ainda por muitos como empresa americana, entra na fase nacionalista¹⁸ batizando seus aviões com nomes de bandeirantes, tentando associar seu nome ao dos pioneiros desbravadores do sertão, como Bartolomeu Dias e Raposo Tavares¹⁹. Note-se que, segundo a legislação vigente, somente empresas nacionais poderiam receber subvenção nas rotas de penetração.

Samuel Wainer conta em seu livro de memórias²⁰ um episódio interessante que ilustra a situação durante o governo Vargas.

[...]se duas empresas envolviam-se em determinada disputa, eu escolhia a que fosse brasileira, ou a que melhor atendesse aos interesses de Getúlio, e passava a defendê-la. Em seguida, reivindicava dessa empresa que ajudasse o jornal em forma de anúncios. Tal postura não me parecia antiética. Um caso típico foi a guerra entre a Varig e a Panair pela compra dos primeiros aviões Caravelle²¹. Como a Panair era subsidiária da Pan am, uma empresa norte-americana, minhas simpatias apontavam natural-

¹⁷ Segundo Nelson Freire Lavenère-Wanderley, nesta base haviam sido construídos os Focke-Wulf de instrução antes da II Guerra Mundial. (op.cit., p.229).

¹⁸ A Real também adotou uma postura nacionalista: por ocasião do centenário de Santos Dumont, realizou um concurso para a construção de aeromodelo do 14-BIS, tratando-o como o primeiro mais pesado que o ar e, com isso, contrariando a versão americana, que ressaltava o feito dos irmãos Wright.

¹⁹ Os nomes eram pintados na fuselagem do avião.

²⁰ WAINER, Samuel. Minha razão de viver. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 155.

²¹ A disputa entre as empresas de fato ocorreu durante o período do segundo governo Vargas (1951-1954) entre a Varig e a Panair; entretanto, a disputa entre as duas não pode ter sido pelo avião Caravelle, pois a Varig só encomendou estes aviões em outubro de 1957. Provavelmente, o autor quis se referir aos Constellations, que foram adquiridos em 1954. O contrato de compra de três Lockheed L.1049G Super Constellation foi assinado em 1954, representando uma nova era na Varig. O Super Constellation era um quadrimotor capaz de desenvolver velocidade de cruzeiro de 480 km/h e levar inicialmente 66 passageiros com inigualável conforto. Só começaram a voar em 1955, na rota Rio-Nova Iorque. A Panair já possuía estes aviões operando na rota para a Europa e na rota doméstica, inclusive para Porto Alegre.

mente na direção da Varig, uma companhia brasileira. O criador da Varig²², Ruben Berta, procurou-me para pedir que eu o auxiliasse com o jornal. Concordei, mas em troca lhe pedi contratos de publicidade. Esse acerto seria inviável se quem me procurasse fosse alguém da Pan Am: eu não aceitaria. Meu jornal precisava de publicidade, e era natural que eu cobrasse do meu cliente nacionalista meios de assegurar a sobrevivência da Última Hora.

Nesse momento, a concorrência era intensa; a guerra era travada também através da publicidade, com as campanhas ressaltando a empresa mais antiga, já que experiência significava qualidade. Para atrair o passageiro, a propaganda em revistas e jornais era uma arma. Surgiu então uma disputa entre a Cruzeiro do Sul e a Varig para que fosse definido quem poderia usar o nome de "a pioneira". Ambas as empresas haviam sido fundadas com o auxílio do Sindicato Condor Alemão, em 1927. A Varig terminou conquistando esse direito, pois fora fundada em maio, enquanto a Cruzeiro do Sul (Condor) o fora em dezembro.

Outra disputa dizia respeito às rotas internacionais. No começo da década de 50, a Varig se estabelecera com sucesso nas linhas do interior dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além das rotas litorâneas entre Montevideu e Porto Alegre. Segundo o relato do comandante Bordini, no início dos anos 50 a fonte de suprimento das bases do Nordeste havia secado. Uma pesquisa na área de suprimento aeronáutico ligada ao comércio de material americano mostrou que, na região do Norte da África, em pleno Saara, onde os americanos haviam instalado grandes depósitos de material militar, que não oxidava devido ao deserto, encontravam-se vários C-46 a preço razoável.

A Varig utilizava o C-46 em suas rotas, pois esse avião adaptado podia levar carga e passageiros. Assim, ela também possuía o menor preço de carga, concorrendo com a Panair e com a Cruzeiro do Sul, que possuíam equipamento mais moderno.

A Varig crescia, e seu presidente, Ruben Berta, ambicionava uma rota para o exterior. Este episódio mostra a forte ligação existente entre o presidente Vargas e a Varig. A empresa vinha sendo útil desde a Revolução de 30,

²² Nesse ponto há um engano de Samuel Weiner: o criador da Varig foi Otto Meyer, e não Ruben Berta, que foi o segundo presidente da empresa.

porém, com o recolhimento de Vargas à fazenda em São Borja e a campanha presidencial, foram feitos inúmeros vôos levando políticos e parentes ligados ao presidente. Ele mesmo era servido quando vinha a Porto Alegre²³.

Conforme depoimento do comandante Bordini, Ruben Berta achava um absurdo que o Brasil tivesse somente uma empresa aérea voando para os Estados Unidos, com uma frequência semanal e com aviões DC-3, enquanto os norte-americanos vinham para cá com duas empresas, a Pan American e a Braniff. A Panair do Brasil, na época, tinha o melhor equipamento, mas voava somente para a Europa. Nunca pleiteou rotas para os Estados Unidos, para não concorrer com a Pan Am, da qual era subsidiária.

Ruben Berta, segundo o comandante Bordini, tinha contato com o pessoal da Cernai (Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional) e soube, através do presidente da comissão, que o Brasil tinha interesse em estabelecer uma empresa brasileira na linha Rio-Nova Iorque.

A maior concorrente, a Pan Am, fazia a rota com o DC-6; a Varig necessitava de aviões melhores para superar a concorrente e no momento só existiam dois: o Lockheed Super-Constellation e o Douglas DC-7. Esses aviões custavam dois milhões e quinhentos mil dólares, e a empresa precisava comprar no mínimo dois. Berta resolveu ir até o Rio de Janeiro tratar de um possível aval do Banco do Brasil e de um financiamento norte-americano junto ao Export e Import Bank, ou Eximbank, que costumava financiar aviões porém exigia o aval bancário, e conseguir uma companhia americana que fizesse o seguro dos aviões. Enquanto isso, em Porto Alegre, uma equipe resolvia, em uma reunião, que o avião deveria voar uma média de 7 a 8 horas por dia e ter uma ocupação mínima de 60% a 70% dos assentos, e isso não era fácil. Alguns dias mais tarde, Berta telegrafou a empresas dizendo ter obtido do governo a licença para operar a rota; também havia conseguido o aval para o financiamento dos aviões²⁴.

Esse depoimento pode ser comprovado pelo de Nero Moura, ministro da Aeronáutica na época:

Em um dos primeiros despachos que tive com Getúlio, o presidente disse: "O Berta ajudou muito na campanha, e eu gostaria que você olhasse com simpatia as pretensões da Varig atendendo-o de boa vontade". No dia seguinte, o

²³ BORDINI conta em *Céus Desconhecidos* (p.180) as viagens feitas até a Estância de Santos Reis, onde o movimento de visitantes a Getúlio Vargas era constante.

²⁴ BORDINI, Rubens. op .cit., p.221.

Berta apareceu no gabinete, perguntei a ele qual era a pretensão, ele respondeu: "Queremos uma rota internacional para os Estados Unidos." Concordei, mas acabei de tomar posse; pelo que sei, as rotas estão todas concedidas a companhias nacionais. Na ocasião, Berta, no entanto, teria argumentado que a Cruzeiro do Sul só se dispunha a operar a rota se lhe fosse concedida subvenção e que ele, Berta, assumiria a rota sem subvenção²⁵.

O engenheiro Amorim²⁶, funcionário da Cruzeiro do Sul na época, tem outra versão para o fato:

A Cruzeiro pleiteou, e o governo brasileiro concordou em que a linha para Washington e Nova Iorque fosse operada pela empresa. Com essa finalidade, a Cruzeiro adquiriu três aviões Douglas DC-4²⁷, contratou instrutores norte-americanos para operar na linha. Chegou a realizar 30 vôos experimentais e, quando estava com tudo pronto para começar a operar, foi até ao DAC para acertar a data da inauguração. Nesta ocasião, o Dr. Bento foi informado pelo Diretor Jurídico, Dr. Trajano Furtado Reis, que a Cruzeiro não deveria contar com o subsídio. Surpreso e revoltado com a exceção criada, declarou que sem a subvenção não poderia operar. Depois de um tempo de negociação improdutiva, o próprio Dr. Trajano pediu a confirmação por escrito de que a Cruzeiro não executaria a rota sem subvenção, o que aconteceu de pronto. Poucas semanas depois, o governo brasileiro substituiu a indicação da Cruzeiro pela da Varig que, diziam, faria a linha sem subvenção. Alguns meses depois, o governo decidiu lhe pagar subvenção. O que aliás era normal e usual²⁸.

²⁵ MOURA, Nero. Um vôo na História. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 255.

²⁶ Leopoldino Amorim Filho, diretor da Cruzeiro do Sul na época e presidente da empresa de 1969 a 1975.

²⁷ AMORIM, Leopoldino: "Pouco tempo depois, como o governo brasileiro lhe negara, vendera os aviões a 600 mil dólares cada um e o dinheiro arrecadado foi utilizado para comprar os quatro bimotores Convair CV-340."

²⁸ Leopoldino Amorim, em correspondência enviada ao comandante Aldo Pereira em 21/03/1997.

Amorim reafirma que a rota foi retirada da Cruzeiro do Sul sem uma justificativa razoável e, segundo o depoimento de Nero Moura, tudo foi feito para encontrar uma fórmula jurídica para “amanhã não o acusarem de termos feito marmelada. Podemos dar a rota para o Berta com todo o direito, tudo certinho, para não sermos alvo de crítica”²⁹.

Resumindo, em 2 de outubro de 1947, a Cruzeiro do Sul foi indicada pelo governo brasileiro para iniciar as rotas para os Estados Unidos. Durante os anos de 1948 e 1949, a Cruzeiro realizou várias viagens para os Estados Unidos, mas recusava-se a operar sem subsídios. Em maio de 1952, o Ministério da Aeronáutica cancelou a autorização concedida à Cruzeiro e a concedeu à Varig, que se propôs operar a rota independentemente de subvenção. A Varig só começou a operar em agosto de 1955; no final do ano, passou a receber os subsídios. A Cruzeiro, desesperançada de realizar vôos para o exterior, resolveu modernizar seus serviços domésticos para enfrentar as concorrentes nacionais.

Pode-se perceber que durante os governos de Vargas houve a implementação de uma política de desenvolvimento da aviação no Brasil. Percebe-se essa política em diversos setores: tanto na aviação militar como na civil. Houve por parte do Estado o incentivo para a criação da indústria nacional de aviação e também o apoio às empresas aéreas, aos aeroclubes e à formação de técnicos e pilotos. Durante seus dois governos, Vargas apoiou o desenvolvimento da aviação brasileira por considerá-la uma questão estratégica para a segurança, a integração e o desenvolvimento nacional. Enquanto sonhava unir o Brasil através de ferrovias e rodovias, realizava e planejava a integração através da aviação.

²⁹ MOURA, Nero. *op.cit.*, p. 257.

Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo?

René E. Gertz

Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS

Muito se tem discutido sobre a qualificação a ser dada ao regime instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 – o Estado Novo – e, formalmente, terminado em 29 de outubro de 1945, com sua deposição. Essa discussão está balizada, por um lado, pela existência das tradicionais ditaduras latino-americanas – muito freqüentemente militares – ao longo da história, e, por outro lado, pela coexistência do Estado Novo com os regimes fascistas na Itália e na Alemanha, e ainda pela presença do stalinismo na União Soviética.¹

Mesmo que, evidentemente, ninguém queira qualificar de stalinista o regime brasileiro dessa época, restam as demais possibilidades – e outras, aqui não arroladas. Mas o Estado Novo também não pode ser classificado, sem mais nem menos, como uma ditadura tradicional. Mesmo contando com o apoio e o aval dos militares, não foi uma ditadura militar propriamente dita nem uma ditadura exclusivamente pessoal de um oligarca civil, apesar do eventual culto à personalidade.

Desde os instrumentos relativamente modernos de propaganda e de controle até a existência, mais ou menos clara, de um projeto de construção do estado nacional e de um projeto sócio-econômico com, no mínimo, alguns traços modernizantes, todos apontam para uma ditadura de alguma forma mais “moderna” do que as tradicionais ditaduras latino-americanas. Isso significa que o Estado Novo não se enquadra, de forma inequívoca, na tradição ditatorial latino-americana nem brasileira – como talvez fosse a de Floriano Peixoto, no início da República, por exemplo. Para certos autores, aproxima-se antes da tradição específica do projeto antiliberal defendido por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul a partir de 1889².

No que tange aos qualificativos “autoritário” ou “totalitário”, o próprio regime recorria ao primeiro desses adjetivos para sua autoqualificação. As-

¹ Trindade, Hégio. O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

² Ver, nesse sentido, Hentschke, Jens R. Estado Novo: Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1996.

sim, um dos mais importantes ideólogos do regime, Azevedo Amaral, publicou, em 1938, um livro intitulado *O estado autoritário e a realidade nacional*, no qual assumiu o caráter autoritário do regime, mas fez questão de distingui-lo dos regimes *fascistas* ou totalitários³ vigentes na Alemanha e na Itália⁴.

Uma parte muito significativa dos historiadores brasileiros, até hoje, viu-se compelida a seguir o regime nessa sua autodefinição, classificando-o como "autoritário", mas não "totalitário"⁵. Essa tendência, porém, foi e continua sendo criticada por outros historiadores, que acusaram os que enveredaram por esse caminho como incursos no erro da falta de crítica em relação aos detentores do poder, justamente porque aceitariam como fato dado uma versão criada pelos poderosos para justificar sua dominação⁶.

Os historiadores que criticam o conceito, mais ameno, de "autoritarismo" quando aplicado ao Estado Novo, costumam defender a utilização do conceito de "totalitarismo", sob o argumento de que por essa época estariam em desdobramento na sociedade brasileira forças sociais e políticas com origem nos estratos inferiores da sociedade, com perspectiva e com capacidade efetiva de iniciar uma transformação mais profunda da situação vigente. Em virtude disso, as forças conservadoras dominantes teriam identificado essas forças alternativas como o temido "comunismo" e iniciado uma cruzada "totalitária", isto é, radical, atingindo todas as esferas de vida, a fim de extirpar, de vez e sem deixar resíduos, esse mal.

A partir desses pressupostos, os defensores do conceito de "totalitarismo" lançaram mão do argumento de que não se deve encarar o regime de 1937 a 1945 como um recorte histórico específico, mas muito mais ver, no mínimo, todo o assim chamado "primeiro governo Vargas" (1930-1945) em conjunto, sem grandes variações ou rupturas no decorrer do tempo, aparecendo o próprio episódio de 1930 mais como uma ruptura *alegada e construída* pelos vencedores do que real. A data de 10 de novembro de 1937

³ Para um primeiro contato com o conceito de "totalitarismo", pode-se recorrer ao respectivo verbete em Bobbio, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 1247 e segs.

⁴ Amaral, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

⁵ Ver, a respeito, Gertz, René E. "Estado Novo: um inventário historiográfico". In: Silva, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 111-131. E mais recentemente, Capelato, Maria Helena Rolim. "Estado Novo: novas histórias". In: Freitas Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213. Num livro mais recente, que se propõe a repensar o Estado Novo, essa temática sequer é referida (Pandolfi, Dulce [org.]. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999).

⁶ Uma crítica desse tipo pode ser vista em Lenharo, Alcir. "Estado Novo, Estado Velho: novas direções historiográficas". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo/USP, tomo XXXV, 1986/87, p. 7-13.

e o sistema que se seguiu não conteriam nenhuma essência muito diferente da do período todo. A versão da ruptura – ou da retomada dos ideais de 1930 – constituiria uma invenção dos vencedores para justificar e, naturalmente, acobertar seu objetivo verdadeiro, que seria o de evitar a ascensão das forças alternativas⁷.

Um corolário desses pressupostos é o de que não é, necessariamente, o período formalmente delimitado pelo auto-intitulado Estado Novo o mais caracteristicamente ou o mais incisivamente “totalitário”. Isso significa que, sob alguns aspectos, o período anterior ao 10 de novembro de 1937 pode ter sido tão ou até mais “totalitário”, e, portanto, violento, que o período posterior a essa data.

Finalmente, outra característica da visão daqueles que defendem o conceito de “totalitarismo” é a de que não se deve privilegiar exclusivamente o estado e o poder político formal, com suas instituições estatais, como único irradiador ou locus do “totalitarismo”, pois as fontes do “totalitarismo” também podem localizar-se na sociedade, em pessoas e em instituições da sociedade civil. Dito de outra forma: haveria uma convergência de agentes totalitários, cuja origem pode ser tanto estatal quanto social, perpassando todas as esferas de vida, chegando a afetar, inclusive, setores de esquerda da época⁸. Isso explica a crítica à utilização dos episódios políticos (1930 e 1937) como divisores de água.

Mas, quem acredita que as realidades sociais e políticas variam de uma situação para outra no tempo e no espaço, quem crê na importância das comparações para entender essas realidades, esse tenderá a dizer é um exagero aplicar ao regime de Vargas entre 1930 e 1945 (ou de 1937 a 1945) o conceito de “totalitarismo” que é aplicado ao nazismo alemão, com o holocausto, com milhões de vítimas, com brutal interferência em absolutamente todas as instâncias de vida dos cidadãos.

No entanto, para quem enxergar na citada prática um exagero, não restarão muitas outras alternativas além de aderir ao conceito de “autoritarismo” ou a alguma de suas variantes, como “bonapartismo”, “modernização conserva-

⁷ Exemplo típico dessa perspectiva pode ser visto em Vesentini, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁸ Um livro clássico sobre essa visão é o de Lenharo, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Papirus/Editora da Unicamp, 1986. Uma obra, na mesma linha, em que a própria esquerda brasileira do período se vê colocada sob suspeição de totalitarismo nacionalista é Dutra, Eliana. O ardl totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora da UFRJ/Editora da UFMG, 1997.

dora" e outras. Essa solução pode ser até incômoda para o próprio historiador e, por isso, aventei, alguns anos atrás, a possibilidade de que essa situação tenha sido responsável por um certo atraso e uma certa escassez de estudos sobre o período 1937-1945, ao menos até a década de 1980⁹.

Pensar dessa forma não exclui a possibilidade de reconhecer contribuição analítica aos autores que recorrem ao conceito de "totalitarismo". Diria que a perspectiva que trabalha com o conceito de "totalitarismo" ajuda sob, no mínimo, dois aspectos: veremos que há dados empíricos que apontam para a possibilidade de que, em certo sentido, no período *anterior* a 10 de novembro de 1937, o estado pode ter exercido uma ação até mais brutal sobre certos segmentos da sociedade do que *durante* o Estado Novo propriamente dito; e que é possível encontrar na sociedade civil setores e instituições que imaginam diferentes formas e diferentes intensidades para interferir na vida da população e tentar reprimir manifestações de pessoas e de grupos, inclusive de forma independente em relação ao estado.

Não há como negar que a visão de que havia forças no estado e na sociedade brasileiros que defendiam posições, no mínimo, mais incisivas do que aquelas postas em prática pelo próprio regime estado-novista se aproxima muito daquela apresentada pelo próprio Getúlio Vargas, logo após sua deposição, em 1945. Um episódio pode ilustrar essa afirmação. Décio Freitas relatou que, logo depois do 29 de outubro de 1945, foi a São Borja, na qualidade de repórter do *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, para entrevistar o ex-presidente. Inquirido sobre as perseguições havidas durante os anos anteriores, Vargas teria afirmado: "O senhor fala em perseguições. Ora, saiba que o Estado Novo viria de qualquer maneira, comigo ou sem mim. Pode estar certo de que se eu não aceitasse o movimento de 10 de novembro, deixaria o governo e as coisas seriam muito piores. O senhor não pode nem imaginar o que teria acontecido. Na medida das minhas forças, moderei as perseguições"¹⁰.

Não está expressamente dito na citação, mas provavelmente Vargas estivesse pensando no que teria acontecido se Plínio Salgado, o chefe do

⁹ Gertz, loc. cit., p. 113. Outro argumento apresentado no mesmo local para explicar essa situação é o da ambivalência em que se vêem obrigados a incorrer muitos autores: por um lado, destacam os aspectos ditatoriais ou autoritários do regime, mas, por outro, louvam suas iniciativas inovadoras ou progressistas no campo econômico, no campo da legislação trabalhista e no campo da construção do Estado nacional.

¹⁰ Freitas, Décio. "Getúlio Vargas e o conde de Saint-Simon". In: Silva, José Luiz Werneck da (org.). O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 102.

movimento integralista, tivesse chegado ao poder – ou mesmo algum dos homens que dividiram o poder com ele. Temos aqui uma justificativa do “autoritarismo” como forma de evitar a possibilidade de algo bem pior, o “totalitarismo”. Possivelmente Vargas nunca leu Max Weber e, só por isso, não recorreu ao conceito de “ética da responsabilidade” para justificar o regime. Mas a manifestação de Vargas sugere que ele também imaginava a realidade política e social na forma de um *continuum* heterogêneo, dentro do qual aquilo que efetivamente aconteceu durante o Estado Novo constituiu um mal menor do que aquilo que poderia ter acontecido, se outros tivessem dado o golpe.

Referidos – mesmo que de forma extremamente elementar – os dilemas teóricos, pretendo remeter essa discussão para um nível mais empírico, colocando em cena alguns fatos e episódios relativos ao Estado Novo no Rio Grande do Sul. Nessa empreitada não há dúvida de que se encontrarão elementos que beiram o “totalitarismo” ou até são claramente “totalitários”, mas também elementos que apontam muito mais para o caráter “autoritário” do regime nesta região do Brasil.

Antes de iniciar, é necessário tecer algumas considerações preliminares sobre uma área específica. Não há dúvida de que há um campo importante para a “mensuração” dos elementos que podem ajudar na qualificação do regime – é o campo da repressão policial. Os estudos de Elisabeth Cancelli são clássicos no que tange à atividade policial desse período, e ela é uma autora que recorre ao conceito de “totalitarismo”¹¹. Outro autor que dedicou um livro a esse aspecto do período é o brasileiro R. S. Rose, que não se preocupa em conceitualizar essa realidade, mas traz abundante material, em parte buscado em fontes inéditas. E, através da descrição da brutalidade praticada, certamente se aproxima daqueles que utilizam o conceito de “totalitarismo”, inclusive no aspecto de não ver o 10 de novembro como um claro divisor de águas, dando quase a impressão de que nos dois anos anteriores ao 10 de novembro a violência policial foi bem maior que após essa data.¹²

Infelizmente, o estudo da história rio-grandense sob essa perspectiva da violência policial está prejudicado e talvez nunca se venha a conseguir escrever a história real do período. Depois da Segunda Guerra Mundial,

¹¹ Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: EdUnB, 1993.

¹² Rose, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Essa observação não representa nenhuma avaliação sobre as obras dos dois autores.

ocorreu uma série de incêndios em prédios nos quais estavam armazenados documentos de origem policial dos anos precedentes. Discute-se até hoje quem teria sido o responsável por esses incêndios, se policiais para fazer desaparecer provas que poderiam incriminá-los por violências e por apropriação de objetos confiscados durante a guerra, ou se pessoas de destaque da sociedade, cujas atividades subversivas (nazismo, integralismo, comunismo, “florismo”) estavam, eventualmente, registradas na documentação¹³.

Abstraindo dessa ressalva – de fato uma lacuna importante –, há, porém, muitas outras fontes e indícios que possibilitam ao menos tentar uma avaliação daquilo que aconteceu no Rio Grande do Sul no que tange ao caráter ou à qualificação do período, especificamente no pós-1937. Uma primeira constatação é a de que há uma gama variada de grupos com diversas formas de encarar e de se inserir no contexto do regime varguista. Encontram-se, na documentação, várias referências a uma suposta oposição permanente de integrantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim, encontra-se no arquivo de Getúlio Vargas uma carta de autor não identificado – porque a assinatura é ilegível, mas, com certeza, escrita pelo secretário de educação do Estado, J. P. Coelho de Souza –, dirigida a Protásio Vargas, com data de 26 de dezembro de 1940, em que são identificadas duas elites gaúchas que estariam se opondo de forma sistemática ao Estado Novo: os liberais ligados aos partidos políticos extintos; e professores e alunos da Faculdade de Direito¹⁴.

Quanto a estes últimos, nas cerimônias de colação de grau de 1938 e 1939, a oposição ao regime teria sido claramente manifestada, e quando, em setembro de 1940, a Universidade de Porto Alegre teria sido incluída no desfile festivo da Semana da Pátria, 70 dos 100 professores da instituição teriam comparecido ao desfile, mas da Faculdade de Direito só teriam comparecido três¹⁵ (José Luiz de Almeida Martins Costa, Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas e Dario de Bittencourt¹⁶). Depois, na formatura de dezembro desse ano, teria ocorrido nova manifestação antigovernista, quando o orador

¹³ Fachel, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2002, p. 239.

¹⁴ Sobre a oposição ao Estado Novo na Faculdade de Direito de São Paulo, cf. Dulles, John F. A. *Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1984.

¹⁵ Da Faculdade de Medicina, participaram, no mínimo, 10 professores, além de estudantes (C. A. M. – Órgão do Centro Acadêmico de Medicina Sarmiento Leite, Porto Alegre, ano II, n° 1, 1940, p. 55).

¹⁶ Dario de Bittencourt havia sido um dos três fundadores da Ação Integralista Brasileira no Estado.

da turma de formandos (funcionário da prefeitura de Porto Alegre, cujo pai fora, pouco antes, demitido por desfalque de selos) teria elogiado ostensiva e intensamente a democracia-liberal, citando Rousseau e outros autores subversivos¹⁷.

Mas, por outro lado, há claros indícios de que na área médica, dentro e fora da Universidade, havia fortes tendências que, sem dúvida, se aproximavam do "totalitarismo". Não constitui qualquer exagero afirmar que uma parte dos médicos gaúchos, da época, imaginava que com a instauração do Estado Novo chegara a hora de transformar o Rio Grande do Sul numa grande granja de antropocultura. Convém repetir: essa afirmação não é inventada nem exagerada.

Assim como no nível federal havia um Ministério da Educação e Saúde¹⁸, havia também no nível estadual uma Secretaria de Educação e Saúde. Depois de 1937, criou-se um Departamento Estadual de Saúde (DES) – mais tarde desmembrado da secretaria –, ligado ao qual funcionava o Serviço de Educação e Propaganda Sanitária. Esse desencadeou, em 1939, uma campanha que retratava as concepções de barbárie totalitária que povoavam certas cabeças da área médica. Desde muito tempo, médicos gaúchos vinham fazendo campanha pela instituição de uma exame médico pré-nupcial compulsória. Como houvesse muitas manifestações em contrário, o objetivo nunca pôde ser alcançado, inclusive depois da implantação do Estado Novo.

Mesmo assim, o DES regulamentou o assunto, em 1939, obrigando as casas que comercializavam jóias a notificar todos os nomes de compradores de alianças, com seus respectivos endereços, para que se pudesse estabelecer um contato com os noivos e tentar convencê-los a submeter-

¹⁷ Apesar da letra ilegível, a assinatura na carta só pode ser de J. P. Coelho de Souza, secretário da Educação (o autor afirma ter presidido os atos – fato que decorria de sua condição de secretário da pasta à qual a Universidade estava subordinada). Cf. também: Till, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre: 1900-2000. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 317 e segs. O discurso do orador da turma dos bacharelados em Direito de 1939 (Valdir Ramos Borges) foi publicado em Justiça, Porto Alegre, ano VIII, fascículo 3-4, 1940, p. 327-333. Interessante também conferir o grande número de assinaturas de advogados num documento de apoio a Erico Verissimo num rumoroso processo do romancista contra o padre jesuíta Leonardo Fritzen, por injúria, e que foi visto como uma disputa entre cidadãos contrários ao Estado Novo (Verissimo) e a favor (Fritzen) (Trindade, Fernando. "A polêmica entre Erico Verissimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J.," Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, ano 11/12, 1983/84, p. 35-98. Em maio de 1938, já haviam sido presos, dentro da Faculdade de Direito, estudantes que participavam de um concurso de oratória promovido pela OAB do Rio Grande do Sul (Gastal, Manoel Braga. Flashes de uma vida. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997, p. 21).

¹⁸ Cf. Hochman, Gilberto. "A saúde pública em tempos de Capanema: continuidade e inovações." In: Bomeny, Helena (org.). Constelação Capanema: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 127-151.

se à tal examinação. O texto de um documento publicado pelo Serviço de Educação e Propaganda Sanitária revelava o caráter claramente animalesco da coisa: "Em geral os homens se preocupam mais com os animais do que consigo mesmos. Aprimoram-se as raças bovinas, eqüinas etc. Isolam-se os animais que possam dar maus produtos. Indubitavelmente o homem tem sido, para com sua espécie de inegável negligência". Por isso, "a pátria apela para que todos os que vão contrair matrimônio se submetam ao exame pré-nupcial e sigam o tratamento indicado, quando necessário". "Constatada alguma entidade mórbida que, a juízo dos médicos examinadores, incapacite o indivíduo, definitivamente, para o matrimônio, a juízo da junta médica, será *aconselhado*, com habilidade, a se abster do casamento"¹⁹.

Os certames de robustez para bebês realizados anualmente perante grande grupo de "julgadores" em avental branco, fartamente documentados por textos e por fotografias, se enquadravam nessa mesma mentalidade. Os espécimes humanóides lactentes considerados mais robustos pelos homens de avental branco eram premiados, não com uma medalha afixada na orelha esquerda, mas com uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal.²⁰

Aqui não há dúvida de que estamos diante de indivíduos que esperavam implantar medidas totalitárias, ao abrigo do novo regime. E a oposição contemporânea a essas medidas sugere claramente que elas eram percebidas como um ato de barbárie também naquele tempo, e não só aos nossos olhos de hoje.

Mas deve-se destacar, justamente, que se a população foi salva dessa intervenção brutal em sua dignidade e privacidade, isso se deveu ao fato de que havia, nessa mesma sociedade gaúcha, outras forças significativas que se opunham a esse tipo de agressão, sem dúvida totalitária.

Uma das personalidades que se opuseram à citada pretensão médica foi o arcebispo D. João Becker. Isso não significou que o mesmo fosse um ferrenho adversário do Estado Novo e um intransigente liberal. Muito longe disso. Mas ele, certamente, se opunha pelo medo que tinha diante de um

¹⁹ Costa, Rubens M. B. "O exame pré-nupcial no Rio Grande do Sul". C. A. M. - Órgão do Centro Acadêmico de Medicina Sarmiento Leite, Porto Alegre, ano 1, n° 2, 1939, p. 26. O itálico está no original.

²⁰ Os Arquivos do Departamento Estadual de Saúde - Rio Grande do Sul, vol. 4, 1943, informavam que o "curso de saúde infantil da semana da pátria" vinha sendo realizado todos os anos, como promoção da Liga de Defesa Nacional, "tendo por objetivo levar a todos os lares os conhecimentos de puericultura tão necessários à eugenia da raça" (p. 247). Cf. também Pimentel, Fortunato. Aspectos gerais de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945, p. 141.

estado que viesse a perpassar todas as esferas da vida e que, num segundo momento, poderia vir a atingir sua própria instituição, a Igreja Católica.

Uma parcela muito significativa dos católicos militantes estava bastante longe de ser liberal. Pelo contrário, em vários momentos tentaram ultrapassar o regime pela direita. Isto é, criticaram-no não pelos seus excessos ditatoriais, mas pela sua brandura em relação a algumas forças que a Igreja considerava maléficas. Assim, existe uma carta de D. João Becker a Felinto Müller, de fins de 1939, na qual o arcebispo se queixava da política de nacionalização, com o fechamento de escolas particulares e as dificuldades criadas para os cidadãos de ascendência alemã e italiana. E ele atribuiu essa política à influência dos comunistas, que estariam infiltrados no governo gaúcho. Nas suas palavras, “até comunistas fichados exercem funções públicas com grande admiração de muitos. Ora, não admira que os comunistas influam na chamada nacionalização, porque se aproveitam de todos os meios para alcançar seus fins”²¹.

Houve vários outros momentos em que católicos criticaram o regime por sua tolerância. Para ilustrar, basta citar um episódio muito conhecido, acontecido já no início de 1944. Com a posse de Ernesto Dornelles no governo do Estado, em setembro de 1943, fora proposta uma certa liberalização. Entre os supostos passos efetivos nessa direção, estava a criação de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), cuja chefia foi confiada a um intelectual supostamente liberal, Manoelito de Ornellas. Dizia-se que assim se contornaria a rigidez do DIP (nacional) e se poderia adaptar a imprensa e as manifestações culturais e artísticas, e sua supervisão, à realidade específica do Rio Grande do Sul. Não muito tempo depois da criação desse órgão, seu titular viajou para o Rio de Janeiro para manter contatos e colher informações sobre a organização de seu departamento. Nesse momento, ficou pronto, na Editora Globo, o livro *Frenteira agreste*, de Ivan Pedro Martins, ex-militante da Aliança Nacional Libertadora, um mineiro que durante as perseguições de meados da década de 1930 se refugiara no interior do Estado e acabara ficando por aqui. Na ausência do titular, respondia pelo DEIP o vice-diretor, Ângelo Guido, intelectual profundamente identificado com o catolicismo. Ele mandou recolher o livro por considerá-lo imoral e ofensivo aos bons cos-

²¹ Isaia, Artur César. O cajado da ordem – catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutorado), p. 255. Não foi possível encontrar essa citação na versão publicada desse trabalho (Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edipucrs, 1998).

tumes, no que foi apoiado publicamente pela Junta Arquidiocesana da Ação Católica, pela Liga Feminina, pela Juventude Universitária Católica e pela Liga de Defesa Nacional. A Junta qualificou o ato de "legítima defesa social ante um dos surtos que ameaçam o patriotismo espiritual da nação", porque a obra constituiria "chincalha do nobre e varonil estilo de vida gaúcho"²².

Quando Manoelito Dornelles, o titular do DEIP, e, portanto, autêntico representante do regime, voltou de sua viagem, revogou a proibição e liberou o livro. Como não fora proibido pelo DIP nacional nem tivera problemas de circular em outros estados, temos aqui um exemplo muito claro da importância que tiveram no Rio Grande do Sul os intelectuais e outras instâncias católicas, tentando uma ultrapassagem do regime pela direita²³.

Poderia citar ainda, além de outros, o famoso episódio envolvendo o padre Leonardo Fritzen e o escritor Erico Verissimo, ocorrido em 1943, ainda durante a interventoria de Cordeiro de Farias. Também esse episódio tinha como pano de fundo a inconformidade de um religioso católico com a suposta permissividade do regime, não coibindo a circulação de um livro do romancista gaúcho considerado atentatório à moral e aos bons costumes²⁴.

O clima geral do Estado Novo no Rio Grande do Sul, porém, parece ter-se localizado bastante "à esquerda" desse espectro mais conservador. Temos muitos indícios nesse sentido. Nos primeiros meses de 1938, o irmão de Getúlio Vargas, Protásio, considerou que o novo regime não estava tendo nenhum impacto no Rio Grande do Sul. Considerou que se deveria fazer uma movimentação para torná-lo mais conhecido e amado. Criou, para isso, um Comitê de Propaganda, depois formalmente dirigido pelo irmão Viriato. Como medida efetiva, resolveu-se levar a cada sábado pela manhã um intelectual para falar sobre o regime na Rádio Farroupilha. Um dos primeiros a falar foi Erico Verissimo. Informou aos ouvintes que em 10 de novembro de 1937 pensara que se havia concretizado a ditadura integralista, "mas os fatos, meus amigos, tomem nota: os fatos se encarre-

²² Konrad, Gláucia Vicira Ramos. A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência. Porto Alegre: PUCRS, 1994 (dissertação de mestrado), p. 229 e segs.

²³ A Revista do Globo de 10 de junho de 1944 informou que a edição inicial de Fronteira agreste fora de 3.000 exemplares e a segunda de 5.000, vendidos em menos de um mês. A terceira, com 4.000 volumes, estava saindo naquele momento (p. 16). Veja uma longa condenação do livro por parte do fervoroso católico e professor da Faculdade de Medicina Fábio de Barros em Estudos, Porto Alegre, nº 1, 1940, p. 134-140. O autor confessa que não o havia lido, mas era radicalmente contra.

²⁴ Cf. Trindade, loc. cit.

garam de provar que felizmente eu me enganara. Nem esquerda nem direita, mas sim o centro, que é o equilíbrio e o bom senso. Nenhum homem de boa vontade pode negar o seu apoio ao Estado Novo"²⁵.

Além do reconhecimento de que o regime não representava a ascensão do integralismo ao poder, Erico Verissimo justificou sua mudança de atitude em relação a ele pelo combate empreendido contra os excessos do federalismo e do localismo e a favor de uma política nacional, e – especificamente para o Rio Grande do Sul – pela política de nacionalização do ensino, iniciada logo após o golpe. Esse exemplo mostra como um intelectual importante percebeu o regime – mais uma vez estamos diante de alguém que pensa a realidade de acordo com um *continuum* heterogêneo, acentuando que não se deveria confundir integralismo (“totalitário”) com Estado Novo (“autoritário”).

Uma análise da atitude dos principais intelectuais rio-grandenses em relação ao governo gaúcho durante o período mostra que muito poucos se mantiveram em uma clara atitude de oposição e menos ainda de contestação expressa. Muito poucos optaram pelo recolhimento ou pelo mutismo, constituindo Raul Pilla uma das poucas exceções. A maioria não tinha dúvidas em assumir cargos ou em participar de eventos promovidos pelo poder público no nível municipal ou estadual, mesmo que, eventualmente, se abstivessem de elogiar publicamente o Estado Novo como tal²⁶. Pedro Vergara em uma “nota” a Getúlio, de junho de 1941, falava de sua estada no Rio Grande do Sul para tentar criar seções regionais do Instituto Nacional de Ciência Política, que ele criara no Rio de Janeiro para dar apoio ao regime. Segundo seu relato, encontrou aqui um clima de dedicação exclusiva ao trabalho, sem qualquer interesse por uma campanha de mobilização. Isso sugere que, no Estado, não havia muita mobilização ideológica a favor do regime, mas também não se fazia oposição sistemática – se trabalhava²⁷.

Mas não eram só os intelectuais ou a elite que tentavam aproximar-se ou buscavam prestigiar as autoridades estado-novistas. Em muitos ca-

²⁵ Gertz, René E. “O ciclo de Vargas segundo Verissimo”. In: Gonçalves, Robson Pereira (org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria/Bauru: Editora UFSM/EDUSC, 2000, p. 204-205.

²⁶ Gertz, René E. “O Estado Novo no Rio Grande do Sul: intelectuais, política e cultura”. Comunicação apresentada no VII Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-RS, na UFPel, Pelotas, em 21 de julho de 2004.

²⁷ “Nota” de Pedro Vergara a Getúlio Vargas, junho de 1941 (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro).

sos, essas autoridades se esforçaram em cooptar pessoas entre as quais se incluíam supostos inimigos de esquerda. O caso mais notório, nesse sentido, é, sem dúvida, o do escritor Dyonélio Machado. Presidente da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, fora preso em 1935 e, condenado, passara uma temporada muito difícil, de cerca de 10 meses, numa prisão do Rio de Janeiro. Libertado em junho de 1937, ficou assustado quando foi proclamado o Estado Novo. Fugiu, sob nome falso, para Lages, em Santa Catarina.

O próprio interventor Cordeiro de Farias, porém, se encarregaria de assinar um ato que anistiou o escritor, e inclusive lhe devolveu o cargo de médico-chefe de uma seção do Hospital Psiquiátrico São Pedro, um hospital público estadual²⁸. Apesar de ter enfrentado algumas dificuldades pontuais, para o escritor o período posterior a 1937 foi, sem dúvida, menos ruim que o anterior. O próprio Dyonélio parece não ter-se comportado de forma cabeçudamente antigovernista, pois, em dezembro de 1940, atendeu ao convite do prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, que, em conexão com as festividades alusivas aos supostos 200 anos da cidade, ofereceu um grandioso almoço festivo aos intelectuais²⁹.

Também os nomes dos adversários políticos destronados pelo golpe de 1937 não foram varridos da memória regional, como costuma acontecer nos regimes totalitários. Sem dúvida, a luta contra Flores da Cunha e contra o "florismo" foi uma das mais incisivas. É muito conhecida a marcação exercida pelo embaixador Batista Luzardo, no Uruguai, sobre todos os movimentos do ex-governador do Rio Grande do Sul³⁰. Mesmo assim, não aconteceu uma campanha para extirpar os vestígios de sua passagem pelo governo gaúcho. O conhecido Instituto de Educação de Porto Alegre, que levava seu nome, não foi rebatizado. E em conexão com as comemorações do suposto bicentenário da capital, em 1940, foi editada uma espessa obra sob o título *Porto Alegre: biografia de uma cidade*, na qual havia um capítulo dedicado à história política mais recente do Estado, e ali não só apareceu um texto bastante neutro sobre o período de governo de Flores da Cunha, como a matéria estava ilustrada, numa mesma página, com duas fotografias do próprio, mais uma fotografia de seu pai, este apresentado,

²⁸ Grawunder, Maria Zenilda. Instituição literária: uma análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado. Porto Alegre: Edipucrs, 1997, p. 61 e seqs.

²⁹ Jornal do Estado, Porto Alegre, 16 de novembro de 1940.

³⁰ Cf. a esse respeito Bellantini, Adriana Iop. Conspiração contra o Estado Novo. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

simpaticamente, como “velho gaúcho”³¹. Tanta cortesia para com o mais importante adversário político do regime no Rio Grande do Sul certamente não se veria num estado efetivamente “totalitário”.

Em regimes “totalitários” a educação constitui uma área em que o estado sempre intervém de forma profunda, implantando um sistema rígido de conteúdos e fixando orientações pedagógicas únicas. Não há qualquer dúvida de que o governo do Rio Grande do Sul marcou presença constante no processo educacional gaúcho a partir de 1937, tanto nas regiões de colonização alemã e italiana, através da assim chamada “nacionalização”, quanto no ensino em geral. Também não há qualquer dúvida de que a educação e as atividades escolares eram largamente utilizadas para a mobilização a favor do regime, tanto através da doutrinação cotidiana na sala de aula quanto através da promoção de grandes festas cívicas, por exemplo³².

Mas também é verdade que as autoridades educacionais gaúchas não se deixaram levar, exclusivamente, pelas concepções pedagógicas mais tradicionais e reacionárias. Muito provavelmente, os “comunistas” infiltrados, que D. João Becker enxergava como responsáveis pela “nacionalização”, eram conselheiros ou assessores do secretário da Educação. Defensores da “Escola Nova”, a qual se opunha à educação “tradicional”, eram, freqüentemente, convidados pelas autoridades educacionais gaúchas para palestrar, de forma que, no mínimo, se mostrava interesse por concepções diferentes, e consideradas avançadas, na época. O conhecido general Meira Vasconcellos, um importante oficial “linha-dura” da época, chegou a alertar para os excessos de liberalismo que, supostamente, se praticavam na educação do Rio Grande do Sul³³.

³¹ Franco, Álvaro; Silva, Morency de Couto; Schidrovitz, Jerônimo (eds.). Porto Alegre: biografia de uma cidade. Porto Alegre: Tipografia do Centro, [1940], p. 173-174. Num livro, também festivo, publicado dois anos depois transparece um quadro menos favorável ao ex-governador: “Manobras de desgostou a elite de seus companheiros de organização do Partido Republicano Liberal – provocando dissidências em massa, na Assembléia e na Câmara, no Senado” (Spalding, Walter. “O Rio Grande do Sul da Independência a nossos dias”. In: Silva, Mj. Morency do Couto e; Pires, Arthur Porto; Schidrovitz, Léo Jerônimo (eds.). Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 379-80). Este texto não invalida o argumento – mostra que se tolerava a publicação

³² Uma série de informações a respeito pode ser obtida em Torres, Andréa Sanhudo. Imprensa: política e cidadania. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

³³ Barbosa, Maria Carmen Silveira. Estado Novo e Escola Nova: práticas políticas de educação no Rio Grande do Sul – 1937 a 1945. Porto Alegre: UFRGS, 1987 (dissertação de mestrado); Beiser, Ana Cristina Pires. Escola e Estado autoritário no Rio Grande do Sul: professor renovado, aluno disciplinado (1937-1945). Porto Alegre: PUCRS, 1993 (monografia de bacharelado); Bastos, Maria Helena Câmara. O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). São Paulo: USP, 1994 (tese de doutorado).

Um outro campo que caberia examinar é o da “nacionalização”, não só a escolar, mas as perseguições em geral, movidas, principalmente, a alemães e descendentes e a italianos e descendentes³⁴. Aí temos atentados claros contra pessoas em função dos seus traços culturais – com a proibição da utilização das línguas alemã e italiana no cotidiano – e até físicos. Não há dúvida de que esse tipo de perseguição derivava de profundos preconceitos étnicos e religiosos, também típicos de regimes totalitários. Como aqui não há espaço para uma avaliação mais pormenorizada dessa questão, pode-se apenas lembrar que também sob esse aspecto o Estado Novo no Rio Grande do Sul ficou muito distante daquilo que aconteceu com desafetos étnicos e religiosos na Alemanha nazista. As perseguições daqui se deram frente a um leque muito amplo de razões, que incluíam, sim, profundos preconceitos, mas também provinham de simples questões pessoais, passando por questões econômicas e outras. Mesmo que houvesse indivíduos que condenassem e injuriassem tudo que fosse “alemão”, não há dúvida de que não se fez uma campanha genérica contra a cultura alemã ou os descendentes de alemães como tais, por exemplo³⁵.

Referidos alguns acontecimentos e episódios que supostamente apontam para o caráter “apenas” “autoritário”, mas não “totalitário”, do regime estado-novista, ao menos no nível de Rio Grande do Sul, justifica-se, naturalmente, a pergunta sobre a importância dessa qualificação, seja do ponto de vista analítico, isto é, para a compreensão do regime, seja do ponto de vista normativo, no sentido de se perguntar o que se ganhou com isso ou quanto isso contribuiu para a imagem que construímos de Getúlio Vargas ou do conjunto dos detentores de poder do período. Em resumo, a pergunta é: que ganhamos diminuindo as acusações contra o Estado Novo, absolvendo-

³⁴ Entre os trabalhos mais recentes sobre a “nacionalização” e seus efeitos, estão: Sganzerla, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001; Fachel, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2002; Neumann, Rosane Márcia. “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); Petry, Andréa Helena. “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...” – campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); Bergesch, Cecília Adelaide. *Política de nacionalização e suas repercussões nas igrejas e escolas do vale do Taquari (1930-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado).

³⁵ Gaston Englert, notoriamente ligado a importantes instituições da colônia alemã, foi um dos sete membros do importante Departamento Administrativo de Estado (mais tarde Conselho Administrativo de Estado). Sobre o DAE/CAE, cf. Camargo, Dilan D’Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo de Estado*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (dissertação de mestrado).

o da acusação de "totalitário", indiciando-o apenas pelo delito menos grave de ter sido "autoritário"?³⁶

Essa questão é, sem dúvida, muito séria e incômoda. E ela não pode ser resolvida em poucas palavras, numa conclusão. Por isso, termino esta exposição com o arrolamento provisório de algumas idéias, em estilo telegráfico, que não são nada mais do que uma *tentativa* de lidar com essa questão:

1) Os historiadores estão comprometidos com a verdade, inclusive quando o resultado de suas investigações contraria suas convicções pessoais. Mesmo que hoje em dia haja um consenso entre os historiadores quanto à impossibilidade de atingir de forma plena os ideais do historiador alemão Leopoldo von Ranke, que queria escrever a história "como ela realmente aconteceu", não podemos abrir mão do máximo empenho em descobrir a verdade ou em afastarmo-nos da não-verdade. A história que escrevemos deve ser a mais verdadeira possível à mão das fontes de que dispomos. E essa verdade pode ser desagradável para nossas convicções pessoais.

2) Não só aqueles que estavam comprometidos, desde o início, com o regime diferenciavam-no do fascismo. Não há dúvida de que uma parte muito significativa dos atores políticos e dos intelectuais da época estava convicta de que aquilo que estava acontecendo poderia ter sido pior e, por isso, se dispôs a participar do próprio governo ou a negociar com ele. No que tange ao Rio Grande do Sul, pode-se citar, nesse contexto, personagens como Lila Ripoll – considerada comunista – e Erico Verissimo. Aquela trabalhou com Coelho de Souza na Secretaria de Educação; este, além das atitudes já referidas, não teve dúvidas em visitar, por exemplo, o interventor Cordeiro de Farias, após a volta de sua primeira estada nos Estados Unidos, em 1941, para dar um relato da sua experiência e assim, provavelmente, tentar influenciar uma alta autoridade no sentido de levá-la a aderir ao bloco ocidental, contra o bloco fascista.

3) A utilização do conceito de "autoritarismo", em vez de "totalitarismo", pode ajudar-nos a entender determinadas características do regime, como suas ambivalências conhecidas como "jogo duplo" na política interna-

³⁶ Num debate entre os candidatos às eleições presidenciais de 1989, o candidato Paulo Maluf perguntou ao candidato Leonel Brizola como este justificava seu discurso favorável à retomada dos ideais de Vargas num eventual governo pedetista diante daquilo que aconteceu durante o Estado Novo. Brizola respondeu mais ou menos assim: que tinha pouca idade na época do Estado Novo e, por isso, não poderia falar sobre aquilo que não conheceu. Quando falava de Vargas, de seu governo e de seus ideais, referia-se ao período em que já era adulto e acompanhou pessoalmente os feitos do líder, isto é, de 1950 a 1954.

cional; o binômio aparentemente contraditório de uma política, por um lado, modernizante, em alguns campos, por outro, arcaica, em outros; a perseguição a integralistas e a presença simultânea de alguns deles no poder; as dificuldades impostas à entrada de judeus, em geral, e a facilitação à entrada de alguns deles³⁷ etc.

³⁷ Estou pensando, efetivamente, na entrada no Brasil do judeu italiano Giorgio Mortara, que acabou tendo uma função muito importante na organização e na execução do censo demográfico de 1940. Detalhes deste último aspecto podem ser vistos em Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. Uma visão possivelmente mais "totalitária" do anti-semitismo encontra-se em Carneiro, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Violência e carisma, autoritarismo e democracia Caixas no porão: revelando o carisma

Núncia Santoro de Constantino

Doutora em História Social,
docente do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS

Para iniciar o assunto que pretendo desenvolver no presente texto, apresento trechos de alguns depoimentos preservados no Núcleo de História Oral do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. São fragmentos das falas de italianos e descendentes, recordando experiências relacionadas à Segunda Guerra Mundial, sobretudo depois de 1942, quando o governo brasileiro, chefiado por Getúlio Vargas, decretou o estado de beligerância contra os países do Eixo. As opiniões manifestadas sobre Getúlio Vargas, expressam o pensamento da grande maioria dos depoentes e, por isso mesmo, causam perplexidade.¹

A família de Walmor Torri produzia vinho e cachaça na região da Quarta Colônia; o depoente afirma que lá não houve repressão policial; lembra de confiscos e da necessidade do salvo-conduto, mas lembra também que o retrato de Getúlio era mantido na parede das casas.

Cirilo Beber lembra que, em 1942, muitas firmas fecharam ou mudaram de nome. Mas, de forma geral, as famílias italianas não teriam sofrido maus-tratos na região de Silveira Martins. Acrescenta que Getúlio não se envolvia nas questões relacionadas à repressão; tudo dependia das autoridades locais.

José Righi registra que seus parentes não sentiram a repressão; acredita que o Estado Novo trouxe benefícios, grandes conquistas e que não interrompeu o cultivo das tradições italianas.

A vida da família Meneghini não sofreu qualquer alteração no período. João Valdir conta que, na sua região, houve apenas um incidente: os colonos reuniam-se para rezar o terço em latim, quando o delegado chegou para prendê-los. O pai do depoente informou que a reza era feita em uma

¹ Os depoimentos foram colhidos em Silveira Martins e Santa Maria, pela mestrandia Angélica Rios, entre 2000-2001; no município de Bento Gonçalves pela mestrandia Bernadete Caprara, entre 2002-2003.

“língua morta”, e ninguém foi preso. Mas, secretamente, os Meneghini continuaram falando italiano.

Filho de imigrantes e vivendo em Santa Maria, Antônio Isaia, que nasceu em 1918, isenta Vargas da repressão, acrescentando que foi o presidente que “trouxe o progresso para o Brasil”. Cezar Barrichello conta que Getúlio era adorado em sua casa, especialmente pelo avô, que tinha a foto do presidente na parede.

Sobre a região de Bento Gonçalves, fala Antonio Pagot, nascido na Itália. Lembra o tempo de Getúlio como o melhor de sua vida, com a ordem garantida. Nos distritos, o subdelegado, então, começou a prender os “malandros que passavam bebendo cachaça nas vendas”. Getúlio também aposentou os velhos professores que ensinavam em italiano, nomeando outros e fornecendo material escolar aos alunos. O depoente garante que não teve dificuldades para aprender logo a língua portuguesa, quando o idioma italiano não podia mais ser falado em público.

Analisei o conteúdo destes depoimentos, procurando ler nas entrelinhas. Considerei as chamadas armadilhas da memória, fenômenos como condensação, repressão ou transposição. Através do estudo das fontes bibliográficas, procurei atribuir significado ao getulismo entre os meus imigrantes que, a princípio, deveriam ter sofrido com as restrições impostas durante o governo de Vargas.

Como ponto de partida, reconheço que, comparado com o que aconteceu com os alemães, o tratamento ministrado aos italianos foi brando. Gertz há muito tempo sustenta que a tradição antialema era maior do que a tradição antiitaliana. Também destaca fragmento da saudação proferida pelo interventor Coelho de Souza, em Caxias do Sul, durante o mês de outubro de 1939, quando atribuiu “autêntica brasilidade” aos caxienses.²

Algumas razões justificam esse tratamento brando. Amado Cervo diz que a guerra foi somente “...um tropeço nas boas relações bilaterais”. Lembra que Osvaldo Aranha, declarando o estado de guerra, praticamente pedia desculpas ao embaixador italiano, com os respectivos protestos da mais alta estima e consideração.³

Seintenfus afirma que as relações italo-brasileiras foram histórica-

² GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. p.73

³ CERVO, Amado Luiz. *As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861*. In: DE BONI, Luis A. (Org) *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p.29

mente corretas e amistosas. Acredita que as autoridades italianas sempre trataram as questões de forma conciliadora, enquanto a chancelaria de Berlim tratava de forma intransigente.⁴

Uma revisão de literatura evidencia que as restrições vinham sendo impostas aos estrangeiros, desde o final do século XIX. Na década de 1920, continuavam em progressão, pois durante a Primeira Guerra ficara evidente a existência dos chamados *quistos raciais* no Brasil meridional. Foram importantes, sobretudo, as rigorosas intervenções realizadas no sistema escolar. A partir de 1930, aumentaram as restrições, e Vargas tratou de justificá-las, afirmando que refletiam a necessidade de evitar a imigração considerada contrária a interesses de ordem econômica, étnica e política. Um eventual excesso de mão-de-obra representaria uma ameaça à ordem. Os italianos e descendentes, em maioria integrados, também desejavam ordem e disputavam lugar no mercado de trabalho, na seqüência da crise de 1929.

A imigração italiana viera num crescente até a eclosão da Primeira Grande Guerra, quando praticamente cessou por questões conjunturais. Mas com a guerra, o surto industrial avançava e reclamava trabalhadores. Entre 1920 e 1930, registrou-se quase um milhão de imigrantes a ingressar nos portos brasileiros: os portugueses formavam o maior grupo; os italianos não estavam precisando muito emigrar. Assim mesmo, continuavam chegando e os números só caíram entre 1931 e 1940, pois a conjuntura italiana no período não estimulava a imigração, no auge do fascismo.⁵

Apesar das restrições brasileiras, em 1936 houve pequeno aumento, interrompido com a eclosão da Segunda Guerra. Dado intrigante é que, entre 1941 e 1950, compreendendo o período imediato ao final dessa guerra, a imigração italiana no Brasil aumentaria cinco vezes, apesar de mantidas as restrições. Contrapondo os números dessa imigração às medidas restritivas, não é possível encontrar correlação.

Na verdade, a grande maioria dos imigrantes resistiu aos apelos da ativa diplomacia de Mussolini. Essa grande maioria encontrava-se perfeitamente integrada, em parte devido a campanhas de nacionalização. Havia também importante grupo de italianos a expressar ressentimentos com re-

⁴ SEINTENFUS, Ricardo Antonio Silva. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: DE BONI, Luis A. Op.Cit. p. 44-5

⁵ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais/ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ MEC, 1964.

lação à pátria de origem, seja por considerar-se expulso, em conseqüência da injustiça social, seja por posição contrária ao fascismo. Sempre reclamaram os cônsules de que a maior parte dos imigrantes não participava de uma "vida comunitária italiana".⁶

Realizada a revisão bibliográfica, o esqueleto do meu estudo encontrava-se montado. Faltava carne e sangue. Como historiadora formada na tradição positivista, negava minha experiência de vida e procurava narrar de camarote o acontecido. Hoje pode ser bem diferente.

Sabe-se que, através dos séculos, a história foi transmitida pela oralidade. O caráter renovador da História Oral, evidenciado desde a metade do século XX, deriva justamente das novas concepções. Entende-se hoje que a História é uma ciência inacabada, distanciada de verdades invariáveis. Admite-se a interferência dos observadores sobre os fenômenos observados. O historiador observa e interfere; afinal é ele quem faz uma pergunta ao passado, expressando as demandas do seu tempo. No século XXI, a História já está concebida como resultado de um esforço criador e interdisciplinar.

A respeito de interdisciplinaridade, Michel de Certeau oferece aporte sobre a relação entre história e psicanálise. Afirma que a historiografia ocidental tradicionalmente lutou contra os mitos da memória coletiva, criou distância com relação às crenças de gente comum⁷. Em outra perspectiva, recorda que a psicanálise se articula sobre um processo que constitui o ponto principal do pensamento freudiano, isto é, o retorno do repellido. Se, no curso de uma crise, houve um momento decisivo, depois rechaçado, ele poderá regressar sub-repticiamente ao presente de onde esteve banido.⁸

Volto ao repellido, à tradição familiar, que é um porão onde há coisas para buscar à medida que surgem necessidades. Procuro nas caixas dos guardados. Desejo poder narrar o vivido e o que me foi contado, buscando entender o carisma de Vargas. ⁹ Costuro fragmentos e considero o método indiciário, os pequenos sintomas aparentemente sem importância que apontam para um conjunto social, como ensina Carlo Ginzburg. Começo então a narrar, procurando ligar muitos fios soltos.

Na casa da infância, em Porto Alegre, cresci com a fotografia de Getúlio

⁶ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: ESI, 1991.

⁷ CERTEAU, Michel de. *Historia y Psicoanálisis*. México: Universidad Iberoamericana, 1998.

⁸ Id. *Ibid.* p.77

⁹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no Porão: vozes, imagens, lembranças*. Porto Alegre: Biblos, 2004.

na parede; ouvindo sua voz nos palanques, pelo rádio. Meus pais e avós foram trabalhistas; foi getulista toda a família, seja do lado brasileiro, seja do lado italiano. Outubro de 1954, o avô italiano estava para morrer no hospital. A família comentava sobre a indelicadeza do patrício Orsini, que visitou o enfermo “no leito de morte”, ousando elogiar Meneghetti, com Vargas recém morto. Isso seria um desaforo, diante de uma família getulista, que se encontrava “de sentimento”. Melhor dizendo, diante dos órfãos de Getúlio, em luto, mesmo que fossem italianos e que a experiência da guerra fosse recente.

Em agosto, a notícia do suicídio do Presidente abalara. O *Ford* preto, que só saía da garagem aos domingos, estacionou diante do grupo escolar em que estou cursando o primário. Na manhã fria, meu pai discute com a diretora, que cria obstáculos à saída dos alunos, parecendo desconhecer o que acontecia na rua. Precisamos contornar a Avenida Farrapos, porque há grupos correndo e quebrando vitrines. O tumulto é generalizado. Comenta-se a vingança popular contra o jornal de Chateaubriand. As cinzas do Diário fumegam na primeira página dos jornais. Esquentam as válvulas do rádio, sempre ligado.

Meu pai acompanha, a distância, o velório do presidente. Chora e chora muito. Nos dias sucessivos ao suicídio, desejou que matassem logo o Carlos Lacerda, que não ficassem nas ameaças. O grupo do *Clube da Lanterna* e o jornalista David Nasser também precisariam desaparecer, antes que piores males trouxessem à nação. Vinte vezes chamou Gregório Fortunato de burro.

Em casa recortam uma foto publicada, que mostra uma pessoa que parece com meu pai, no funeral. Elvira, em crise mística, afirma que o desejo se materializava, porque seu patrão muito teria desejado estar lá. Aulas suspensas, bandeiras a meio-pau. Dias em que as crianças festejam a morte na calçada.

Para a família Santoro, a vida retoma o curso, sepultados dois mortos queridos naquele ano distante de 1954. Começava um novo tempo de lembranças, um novo tempo para o que foi.

Ampliando o significado da minha narrativa, apresento traços de vida do principal depoente, Egypto Santoro. São traços que permitirão prontas inferências.

Ele possuía razoável talento musical, tocava flauta, cantava trechos de alguma ária, imitando Caruso, homenageado no nome do seu melhor canário. Com voz de tenor, cantava a “Ave Maria” de Gounod, que aprendera no coro do Colégio das Dores. Apesar do horror pela escola, conseguiu concluir os estudos elementares, que suportou principalmente pelo canto e pelo futebol.

Nasceu em 1912, filho caçula de Luigi Santoro e Nuncia Mancuso Santoro, italianos meridionais, imigrantes em Porto Alegre.

Da infância, narrou vasto repertório de travessuras nas calçadas da Cidade Baixa, convivendo inclusive com o pessoal da Companhia Carris, que ficava na esquina de casa. E ali aprendeu muitas coisas: a primeira foi falar inglês, estimulado pela camaradagem com funcionários norte-americanos; a segunda foi dirigir bondes, assistindo a instrução ministrada aos futuros motorneiros. A terceira foi eliminar ratos, numa cidade infestada; bastava colocar um pedaço de queijo nos trilhos dos galpões e eletrocutar o bicho.

Assim passava as manhãs, porque depois do almoço freqüentava a aula de dona Eponina, onde aprendeu a ler. Ao que parece, uma intensa atividade extraclasse impedia o melhor aproveitamento dessas aulas, com freqüência "gazeadas". O assunto deveria ser resolvido com os vizinhos padres das Dores, com fama de enérgicos, pois a família melhorava de vida e já morava na Rua da Ponte, em zona mais valorizada, espaço junto ao centro do poder.

Terminado o curso elementar, era preciso ensinar o valor do trabalho ao guri indisciplinado. A experiência como vendedor de tabaco no café da família, à Rua da Ladeira, não deu certo; quando muito, ensinou-o a fumar. Bertaso, da Livraria do Globo, atendeu um pedido de Luigi e o rapaz encontrou-se empregado. Ali ficou pouco tempo, limpando escarradeiras, levando algum recado. Fartou-se e desapareceu da Livraria. Dinheiro não mais recebia e, se chegasse tarde, a comida estaria chaveada no guarda-louça, por ordem paterna.

Impossível passar o tempo com os bolsos vazios; a estratégia familiar produzia resultados. Por conta própria, arranjou trabalho como caixeiro numa loja de fazendas, na Rua de Bragança. O serviço não era de todo ruim. Acontecia atrapalhar os treinos de futebol e a boemia de final de semana.

Getúlio estava para amarrar o cavalo no obelisco, e a legislação trabalhista ainda não fora inventada. Os patrões faziam o que queriam, e a loja ficava aberta até a hora que desejassem. Sábado à noite, encontravam-se os caixeiros muito aflitos, os ponteiros do relógio da Masson andando depressa. Escurecia, já eram nove, nove e meia, lá pelas dez o patrão dizia: "bueno, vamos fechar". Os moços pareciam voar, trazendo as estantes para dentro, baixando as cortinas de ferro. Egypto estava cansado, na manhã de domingo precisava comparecer ao campo do Grêmio. Tornara-se um bom jogador, e o time precisava dele, como *back esquerdo* do grande goleiro Eurico Lara.

Logo a Revolução de 30 era um fato consumado, o Rio Grande já possuía um interventor, parente próximo de Bernardino, o grande amigo,

companheiro no futebol. Através da família Flores da Cunha, Egypto ingressa como amanuense na Polícia Civil, com a permissão de ser dispensado para treinar e jogar no Grêmio. Fazia então o que gostava e, para continuar fazendo, iniciava uma longa carreira na Polícia Civil.

Logo começou a viajar a serviço, especialmente para São Borja, onde reforçava a guarda de Vargas, trabalhando sob as ordens de Gregório Fortunato. Chegava na cidade muito tempo antes, para "limpar a Fronteira", inclusive do lado de lá, em Santo Tomé. Era observar quem chegava e quem saía, fazer relatórios, reforçar o policiamento na região, depois reforçar a guarda do presidente, a quem começava a dedicar uma admiração que se estendeu por toda a vida.

"Afinal, não foi ele que criou uma legislação trabalhista? Não foi ele que criou condições à indústria siderúrgica? E Volta Redonda, e a Petrobrás?

Se fez acordo com os norte-americanos? Se permitiu bases militares no Nordeste? Ora, façam-me o favor, fez tudo pelo povo brasileiro. Se a mulher de Prestes foi entregue, se Felinto mandou torturar, se a máquina de propaganda iludiu? E como poderia ser diferente, com a ameaça dos fanáticos integralistas rondando? Com os comunistas ameaçando tomar o poder? Desejávamos a foice e o martelo?

Se Vargas gostava de coristas? Quem não aprecia o belo? Só homens afeminados, como aqueles que eram detidos no xadrez da Primeira Delegacia nas noites de sábado, quando o plantão estava calmo e sobravam viaturas. Mas não foi Getúlio a salvar o Brasil, optando pelo apoio aos Aliados, em 42? Com coragem, diante de uma maioria de germanófilos.

Se proibiu o uso público da língua italiana e se fechou sociedades? Pois, nossa família, desde sempre, falou português, já que o Brasil nos recebeu quando morríamos de fome na Europa. A Sociedade Vittorio Emanuele foi fechada, como outras. Afinal, não estávamos em guerra contra a Itália? Mas, para colocar o lacre, esperei alguns dias, porque a mulher do ecônomo se recuperava de uma cirurgia. E não era Getúlio um exemplo como chefe de família?"

E rindo, lembrava da proteção que Getúlio dava ao irmão Bejo, que fazia “estrepolias”, ou lembrava que o presidente havia instituído o divórcio por pouco tempo, para livrar a filha Jandira do marido indesejado.

Contava sobre o período de convivência com o Velho, sobre sua simplicidade e suas atenções com os homens da Guarda. Getúlio costumava perguntar pela família, mandava alguém servir uma rodada de mate, chamava do alpendre para comentar notícia que lia no jornal.

Em certa ocasião indagou sobre a má vontade dos gaúchos para com os vizinhos argentinos, chamados bandidos, contrabandistas, ladrões de gado: “E o senhor inspetor, tem a mesma opinião sobre os correntinos?” Pigarreou o moço inspetor, coitado, pensando na resposta que pretendia fosse à altura de quem perguntava. E respondeu: “Tem gente boa e tem gente má”. Ficou com raiva de si mesmo até a morte, pela mediocridade da resposta.

Mas, no final da década de 40, fora promovido e começara a desempenhar a função na qual seria aposentado. Era o “elemento de ligação” entre o Serviço de Informações do III Exército e o DOPS, quando Getúlio morreu.

Sob o comando do general Assis Brasil, quase uma década depois, Santoro avaliava de perto a situação política do país, que se complicava irreversivelmente com a posse de Jango e, sobretudo, depois do plebiscito.

Percebia o antagonismo crescente entre regiões militares. Além disso, sentia a mudança nas relações entre a Secretaria da Segurança e o QG do III Exército. Em novembro de 1962, fora proposta sua nomeação para a chefia da seção de Armas e Explosivos, e cópia do ofício chega-lhe às mãos¹⁰. Assumir a tal “secção” era a última coisa que desejava, no contexto anunciado. Além do mais, durante longas permanências em São Borja, convivera com Jango e gostava do “moço”, pessoa simples, bem intencionada. Mas achava que ele “se enrolava com os comunistas”.

O golpe militar era uma possibilidade, e a função que lhe destinavam não podia ser pior. Mas logo a portaria estava assinada e ele assume o cargo¹¹. Também logo pede a aposentadoria, publicada às pressas, graças à interferência do amigo Brito, oficial de gabinete do governador Brizola. Através dos meios de que dispunha, consegue cópia de um ofício, enviado pelo general Paiva Chaves, comandante da Terceira Região, ao Chefe de Polícia:

¹⁰ Ofício nº 0/676 ws. De Ruderico Ribeiro Messias ao Chefe de Polícia, 28 de novembro de 1962. Arquivo Pessoal Egypto Santoro.

¹¹ Portaria nº 1.239, Secretaria de Segurança Pública, Chefe de Polícia Aldo Sirangelo, 28 de novembro de 1962.

“[...] sabemos que foi afastado de suas funções[...] o Comissário Egypto Santoro. Por dever de justiça quero expressar os agradecimentos deste comando [...] bem como externar o elevado conceito sobejamente confirmado por aquele funcionário, ao longo de vinte e um anos de relevantes serviços [...] Fino, educado, afável, irrepreensivelmente discreto,[...] sempre soube se conduzir em suas delicadas tarefas com extrema correção [...]”¹²

Para um obscuro funcionário de polícia, o ciclo de Vargas terminava. Dizendo não, afastava-se quase na hora da tomada do poder pelos militares. Não desejou compactuar, negando compromissos antigos. Ao mesmo tempo, não desejou prestar serviços às novas lideranças, em quem não depositava confiança.

Foi um homem do início do século XX, manifestou modos de pensar amplamente compartilhados pela sociedade gaúcha do seu tempo. Sua fala é aquela da maioria dos brasileiros. Seus traços de vida indicam diferentes contextos e acrescentam ao conhecimento histórico regional.

Viveu dentro de casa a experiência da imigração e desejou ser brasileiro. Nasceu e freqüentou a escola quando eram vigentes as primeiras restrições aos estrangeiros, como seus pais. Foi alvo de uma política de nacionalização e, ao mesmo tempo, desfrutou a simpatia dirigida aos italianos.

Acompanhou a cooptação dos paisanos às diferentes agremiações político-partidárias; alguns nomes foram aparecendo com destaque: Raul Pilla, Fernando Ferrari, Ildo Meneghetti, Arlindo Pasqualini. Nos órgãos públicos, especialmente na Polícia Civil, esta presença tornou-se notável nos escalões superiores: Plínio Milano, Aldo Sirangelo, Helio Carlomagno.

Para a grande massa de trabalhadores de origem italiana, correspondera o discurso protetor de Vargas, amplificado pela eficiente estratégia de propaganda, somado às efetivas realizações no âmbito da legislação trabalhista. Enfim, os caixeiros da Rua de Bragança baixavam as cortinas de ferro, depois de oito horas diárias de trabalho. Eventualmente podiam desfrutar férias em Cidreira.

¹² Ofício nº 1, E2, 10 de janeiro de 1963. Quartel General - Estado Maior - Segunda Seção. Arquivo pessoal Egypto Santoro.

O fechamento de sociedades foram apenas incidentes de percurso, para a maioria. Mesmo que a sociedade fosse a *Vittorio Emanuele*, de onde a família Santoro tirou a subsistência por muitos anos, sendo ecônomo Luigi, o patriarca imigrante.

Ao redigir a presente síntese, experimentei a sensação de recuperar elementos extraviados. E ressuscitei um dos meus mortos, que atormentava. Não é sombra do que foi, mas pelo menos é, regressando na minha narrativa.

Por muito tempo não falei no assunto. A memória é construída no presente, e a moldura hoje requer outro quadro. Teria sido mais fácil fazer como uma colega carioca, que relata a trajetória do pai no Partido Comunista. Mas consegui literalmente remexer numa pasta de "documentos secretos", porque sou historiadora e tenho compromisso com o acontecido.

Somos aquilo de que nos lembramos, disse Norberto Bobbio. Somos brasileiros porque recordamos coisas que nos identificam. Preservamos uma memória, e o conjunto de memórias denomina-se História¹³. Memória e História não são a mesma coisa, mas têm uma raiz comum: ambas tratam de salvar o passado do esquecimento.

Mas, por que costumamos lembrar em detalhes fatos antigos como a morte de Getúlio? Principalmente porque foram de forte carga emocional. As memórias são gravadas com a emoção que as acompanha, em momento de hiperatividade dos sistemas hormonais e neuro-hormonais: adrenalina e corticóides, noradrenalina e dopamina, diz Izquierdo.¹⁴

Esta carga emocional é justificada pela importância de Getúlio na vida cotidiana dos brasileiros, na qual, indiscutivelmente, de alguma maneira interferiu.

A imagem de Vargas é a representação da esperança; as lágrimas pela sua morte traduzem uma efetiva perda. Em tempo de escassos líderes, de discutíveis e incompetentes homens públicos, avultam as muitas obras de Vargas, somadas ao carisma do velho presidente, que redefine o formato e emoldura a nossa memória. O retrato do Velhinho volta para o mesmo lugar.

¹³ Paolo Jedlowski. Apud CARLINO, Carlo. Un "grand tour" nella memoria. Calabria, anno XXXII, n° 204, maggio 2004. p. 47

¹⁴ IZQUIERDO, Iván. Questões sobre a Memória. S.Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

Getúlio Vargas e as comemorações

Marieta de Moraes Ferreira

Doutora em História, professora do Departamento de História da UFRJ, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

As comemorações em torno da figura de Vargas são uma constante na nossa história. Por isso, esses eventos constituem elementos importantes para entendermos os mecanismos de construção e funcionamento da memória brasileira e dos usos políticos do passado.

A comemoração dos cinquenta anos do suicídio de Vargas reforça a tese de que a memória tem sido uma das preocupações culturais mais importantes das sociedades contemporâneas. Essa volta obsessiva ao passado conduz à produção de uma cultura de memória que se materializa, por exemplo, através das comemorações. Comemorar não é o mesmo que festejar, mas sim trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento. Quais seriam as razões deste culto da memória? As comemorações são também marcos de mutações sociais e expressam estratégias de controle do passado para poder comandar o presente. Nestes tempos de incerteza com o futuro e desilusões com as grandes utopias do século XX, o que o passado pode oferecer? No Brasil, podemos nos perguntar: o que as comemorações em torno de Vargas podem nos trazer?

Ao longo dos últimos cinquenta anos há uma permanência dos eventos comemorativos da memória de Vargas. Em alguns momentos, no entanto, esses eventos se revestem de significados especiais. Em 2004, o interesse e a mobilização provocados por cinco décadas da morte de Getúlio se expressaram em uma grande variedade de eventos, como seminários, exposições, debates, construção de memoriais, artigos em revistas especializadas, cadernos especiais nos jornais, programas de televisão e rádio etc.

Há nestas práticas comemorativas uma intenção de discutir o legado de Vargas. Mas, que elementos são ressaltados no presente? Que significado esta história pode adquirir, ou melhor, que apropriações são realizadas numa memória em disputa? A primeira constatação diante deste *boom* de comemorações é que as atenções se concentraram no segundo governo, colocando numa posição de menor relevância as outras conjunturas e eventos da história política de Vargas.

A Era Vargas tornou-se uma matriz de referências nas discussões de uma agenda política e econômica para o país. A experiência do segundo governo Vargas proporcionou a definição clara do papel do Estado como eixo central de um projeto nacionalista. Foi um momento de crescimento econômico, de implantação de políticas industriais que estimularam uma ampliação do mercado de trabalho, o que possibilitou maior inclusão social; tudo isso dentro das normas democráticas. Nos dias de hoje, é plausível que este cenário provoque nostalgia naqueles que voltam o olhar sobre a década de 1950. Integrar o pleno funcionamento da democracia com a retomada do crescimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais é o grande desafio colocado pela atualidade. Nota-se uma positividade nas falas veiculadas sobre Vargas, ficando em plano secundário as vozes que denunciam o legado autoritário e a história de repressão política da Era Vargas. Porém, este sempre foi o tom das comemorações realizadas em torno do suicídio de Getúlio? Veremos a seguir como, em determinadas conjunturas, a memória foi reelaborada, investigando as especificidades de cada momento histórico, para ao final do artigo analisarmos mais detidamente o *boom* de memória deste ano.

1964 – A queda do império getuliano

Se recuarmos no tempo, iniciando nosso estudo em 1964, podemos verificar com clareza as distinções entre as práticas comemorativas. O ano de 1964 é especialmente interessante como ponto de partida já que neste ano ocorreu o golpe militar que pôs fim ao sistema político inaugurado em 1946, no qual Vargas exerceu um papel central. Mesmo após sua morte, em 1954, Getúlio continuou como uma referência política fundamental, e seus herdeiros mantiveram-se no poder. A deposição de João Goulart, em 1964, e o afastamento da cena política de um grande número de partidários do PTB e do PSD proporcionaram uma conjuntura negativa para a manutenção da memória de Vargas. Os militares que tomaram o poder em 1964 apresentavam-se como aqueles que iriam pôr fim à Era Vargas. Nesse contexto, como ocorreram as comemorações em agosto daquele ano, quando era comum a realização de eventos que relembravam a importância de Vargas e o significado de sua morte? Isto é: que elementos foram trazidos a público na comemoração dos dez anos da morte de Getúlio?

“*A queda do Império getuliano*” foi o título de uma reportagem especial publicada no *Jornal do Brasil* no domingo 23 de agosto de 1964. O conjunto dos textos publicados expressava certa ambigüidade diante do tema. Ao

mesmo tempo em que o título apontava para o fim de uma era, também eram lembrados momentos de glória e da relevância histórica do líder trabalhista. Três grandes matérias procuravam focar diferentes ângulos da trajetória de Vargas. Uma primeira abordagem tratava exclusivamente os aspectos pessoais de Getúlio, da infância até a formação na Faculdade de Direito e o início da vida profissional como promotor.

O texto, ainda que de caráter pouco opinativo, deixa entrever uma simpatia pelo personagem. Uma segunda via de abordagem constituía-se da apresentação de uma cronologia comentada dos principais fatos políticos que tiveram a participação de Vargas, como a Revolução de 1930, o Golpe de 1937 até a deposição em 1945 e a volta ao poder pelas urnas em 1950. Por fim, na matéria intitulada “Memórias de Agosto” há uma retrospectiva dos principais fatos que antecederam o suicídio, destacando o depoimento do então vice-presidente Café Filho, que apenas relembra episódios vividos naquele período, mas que não se dispõe a enunciar qualquer julgamento sobre seu antigo companheiro de chapa, afirmando que *“um ex-presidente não deve julgar um ex-presidente”*¹.

Um ponto que deve ser destacado neste conjunto de matérias é a preocupação em apresentar um distanciamento diante do tema, expresso na ausência de avaliações e de relações com o tempo presente. Essa abordagem pode ser explicada pelas próprias circunstâncias políticas daquele ano. Se não era possível deixar de mencionar a importância de Vargas na história do país na passagem dos dez anos de sua morte, as possibilidades de expressão e de valorização de sua herança eram muito restritas, uma vez que os seus principais herdeiros políticos eram alvo das perseguições do regime militar.

1974 — Vargas, o ditador

O golpe de 1964 é visto por alguns como a “segunda morte de Vargas”. Então, como a memória de Getúlio seria abordada ao cabo da primeira década de regime militar? Ainda não seria desta vez que aconteceria uma eliminação completa da herança de Vargas. Mesmo que, em princípio, o novo regime fosse se opor a todas as referências desta herança, logo em seguida, sobretudo através do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), delineou-se um projeto autoritário vinculado à tradição getulista, que incluía

¹ Ver Jornal do Brasil, Caderno B, 23/08/1964, pág. 10.

² Ver, REIS, Daniel Aarão. “O Estado à sombra de Vargas”, Nossa História - Ano 1, n° 7, maio 2004. (p.37).

nos novos arranjos o projeto de um estado centralizado e de um sindicalismo corporativista. *"Eliminaram-se os principais herdeiros da tradição nacional-estatista, mas foi necessário assumir a herança, pelo menos em parte, negociar com ela, em certa medida incorporá-la"*, afirma Daniel Aarão Reis².

Assim, podemos nos perguntar como, em pleno regime militar, foi tratada a memória de Vargas no dia do seu suicídio? A partir da imprensa, pode-se verificar que mesmo em tempos de expressão política limitada, a memória de Vargas ainda se fez presente. Quais eram os espaços possíveis? Na Câmara dos Deputados, os líderes da Arena e do MDB proferiram discursos em homenagem a Getúlio. Naquele teatro oficial, o tom era de ênfase ao desenvolvimento econômico. Mas, houve também algumas tímidas manifestações fora daquele palco, isto é, nas ruas do país. No Rio de Janeiro, as homenagens se concentraram na Cinelândia, em frente ao busto do ex-presidente. Flores foram deixadas em frente ao monumento, e duas mil cópias da carta-testamento foram distribuídas³. Muitas dessas cópias traziam o nome de candidatos ao Congresso Nacional. Os nomes não foram mencionados pelo Jornal do Brasil, mas vê-se como o uso político da memória de Vargas está associado ao seu desfecho trágico: o suicídio e a carta. No Rio Grande do Sul, o MDB homenageou Vargas com uma missa e uma concentração política ao pé do monumento à carta-testamento, na Praça da Alfândega.

Duas décadas após o suicídio de Vargas, não apenas conteúdos positivos foram associados à memória de Getúlio. Um artigo de Carlos Castelo Branco, publicado em um caderno especial do Jornal do Brasil, é um exemplo de que não havia posição única em relação a este passado. O título do texto de Castelo Branco, "A ditadura", já nos indica a posição do autor. A censura exercida pelo DIP, a ação repressora do governo junto às manifestações políticas e as prisões efetuadas no Estado Novo – esses são alguns aspectos rememorados pelo jornalista. E a figura que emerge a partir daí é a de um Vargas ditador, odiado por aqueles que defendem a liberdade de expressão e a democracia. Para Castelo Branco, a ditadura de Vargas propiciava *"corrupção sob todas as formas e se tornava ineficiente como fator de mobilização para o trabalho. (...) A ditadura é por definição centralista, mas no Brasil daqueles tempos, sem comunicações, havia além de uma ditadura estadual, ditaduras culturais"*⁴.

² Ver, Jornal do Brasil, 25/08/1974.

⁴ Idem.

Na verdade, Castelo Branco, que em muitos momentos veiculou críticas à ditadura militar implantada em 1964, parece se utilizar do combate ao autoritarismo da Era Vargas para atingir também as arbitrariedades do regime em vigor. Esse período foi especialmente crítico, pois representava o início da transição política, com a passagem do governo, de Garrastazu Médici para Ernesto Geisel, quando foram travados duros embates entre duas correntes do próprio regime militar. De um lado havia a chamada “linha dura”, que defendia a continuidade sem qualquer possibilidade de liberalização política; de outro lado uma tendência liderada por Geisel e Golbery preconizava a abertura política “lenta e gradual”.

Desse modo, podemos dizer que houve pelo menos três modos de apropriação da memória de Vargas: o do regime militar, que filtrava os conteúdos estatistas em seu favor; a dos populares, fragmentada num culto à carta-testamento; e a da oposição, que utilizava a imagem ditatorial de Vargas como espelho da realidade política do país, como no artigo de Castelo Branco. Os espaços possíveis de circulação de discursos sobre temas políticos eram bastante restritos. Talvez este seja o aspecto mais relevante nestas comemorações: a ausência de um debate aberto sobre esse personagem histórico, bem como sobre o regime político do país.

1983 – Uma comemoração diferente: os cem anos do nascimento

Quando os ventos da abertura política já começavam a circular, um outro tipo de comemoração foi preparado pela sociedade. Em 1983, o país celebrou de diversas formas o centenário de nascimento de Vargas. Naquele momento atores políticos e intelectuais elaboraram diferentes discursos sobre o passado político do país.

Uma grande exposição sobre a trajetória política de Vargas foi elaborada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/FGV), financiada pela Petrobrás. Essa exposição percorreu o país e foi amplamente divulgada na imprensa. Além disso, vários pesquisadores do CPDOC publicaram livros e artigos sobre esse período histórico. Especificamente sobre Vargas, foi publicado em 1983 o livro de Paulo Brandi *“Vargas: da vida para a História”*⁵.

⁵ BRANDI, Paulo. *Da vida para a História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Em outubro de 1983, estreou na cidade do Rio de Janeiro a peça "Vargas" de Dias Gomes e Ferreira Gullar. O espetáculo foi financiado pelo governo do Estado do Rio, com a intermediação direta de Darcy Ribeiro, então secretário de Cultura. Mesmo com apoio oficial, a peça que tinha por objetivo celebrar o centenário de Vargas acabou gerando uma enorme polêmica. Leonel Brizola não ficou satisfeito com a versão dos fatos apresentada e declarou publicamente: "*Passaram a tesoura na História*". A ausência de Jango na reconstituição dos fatos históricos foi a principal crítica de Brizola. A imprensa noticiou amplamente a polêmica, que acabou arrefecendo quando várias vozes saíram em defesa da liberdade de expressão, algo que naquele momento parecia ser o ponto comum de defesa, mesmo entre aqueles que discordavam em relação às versões da memória sobre a Era Vargas.

Era um momento político de abertura e de novas articulações políticas; o que possibilitou a realização de debates sobre a herança da Era Vargas. No caderno especial publicado pelo Jornal do Brasil, especialistas analisaram o papel histórico de Vargas⁷. Temas como o populismo, o trabalhismo e o projeto econômico de Vargas foram amplamente discutidos.

A discussão sobre a memória de Vargas passou a ser uma via de acesso para discussões sobre a história recente do país. Na imprensa, foi elaborada uma série de comparações entre os períodos históricos. A reestruturação dos partidos políticos é discutida à luz do cenário pós-45, quando o país viveu um retorno à democracia. Se no pós-Estado Novo o getulismo ou o antigetulismo se impôs como fatores determinantes do jogo político, conforme aponta Maria Celina D'Araujo⁸, no cenário daquela abertura não havia porém nenhum partido ou núcleo político declaradamente antigetulista. Ao contrário, o getulismo, leia-se sobretudo o trabalhismo, era utilizado como filão eleitoral por vários partidos. A exploração eleitoral ocorria principalmente numa parcela da memória de Vargas, "*seu lado nacionalista e patriótico, tal qual exposto na carta-testamento*".

Além de artigos de pesquisadores, os jornais publicaram biografias e matérias que em geral apontavam a face positiva do passado varguista. Uma matéria, assinada por Luiz Moreira (advogado e piloto aposentado), parece

⁶ Ver O Globo, 05/10/1983.

⁷ Ver, JB - Cem anos de Getúlio Vargas, 17/04/1983.

⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina. "O velho e o novo nos partidos", Caderno Especial, Jornal do Brasil, 17/04/1983.

⁹ Idem.

indicar os elementos mais importantes da opinião pública daquele período. O autor, morador do bairro da Glória, fez uma breve retrospectiva histórica dos principais fatos, apontando Vargas como a principal liderança política do país e silenciando sobre todo o conteúdo histórico que pudesse ser lido como reacionário na trajetória política de Getúlio. A seguir, um trecho em que aponta o que seria o legado de Vargas:

*“Apesar dos crimes imputados a Vargas, o seu legado, graças à visão nacionalista de um Brasil independente, é muito grande. Haja vista o avanço industrial alcançado, a legislação protecionista das nossas riquezas, como a eletricidade, minérios, petróleo, ferro e aço, álcalis, transportes, etc, no sentido de dotar o país de estruturas e bases industriais sólidas. As reformas sociais, políticas, econômicas e culturais abrangendo todos os setores da vida nacional; a legislação e a previdência social; as leis trabalhistas – atestam a memorável contribuição progressista do ciclo Vargas”.*¹⁰

Das comemorações de 1983, deve-se destacar o caráter positivo que emerge nos discursos sobre Getúlio. Ainda que alguns artigos mencionem a face autoritária de Vargas, o foco não se estabelece nesta questão. Ao contrário, a memória incorporada diz respeito ao Vargas do segundo governo, democrático e nacionalista, tanto é assim que os partidos procuram assumir esta herança. Importa notar que nestas comemorações a voz dos especialistas foi expressa através dos artigos publicados nos jornais. O lançamento de livros sobre o tema também gerou um debate das teses acadêmicas sobre a Era Vargas. E essa reafirmação de uma memória positiva da Era Vargas iria ampliar-se com os avanços da abertura política. No ano seguinte, quando estaria em questão a realização de eleições diretas para presidente, a comemoração dos trinta anos do suicídio de Vargas assumiria uma relevância maior no cenário político.

1984 – A Campanha das Diretas, as eleições presidenciais e a memória de Vargas

No dia 10 de abril de 1984, às vésperas da votação no Congresso da emenda Dante de Oliveira, o Rio realizou a maior manifestação que o país havia assistido. Um milhão de pessoas se reuniram para reivindicar a realização das eleições diretas. No dia 28 de abril, a emenda foi rejeitada pelo

¹⁰ Ver Jornal do Brasil – 19/06/1983 “Vargas fez a única revolução verdadeira da nossa história”.

Congresso Nacional. O sucessor do presidente Figueiredo seria escolhido pelo voto indireto no dia 15 de janeiro de 1985. O foco de atenção das forças oposicionistas passou a ser a busca de estratégias para enfrentar as eleições presidenciais. No primeiro momento, a oposição se divide. As chances de Ulisses Guimarães ser lançado como candidato apresentavam-se limitadas diante das restrições ao seu nome no meio militar. Grupos mais radicais da oposição defendiam a não-participação no processo eleitoral pela via indireta. Nesta conjuntura, o nome de Tancredo Neves ganhou espaço como candidato do PMDB, com o desafio de conquistar o apoio dos demais setores de oposição.

Agosto de 1984. A oposição ainda se via diante do desafio de lançar uma candidatura civil para enfrentar o regime. Tancredo Neves, Pedro Simon e Leonel Brizola organizam uma caravana para São Borja com o objetivo de prestar homenagem a Getúlio. Naquele 24 de agosto, a memória de Vargas é trazida à cena, na tentativa de viabilizar a construção das bases de uma nova aliança. PDT e PMDB se unem para reverenciar a memória de Vargas, mas a preocupação, sem sombra de dúvida, dizia respeito mais ao futuro que ao passado¹¹.

A imprensa cobriu o evento e publicou os discursos dos protagonistas, ou seja, daqueles que se apresentavam como herdeiros de Vargas, naquele cenário de frágil abertura democrática. Tancredo Neves, afirmou na ocasião: *"Getúlio é realmente aquele divisor de águas, aquele que havia dado mais que sua vida, havia dado todo o seu espírito ao serviço da emancipação política, econômica e social do nosso povo. (...) feliz da pátria que pode possuir homens públicos da sua estatura; feliz a nação que pode se honrar de ter tido um filho deste vulto e deste porte"*.¹²

Na solenidade em São Borja, Leonel Brizola proferiu um discurso defendendo a idéia de passar a se considerar o 24 de agosto como o Dia da Cartatamento. Nas palavras de Brizola: *"Mais que a morte do presidente Getúlio Vargas, a referida data assinala o lançamento daquele grande manifesto, cujo impacto e posterior influência sobre os destinos do povo brasileiro são de uma profundidade que ainda não estamos em condição de avaliar. Divulgar o pensamento conclusivo do maior estadista deste século é uma questão cívica que interessa ao conjunto da Nação, com vistas às novas gerações."*¹³

¹¹ Ver Jornal do Brasil, 23/08/1984, Primeiro Caderno, p. 4.

¹² Ver Jornal do Brasil, 25/08/1984, Primeira Página.

¹³ Ver Jornal do Brasil, 26/08/1984, Primeiro Caderno, p. 7.

A carta-testamento de Vargas assume a feição de um documento-monumento¹⁴ em que é reafirmado o ideário do segundo governo Vargas, destacando-se os aspectos positivos dessa herança. O foco dos seus herdeiros está nos ideais nacionalista e no trabalhismo - trata-se, portanto, de um legado político.

1994 - A Era Vargas acabou

Diferentemente da década de grande valorização do legado de Vargas, no início da década de 1990 pode-se detectar avaliações de teor mais crítico, expresso numa frase corrente na época: *"A Era Vargas acabou"*. Esta percepção articulava-se a um questionamento do modelo de desenvolvimento econômico inaugurado por Getúlio, bem como à crença de que a agenda do segundo governo Vargas havia se tornado anacrônica. Em 1994, quais seriam as razões para uma contraposição à herança varguista? A abertura da economia, a privatização das empresas estatais, a diminuição da ação do Estado e o compromisso com um programa de controle de contas públicas e de ajuste fiscal representavam, para alguns analistas, a terceira morte de Vargas.

O artigo de Bolívar Lamounier é um marco desta perspectiva. Intitulado *"A terceira morte de Getúlio Vargas"*, o artigo assinalava a necessidade de situar o momento presente e suas diferenças da conjuntura política do *"ciclo Vargas"*. Para Lamounier *"pode-se afirmar que o getulismo e o anti-getulismo virulentos feneceram"*¹⁵. O autor aponta para a necessidade de se perceber que se estava em outra fase da construção democrática, já contando com instituições diferentes, uma opinião pública livre, meios de comunicação etc. Naquele contexto, o autor parece precisar afirmar a existência de uma democracia na qual *"desaparece a preocupação com a tutela das forças armadas sobre o sistema político"*.¹⁶

Outras críticas são expressas em relação ao legado da Era Vargas. Por exemplo, a de um editorial do Jornal do Brasil¹⁷ sobre o corporativismo como uma herança negativa que se enredou na sociedade brasileira. Neste

¹⁴ Jacques Le Goff, retomando idéias de Paul Zumthor, afirma "o que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder". Assim, a noção de documento-monumento busca dar conta das relações sociais dos vestígios históricos. Para o autor, "só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa". Ver: LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p. 545.

¹⁵ Ver Jornal do Brasil, 2/08/1994.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ver Jornal do Brasil, Primeiro Caderno, 25/08/1994.

texto não se procura trazer de volta certos conteúdos do período Vargas, como o nacionalismo ou o estatismo. No entanto, a opinião expressa no editorial citado não foi a única veiculada pelo Jornal do Brasil. Muitas matérias e artigos publicados pelo JB por ocasião dos quarenta anos do suicídio de Vargas têm um tom positivo diante da memória de Getúlio. Há artigos de Oscar Niemeyer e Darcy Ribeiro que são absolutamente favoráveis ao “legado de Vargas”. No que se refere a uma utilização mais imediata da memória, deve-se mencionar uma associação ocorrida em 1994 entre Lula e o trabalhismo de Vargas. Para Maria da Conceição Tavares, Lula era o principal herdeiro do trabalhismo, e o PSDB de Fernando Henrique poderia se comparar à UDN.

Um outro foco de discussão comum a vários artigos é a carta-testamento. Neste ano, uma nova aproximação do tema foi expressa no artigo de José Murilo de Carvalho, que retoma as informações de Hélio Silva¹⁸ as quais chamavam atenção para a existência de duas cartas, uma carta-testamento e uma carta de despedida. José Murilo reelabora a idéia das duas cartas ao declarar que: *“a bandeira da carta-testamento não teria a força que teve sem o ‘patus’ embutido na carta-despedida. A soma das duas mortes, a do homem Getúlio e a do presidente Vargas, é que gravou na memória coletiva a presença de Getúlio Vargas”*¹⁹. Para o autor, é a conjugação da morte de Vargas com o texto da carta-testamento que torna a imagem de Vargas algo tão relevante na memória coletiva brasileira.

Como já vimos, em 1984 a carta-testamento já havia se tornado um capital simbólico dos diferentes herdeiros de Vargas. Uma década depois, a carta-testamento ainda era uma fonte de mobilização num momento em que, como foi apontado, havia uma proposta de desacreditar a herança da Era Vargas. Nesse sentido, muitas vozes da oposição continuavam a apregoar os valores positivos de um certo legado varguista. Na luta contra as privatizações e no debate sobre a revisão da legislação trabalhista, a memória de Getúlio era acionada através da carta-testamento para contestar os rumos da política de então. Essa disputa de memória vai assumir uma nova feição em 2004, quando se comemora os cinquenta anos do suicídio de Vargas.

¹⁸ Ver Silva, Hélio. Um tiro no coração. Reedição (primeira edição em 1980). Porto Alegre, RS, L&PM, 2004. 192p. (Coleção: O Ciclo Vargas)

¹⁹ Ver Jornal do Brasil, 24/08/1994.

Agosto de 2004 – memória e mídia

Contrariando certas expectativas de que a figura de Vargas não despertaria grandes interesses, o ano de 2004 demonstrou que a memória de Vargas ressurgiu com grande vigor. As comemorações tomaram conta das ruas do país, com inauguração de memoriais e exposições, mas também páginas e mais páginas dos jornais, além de se tornar tema de programas de televisão e rádio. Outros eventos foram organizados, como debates e exposições, mas não se pode negar que, neste ano, ao pensarmos sobre as comemorações em torno de Vargas é impossível negligenciar a atuação da mídia. Houve um verdadeiro *boom* de memória sobre Vargas e a mídia exerceu um papel fundamental.

No domingo anterior ao dia 24 de agosto, os principais jornais do país publicaram cadernos especiais sobre Vargas. As revistas de história voltadas para o grande público saíram com fotos de Getúlio estampadas nas capas. A historiografia sobre a Era Vargas foi difundida através de artigos de jornalistas. Além de noticiar os eventos programados, as matérias expressaram uma preocupação de reconstruir historicamente os principais eventos que antecederam o suicídio de Vargas. O ponto central da longa trajetória pública de Getúlio permaneceu sendo o ato final e a carta-testamento.

Uma visão impressionista sobre o amplo conteúdo em circulação parece estar em sintonia com as palavras do editor da revista *História Viva*: *“Getúlio Vargas, seu legado e o significado de suas realizações é essencial para entender o Brasil atual e seus dilemas”*.²⁰ Esse editorial indica um dos motores que levou a uma ampla discussão sobre o tema pela imprensa.

O legado de Vargas passa a ser alvo de discussão entre políticos e intelectuais. De acordo com alguns analistas, a vitória de Lula, em 2002, colocou de novo em cena a possibilidade de retomada de alguns ideais relacionados ao nacional-estatismo. Ainda que os autores não se posicionem de maneira apaixonada em prol de um legado varguista, há uma busca do passado como instrumento de reflexão sobre a atualidade. Cristóvam Buarque coloca em pauta o ano de 1954 como marco histórico a ser discutido. O que está em cheque são os rumos do atual governo do PT; é compor um quadro do ano atual como momento de definição de novas direções a serem adotadas. Cristóvam afirma que *“apesar da revolução que significou a eleição de Lula e o governo do PT, 2004 ainda não deixou claro o novo rumo que o*

²⁰ *História Viva* – Grandes Temas – n° 4, agosto de 2004.

*país precisa e espera desde 1954*²¹. No artigo não há uma defesa do projeto de Vargas, mas a defesa da necessidade de se criar um outro projeto nacional, assinala o autor: *"Ainda é tempo de mudar, de reorientar o Brasil. Lembrar o passado em geral é o melhor passo para começar a construir o futuro. O futuro da continuação do mesmo, dos últimos 50 anos, ou da construção do novo para o século 21"*²².

Essa posição, no entanto, não é compartilhada por todos os membros do governo. O BNDES criou o "Projeto Getúlio Vargas", que desde abril de 2004 tem realizado seminários e preparado outros eventos, como documentário, livro, exposição, show, e memorial com estátua de Vargas. De acordo com o material de divulgação *"pretende-se com essa iniciativa contribuir para o fortalecimento da história, a valorização de seu legado e, sobretudo, o resgate da memória de importantes conquistas para o cidadão brasileiro"*²³. Carlos Lessa, então presidente do BNDES, defendia a idéia de que é necessário retomar a agenda de Vargas em muitos pontos. O nacionalismo de Vargas e suas políticas econômicas são o carro-chefe dessa defesa da herança getulista, opondo-a ao projeto neoliberal de FHC. Afirmou Lessa: *"Um presidente de alma seca achou que devíamos enterrar a Era Vargas. O que este presidente deixou de legado?"* O presidente do BNDES postula uma retomada dos ditames do segundo governo Vargas no momento atual, concluindo que: *"Enfim, com Vargas, nos vimos como nação. E é assim que começamos a nos ver de novo (...) neste momento em que a agenda recuperada de Vargas nos aponta uma continuidade entre o nacional-desenvolvimentismo dele e de sua época e o desenvolvimentismo nacional democrático de Lula"*²⁴. Não se pode afirmar que esta seja uma posição hegemônica no governo, porém não se deve negligenciar a relevância desta perspectiva, sobretudo, se levarmos em consideração os objetos culturais engendrados a partir daí, como exposições, documentários e memorial.

Na verdade, são poucas as vozes que procuram divulgar uma memória exclusivamente crítica de Vargas. Uma delas é a do Instituto Liberal, que está na oposição ao governo Lula. Cândido Prunes, vice-presidente do Instituto, defende a idéia de que a rememoração de Getúlio é um equívoco;

²¹ Ver www.senado.gov.br/web/senador/cristovambuarque/artigos_compaixoes.asp, Março de 2004.

²² Idem.

²³ Ver, folder do seminário do BNDES - "Vargas e o Projeto de Desenvolvimento Nacional" e da Exposição do BNDES - "Bota o retrato do velho outra vez". 19/04/2004.

²⁴ Ver, Folha de São Paulo, "Nacionalismo após o furacão neoliberal", artigo de Carlos Lessa, Caderno Especial, 22/08/2004.

que o país comete um erro ao esquecer *“a truculência política da era Vargas”*. E afirma: *“Neste ano em que se registram os 50 anos do suicídio de Getúlio Vargas, deveria se iniciar uma campanha pelo banimento do seu nome de todas as ruas, avenidas, praças e locais públicos. Foi ele um caudilho sanguinário que deveria merecer o opróbrio, como qualquer ditador. Ou então, por uma questão de justiça, comecemos a homenagear os militares ‘linha dura’ de 1964”*²⁵. A memória de Vargas é utilizada, neste caso, para questionar as críticas ao regime militar, amplamente difundidas pela esquerda brasileira. Essa perspectiva, porém, não alcançou visibilidade na imprensa em 2004.

As vozes críticas não expressaram um antigetulismo radical. Mesmo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou em palestra no jornal O Globo que suas declarações ao tomar posse em 1994 foram mal interpretadas. Ao revisitar o episódio, FHC disse que nunca foi antigetulista e que a base de sua crítica estava no fato de o modelo varguista ter se tornado obsoleto nos novos tempos. Assim, mesmo, focalizando o anacronismo de um projeto varguista hoje, FHC procurou não negar o legado histórico e afirmou: *“Getúlio não era caudilho. Foi fruto das circunstâncias, mas tinha capacidade tática, malícia, visão”*²⁶.

Como entender essa emergência de uma memória de Vargas que na década anterior parecia desvanecida? Como explicar esse *boom* de memória que se manifestou na mídia? Vários estudos apontam: as febres de comemoração também tomaram conta da Europa e dos EUA, revelando a existência de uma obsessão pela memória nos dias atuais. Há uma musealização do mundo, ao mesmo tempo em que a memória se torna uma mercadoria em circulação nos meios de comunicação de massa²⁷. Poderíamos nos perguntar o que a abundância de memória em circulação na mídia sobre Vargas colocou em circulação? Que contornos podem ser percebidos nessa memória “midiatizada”?

Uma primeira avaliação parece indicar que existe uma demanda por um projeto nacional que propicie um retorno ao crescimento econômico e uma diminuição das desigualdades sociais no país. Nesse sentido, a busca de

²⁵ Ver, www.institutoliberal.org.br, Comentário do Dia, 28/06/2004.

²⁶ Ver, O Globo, 04/09/2004, p.10.

²⁷ Como afirmou Andréas Huyssen: “não podemos discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória”. (Seduzidos pela memória, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 21)

referências no passado recente poderia se tornar uma via de acesso para uma discussão mais ampla sobre o Brasil.

Esse *boom* de memória não atende apenas à demanda social, mas expressa também os interesses da mídia que tem uma dinâmica específica, relacionada às próprias contingências comerciais e às necessidades de criação de 'fatos novos'.

Ao retomarmos as comemorações em conjunturas diferenciadas, desde 1964 até a atualidade, fica evidenciada a riqueza de uma abordagem comparativa. Ao mesmo tempo, esse percurso revela a existência de um vasto campo para investigações sobre as operações de construção da memória coletiva e sobre a relação entre a história, a política e a mídia contemporânea.

NOVA PROVA
A IMPRESSÃO DA MARCA HUMANA

Fone/Fax: (0xx51) 2136.5454
Rua Santos Dumont, 1186
Cep 90230-240 - Porto Alegre - RS
novaprova@novaprova.com.br
www.novaprova.com.br

Seu legado como homem público, portanto, compreende múltiplas faces que esta publicação pretende expor. Da vida para história - Reflexões sobre a Era Vargas, segundo volume da coleção Sujeito & Perspectiva, propõe uma imersão na trajetória do extraordinário dirigente.

Sem complacência com o conformismo intelectual, os autores dissecam aspectos e fatos polêmicos, desde a origem de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, até os desdobramentos atuais de seus gestos e decisões, que influenciaram, de forma marcante, nossa história e destino.

Uma publicação especial de:

Seminário Internacional DA VIDA PARA HISTÓRIA

o legado de

Getúlio Vargas



Adalberto Paranhos
Claudia Fay
Eli Diniz
Gunter Axt
Helder da Silveira
Juremir Machado da Silva
Lúcia Maria Lippi Oliveira
Luciano Aronne de Abreu
Maria Celina d'Araujo

Marieta de Moraes Ferreira
Miguel Frederico do Espírito Santo
Nuncia Santoro de Constantino
René E. Gertz
Ricardo Seitenfus
Ricardo Vélez Rodríguez
Thomas Skidmore
Vavy Pacheco Borges

ISBN 85-89344-67-3



9 788589 344678



Mi
da



MEMORIAL



DO MINISTÉRIO
PÚBLICO

Memorial do M

07